

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
FACULDADE DE DIREITO

GUILHERME ATHAIDES GUIMARÃES

**O ACORDO DE ASSOCIAÇÃO INTER-REGIONAL ENTRE O MERCOSUL E A
UNIÃO EUROPEIA: O PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO E SUAS PRINCIPAIS
VARIÁVEIS**

CURITIBA

2017

GUILHERME ATHAIDES GUIMARÃES

**O ACORDO DE ASSOCIAÇÃO INTER-REGIONAL ENTRE O MERCOSUL E A
UNIÃO EUROPEIA: O PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO E SUAS PRINCIPAIS
VARIÁVEIS**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção
do título de Bacharel em Direito do curso de Graduação em
Direito, Setor de Ciências Jurídicas da Universidade
Federal do Paraná.

Orientadora: Prof. Pós-Dr^a. Tatyana Scheila Friedrich

CURITIBA

2017

TERMO DE APROVAÇÃO

GUILHERME ATHAIDES GUIMARAES

O ACORDO DE ASSOCIAÇÃO INTER-REGIONAL ENTRE O MERCOSUL E A UNIÃO EUROPEIA: O PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO E SUAS PRINCIPAIS VARIÁVEIS

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



TATYANA SCHEILA FRIEDRICH
Orientador

Coorientador



LARISSA LIZ ODRESKI RAMINA - Direito Público
Primeiro Membro



ALBERTO EMILIANO DE OLIVEIRA NETO
Segundo Membro

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Welany, cuja brandura e resolução espelham o que hoje sou;

À professora Tatyana Scheila Friedrich, pela orientação, apoio e confiança, despendidos com serenidade e entusiasmo, durante a Iniciação Científica, os anos no Projeto Hospitalidades e a elaboração desta monografia;

*Time is
Too Slow for those who Wait,
Too Swift for those who Fear,
Too Long for those who Grieve,
Too Short for those who Rejoice;
But for those who Love,
Time is not.*

Henry Van Dyke

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade analisar o processo de negociação do Acordo de Associação Inter-Regional Mercosul-União Europeia e algumas das principais variáveis que o influenciaram e, em alguns casos, ainda o influenciam. A pesquisa tem natureza qualitativa, de caráter descritivo e explicativo, e foi orientada com base em atas das reuniões do Comitê de Negociações Birregionais, artigos de jornais e periódicos, documentação fornecida pelas agências oficiais dos blocos e de seus Estados-Membros, bem como por bibliografia especializada no assunto. O trabalho inicia retratando breve histórico sobre a formação do Mercosul e da União Europeia e a dinâmica de negociação de tratados dos blocos para, em seguida, fazer a análise das negociações do Acordo de Associação Mercosul-União Europeia. Isto é feito em quatro etapas. Primeiramente, analisa-se a conjuntura que levou os blocos a decidirem pela negociação do acordo e os atos preparatórios que se seguiram até o lançamento oficial das negociações. Em seguida, apresenta-se a conjuntura em que isso ocorreu. Em um terceiro momento, são descritas as rodadas de negociações no âmbito do Comitê de Negociações Birregionais, que se estenderam de 2000 a 2004, ano em que ocorreu a suspensão das mesmas, e de 2010, ano em que foram retomadas, até maio 2016, quando foi realizada a última troca de oferta entre os blocos que se tem notícia até a finalização desta monografia. Por último, são analisadas algumas das principais variáveis que influenciaram o processo de negociação, quais sejam: a) a falta de harmonia entre as ofertas dos blocos; b) as relações dos países do Mercosul com os EUA; c) as discordâncias dos países do bloco acerca do tratamento a ser dado à questão agrícola nas negociações; e d) o processo de integração incompleto e a baixa institucionalidade do Mercosul. Por fim, tece-se breves considerações apontando os principais resultados da pesquisa, os quais indicam: a existência de interesses conflitivos entre as ofertas dos blocos; a baixa influência dos EUA nas negociações do Acordo de Associação; que a Política Agrícola Comum tem sido fator dificultador das negociações com o Mercosul; que a capacidade do Mercosul em cumprir as disposições do acordo não constituiu empecilho à continuidade das mesmas.

Palavras-chave: Mercosul. União Europeia. Negociações Internacionais. Acordo de Associação Inter-Regional Mercosul-União Europeia.

ABSTRACT

The purpose of this work is to analyze the negotiation process of the Mercosur-European Union Interregional Association Agreement and some of the main variables that influenced it and, in some cases, still affect it. The research has a qualitative nature, both descriptive and explanatory, and was guided by minutes of meetings of the Bi-regional Negotiations Committee, newspaper and journal articles, documentation provided by the official agencies of the blocs and their Member States, as well as by specialized bibliography on the subject. The monograph begins by describing a brief history of the formation of the Mercosur and the European Union and the treaty negotiation process dynamic in the blocs, whereas, in a second moment, analyzes the negotiations of the Mercosur-European Union Association Agreement. This second part develops in four steps. Firstly, it examines the conjuncture that led the blocks to decide for the negotiation of the agreement and the preparatory acts that followed until the official launch of the negotiations took place. Secondly, it presents the conjuncture in which this occurred. In a third step, it describes the negotiations rounds of the Bi-regional Negotiations Committee, which ranged from 2000 to 2004, the year in which they were suspended, and from 2010, the year in which they were resumed, up to May 2016 when the last exchange of offers known until the ending of this work was made. Finally, some of the primary variables that influenced the negotiation process are analyzed, namely: a) the lack of harmony between the block offers; b) the relations of the Mercosur countries with the United States; c) the disagreements of the bloc countries on the treatment of the agricultural issue in the negotiations; d) the incomplete integration process and the low institutionality of the Mercosur. Finally, a brief conclusion takes place, pointing out the main results of the research, which indicate: the existence of conflicting interests among the block offers; low US influence in the negotiations of the Association Agreement; that the Common Agricultural Policy has been an issue that led to deadlock in the negotiations; that the doubt of Mercosur's ability to comply with the provisions of the agreement did not impede the negotiations continuity.

Keywords: Mercosur. European Union. International Negotiations. Interregional Association Agreement between Mercosur and European Union.

LISTA DE SIGLAS

ALALC	– Associação Latino-Americana de Livre Comércio
ALCA	– Área de Livre Comércio das Américas
ALC-EU	– Cúpula União Europeia, América Latina e Caribe
AGNU	– Assembleia Geral das Nações Unidas
APEC	– Asia-Pacific Economic Cooperation
AsA	– Acordo sobre Agricultura
QUE	– Ato Único Europeu
BID	– Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAG	– Conselho de Assuntos Gerais
CARIFORUM	– Fórum Caribenho de Países da África, Caribe e Ásia
CCM	– Comissão de Comércio do Mercosul
CECA	– Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CEE	– Comunidade Econômica Europeia
CEEA	– Comunidade Europeia de Energia Atômica
CELAC	– Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CETA	– European Union-Canada Comprehensive Economic and Trade Agreement
CGV	– Cadeia Global de Valor
CMC	– Conselho Mercado Comum
CNB	– Comitê de Negociações Bi-regionais
CNI	– Confederação Nacional da Indústria
Coscex	– Conselho Superior de Comércio Exterior
CPC	– Comissão Parlamentar Conjunta
CRV	– Cadeia Regional de Valor
EUA	– Estados Unidos da América
FCES	– Foro Consultivo Econômico-Social
FTAA	– Free Trade Area of the Americas
GATT	– General Agreement on Tariffs and Trade
GATS	– General Agreement on Trade in Services
GMC	– Grupo Mercado Comum

GT	– Grupo Técnico
INTAL	– Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe
IPA	– Iniciativa para as Américas
Mercosul	– Mercado Comum do Sul
OMC	– Organização Mundial do Comércio
ONU	– Organização das Nações Unidas
PAC	– Política Agrícola Comum
PEI	– Política Externa Independente
PESC	– Política Externa e de Segurança Comum
SAM	– Secretaria Administrativa do Mercosul
SGP	– Sistema Geral de Preferências
TCE	– Tratado que Institui a União Europeia
TFUE	– Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia
TPA	– Trade Promotion Authority
TUE	– Tratado da União Europeia
TRIPs	– Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights
UE	– União Europeia
US\$	– Dólar Americano
ZLC	– Zona de Livre Comércio

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	OS BLOCOS E AS COMPETÊNCIAS PARA A CELEBRAÇÃO DE TRATADOS.....	12
2.1	MERCOSUL	12
2.1.1	Formação	12
2.1.2	Fundamentos jurídicos e competências para celebração de acordos internacionais ..	16
2.2	UNIÃO EUROPEIA.....	18
2.2.1	Formação	19
2.2.2	Fundamentos jurídicos e competências para celebração de acordos internacionais ..	27
3	AS NEGOCIAÇÕES DO ACORDO DE ASSOCIAÇÃO INTER-REGIONAL MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA	33
3.1	A PREPARAÇÃO: O ACORDO-QUADRO DE COOPERAÇÃO INTER-REGIONAL ENTRE MERCOSUL E UNIÃO EUROPEIA.....	33
3.2	O LANÇAMENTO: I CIMEIRA DOS CHEFES DE ESTADO DA UNIÃO EUROPEIA, DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE	42
3.3	O PROCESSO: AS RODADAS DE NEGOCIAÇÃO.....	46
3.3.1	A estrutura das negociações	46
3.3.2	As negociações	48
2.3.2.1	<i>A primeira tentativa (2000-2004)</i>	50
2.3.2.2	<i>A retomada das negociações (2010)</i>	70
3.4	AS VARIÁVEIS QUE INFLUENCIARAM AS NEGOCIAÇÕES	83
3.4.1	A falta de harmonia entre as ofertas	83
3.4.2	O balanço das relações regionais com os EUA	87
3.4.3	A questão agrícola	100
3.4.4	A baixa institucionalidade e o estado de integração do Mercosul	109
4	CONCLUSÃO.....	116
	REFERÊNCIAS	122

1 INTRODUÇÃO

O Mercosul e a União Europeia são dois blocos regionais que possuem diferentes níveis de institucionalização e desenvolvimento. Dentre seus Estados-Membros, há tanto aqueles que figuram entre as maiores economias do mundo, como aqueles que possuem mercados de menor peso relativo. Há países com interesses convergentes, como também há aqueles que apresentam posições aparentemente irreconciliáveis. Isto, porém, não impede que os blocos persigam a celebração de acordos comerciais e de cooperação em busca da obtenção de ganhos mútuos. A grande questão, no entanto, é encontrar um denominador comum em que todos países que os integram possam auferir mais ganhos que prejuízos, o que, deve-se frisar, não é avaliado unicamente com base em indicadores econômicos.

A aproximação entre a UE e o Mercosul, em um primeiro momento, apresentou características paradoxais. Foram céleres no estabelecimento dos primeiros contatos, após a formação do Mercosul, mas extremamente lentos no que tange ao estabelecimento de acordos preferenciais de comércio e cooperação política. As relações institucionais entre os blocos permaneceram relegadas ao âmbito da cooperação técnica até 1995, ano em que seria assinado o Acordo-Quadro Inter-Regional de Cooperação entre a Comunidade Européia e os seus Estados-Membros e o Mercosul e os seus Estados-Partes – ou, simplesmente, Acordo de Madrid, como ficou batizado –, que forneceria as bases e permitiria o início dos estudos necessários à negociação do Acordo de Associação Inter-Regional Mercosul-União Europeia. Sua ratificação só ocorreria em 1999, mas, em razão da aplicação provisória de alguns de seus dispositivos, os trabalhos preparatórios para o Acordo de Associação já puderam ser iniciados em 1996.

O Acordo de Associação é uma modalidade de tratado que a UE vem negociando não apenas com o Mercosul, mas com vários outros países da América Latina, sendo que já firmou acordos dessa natureza com o Chile e a comunidade de países da América Central. Ele se diferencia dos outros modelos de acordos comerciais por dar ênfase na concertação política e no estabelecimento de esferas de cooperação, possuindo um escopo extremamente amplo, o qual, embora prolongue as negociações, permite maiores ganhos aos seus membros. Os benefícios da celebração dessa modalidade de acordo entre o Mercosul e a UE são múltiplos e serão apresentados e analisados ao longo do trabalho.

As negociações do Acordo de Associação Inter-Regional Mercosul-UE foram lançadas I Cimeira de Chefes de Estado da União Europeia, da América Latina e do Caribe. Desde o início, já se tinha a consciência de que elas seriam trabalhosas e demoradas. Em duas

ocasiões, tentou-se concluí-las. A primeira durou de 2000 a 2004, ano em que as negociações foram suspensas, e a segunda, que se iniciou em 2010, ainda se encontra em aberto, mas com poucos avanços. Em que pese as mais de vinte e cinco rodadas de negociações desenvolvidas no âmbito do Comitê de Negociações Bi-Regionais, além de vários encontros paralelos entre as autoridades do processo de negociação, o acordo não foi celebrado.

O longo tempo que já se despendeu nas negociações e o interesse dos dirigentes dos blocos em se obter um acordo apontam para duas conclusões. Primeiro, o Acordo de Associação, caso celebrado, trará ganhos importantes para ambas as partes, o que, em certa medida, explica o engajamento dos países nas negociações; em segundo lugar, os blocos e seus Estados-Membros possuem interesses divergentes de difícil conciliação que obstem sua conclusão.

Diante dessas constatações, o presente trabalho buscou explorar qualitativamente o processo de negociação do Acordo de Associação e algumas das principais variáveis que contribuem para entender o porquê dele ainda não ter sido concluído. Para cumprir com esse objetivo, esta monografia foi dividida em duas partes principais. Na primeira, são tecidas breves considerações acerca da formação do Mercosul e da União Europeia e sobre o funcionamento do processo de celebração de tratados internacionais em ambos os blocos. Na segunda parte, analisa-se o processo de negociação do Acordo de Associação. Busca-se descrever os atos preparatórios, o processo de autorização do início das negociações e as rodadas de negociações do mesmo para, em seguida, analisar algumas das principais variáveis que os influenciaram, positivamente ou negativamente, a depender do caso. As variáveis analisadas foram: a) a falta de harmonia entre as ofertas dos blocos; b) as relações dos países do Mercosul com os EUA; c) as discordâncias dos países dos blocos – notadamente, os países da UE – acerca do tratamento a ser dado à questão agrícola; e d) o processo de integração incompleto e a baixa institucionalidade do Mercosul, quando se leva em consideração a capacidade do bloco em cumprir as disciplinas do Acordo de Associação Inter-Regional.

Esta pesquisa qualitativa, que possui viés tanto descritivo quanto exploratório, foi instruída mediante exaustiva análise de documentos sobre o acordo de associação. Nesse particular, foram de grande uso as atas das reuniões do CNB, a documentação e dados fornecidos pelas agências oficiais dos blocos e de seus Estados-Membros, o Informe Mercosul (publicação conjunta do BID e da INTAL) e a Carta de Montevideu (publicada pela Delegação Permanente do Brasil junto à Aladi e ao Mercosul). Além disso, foi realizada extensa consulta a artigos de jornais e periódicos, bem como a bibliografia especializada no assunto.

2 OS BLOCOS E AS COMPETÊNCIAS PARA A CELEBRAÇÃO DE TRATADOS

Mercosul e União Europeia são dois blocos com semelhanças e diferenças. Neste capítulo, buscar-se-á, identificar como ocorreu o processo de formação e consolidação de cada um, bem como identificar os fundamentos jurídicos que orientam o processo de celebração de tratados deles com outros blocos ou países. Por questão de sistematização, primeiro será apresentado o Mercosul e suas peculiaridades nas questões referidas e, em seguida, a UE.

2.1 MERCOSUL

2.1.1 Formação

O Mercosul é um bloco que pode ser compreendido simultaneamente, conforme apontam Friedrich e Guimarães, como “a culminância de um processo de integração no Cone Sul e o ápice da integração brasileiro-argentina”¹. O processo de formação do Mercosul teve seu início com a reaproximação política entre Brasil e a Argentina na década de 1980. O potencial das relações entre os dois países ficara paralisado desde a década de 1960 devido, sobretudo, à discordância relativa ao aproveitamento hidrelétrico dos rios da Bacia do Prata²,

¹ FRIEDRICH, T. S.; GUIMARÃES, G. A.. Ensaios de integração: Brasil e Argentina no século XX, pontos de aproximação e de afastamento até a formação do Mercosul. **Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, jan./jun. 2015, p. 117. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/9592>>. Acesso em: 26 jan. 2015.

² A questão relativa ao aproveitamento hidrelétrico dos rios da Bacia do Prata teve início em meados da década de 1960. Em 22 de junho de 1966, por meio da Ata de Cataratas, Brasil e Paraguai chegaram a um acordo que, além de resolver a controvérsia entre ambos sobre os limites fronteiriços de Sete Quedas, consagrava o entendimento dos dois países sobre a construção de uma hidrelétrica binacional nesta região, que mais tarde ficaria conhecida como Itaipu. No ano de 1967, foi criada uma comissão técnica mista para tratar do assunto e já em 1970 as empresas estatais de energia do Brasil e do Paraguai, Eletrobrás e Ande, firmaram convênio para o estudo da possibilidade de desvio do rio Paraná para se poder construir a barragem da hidrelétrica. Pouco tempo depois, em 20 de abril de 1973, era assinado o Tratado de Itaipu.

Em 1969, o Brasil havia firmado com a Argentina o Tratado da Bacia do Prata, que tinha por finalidade “mancomunar esforços com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e a integração física da Bacia do Prata” (tradução nossa). Com este tratado, a Argentina tinha por finalidade levar o Brasil a negociar no âmbito multilateral seus empreendimentos no Prata. O Brasil não concordava com esse pressuposto e, na década de 1970, a situação se tornou mais conflituosa. A Argentina tinha interesse em construir a represa de Yaciretá-Apipé, a 300 km ao sul de Sete Quedas, entre as ilhas de Yaciretá e Apipé, o que daria a ela 2.700.000 kws de potência instalada; também queria utilizar as águas do Rio Paraná para a construção da usina de Corpus e tinha receios de que a barragem de Itaipu prejudicasse o potencial hidrelétrico daquela usina. Por conta disso, ela defendia a tese de que os Estados ribeirinhos superiores deveriam consultar previamente e obrigatoriamente os ribeirinhos inferiores acerca de obras a serem construídas no território daqueles; o Brasil, por sua vez, defendia que os ribeirinhos superiores teriam autonomia para executar obras em seu território, mas teriam o compromisso de não causar danos sensíveis aos ribeirinhos inferiores.

O conflito se prolongou pela década de 1970 e só veio a ser efetivamente solucionado em 19 de outubro de 1979, por meio do Acordo Tripartite, que tinha os seguintes pontos principais: 1) determinava o desvio do rio Iguaçu para manter o volume de água em território argentino, enquanto o rio Paraná permaneceria fechado para a construção de Itaipu; 2) Itaipu teria 18 turbinas, em vez de 20; 3) a quota de Itaipu seria de 105 metros acima do nível do mar, em vez dos 120 metros inicialmente demandados pela Argentina. BARBOZA, Mario Gibson. Na

questão que se arrastou ao longo do governo Geisel até o início do governo Figueiredo. A contenda, que só veio a ser solucionada em outubro de 1979, por meio do Acordo Tripartite, “azedava as relações bilaterais havia 11 anos”, nas palavras do ex- chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro³.

No ano de 1983, houve a redemocratização da Argentina com a eleição de Raul Alfonsín para a Presidência da República. A opinião pública brasileira recepcionou positivamente este fato, em razão do Brasil também estar em vias de redemocratização. Como assinala Francisco Doratioto, a convergência democrática e as dificuldades semelhantes que ambos países enfrentavam, como a inflação e a vulnerabilidade financeira, favoreceu o fortalecimento das relações bilaterais⁴. Isto se verificou no desenvolvimento de meios de complementação econômica e de projetos de cooperação nas áreas energética e científico-tecnológica, que serviam como sustentáculos do processo de integração⁵.

No ano de 1985, em face do clima político favorável, os Presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín se encontraram em Foz do Iguaçu, por ocasião da inauguração da Ponte Presidente Tancredo Neves, e assinaram a Declaração de Iguaçu⁶. Este documento ressaltava a necessidade de revitalizar as políticas de cooperação e integração da América Latina, bem como frisava o imperativo de impulsionar as relações bilaterais e acelerar a integração bilateral em harmonia com os esforços de cooperação e desenvolvimento regional, complementação e fortalecimento dos setores produtivos de ambos países. Um ponto importante da Declaração foi a criação da Comissão Mista de Alto Nível para Cooperação e Integração Econômica Bilateral, que teve papel fundamental na garantia de que o discurso sobre a integração fosse traduzido em medidas práticas⁷.

diplomacia, o traço todo da vida. Rio de Janeiro: Record, 1992, p. 85-109.; CERVO, Amado Luiz. **Relações Internacionais da América Latina.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 181-182.; DORATIOTO, Francisco. **O Brasil no Rio Prata (1822-1994).** Brasília: FUNAG, 2014, p. 139-145.; ESCUDÉ, Carlos; CISNEROS, Andrés (Ed.). **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina:** La integración regional: *El Tratado de la Cuenca del Plata (abril de 1969).* 2000. O trabalho em questão foi desenvolvido por uma equipe composta por dois diretores, quatro colaboradores primários e oito colaboradores secundários. Disponível em: <<http://www.argentina-rree.com/9/9-025.htm>>. Acesso em: 26 jan. 2016. ; SOARES, Teixeira. Pontos de Fricção na América Latina. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 14, n. 55-56, 1971, p. 62-63.

³ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. Lembranças de um empregado do Itamaraty. São Paulo: Siciliano, 1992, p. 91-92.

⁴ DORATIOTO, Francisco. **O Brasil no Rio Prata (1822-1994).** Brasília: FUNAG, 2014. p. 160.

⁵ CANDEAS, Alessandro Warley. Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 48, n. 1, jun. 2005, p. 214-215.

⁶ VARGAS, Everton Vieira. Átomos na Integração: a aproximação Brasil-Argentina no campo nuclear e a construção do MERCOSUL. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 40, n. 1, jun., 1997, p. 49.

⁷ FRIEDRICH, T. S.; GUIMARÃES, G. A.. Ensaio de integração: Brasil e Argentina no século XX, pontos de aproximação e de afastamento até a formação do Mercosul. **Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, jan./jun. 2015, p. 129-130. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/9592>>. Acesso em: 26 jan. 2015.

Já no ano seguinte, 1986, foi firmada, em Buenos Aires, a Ata para a Integração Brasileiro – Argentina, que criava o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE) e consagrava que o processo de integração deveria ser gradual, flexível e equilibrado⁸. Isto significava que a integração se daria por bases harmônicas e simétricas, evitando a especialização da economia, gerando melhoria na alocação de recursos e com participação do empresariado⁹.

Dando continuidade ao processo de integração, em 1988, os dois países assinaram o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, que tinha por objetivo o estabelecimento de um mercado comum entre ambos, no prazo de dez anos. Além disso, mais tarde, no âmbito deste tratado, foram firmados 24 protocolos, que foram reunidos em um único documento, que ficou conhecido como Acordo de Complementação Econômica nº 14 (conforme nomenclatura da ALADI), firmado em dezembro de 1990¹⁰.

Na ocasião da assinatura do Tratado, o Presidente Sarney afirmou, em seu discurso, ser aquele dia “um passo fundamental [...] em busca da independência econômica da América Latina e como uma prova de grande maturidade política”¹¹. O Tratado tinha como objetivo a “consolidação do processo de integração e cooperação econômica entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina”¹². O documento mantinha a cautela da Ata de Integração, observando os valores de “gradualismo, flexibilidade, equilíbrio e simetria” como parâmetros para a sua aplicação.

⁸ A busca de um processo de integração flexível, gradual e equitativo se justificava nas experiências anteriores da Argentina. A sucessão de regimes políticos com modelos de inserção internacional díspares gerou uma instabilidade que impediu o crescimento do comércio e o fomento da industrialização. O país tinha a necessidade de se reestruturar tanto politicamente como economicamente, urgindo o ímpeto de realizar um remanejamento das suas políticas de inserção econômica internacional. Assim, em 1986, a Argentina lançou um programa de “abertura de mão dupla”. Ao mesmo tempo que o país tentava incentivar as exportações, ele efetuava uma gradual diminuição das restrições às importações. Esta cautela contrasta com a política adotada por Martinez Hoz (1977-1980), que condicionou o aumento das exportações ao estímulo às importações, sob o suposto benefício de melhoria da produtividade e redução dos custos. Enquanto a política de Hoz foi um desastre, o caminho que a Argentina adotou a partir de 1986 apresentou resultados positivos, com aumento das exportações industriais do país. LAVAGNA, Roberto. Comércio Exterior e Política Comercial no Brasil e na Argentina: uma evolução comparada. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro; LLADÓS, José Maria (Org.). **Perspectivas Brasil e Argentina**, V. I. Rio de Janeiro: Funag, 1997. p. 279-281. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/133-Perspectivas_Brasil_e_Argentina_Volume_I.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2015.

⁹ ATA para a integração brasileiro-argentina. 29 jul. 1986. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1986/b_30/at_download/arquivo>. Acesso: 27 jan. 2016.

¹⁰ MENEZES, Wagner. **Derecho Internacional em América Latina**. Brasília: Funag, 2010. p. 185.

¹¹ SARNEY, José. **ASSINATURA DO TRATADO DE INTEGRAÇÃO, COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**. 1988. Discurso proferido na ocasião da assinatura do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento entre Brasil e Argentina em 29 de novembro de 1988. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jose-sarney/discursos/1988/103.pdf/download>>. Acesso: 27 jan. 2016.

¹² TRATADO de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina. 29 nov. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D98177.htm>. Acesso: 4 fev. 2015

Em seu art. 10, o Tratado de 1988 estabelecia as condições de adesão ao Tratado a outros países que fossem membros da ALADI. Dessa maneira, pode-se inferir que, desde o início, Brasil e Argentina já tinham como intenção a expansão do mercado comum que estava se delineando. Era o ideal da integração regional que tomava forma no escopo do Tratado. Nesse sentido, os países atuaram como protagonistas de uma integração regional de maior envergadura, que não se reduzisse a uma área de livre comércio ou a uma união aduaneira.

Não obstante o prazo inicial de 10 anos, os Presidentes Fernando Collor e Carlos Menem decidiram, por meio da Ata de Buenos Aires, firmada em julho de 1990, estabelecer como data limite para a formação do mercado comum entre Brasil e Argentina o fim do ano de 1994. Na ocasião, foi criado o Grupo de Trabalho Binacional¹³, que tinha por finalidade executar as diretrizes da Ata, avaliar e determinar as medidas a serem tomadas para a criação do mercado comum.

Desde o início do processo de integração entre Brasil e Argentina, o presidente do Uruguai acompanhou os trâmites do processo e vinculava seu país ao programa por meio de acordos bilaterais com os dois países protagonistas¹⁴. O mesmo era válido para o Paraguai. Ambos países eram vizinhos do Brasil e da Argentina e vinham desenvolvendo projetos conjuntos com os dois, tornando natural a inclusão dos mesmos no processo de integração em foco. Foi assim que, em novembro de 1991, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai assinaram o Tratado de Assunção, constituindo o Mercado Comum do Sul, o Mercosul.

No âmbito do Tratado de Assunção, a integração é vista pelos países como meio de promover o desenvolvimento econômico nacional. O aumento da competitividade industrial era fator imperante para uma inserção segura na nova ordem econômica internacional, e o bloco a ser formado representava, ao mesmo tempo, uma maneira de fortalecer o comércio regional e uma blindagem às vicissitudes do comércio internacional. Como é típico da estrutura de um mercado comum, o Mercosul deveria contar com a livre circulação de bens e fatores de produção, bem como com a anulação de qualquer restrição, tarifária ou não tarifária, ao comércio. Além disso, os países concordaram em adotar uma tarifa externa comum, uma política comercial comum em relação a terceiros Estados e assumiram o compromisso de harmonizar suas políticas macroeconômicas em diversos setores, com o objetivo de evitar os desequilíbrios estruturais na concorrência entre os Estados-Partes.

¹³ O Grupo de Trabalho Binacional estava subordinado à Comissão de Execução do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, que foi criada no Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, assinado em 1988, e seria presidido por diplomatas de ambos países.

¹⁴ BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado Luiz. **História da Política Exterior do Brasil**. 4. ed. revista e ampliada. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012. p. 486.

O Tratado de Assunção previa um prazo de transição, que ia até 31 de dezembro 1994, no qual os Estados se adaptariam às designações do Tratado de 1991 e o Mercosul funcionaria com uma estrutura institucional provisória. Foi somente em 17 de dezembro de 1994, na 7ª Reunião do CMC, que foi aprovado o Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul, o Protocolo de Ouro Preto, responsável por estabelecer a estrutura institucional definitiva do bloco.

Nos anos posteriores, a estrutura institucional do Mercosul ainda seria aperfeiçoada. Em fevereiro de 2002, os representantes dos Estados-Membros firmaram o Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no Mercosul, que estabelecia um sistema de solução de controvérsias permanente para o bloco. Ainda, em 2006, foi criado o Parlamento do Mercosul, substituindo a Comissão Parlamentar Conjunta.

2.1.2 Fundamentos jurídicos e competências para celebração de acordos internacionais

No Protocolo de Ouro Preto, as autoridades tomaram a cautela de estipular que as decisões do Mercosul seriam tomadas por consenso e com a presença de todos os Estados Partes. Dessa maneira, estes, independentemente de suas proporções geográficas, econômicas ou demográficas, são considerados iguais e suas opiniões igualmente avaliadas. Ainda, naquele mesmo diploma, também foram delineadas as fontes jurídicas do Mercosul. Estas são o Tratado de Assunção e todos seus protocolos e instrumentos adicionais ou complementares, bem como qualquer acordo celebrado no âmbito dos mecanismos anteriormente citados, além das Decisões, Resoluções e Diretrizes, tomadas respectivamente pelo CMC, GMC e CCM.

É preciso ressaltar que os modelos organizacionais da UE e do Mercosul diferem sensivelmente. Enquanto a primeira optou predominantemente pela supranacionalidade, o segundo decidiu pela intergovernabilidade. No processo formativo do Mercosul, os Estados-Partes decidiram por conceder ao bloco um formato institucional que permitisse o desenvolvimento flexível da sua estrutura conforme a necessidade de seus membros. Dessa maneira, optou-se pela intergovernabilidade em lugar da supranacionalidade. Conforme aponta Marcus Rector, isto não significa que o sistema adotado pelo Mercosul seja menos eficiente ou incompleto, ou que o bloco não possua personalidade jurídica internacional, mas que as decisões tomadas nos órgãos do bloco advêm do consenso a que chegam os Estados e que tais decisões não possuem aplicabilidade direta, devendo ser incorporadas no ordenamento jurídico

de seus membros¹⁵. Em sentido semelhante, Gomes, Farracha de Castro e Petri reiteram que não há um modelo ideal ou perfeito, uma vez que “cada bloco econômico deverá, segundo suas peculiaridades regionais e desigualdades econômicas e sociais, buscar o modelo e instituições mais adequados às suas necessidades”¹⁶.

No que tange à celebração de acordos internacionais, a estrutura do Mercosul exige a participação de todos os Estados-Membros. O Protocolo de Ouro Preto, em seu art. 8, IV, concedeu ao CMC a função de negociar e firmar acordos em nome do Mercosul com terceiros países. É possível, entretanto, que o CMC delegue essa função ao GMC, por meio da expedição de um mandato, o que foi feito no caso das negociações com a UE. Além disso, a delegação de negociação deve necessariamente ser composta por representantes de todos os Estados-Membros. Isto, além de estar previsto no art. 14, VII, do Protocolo de Ouro Preto, também é decorrente do seu art. 37, que determina que as “decisões dos órgãos do Mercosul serão tomadas por consenso e com a presença de todos Estados Partes (sic)”¹⁷. Dessa maneira, não há que se falar em supranacionalidade no Mercosul, mas em intergovernabilidade. Conforme ensinam Gomes, Farracha de Castro e Petri, não há, no Mercosul, uma autoridade central capaz de impor coercitivamente suas decisões aos Estados-Partes. De fato, as decisões emanadas dos órgãos do Mercosul têm aplicação condicionada ao ordenamento jurídico de seus membros e a escolha de quais normas serão aplicadas no bloco resulta da concertação daqueles. Não há, em uma concepção mais estrita, normas tomadas segundo os interesses do bloco em si, mas apenas normas adotadas em prol dos interesses dos Estados-Partes. Exemplo mais claro possível do modelo intergovernamental do Mercosul é a composição de seus órgãos. Com exceção da SAM, que executa os serviços de secretariado no bloco e conta com um quadro de funcionários próprios, todos os demais órgãos são compostos por representantes diretos de todos os Estados-Partes¹⁸.

No Mercosul, conforme aponta Eduardo Biacchi Gomes, seus Estados-Partes não realizaram a concessão de poderes soberanos a uma entidade supranacional, de forma que as

¹⁵ SILVA, Marcus Rector Toledo. **Mercosul e personalidade jurídica internacional**: as relações externas do bloco sub-regional pós-Ouro Preto. Rio de Janeiro: Renovar, 1999. p. 49-50.

¹⁶ FARRACHA DE CASTRO, C. A.; GOMES, E. B.; PETRI, J. L.. Relações internacionais no Direito Constitucional do Mercosul: a supranacionalidade e a questão da recepção dos tratados. In: BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Org.). **Elementos de direito internacional público**. Barueri: Manole, 2003. Cap. 4. p. 96.

¹⁷ BRASIL. Decreto nº 1.091, de 9 de maio de 1996. Promulga o Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do MERCOSUL (Protocolo de Ouro Preto), de 17 de dezembro de 1994. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 maio 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1901.htm>. Acesso em: 29 jan. 2016.

¹⁸ FARRACHA DE CASTRO, C. A.; GOMES, E. B.; PETRI, J. L.. Relações internacionais no Direito Constitucional do Mercosul: a supranacionalidade e a questão da recepção dos tratados. In: BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Org.). **Elementos de direito internacional público**. Barueri: Manole, 2003. Cap. 4. p. 96-98.

normas comuns adotadas em seus órgãos possuem eficácia condicionada aos mecanismos de recepção do ordenamento jurídico de cada país. Além disso, não existem mecanismos capazes de obrigar os Estados-Partes a aderirem às normas comuns, cabendo, no entanto, a possibilidade de responsabilização internacional¹⁹, passível no Direito Internacional Público²⁰.

2.2 UNIÃO EUROPEIA

2.2.1 Formação

Muito embora haja ensaios que preguem pela integração da Europa²¹ antes das duas grandes guerras, foi somente após essas que o ideal da unidade europeia passou a ser tomado como uma necessidade premente. Agrupamentos associativos, como a União Europeia dos Federalistas e o Movimento pela Europa Unida, passaram a defender, cada um a seu modo e com suas particularidades²², a formação de uma estrutura capaz de apaziguar os ânimos beligerantes entre países vizinhos – sobretudo, entre a França e a Alemanha, cuja relação era marcada por disputas e desconfianças –, bem como fortalecer os laços entre as comunidades europeias e reconstruir a combalida estrutura econômica dos países.

Os méritos de primeiro lançar a ideia de uma federação europeia após a Segunda Guerra Mundial pertencem a Winston Churchill. Em um discurso proferido no ano de 1946, em Zurique, ele apontou que uma paz duradoura para a Europa dependeria da formação de uma federação que teria como núcleo a França e a Alemanha e seria garantida pelos EUA e pela Grã-Bretanha. Tratava-se de uma proposição ambiciosa. Após o fim da Guerra, Winston estava deixando uma trilha de legados que buscavam solucionar os problemas não apenas da Europa,

¹⁹ Nesse particular, frisa-se a importância da norma do *pacta sunt servanda*, prevista no art. 26 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados. Os Estados devem cumprir os tratados do qual fazem parte de boa-fé, sendo que uma violação substancial do tratado por uma das partes pode dar direito à outra de extingui-lo ou suspendê-lo, em todo ou em parte, conforme o art. 60 da mesma convenção.

²⁰ GOMES, Eduardo Biacchi. A supranacionalidade e os blocos econômicos. **Revista da Faculdade de Direito da UFPR**, Curitiba, v. 38, 2003. p. 172. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/direito/article/view/1767/1464>>. Acesso em 27 jan. 2016.

²¹ Um exemplo clássico é a Paz Perpétua, trabalho de finais do século XVIII, de autoria do filósofo Immanuel Kant. No texto, o autor tece uma série de proposições jurídico-políticas às quais considera necessárias para a preservação da paz entre os Estados europeus. Algumas de grande relevância são a proibição de inclusão de reservas secretas em tratados de paz, a não ingerência e a estruturação do Direito Internacional com base em uma federação de Estados livres. Cf. KANT, Immanuel. **Perpetual Peace: a philosophical essay**. Londres: George Allen & Unwin LTD., 1903. Tradução de: M. Campbell Smith. Disponível em: <http://l-f-oll.s3.amazonaws.com/titles/357/0075_Bk.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2016.

²² Havia uma cisão entre os movimentos que advogavam a causa da integração europeia. Enquanto uma parte defendia a formação de uma estrutura institucional supranacional, ou seja, à qual os Estados cedessem soberania de decisão em algumas matérias; outra parte propugnava por uma associação que não interferisse nas prerrogativas soberanas dos Estados. KLINGL, Bernard J. L. de G.. **A evolução do processo de tomada de decisão na União Europeia e sua repercussão para o Brasil**. Brasília: Funag, 2014. p. 33-34.

mas também do mundo. Veja-se, por exemplo, sua participação no estabelecimento das instituições de Bretton Woods, na divisão da Alemanha – Conferência de Potsdam –, ou mesmo na formação da ONU²³.

Embora não em seus termos, a ideia de integração europeia aos poucos passou a apresentar resultados práticos. Em 1948, na Haia, líderes políticos de vários Estados europeus se encontraram com a finalidade de discutir mecanismos de cooperação supranacional. No entanto, o resultado da conferência foi uma instituição que não tinha nada de supranacional. O Conselho da Europa²⁴, então criado, não tinha capacidade de fazer decisões supranacionais vinculantes, mas apenas tecer recomendações aos seus membros, com base na sua função de delinear e monitorar os padrões europeus de democracia e direitos humanos²⁵.

Não demorou muito, porém, para que a primeira instituição com características supranacionais surgisse. Em 9 de maio de 1950²⁶, Robert Schuman, baseado nas ideias de Jean Monnet, fez sua famosa declaração à imprensa, afirmando a intenção do governo francês de estabelecer uma autoridade independente responsável por administrar toda a produção francesa e alemã de carvão e de aço. Monnet, que havia vivenciado as duas grandes guerras e servido como Vice-Diretor da Liga das Nações, sabia que o estabelecimento de tratados não era garantia da manutenção da paz na Europa. Era preciso que se estabelecesse uma instituição à qual os Estados cedessem parte da sua soberania, impedindo, dessa forma, a concretização dos ânimos beligerantes que existiam entre eles. Duas semanas após a Declaração Schuman, Monnet viajou a Bonn para se encontrar com o chanceler alemão, Konrad Adenauer, e explicar o Plano Schuman²⁷. Adenauer não hesitou em concordar com o plano apresentado por Monnet, pois sabia que o estabelecimento de uma entidade supranacional que administrasse a produção mineral da região do Sarre era uma medida que eliminaria um dos principais motivos de desconfiança entre franceses e alemães. Assim, já no ano de 1951, junto com a França e a

²³ KILJUNEN, Kimmo. **The European Constitution in the Making**. Bruxelas: Centre for European Policy Studies, 2004. p. 11-12. Disponível em: <<http://aei.pitt.edu/32581/>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

²⁴ É oportuno ressaltar que é no seio do Conselho da Europa que foi assinada a Convenção Europeia de Direitos Humanos e que está constituído o Tribunal Europeu de Direitos Humanos.

²⁵ KILJUNEN, Kimmo. **The European Constitution in the Making**. Bruxelas: Centre for European Policy Studies, 2004. p. 12. Disponível em: <<http://aei.pitt.edu/32581/>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

²⁶ A data de 9 de maio, em razão da sua importância histórica, representando tanto o fim da Segunda Guerra Mundial, como o início do processo de integração europeia, iria se tornar o Dia da Europa.

²⁷ WELLS JR., Samuel F.; WELLS, Sherrill Brown. Shared Sovereignty in the European Union: Germany's Economic Governance. **Yale Journal of International Affairs**, v. 3, n. 2, p. 30-43, 2008. p. 31-32. Disponível em: <http://yalejournal.org/pastissues_post/volume-3-issue-2-springsummer-2008/>. Acesso em: 30 jan. 2016.

Alemanha, Holanda, Itália, Luxemburgo e Bélgica assinavam o Tratado de Paris, que criava a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço²⁸.

A CECA estabeleceu um mercado comum para o carvão e o aço, que passou a ser controlado pela Alta Autoridade²⁹, que era uma das quatro instituições da organização, juntamente com o Conselho Especial de Ministros, a Assembleia e o Tribunal de Justiça. Tratava-se da primeira organização com características supranacionais da Europa, cujas instituições apresentariam os traços iniciais da estrutura de tomada de decisões que se delinearia nos anos vindouros ao longo da criação e aperfeiçoamento das organizações europeias.

A CECA marcou o início do que hoje se conhece por UE. Nos anos seguintes, foram sendo progressivamente ampliadas e adaptadas as instâncias de coordenação internacional entre os países europeus. Em 1957, pelos Tratados de Roma, foram estabelecidos a CEE e a CEEA (Euratom)³⁰. A CEE almejava o estabelecimento de um mercado comum e uma união econômica e monetária entre seus membros, o que levava à determinação superior de “estabelecer os fundamentos de uma união cada vez mais estreita entre os povos da Europa”. Para a consecução desses objetivos, previa-se uma série de medidas que elevariam consideravelmente o nível de integração europeia. O mercado comum seria estabelecido em um prazo transicional de doze anos, dividido em três etapas de quatro anos cada³¹.

A CEE contava com uma estrutura mais desenvolvida que a CECA e suas funções não estavam restritas a coordenação da extração e comercialização de carvão e aço. No seu quadro institucional, havia a Assembleia, a Comissão, o Conselho de Ministros, a Corte de Justiça, o Banco Europeu de Investimento, além de vários comitês e fundos. Algo que não deve passar despercebido, no entanto, é a natureza mais intergovernamental da CEE. O centro de decisões foi deslocado da Comissão³² para o Conselho de Ministros. Embora a Comissão fosse o órgão

²⁸ KILJUNEN, Kimmo. **The European Constitution in the Making**. Bruxelas: Centre for European Policy Studies, 2004. p. 13. Disponível em: <<http://aei.pitt.edu/32581/>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

²⁹ Nesse sentido, é importante ressaltar que a Alta Autoridade gozava de uma ampla autonomia e independência para cumprir as diretrizes do tratado. O Conselho Especial de Ministros não possuía competência para supervisionar a Alta Autoridade, nem nele residia o poder de decisão. Sua função principal era auxiliar a Alta Autoridade e a ela fazer recomendações, buscando harmonizar as decisões desta com a política dos Estados. KLINGL, Bernard J. L. de G.. **A evolução do processo de tomada de decisão na União Europeia e sua repercussão para o Brasil**. Brasília: Funag, 2014. p. 47-52.

³⁰ Tendo em vista que existem dois Tratados de Roma, um que estabeleceu a CEE e outro que estabeleceu a Euratom, nas páginas seguintes, quando se mencionar Tratado de Roma estar-se-á fazendo alusão àquele que estabeleceu a CEE.

³¹ Essas medidas estavam previstas no art. 3º do Tratado de Roma. As mais relevantes eram a livre circulação de bens, pessoas, serviços e capitais; o desenvolvimento de uma política comercial comum; desenvolvimento de políticas comuns na área da agricultura, transporte e pesca; além do desenvolvimento de políticas em muitas outras áreas, como em relação ao meio ambiente e educação. Para mais, cf. EUROPEAN Community Treaty. Roma, 25 mar. 1957. Disponível em: <<http://lawvolumes.dwp.gov.uk/docs/a9-1001.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

³² A Alta Autoridade possuía competências executivas assim como a Comissão da CEE, mas possuía muito mais autonomia na tomada de decisões.

executivo responsável por defender os interesses da CEE, gozando de direito de iniciativa e da devida independência para não ser influenciada por interesses nacionais, o centro de decisões se localizava no Conselho de Ministros. Este era composto por representantes diretos do ramo mais alto do Executivo dos Estados-Membros e possuía a palavra final sobre os assuntos mais importantes concernentes à CEE. Dessa maneira, a palavra final ficava na mão dos governos e não na de uma entidade supranacional. Isto foi enfatizado no Compromisso de Luxemburgo, de 1966, que afirmava que em decisões que interesses vitais dos Estados estivessem na mesa, as mesmas deveriam ser tomadas por unanimidade³³.

Interessante observar que o Conselho Europeu que atualmente integra a estrutura institucional da UE não surgiu de um tratado, mas da ideia do Presidente francês, Charles de Gaulle, de organizar cúpulas anuais de Presidentes dos países membros da CEE. As cúpulas passaram a ocorrer com frequência, sendo que, a partir de 1974, tornaram-se regulares, sendo realizadas duas ao ano. As conclusões do Conselho Europeu, que são tomadas por consenso, embora não fossem decisões da CEE, eram fielmente observadas pelo Conselho de Ministros³⁴.

Aos poucos, a importância CECA e da Euratom como entidades independentes foi se reduzindo. Dessa maneira, em 1967, pelo Tratado de Bruxelas, a CEE, a CECA e a Euratom foram fundidas, dando origem à Comunidade Europeia. Esta passou a contar com um Conselho e uma Comissão que centralizaram as funções das instituições similares daquelas três entidades³⁵.

A intenção de criar um mercado comum até janeiro de 1970, como estabelecido no Tratado de Roma, não foi concretizada³⁶. A isto se seguiu um período de “euroceticismo”, no qual se perdeu um pouco da confiança nas instituições europeias. Esse momento de descrença, porém foi sucedido por uma fase de “eurotimismo” na década de 1980, que incentivou os países a continuarem a trabalhar no desenvolvimento da integração europeia. Fruto desses esforços foi o Ato Único Europeu (AUE), tratado assinado em Luxemburgo e Haia, em fevereiro de 1986, com a finalidade de prosseguir na liberalização comercial e reformar os procedimentos de tomada de decisão, em que se ampliou o número de matérias que poderiam ser aprovadas por

³³ KILJUNEN, Kimmo. **The European Constitution in the Making**. Bruxelas: Centre for European Policy Studies, 2004. p. 14. Disponível em: <<http://aei.pitt.edu/32581/>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

³⁴ KILJUNEN, Kimmo. **The European Constitution in the Making**. Bruxelas: Centre for European Policy Studies, 2004. p. 15. Disponível em: <<http://aei.pitt.edu/32581/>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

³⁵ TRAITÉ Instituant un Conseil Unique et Une Commission Unique des Communautés Européennes. Bruxelas, 8 abr. 1965. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:89b3b5b7-e861-4de6-b92c-7c280ca6d6fb.0002.01/DOC_1&format=PDF>. Acesso em: 30 jan. 2015.

³⁶ SCHWARZE, Jürgen. The development of the European Union from a common market to a political union. **Ritsumeikan Law Review**, n. 23, p. 91-98, 2006. p. 93. Disponível em: <<http://www.ritsume.ac.jp/acd/cg/law/lex/rlr23/SCHWARZE.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

quórum de maioria qualificada³⁷ no Conselho de Ministros em matéria comercial, como forma de permitir a implantação do mercado único comum³⁸.

Em 31 de dezembro de 1992, a união alfandegária e a área de livre-comércio então vigentes deveriam ser substituídas pelo mercado único comum, que seria submetido a um controle supranacional, cujas decisões, obrigatórias aos Estados-Membros, seriam tomadas pelo Conselho por maioria qualificada. Além disso, o AUE também oficializou o Conselho Europeu, que, como visto, se reunia regularmente desde 1974, e transformou a Assembleia em Parlamento Europeu, reforçando seu papel. Até então, a Assembleia tinha mero ofício consultivo, sendo que o processo legislativo ficava completamente a cargo do Conselho. A partir daquele momento, em várias matérias, sobretudo naquelas relacionadas mais diretamente aos indivíduos, como livre-circulação de trabalhadores e a segurança e saúde destes, o Parlamento passou a ser consultado em uma segunda leitura. Após uma proposta da Comissão, o Parlamento deveria redigir um parecer para o Conselho, o qual, por sua vez, deveria produzir um texto de posição comum, tentando conciliar seu posicionamento com o do Parlamento. Após isso, esse texto de posição comum retornava ao Parlamento, que poderia aprová-lo, rejeitá-lo (caso em que o Conselho, para fazer valer sua posição, deveria aprovar o texto por unanimidade) ou emendar o texto, caso em que a aprovação da Comissão era necessária ou, na negativa desta, requerer-se-ia a aprovação da emenda por unanimidade pelo Conselho. Além disso, havia três casos em que o encaminhamento de uma proposição da Comissão ao Conselho exigia um parecer favorável do Parlamento. Estes eram: adesão de novos membros; negociação de acordos de associação com terceiros países ou OI; definição de regras para exercício de competência de execução pela Comissão³⁹.

A passagem para a década de 1990, marcada pelo fim da Guerra Fria, apresentou efeitos diretos nos países da Comunidade Europeia, exigindo que ela fosse novamente atualizada para lidar adequadamente com o novo contexto vigente. Várias interpretações são oferecidas em relação aos motivos que levaram à assinatura do Tratado de Maastricht, em fevereiro de 1992. Alguns autores, como Michael Baun, conferem grande importância à situação dos países da Comunidade Europeia frente à reunificação alemã e ao desmembramento

³⁷ Recorde-se que, em 1966, pelo Compromisso de Luxemburgo, a França se reservou o direito de exigir que votações sobre matérias consideradas de seu interesse vital fossem feitas em por unanimidade.

³⁸ MORAVCSIK, Andrew. Negotiating the Single European Act: national interests and conventional statecraft in the European Community. **International Organizations**, v. 45, n.1, p. 19-56, 1991. p. 19-21. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2706695?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 30 jan. 2016.

³⁹ KLINGL, Bernard J. L. de G.. **A evolução do processo de tomada de decisão na União Europeia e sua repercussão para o Brasil**. Brasília: Funag, 2014. p. 108-112.

da URSS⁴⁰. De fato, este processo culminou na independência de vários países do Leste Europeu, os quais passaram a ver na acessão à UE uma forma eficaz de realizar uma transição segura para a democracia e uma economia de mercado. Além disso, a dissolução da URSS foi seguida por um período de incerteza e instabilidade, marcado por guerras, como a da Iugoslávia e a da Bósnia, de forma que a busca por segurança passou a ser questão de máxima prioridade em muitos países recém-emancipados, como a Polônia, a Hungria e a República Tcheca, os quais também aderiram, a contragosto da Rússia, à OTAN⁴¹. O número de aplicações para a Comunidade Europeia, que até a década de 1990 possuía 12 membros, iria aumentar consideravelmente. Já no final da década de 1980, Chipre, Malta, Finlândia e Áustria apresentariam suas candidaturas. Os líderes, no entanto, sabiam que antes de aceitar novos membros era premente que se fortalecessem as bases da integração do bloco⁴².

O Tratado de Maastricht guarda para si o mérito de estabelecer oficialmente a União Europeia. Isto não foi feito de maneira trivial, uma vez que sua principal função foi fortalecer os principais vínculos entre os países que integravam a Comunidade Europeia e ampliá-los, aprofundando a integração econômico-comercial e desenvolvendo incisivamente a integração política, fazendo-se jus à nova denominação do bloco. Nos anos anteriores a Maastricht, embora digna de atenção, a dimensão política da Comunidade Europeia era relegada a um plano secundário em relação à importância que era atribuída ao fortalecimento dos laços comerciais entre seus membros. Sem descuidar das dimensões institucional e comercial, Maastricht assumiu a missão de criar um novo modelo de Comunidade, valorizando consideravelmente a esfera de coordenação política entre os Estados. Alguns avanços na esfera política que merecem ser frisados são a criação da cidadania europeia e o estabelecimento de cooperação e coordenação em matérias de política externa e segurança (Título V) e assuntos judiciais e domésticos (Título VI)⁴³.

⁴⁰ BAUN, Michael J.. The Maastricht Treaty as High Politics: Germany, France, and European Integration. **Political Science Quarterly**, v. 110, n. 4, p. 605-624, 1995-96. p. 606. Disponível em: <http://homes.ieu.edu.tr/~aburgin/IREU%20438%20Policy%20Making%20in%20the%20EU/Additional%20Readings/Additional%20Reading%20for%20students/Baun_The%20Maastricht%20Treaty%20as%20High%20Politics%20Germany%20France%20and%20European%20Integration.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2016.

⁴¹ SHENOY, Shravan G.. Treaty of Maastricht: A Positive Step towards Integration?. **Jindal Journal of International Affairs**, v. 2, n. 1, p. 1-19, 2012. p. 7-8. Disponível em: <<http://www.jsia.edu.in/JJIA/PDF/Sharavan-TreatyofMaastricht.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

⁴² WELLS JR., Samuel F.; WELLS, Sherrill Brown. Shared Sovereignty in the European Union: Germany's Economic Governance. **Yale Journal of International Affairs**, v. 3, n. 2, p. 30-43, 2008. p. 40. Disponível em: <http://yalejournal.org/pastissues_post/volume-3-issue-2-springsummer-2008/>. Acesso em: 30 jan. 2016.

⁴³ TRATADO de la Unión Europea. Maastricht, 7 fev. 1992. Disponível em: <http://europa.eu/eu-law/decision-making/treaties/pdf/treaty_on_european_union/treaty_on_european_union_es.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2016.

A UE, em termos simplificados, passou a ser constituída por três pilares. Um envolvendo as relações econômico-comerciais; outro tratando das relações externas e de segurança do bloco; e, por fim, um que lidava com assuntos domésticos. Paralelamente ao desenvolvimento da esfera política da UE, representada, sobretudo, pelos dois últimos pilares, o Tratado de Maastricht estabeleceu um cronograma de estritas medidas transicionais relacionadas à atividade econômica dos países em matéria de inflação, déficit público, dívida pública e estabilidade monetária, a serem alcançadas pelos Estados para que se pudesse estabelecer a União Econômica e Monetária⁴⁴ do bloco. Esta, que contaria com a implementação de uma moeda única, o Euro, e o estabelecimento do Banco Central Europeu, criado nos moldes do Bundesbank alemão, estava prevista para janeiro de 1999⁴⁵.

Poucos anos após a oficialização da UE, porém, seus Estados-Membros decidiram fazer uso do artigo N do Tratado de Maastricht, que previa a convocação de uma conferência intergovernamental para discutir a revisão do Tratado. Isto denotava a existência de algumas insuficiências do bloco. Havia generalizada crítica aos procedimentos pouco transparentes e democráticos das instituições do bloco, bem como do distanciamento da UE dos cidadãos. Além disso, a PESC não havia produzido resultados satisfatórios, sobretudo em razão submissão de temas de maior importância ao crivo do Conselho e da sua atuação debilitada em face da separação entre o pilar político e o pilar comercial⁴⁶. Os trabalhos desenvolvidos nessa conferência intergovernamental, entretanto, não apresentaram os resultados mais almejados. O Tratado de Amsterdam, assinado em outubro de 1997, mostrou-se tímido diante da quantidade de alterações que a UE necessitava, tanto para receber novos membros, como para melhorar sua estrutura institucional e processo decisional.

Embora não houvesse sido olvidada a dificuldade que o alargamento da UE vinha apresentando, essa matéria não foi tratada de maneira adequada em Amsterdam, de modo que

⁴⁴ Importante observar que a União Econômica e Monetária da UE se restringe somente à política monetária, de forma que os Estados continuam com o controle de suas políticas fiscais e orçamentárias. Não obstante, os Estados deveriam manter a disciplina fiscal e orçamentária. Isto, apesar de preceituado, não foi empecilho para que Estados como Grécia, Portugal, Espanha, Itália, além de outros, adotassem políticas fiscais expansionistas, em razão das baixas taxas de juros na zona do Euro. Isto se devia sobretudo à natural tendência dos países centrais, como a Alemanha, de adotar políticas fiscais contracionistas, o que influenciava diretamente na economia do bloco como um todo. O descompasso entre a política monetária praticada pelo BCE e a política fiscal expansionista irresponsável adotada por muitos membros está, como assevera Marcelo Câmara, no epicentro da Crise na Zona do Euro. CÂMARA, Marcelo P. S.. **A Política Externa Alemã na República de Berlim De Gerhard Schröder a Angela Merkel**. Brasília: Funag, 2013. p. 267-269.

⁴⁵ WELLS JR., Samuel F.; WELLS, Sherrill Brown. Shared Sovereignty in the European Union: Germany's Economic Governance. **Yale Journal of International Affairs**, v. 3, n. 2, p. 30-43, 2008. p. 41. Disponível em: <http://yalejournal.org/pastissues_post/volume-3-issue-2-springsummer-2008/>. Acesso em: 30 jan. 2016.

⁴⁶ RAPPORT du Groupe de réflexion. Bruxelas, 5 dez. 1995. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/enlargement/cu/agreements/pdf/reflex1_fr.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2015.

pouco tempo após a entrada em vigor deste tratado, já se convocava nova conferência intergovernamental para tratar do assunto. A adesão de novos membros passava necessariamente pela reforma das instituições do bloco, de forma que a conferência pôs-se a examinar questões como o tamanho e a composição da Comissão, a possibilidade de se estender o número de matérias que não precisassem de unanimidade para serem adotadas pelo Conselho e a quantidade de votos que cada Estado teria direito neste. Os trabalhos, que resultaram no Tratado de Nice, assinado em fevereiro de 2001, foram longos e pesados, marcados pelo jogo de barganha entre os Estados em face da distribuição de votos no Conselho e de assentos no Parlamento⁴⁷. Por trás de todas essas mudanças, porém, estava o objetivo principal de possibilitar a adesão de 12 estados que estavam em processo de avaliação. Conforme argumenta Peter Katz, o Tratado de Nice apresentou significativas contribuições para o processo de alargamento da UE ao promover uma reforma institucional e alterar o processo de tomada de decisão do bloco. Estas medidas eram necessárias como meio de garantir que os novos membros possuísem uma representação adequada no bloco⁴⁸.

Em 2004 e 2007, a UE passaria por duas grandes expansões. Na primeira, foram admitidos 10 novos membros (Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia e República Tcheca) e na segunda outros dois (Romênia e Bulgária)⁴⁹. A Europa dos 15 se tornou a Europa dos 27 no ano de 2007. No entanto, antes mesmo desse processo de alargamento, tentou-se estabelecer uma Constituição para a Europa. No ano de 2000, ainda no bojo das negociações do Tratado de Nice, ficou plasmado que havia muitas questões que não estavam necessariamente relacionadas à adesão de novos membros e que deveriam ser solucionadas. Dessa maneira, junto ao texto de Nice foi anexada a Declaração respeitante o futuro da União, a qual propugnava por “um debate mais amplo e aprofundado sobre o futuro da União Europeia”, que deveria ter por finalidade delimitar de forma mais precisa as competências dos Estados-Membros e da UE, abordar o Estatuto da Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia, simplificar os tratados do bloco e abordar o papel dos parlamentos nacionais na arquitetura da União⁵⁰. Com base nessas instruções, os Chefes de

⁴⁷ KLINGL, Bernard J. L. de G.. **A evolução do processo de tomada de decisão na União Europeia e sua repercussão para o Brasil**. Brasília: Funag, 2014. p. 161-175.

⁴⁸ KATZ, Peter. The Treaty of Nice and the European Union: the Political, Economic and Social Consequences of Ratifying the Treaty of Nice. **U. Pa. J. Int'l Econ. L.**, v. 24, n. 1, p. 225-262, 2003. p. 246-247. Disponível em: <[https://www.law.upenn.edu/journals/jil/articles/volume24/issue1/Katz24U.Pa.J.Int'lEcon.L.225\(2003\).pdf](https://www.law.upenn.edu/journals/jil/articles/volume24/issue1/Katz24U.Pa.J.Int'lEcon.L.225(2003).pdf)>. Acesso em: 31 jan. 2015.

⁴⁹ A Croácia foi admitida no bloco em 2013. Sobre a data de adesão dos membros da UE, cf. UNIÃO EUROPEIA. **Países**. 2016. Disponível em: <http://europa.eu/about-eu/countries/index_pt.htm>. Acesso em: 1 fev. 2016.

⁵⁰ TRATADO de Nice. Nice, 26 fev. 2001. JOCE C 80/85. Disponível em: <https://www.ecb.europa.eu/ecb/legal/pdf/pt_nice.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2016.

Estado do bloco, no Conselho Europeu de Laeken, realizado em dezembro de 2001, adotaram a Declaração de Laeken sobre o futuro da União Europeia, na qual instruíram a realização de uma convenção para discutir o futuro do bloco. O ex-Primeiro Ministro francês Valéry Giscard d'Estaing foi encarregado da Presidência da convenção, que teve seus trabalhos iniciados em 2002⁵¹.

Em Laeken, foi atribuída à convenção a função de abordar “a questão de saber se esta simplificação e reestruturação [dos tratados da UE] não poderão conduzir, a prazo, à aprovação na União de um texto constitucional. Quais deverão ser os elementos de base dessa Constituição?”. O documento final, fruto dos trabalhos da convenção, junto com os debates que se realizaram nos âmbitos nacionais dos Estados, embasaria as discussões da conferência intergovernamental que se realizaria em 2004⁵². O produto final da convenção foi o texto intitulado Tratado que Estabelece uma Constituição para a Europa. Após passar por algumas alterações no Conselho Europeu de Bruxelas, em junho de 2004, devido às divergências que apareceram entre os Estados, o texto foi adotado em Roma, em outubro daquele ano. No entanto, ele não sobreviveu ao processo de ratificação nos Estados. Para um tratado entrar em vigor na UE, exige-se sua ratificação por todos os membros e, em alguns, a ratificação da Constituição Europeia tinha sido protelada ou já fora rejeitada, como na França e na Holanda⁵³.

Apesar do fiasco na ratificação da Constituição Europeia, seu texto serviu de base para o Tratado de Lisboa, firmado em dezembro de 2007, que incorporou muitas das suas proposições. A necessidade de reformar a UE, prevista na Declaração de Laeken, não havia sido satisfeita. O uso da linguagem constitucional havia gerado muitas controvérsias entre a população e os parlamentos dos Estados-Membros, impedindo uma maior aceitação do documento. Nesse sentido, em Lisboa se adotou uma abordagem diversa, apontando se tratar de “tratado modificativo”, afastando, desse modo, menções a constitucionalismos, que tinham desagradado a alguns países, como o Reino Unido.

O texto do Tratado de Lisboa foi produzido sob uma iniciativa franco-alemã e presidência portuguesa. Ele altera o Tratado da União Europeia (TUE) e o Tratado que Institui a Comunidade Europeia (TCE), passando a denominar este como Tratado sobre o

⁵¹ CONSELHO EUROPEU. **Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Laeken**. Laeken, 15 dez. 2001. p. 10-12. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/summits/pdf/lae2_pt.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2016.

⁵² CONSELHO EUROPEU. **Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Laeken**. Laeken, 15 dez. 2001. p. 10-12. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/summits/pdf/lae2_pt.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2016.

⁵³ KLINGL, Bernard J. L. de G.. **A evolução do processo de tomada de decisão na União Europeia e sua repercussão para o Brasil**. Brasília: Funag, 2014. p. 189-198.

Funcionamento da União Europeia (TFUE). Uma das principais alterações introduzidas na UE foi a supressão de seus três pilares (Comunidade Europeia; PESC; Justiça e Assuntos Domésticos), instituídos em Maastricht, em prol da unificação dos mesmos sob o processo de decisão comunitária. Além disso, foram criados os cargos de Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e Segurança Comum e de Comissário de Relações Exteriores, o papel do Parlamento Europeu foi reforçado e o número de assuntos em que a decisão podia ser tomada por maioria qualificada no Conselho foi ampliado. Fora isto, houve ainda várias outras mudanças, que se espalhavam para muitos outros domínios, como o social e de direitos humanos⁵⁴.

Até o momento, o Tratado de Lisboa marcou a última grande reforma da UE, determinando a estrutura institucional e as regras do processo de decisão então vigentes no bloco. Ao longo de mais de 50 anos, o que surgiu primariamente como um meio de apaziguar as desconfianças entre países vizinhos, evoluiu, agregando novas instituições e ampliando o número de assuntos sobre os quais atua, fato que lhe confere a posição de bloco internacional mais completo que já se teve notícia. A UE atualmente pode se vangloriar de ter logrado um nível de coordenação e cooperação invejável entre seus Estados-Membros nas mais diversas matérias, atuando no campo econômico, comercial, político, social, cultural, educacional, de defesa, ambiental, energético, alimentar, de desenvolvimento, além de vários outros.

2.2.2 Fundamentos jurídicos e competências para celebração de acordos internacionais

Desde o início, era possível vislumbrar uma tensão entre a natureza dupla da UE, composta por instituições tanto de natureza supranacional como intergovernamental. Isto fica bem claro quando a Comissão e o Conselho de Ministros são levados em consideração. Já na época da CEE, a Comissão era o órgão executivo que contava com claras características supranacionais. Ela possuía direito de iniciativa em várias matérias e era responsável por defender os interesses da CEE sem se deixar influenciar por interesses nacionais, além de ser composta por funcionários que representavam os interesses da integração. Em contraste, o Conselho de Ministros era um órgão formado por representantes diretos dos Presidentes dos Estados, e era o órgão último de decisão. Embora a Comissão tivesse direito de iniciativa, suas medidas precisavam ser aprovadas pelo Conselho.

⁵⁴ RICARD-NIHOUL, Gaëtane. Le Traité de Lisbonne: Relance d'un Traité ou Traité de la relance? **Notre Europe**, nov. 2007. Disponível em: <http://www.institutdelors.eu/media/g_ricard-nihoul_-_traite_reformateur.pdf?pdf=ok>. Acesso em: 1 fev. 2016.

A característica supranacional da UE, porém, residia na obrigatoriedade das decisões do Conselho para os Estados-Membros. Diferentemente do Mercosul, na qual as Decisões tomadas no âmbito do CMC devem ser posteriormente internalizadas pelos trâmites jurídicos nacionais de seus Estados-Partes, as decisões tomadas no Conselho de Ministros são imediatamente aplicáveis aos seus Estados-Membros.

Após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, cerca de 50 anos após a celebração do Tratado de Roma, que instituiu a CEE, a função da Comissão e do Conselho atuais ainda guardam grande semelhança com seus sócios passados. O Conselho continua gozando de grande autoridade no processo decisório dentro do bloco, sobretudo quando a negociação de tratados internacionais está envolvida.

Antes de dissertar sobre o processo de celebração de tratados internacionais no bloco, cabe tecer algumas considerações sobre a natureza supranacional da UE.

A UE, desde o Tratado de Paris, que instituiu a CECA, optou por um modelo supranacional de tomada de decisões. Isto possui algumas implicações práticas. Em primeiro lugar, os órgãos da UE possuem competências próprias, as quais executam independentemente da vontade dos Estados-Membros. Em segundo lugar, as decisões desses órgãos, a depender de sua natureza, terão aplicabilidade imediata no ordenamento jurídico dos Estados-Membros, dispensando a incorporação das mesmas⁵⁵. De fato, os tratados preveem a existência de competências exclusivas da União e de competências partilhadas entre esta e os Estados-Membros, além das competências de apoio. Conforme Mata e Molina del Pozo, competências exclusivas são aquelas “que são atribuídas pelos Tratados e sobre cujos âmbitos materiais somente a União possui capacidade para legislar e adotar atos juridicamente vinculantes” (tradução nossa). Os Estados só poderão legislar sobre o assunto caso a União os habilite, ou seja necessário para dar efetividade aos atos da União. A União disporá de competência exclusiva para celebrar um tratado internacional no caso em que haja uma previsão em um ato legislativo da UE.

Já as competências partilhadas ocorrem quando a União divide a competência com os Estados-Membros. Em outras palavras, em matérias de competência partilhada, tanto a União quanto os Estados-Membros serão competentes para legislar e adotar atos juridicamente vinculantes em relação ao assunto. Não obstante, cabe uma ressalva: os Estados-Membros só estarão aptos a exercer sua competência quando a União não a tiver exercido ou se houver

⁵⁵ GOMES, Eduardo Biacchi. A supranacionalidade e os blocos econômicos. **Revista da Faculdade de Direito da UFPR**, Curitiba, v. 38, 2003. p. 161. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/direito/article/view/1767/1464>>. Acesso em 30 set. 2015.

optado por não exercê-la⁵⁶. Por fim, as competências de apoio da União visam apoiar ou completar a ação dos Estados-Membros, sem, no entanto, usurpar-lhes o domínio sobre o assunto.

Cabe ressaltar que em cada domínio específico em que a União atua se aplica uma modalidade de competência, de forma que há um rol de matérias bem delimitadas nos tratados da UE especificando quando é a União que deve atuar, quando são os Estados que devem atuar e quando ambos devem atuar conjuntamente. Nesse sentido, interessa a este trabalho somente o processo de atribuição de competência para a celebração de acordos internacionais, de forma que o foco desde subcapítulo será direcionado a essa matéria.

Como regra geral, a Comissão Europeia só pode celebrar tratados após a aprovação do parlamento de cada Estado-Membro⁵⁷. Isso ocorre porque a maioria dos tratados internacionais versam sobre competências partilhadas⁵⁸.

A celebração de tratados está regulada no Título V da Parte V do TFUE, dos artigos 216 a 219. Os tratados celebrados pela União são vinculantes para ela e para os Estados-Membros. Pelo art. 218 do TFUE, é o Conselho da UE que autoriza a abertura do processo de negociação e define suas diretrizes, bem como é ele que autoriza a celebração do tratado. Além disso, ele é o órgão incumbido de formar a delegação responsável pelas negociações, dando-lhe diretrizes e, quando julgar necessário, designar um comitê especial, que deverá ser consultado pela delegação ao longo das negociações. Deve-se frisar que, ao longo do processo de negociação de acordos de associação, o Conselho deve deliberar por unanimidade.⁵⁹

⁵⁶ MATA, J. B.; MOLINA DEL POZO, C. F.. La distribución de competencias en el nuevo diseño de la Unión Europea: del Acta Única Europea al Tratado de Lisboa. **Revista Facultad de Derecho y Ciencias Políticas**, Medellín, v. 43, n. 118, jan./jun. 2013. p. 53-54. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/rfdcp/v43n118/v43n118a02.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2015.

⁵⁷ Conforme o art. 3º, II, TFUE, em casos que a celebração do acordo internacional esteja prevista em ato legislativo da União, ela possui competência exclusiva para celebrá-lo. Essa, porém, não é a regra, mas a exceção, pois a maioria dos tratados versam sobre matérias de competência partilhada entre a União e os Estados-Membros.

⁵⁸ A União pode encetar a negociação de acordos internacionais, os quais, caso adotados pelo Conselho, serão obrigatórios para os Estados-Membros. No entanto, deve-se observar que, como dito, a negociação de acordos comerciais se trata de uma competência partilhada da União. Não porque os Estados tenham um papel direto na negociação dos acordos, mas porque eles podem, por iniciativa própria, negociar e celebrar acordos internacionais com países terceiros e organizações internacionais, desde que os mesmos estejam de acordo com o direito da União. Isto está estipulado de forma clara na Declaração nº 36 referente ao artigo 218 do TFUE, que dispõe que “os Estados-Membros têm o direito de negociar e celebrar acordos com países terceiros ou organizações internacionais nos domínios abrangidos pelos Capítulos 3, 4 e 5 do Título V da Parte III, desde que esses acordos sejam conformes com o direito da União.”. UNIÃO EUROPEIA. Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia: versão consolidada. **Jornal Oficial da União Europeia**, Bruxelas, 26 out. 2012. p. 98-101. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:12012E/TXT&from=PT>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

⁵⁹ UNIÃO EUROPEIA. Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia: versão consolidada. **Jornal Oficial da União Europeia**, Bruxelas, 26 out. 2012. p. 98-101. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:12012E/TXT&from=PT>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

O Conselho também é responsável por autorizar a celebração do acordo de associação, mas isso só pode ser feito após aprovação do Parlamento Europeu. Há exceções, mas isso não é o caso do Acordo de Associação Mercosul-União Europeia, uma vez que, por disposição expressa no art. 218, “6”, “a”, “i”, do TFUE, é preciso o aval do Parlamento na negociação de acordos de associação. Deve-se ressaltar, além disso, que o Parlamento deve ser informado de todas as etapas do processo de negociação⁶⁰.

Não obstante, essa regra geral sofre algumas alterações quando o tratado versa sobre matéria de política comercial⁶¹, como é o caso do Acordo de Associação Mercosul-União Europeia. O Parlamento e o Conselho são os responsáveis por estabelecer a base na qual é executada a Política Comercial Comum da UE. Quando se tem de negociar acordos internacionais sobre essa matéria, as disposições gerais dos artigos 218 do TFUE sofrem algumas exceções. A Comissão passa a desempenhar um papel mais importante na negociação de acordos internacionais que envolvam alteração da política comercial do bloco, uma vez que, ela, junto ao Conselho, tem o dever de zelar pela compatibilidade dos acordos internacionais com a Política Comercial Comum em voga. Por conta disso, quando o acordo envolver alteração da política comercial do bloco, as negociações devem ser conduzidas pela Comissão, que o faz em consulta com um comitê especial designado pelo Conselho. Durante o processo de negociação, a Comissão deve se reportar periodicamente ao comitê especial designado e ao Parlamento⁶².

Assim, quando a política comercial está envolvida, é a Comissão que desenvolve as negociações, mas ela, necessariamente, deve recorrer ao Conselho para obter um mandato de negociações, que contém as diretrizes que ela deverá seguir. Dessa maneira, os Estados-Membros gozam de grande controle nas negociações de acordos internacionais e a Comissão, por sua vez, de nem tanta autonomia como aparenta. Isto é possível graças à natureza do Conselho, que é composto por representantes diretos do mais alto ramo do Executivo de seus Estados, deliberando em defesa dos interesses de seus países, e não unicamente com base em interesses do bloco. No caso de acordos de associação, isso se torna ainda mais sensível, pois o

⁶⁰ UNIÃO EUROPEIA. Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia: versão consolidada. **Jornal Oficial da União Europeia**, Bruxelas, 26 out. 2012. p. 98-101. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:12012E/TXT&from=PT>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

⁶¹ A Política Comercial Comum da UE é tratada no Título II do TFUE, nos artigos 206 e 207. Como política comercial, deve-se compreender as matérias relacionadas ao comércio de serviços e mercadorias, propriedade intelectual, liberalização comercial, investimento externo direto, medidas antidumping, políticas de exportação, além de outras.

⁶² UNIÃO EUROPEIA. Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia: versão consolidada. **Jornal Oficial da União Europeia**, Bruxelas, 26 out. 2012. p. 98-101. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:12012E/TXT&from=PT>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

Conselho deve deliberar por unanimidade, permitindo que apenas um Estado-Membro crie substanciais empecilhos às negociações.

Além disso, um desenvolvimento recente, que não deve passar despercebido, é o parecer do Tribunal de Justiça da União Europeia, de 17 de maio de 2017, que determinou que a Comissão só poderá fechar acordos comerciais que versem sobre matérias que extrapolem a competência exclusiva da União após aprovação de cada um dos parlamentos nacionais dos Estados-Membros. Embora o parecer seja mais uma constatação⁶³ que uma inovação, ele alterará de sobremaneira as condições nas quais a UE celebra acordos comerciais, pois fortalece a posição dos Estados-Membros no processo de negociação. Ou o Conselho e a Comissão terão que ser mais cautelosos para que os acordos versem apenas sobre matéria de competência exclusiva da União, ou o diálogo e a coordenação com os Estados-Membros deverão ser significativamente ampliados, caso se queira ter sucesso na celebração de acordos comerciais. Antes, a prática corrente era que, pelos acordos comerciais versarem sobre a política comercial comum, uma competência exclusiva do bloco, conforme o art. 3º do TFUE, o aval dos Estados-Membros era desnecessário, de forma que muitos tratados dessa qualidade foram celebrados sem necessidade de aprovação dos parlamentos nacionais. Isso, porém, tende a mudar, conforme os acordos se tornaram mais complexos.

O parecer se originou da controvérsia acerca da assinatura de um acordo de livre comércio entre a UE e Singapura. A Comissão Europeia submeteu um pedido de parecer ao Tribunal de Justiça, no qual formulou as seguintes indagações:

A União tem a competência necessária para assinar e celebrar por si só o acordo de comércio livre com Singapura? Mais concretamente:

- Que disposições do acordo são da competência exclusiva da União?
- Que disposições do acordo se inserem na competência partilhada da União?
- Existe alguma disposição do acordo que seja da competência exclusiva dos Estados-Membros?⁶⁴

Ao longo da formulação do parecer, a Comissão argumentou que a UE possuía competência exclusiva para assinar e celebrar o acordo com Singapura, pois suas disposições

⁶³ Argumenta-se pela natureza de constatação porque o referido parecer não altera o processo de celebração de tratados, apenas o clarifica. Por exemplo, o CETA foi celebrado e aprovado antes do parecer do Tribunal e, já naquele momento, estava prevista a aprovação do CETA pelos parlamentos dos Estados-Membros. A título de curiosidade, o CETA foi assinado em outubro de 2016, aprovado pelo Parlamento Europeu em fevereiro de 2017, mas só poderá entrar em vigor após a aprovação por parlamentos nacionais e regionais de cada um dos 27 Estados-Membros (considerando a saída do Reino Unido).

⁶⁴ UNIÃO EUROPEIA. Tribunal de Justiça da União Europeia. PARECER 2/15 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Tribunal Pleno). **InfoCuria - Jurisprudência do Tribunal de Justiça**, Luxemburgo, 16 maio 2017. Disponível em:

<<http://curia.europa.eu/juris/document/document.jsf?text=&docid=190727&pageIndex=0&doclang=PT&mode=req&dir=&occ=first&part=1&cid=1365055>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

se encontravam abarcadas pela política comercial comum, que é competência exclusiva da União. Por sua vez, o Conselho e os Estados-Membros apresentaram observações afirmando que o referido acordo possuía disposições que eram de competência partilhada e outras que eram de competência apenas dos Estados-Membros, de forma que o referido tratado seria um “acordo misto”. O entendimento da Corte foi no sentido de que, embora a maioria das disposições do acordo entre UE e Singapura fossem de competência exclusiva da União, várias delas, como as referentes à proteção de investimentos, transparência e resolução de litígios são competências partilhadas e, portanto, a União não pode aprova-las sozinha⁶⁵. A consequência do parecer é que o aval dos parlamentos nacionais será necessário para aprovar acordos comerciais cujos dispositivos ultrapassem a competência exclusiva da União.

É bastante provável que o futuro Acordo de Associação Inter-Regional Mercosul-União Europeia verse sobre matérias que sejam de competência partilhada. Por exemplo, a agricultura, conforme o art. 4º, 2, “d”, do TFUE, é uma competência partilhada; portanto, qualquer disposição que altere o funcionamento do mercado agrícola europeu exigirá aprovação dos Estados-Membros. Vale apenas ressaltar o disposto no art. 218, 11 do TFUE, que dispõe que qualquer Estado-Membro pode solicitar parecer do Tribunal de Justiça sobre a compatibilidade de um acordo que está sendo negociado com os tratados da UE⁶⁶. É muito provável que, assim como aconteceu em relação ao acordo com Singapura, o acordo de associação com o Mercosul seja submetido ao crivo da Corte, e não será inesperada uma decisão afirmando que muitas das suas disposições versam sobre matérias de competência partilhada.

Em poucas palavras, a negociação do Acordo de Associação Mercosul-União Europeia é levada a cabo pela Comissão. Essa segue estritamente as diretrizes e demais determinações do Conselho, o qual, por sua vez, confere o mandato de negociações à Comissão, o qual requer o aval do Parlamento, que também acompanha as negociações. Após sua assinatura, o acordo deverá ser aprovado pelo Parlamento e, caso contenha disposições que versem sobre matéria de competência partilhada ou de competência única dos Estados-Membros, deverá ser aprovado, nestas matérias, pelos parlamentos nacionais e regionais, antes de entrar em vigor.

⁶⁵ UNIÃO EUROPEIA. Tribunal de Justiça da União Europeia. PARECER 2/15 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Tribunal Pleno). **InfoCuria - Jurisprudência do Tribunal de Justiça**, Luxemburgo, 16 maio 2017. Disponível em:

<<http://curia.europa.eu/juris/document/document.jsf?text=&docid=190727&pageIndex=0&doclang=PT&mode=req&dir=&occ=first&part=1&cid=1365055>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

⁶⁶ UNIÃO EUROPEIA. Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia: versão consolidada. **Jornal Oficial da União Europeia**, Bruxelas, 26 out. 2012. p. 100. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:12012E/TXT&from=PT>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

3 AS NEGOCIAÇÕES DO ACORDO DE ASSOCIAÇÃO INTER-REGIONAL MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA

O processo de negociação do Acordo de Associação entre Mercosul e União Europeia, em pouco tempo, alcançará seu vigésimo ano, desde o seu lançamento, em 1999, na Cimeira do Rio de Janeiro. Em razão disso, torna-se fundamental analisar a conjuntura em que as negociações foram lançadas, os princípios que as orientam e as principais variáveis que as influenciaram. Para cumprir esse objetivo, este capítulo foi dividido em quatro seções principais. Em primeiro lugar, será analisada a aproximação entre os blocos, baseada, principalmente, no Acordo-Quadro de Cooperação Inter-Regional entre Mercosul e UE, e os desenvolvimentos que antecederam o lançamento das negociações. Em um segundo momento, será objeto de exame a conjuntura que norteou o lançamento das negociações. Em terceiro lugar, será analisado o desenvolvimento das negociações propriamente ditas, identificando como elas foram estruturadas e como as rodadas de negociações progrediram. Por fim, busca-se apresentar as principais variáveis que influenciaram as negociações, quais sejam, a falta de harmonia entre as ofertas, em que medida as relações dos países do Mercosul com os EUA impactaram nas negociações, as discordâncias dos países quanto ao tratamento dado à agricultura, e a dúvida acerca da capacidade do Mercosul em cumprir as disposições do futuro acordo.

Antes de dar continuidade a essa parte do trabalho, cabe realizar duas ressalvas. Primeiramente, a exposição a seguir não tem por objetivo esgotar tema tão dinâmico e vasto, o que seria um intento umbrático, até mesmo para trabalhos de maior fôlego. O que se faz adiante é situar o desenvolvimento das negociações no espaço e no tempo, identificando os principais matizes de seu desenvolvimento. Em segundo lugar, até a finalização desta monografia, as negociações continuam abertas, de forma que se preferiu por cobrir o desenrolar das mesmas até maio de 2017.

3.1 A PREPARAÇÃO: O ACORDO-QUADRO DE COOPERAÇÃO INTER-REGIONAL ENTRE MERCOSUL E UNIÃO EUROPEIA

A UE somente foi desenvolver de forma incisiva suas relações com os países da América Latina a partir do final da década de 1980. Antes disso, as relações resumiam-se ao comércio e, antes da década de 1970, eram poucos os acordos comerciais que a CEE possuía com os países latino-americanos. Atualmente, a UE desenvolve suas relações com a América

Latina no nível regional, sub-regional e bilateral. Antes da década de 1980, as relações bilaterais foram predominantes. As relações a nível sub-regional só passaram a ser desenvolvidas em 1984, quando a CEE firmou o Diálogo de São José com os países da América Central. Já as relações a nível regional foram desenvolvidas somente em 1990, quando a CEE estabeleceu diálogo com o Grupo do Rio⁶⁷. A década de 1990 representou um giro nas relações da UE com a América Latina, uma vez que o bloco europeu passou a investir em acordos de cooperação, diálogo político e comércio com os países e blocos da região⁶⁸.

Nos anos 1990, a UE iniciou um processo de renovação dos acordos bilaterais que ela havia firmado com os países da América do Sul durante as décadas de 1970 e 1980. Em relação ao Brasil, à Argentina, ao Paraguai e ao Uruguai, foram firmados novos acordos bilaterais que se distinguem de seus predecessores por terem um escopo mais amplo e um interesse voltado à cooperação regional, e não meramente um desígnio limitado ao comércio⁶⁹. Além disso, nesses acordos estavam incluídas “cláusulas democráticas” – as quais punham em evidência o respeito por alguns valores comuns, o que recebeu maior ênfase devido ao processo de redemocratização pelo qual passavam os países sul-americanos – e “cláusulas evolutivas”, que permitiam às partes complementar e ampliar o escopo do tratado⁷⁰.

Nesse cenário de aproximação europeia da América Latina, após a criação do Mercosul, em 26 de março de 1991, por meio do Tratado de Assunção, as relações do bloco do Cone Sul com a CEE não tardaram a serem estabelecidas. Já em 29 de abril de 1991 os Ministros das Relações Exteriores dos Estados-Membros do Mercosul o apresentavam à Comissão Europeia. No ano seguinte, em 2 de maio, na cidade de Guimarães, Portugal, ocorreu o primeiro encontro de Ministros das Relações Exteriores do Mercosul e da Comunidade Europeia. Logo

⁶⁷ O Grupo do Rio foi formado em 1986, por meio da união do Grupo de Contadora (1983), composto por Venezuela, Panamá, Colômbia e México, com o Grupo de Apoio a Contadora (1985), formado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. O Grupo do Rio se destaca como foro regional de concertação política e contribuiu de forma decisiva para o processo de paz e redemocratização na América Latina. Com a criação da CELAC, em 2010, essa assumiu o patrimônio histórico do Grupo do Rio. SOUZA, Nilo Araújo de. América Latina: as ondas da integração. **OIKOS**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 87-126, 2012. pp. 105, 120. Disponível em: <<http://unila.edu.br/sites/default/files/files/SOUZA.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2015.

⁶⁸ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. **COM (94) 428 final**. Bruxelas, 10 nov. 1994. p. 4. Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu. Para o Reforço da Política da União Europeia em Relação ao Mercosul. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:51994DC0428&from=EN>>. Acesso em: 26 set. 2015.

⁶⁹ A UE firmou acordos marcos de cooperação com o Uruguai em 4 novembro de 1991; com o Paraguai, em 19 de outubro de 1992; com o Brasil, em 29 de junho de 1992; com a Argentina, em 2 de abril de 1992. Cf. EUROPEAN UNION EXTERNAL ACTION. **Treaties Office Database**. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/world/agreements/searchByCountryAndContinent.do?id=4&letter=A>>. Acesso em: 26 set. 2015.

⁷⁰ SANTANDER, Sebastian. Entre la globalisation et le regionalisme: la strategie de cooperation inter-regionale union europeenne-Mercosur. In: SERGE, Jean-Jacques; SUR, Rcoche. **Annuaire français des relations internationales**. Bruxelas: Bruylant, 2001. p. 527. Disponível em: <<http://orbi.ulg.ac.be/handle/2268/16128>>. Acesso em: 25 set. 2015.

em seguida, no dia 29 do mesmo mês, a Comissão Europeia e o CMC firmaram o Acordo de Cooperação Interinstitucional, estabelecendo um canal de cooperação que se difundia pelos domínios de intercâmbio de informações, formação de pessoal, assistência técnica e apoio institucional. Para assegurar a fluência do diálogo interinstitucional, foi criado um Comitê-Consultivo Conjunto, com a função de fomentar e acompanhar as ações de cooperação. Com previsão de reuniões semestrais, o Comitê era composto por representantes tanto do GMC quanto da Comissão, o que permitia a construção de um diálogo direto. Observa-se que, desde o início, houve uma preocupação da União Europeia com a consolidação das instituições do Mercosul⁷¹. Isto se insere no desejo da UE de que o bloco sulino se desenvolvesse e se estabilizasse, transformando-se em plataforma apta a converter os acordos bilaterais de cooperação firmados com os Estados-Partes do Mercosul em um acordo mais amplo entre os blocos, o que aprofundaria de sobremaneira o diálogo entre a América Latina e a Europa.

Deve-se destacar, porém, que o acordo estabelecido em 1992 se resumia a uma cooperação restrita ao âmbito administrativo. Até 1995, não houve a celebração de nenhum acordo de cooperação que englobasse outras áreas, como, por exemplo, a comercial, a cultural, a científica e a tecnológica. Isto evidencia uma posição de cautela das partes. O Mercosul, embora existindo desde 1991, ainda atravessava um caminho de transição que se estenderia até o final de 1994, conforme disposição expressa do art. 3º do Tratado de Assunção. De fato, foi somente em 17 de dezembro de 1994, na cidade de Ouro Preto, que a estrutura institucional do Mercosul foi rigorosamente estabelecida⁷². Antes de proceder ao aprofundamento das suas relações com outros países e blocos, foi preciso ao Mercosul esperar um tempo até que seus Estados-Partes implementam-se as medidas de liberalização previstas no Tratado de Assunção, bem como para que sua estrutura institucional fosse devidamente estabelecida.

Ao tempo de sua criação, o Mercosul possuía apenas dois órgãos: o CMC e o GMC. O primeiro é o órgão superior do bloco, composto pelos Ministros das Relações Exteriores e Ministros da Economia dos Estados-Partes, desempenhando funções predominantemente políticas. O GMC, por sua vez, é o órgão executivo do Mercosul, coordenado pelos Ministros das Relações Exteriores dos Estados-Membros. Não obstante, ficou estabelecido que, antes do final de 1994, os Estados-partes deveriam convocar reunião extraordinária para determinar a

⁷¹ VENTURA, Deisy de Freitas Lima. **As assimetrias entre o Mercosul e a União Europeia**: os desafios de uma associação inter-regional. Barueri: Manole, 2003. p. 416-417.

⁷² Não obstante, deve-se ressaltar que isto não impediu o posterior aperfeiçoamento da estrutura institucional do Mercosul nos anos seguintes, com a criação do Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul, por meio do Protocolo de Olivos, em 18 de fevereiro de 2002, e a constituição do Parlamento do Mercosul, em 14 de dezembro de 2006.

estrutura definitiva do bloco. Seguindo essa disposição, na 7ª Reunião do CMC, em Ouro Preto, foi aprovado o Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul, o Protocolo de Ouro Preto. Por meio dele, a estrutura institucional do bloco passou a contar, para além do CMC e do GMC, com os seguintes órgãos: CCM, CPC, FCES, SAM. De todos os órgãos do bloco, porém, somente o GMC, o CMC e o CCM possuem capacidade decisória.

Terminado esse período inicial de consolidação, o bloco já estava, por assim dizer, maduro para empreender a celebração de acordos de cooperação comercial com terceiros. Nesse sentido, o estreitamento dos laços com a UE, que já vinha cooperando com o Mercosul na sua institucionalização e já se afirmava como seu principal parceiro comercial, despontou como uma opção razoável.

Prevendo o fim do período de institucionalização do Mercosul, os Chefes de Estado dos Estados-Membros da UE, na Declaração Presidencial da reunião do Conselho Europeu em Corfu, em junho de 1994, confirmaram a intenção da UE de reforçar suas relações com o Mercosul, ocasião em que o Conselho e a Comissão Europeia foram convidados a fomentar o processo de aproximação⁷³. Esta manifestação foi vista positivamente pelos Chefes de Estado dos Estados-Partes do Mercosul, os quais, em 5 de agosto de 1994, emitiram Declaração em relação à UE. Além de porem em evidência a importância da UE para o Mercosul, que já despontava como o principal sócio comercial e de investimentos deste, sublinharam a vontade de explorar todas as possibilidades de aprofundamento dos laços econômicos e comerciais entre os dois blocos⁷⁴.

A Declaração mercosulina foi seguida por uma Comunicação da Comissão Europeia ao Conselho e ao Parlamento Europeu, em 19 de outubro de 1994, intitulada “Para o Reforço da Política da União Europeia em Relação ao Mercosul”. Tratava-se de documento complexo, que buscava identificar os desafios estratégicos da relação entre os dois blocos, bem como avaliar o desenvolvimento do Mercosul e realizar uma proposta estratégica de longo prazo para a associação entre ambos. Na Comunicação, foi ressaltado que uma associação ampla com o Mercosul se baseava em interesses recíprocos, tanto políticos quanto econômicos. No âmbito político, é de se destacar que a UE se preocupava com a consolidação dos sistemas democráticos dos Estados-Partes do Mercosul e com o equilíbrio das relações deles no eixo Europa-América

⁷³ CONSELHO EUROPEU. **Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Corfu**. Corfu, 25 jun. 1994. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/summits/cor1_pt.htm>. Acesso em: 25 set. 2015.

⁷⁴ DECLARAÇÃO DOS PRESIDENTES DO MERCOSUL COM RELAÇÃO À UNIÃO EUROPEIA. Buenos Aires, 5 ago. 1994. Disponível em <http://www.mercosur.int/t_generic.jsp?contentid=4677&site=1&channel=secretaria>. Acesso em: 25 set. 2015.

do Norte. Os países do Mercosul, por sua vez, viam na UE uma plataforma de inserção internacional e de manutenção do equilíbrio da influência dos EUA na região. A nível económico, os países do Mercosul possuíam um PIB conjunto de cerca de US\$ 642 milhões e uma população de 200 milhões de habitantes, o que dava ao bloco o status de quarto maior grupo económico do mundo, ficando atrás apenas do NAFTA, da UE e do Japão. Além disso, o Mercosul foi identificado como uma “zona de prosperidade crescente”, visto o potencial de desenvolvimento de seus membros⁷⁵.

Observando a sintonia entre as intenções de ambas as partes e seguindo as recomendações da Comunicação da Comissão Europeia, no Conselho Europeu de Essen, que ocorreu entre 9 e 10 de dezembro de 1994, foi ressaltada a intenção de se lançarem as bases para uma “nova e ampla parceria” entre a UE e a América Latina. Para dar início à materialização desse objetivo, o Conselho e a Comissão Europeia foram instados a “criarem rapidamente, com base no relatório do Conselho, condições para o começo de negociações a curto prazo com os países do Mercosul sobre um ‘Acordo-Quadro Inter-Regional’”⁷⁶.

Os países foram céleres em pôr em prática os apontamentos de Essen. Já em 22 de dezembro de 1994, em Bruxelas, emitiu-se a “Declaração Solene Conjunta entre o Conselho da União Europeia e a Comissão Europeia por um lado, e os Estados Partes do MERCOSUL, por outro”, a qual estipulava que as partes se engajariam durante o ano de 1995 em concluir um acordo-quadro inter-regional no que tange à cooperação económica e comercial e a estabelecer uma cooperação política mais vigorosa⁷⁷.

Dando sequência às determinações tanto dos Conselhos de Corfu e de Essen e da Declaração Solene Conjunta, a Comissão adotou, em abril de 1995, uma Recomendação acerca do projeto de acordo inter-regional entre a Comunidade Europeia e o Mercosul, a qual insta o Conselho a autorizar a negociação de um acordo-quadro voltado a preparação de uma associação entre o Mercosul e a União Europeia. A Comissão observou que o acordo deveria ter por base o princípio da reciprocidade e a conjunção de interesses recíprocos. Além disso, deveria encetar uma cooperação estreita nos campos científico e tecnológico, cultural,

⁷⁵ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. **COM (94) 428 final**. Bruxelas, 10 nov. 1994. p. 4-5. Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu. Para o Reforço da Política da União Europeia em Relação ao Mercosul. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:51994DC0428&from=EN>>. Acesso em: 26 set. 2015.

⁷⁶ CONSELHO EUROPEU. **Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Essen**. Essen, 10 dez. 1994. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/summits/ess1_pt.htm>. Acesso em: 25 set. 2015.

⁷⁷ SANTANDER, Sebastian. Entre la globalisation et le regionalisme: la strategie de cooperation inter-regionale union europeenne-Mercosur. In: SERGE, Jean-Jacques; SUR, Rcoche. **Annuaire français des relations internationales**. Bruxelas: Bruylant, 2001. p. 529. Disponível em: <<http://orbi.ulg.ac.be/handle/2268/16128>>. Acesso em: 25 set. 2015.

comercial, industrial e econômico. Em 12 de junho de 1995, seguindo as recomendações da Comissão, o Conselho adotou as diretrizes necessárias para que as negociações pudessem ser iniciadas⁷⁸.

Após a sinalização positiva do Conselho, o CMC, na sua VIII Reunião, entre 4 e 5 de agosto de 1995, por meio da Decisão nº 5 de 1995, decidiu pelo início das negociações com a UE para a assinatura de um acordo-quadro de cooperação comercial e econômica e promoção da liberalização comercial recíproca. Estas providências eram expedientes que intermediariam a futura celebração de uma associação inter-regional de escopo político e econômico mais amplo. O CMC, não olvidando da vocação democrática dos países do Mercosul, estipulou que o futuro acordo deveria dar ênfase aos direitos humanos e à democracia. O mandato das negociações foi atribuído ao GMC, e a data de início das mesmas foi marcada para o dia 15 de setembro de 1995, em Bruxelas⁷⁹.

Como fruto do trabalho desenvolvido, no dia 15 de dezembro de 1995, em Madrid, firmou-se o acordo que daria início às relações de cooperação econômica e comercial entre a União Europeia e o Mercosul⁸⁰. Tratava-se do “Acordo-Quadro Inter-Regional de Cooperação entre a Comunidade Européia e os seus Estados-Membros e o Mercosul e os seus Estados-Partes”. Este documento, que ficou conhecido como o Acordo de Madrid, tinha por principais objetivos o aprofundamento das relações entre os blocos, dar suporte ao processo de integração do Mercosul e, sobretudo, a adoção de atos preparatórios para a criação de uma associação inter-regional. Esta deveria abranger os domínios comercial, econômico e de cooperação para a integração, além de eventuais outras áreas que se mostrassem como de interesse mútuo⁸¹. Conforme aponta Estevadeordal, Devlin e Krivonos, três setores foram identificados como prioritários no Acordo: o fortalecimento das instituições mercosulinas; o desenvolvimento de estruturas econômicas e comerciais regionais no bloco do Sul; e o apoio à sociedade civil⁸².

⁷⁸ VENTURA, Deisy de Freitas Lima. **As assimetrias entre o Mercosul e a União Europeia**: os desafios de uma associação inter-regional. Barueri: Manole, 2003. p. 421-424.

⁷⁹ CMC. **Decisão 5/95**. Assunção, 5 ago. 1995. Disponível em: <http://www.mercosur.int/msweb/Portal%20Intermediario/Normas/normas_web/Decisiones/PT/Dec_005_095_Negoc%20Uni%C3%A3o%20Europ%C3%A9ia_At%201_95.PDF>. Acesso em: 26 de set. 2015.

⁸⁰ Importante ressaltar que antes do Acordo de Madrid, a UE já mantinha relações com os membros do Mercosul através de acordos bilaterais de terceira geração que, para além da área comercial, também lidavam com a cooperação em um sentido mais amplo, abrangendo cooperação científica e tecnológica, cultural, sobre o meio ambiente e dentre outras áreas.

⁸¹ ACORDO-QUADRO Inter-Regional de Cooperação entre a Comunidade Européia e os seus Estados-Membros e o Mercosul e os seus Estados-Partes. Madrid, 15 dez. 1995. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/world/agreements/prepareCreateTreatiesWorkspace/treatiesGeneralData.do?step=0&redirect=true&treatyId=405>>. Acesso em: 26 set. 2015.

⁸² ESTEVADEORDAL, Antoni; DEVLIN, Robert; KRIVONOS, Ekaterina. The trade and cooperation nexus: how does the Mercosur-EU process measure up? **INTAL-ITD-STA**, Buenos Aires, n. 22, 2003. p. 20. Disponível em: <<http://www.iadb.org/wmsfiles/products/publications/documents/35294547.pdf>>. Acesso em: 1 out. 2015.

Para dar cumprimento às provisões do Acordo de Madrid, foi assinado um Memorando Regional de Entendimento entre o Mercosul e a UE. Além de estabelecer diretrizes anuais para os programas de cooperação, ele permitiu a alocação de verbas para o aperfeiçoamento dos procedimentos alfandegários mercosulinos.

Cabe ressaltar que, embora assinado no final de 1995, o Acordo-Quadro só entraria completamente em vigor no dia 1 de julho de 1999⁸³. Não obstante, as partes haviam convencionado em aplicar provisoriamente as disposições relativas à cooperação comercial (art. 4º e 8º) e ao quadro institucional (27, 29 e 30)⁸⁴. Dessa maneira, tornou-se possível iniciar o processo de cooperação antes mesmo da entrada em vigor do Tratado, o que representou significativo ganho para ambas as partes.

No Acordo de Madrid, foi estabelecido um vasto rol de áreas em que a cooperação seria desenvolvida. Destaca-se a cooperação em matéria aduaneira, ambiental, científica e tecnológica, energética e de transportes. Juntamente com a determinação das áreas de cooperação foi criado um Conselho de Cooperação, responsável por supervisionar a implementação do Acordo. O Conselho em questão era composto, por um lado, por membros da Comissão Europeia e do Conselho da União Europeia e, de outro, por membros do CMC e do GMC do Mercosul. A presidência do Conselho de Cooperação era exercida de maneira alternada entre representantes de ambos os blocos. Para auxiliar o Conselho nas suas tarefas, foi criada também uma Comissão Mista de Cooperação, composta tanto por membros da Comissão e do Conselho da União Europeia quanto por representantes do Mercosul. As principais funções da Comissão Mista eram estimular as relações comerciais entre a UE e o Mercosul com base no que foi estipulado em Madrid, servir como meio de intercâmbio de opiniões entre as partes e apresentar ao Conselho de Cooperação propostas que incentivassem a liberalização comercial e a cooperação, visando, de um modo geral, o estabelecimento da Associação Inter-Regional Mercosul-UE⁸⁵.

No âmbito da cooperação comercial, foi estabelecido um “Diálogo econômico e comercial”. Por meio deste, as partes deveriam estabelecer de comum acordo áreas de cooperação comercial, sem deixar de lado nenhum setor. O cerne da cooperação comercial em

⁸³ EL ACUERDO marco interregional de cooperación CE-Mercosur. 4 maio 2007. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/ES/TXT/?uri=URISERV:r14013>>. Acesso em: 27 set. 2015.

⁸⁴ VENTURA, Deisy de Freitas Lima. **As assimetrias entre o Mercosul e a União Europeia**: os desafios de uma associação inter-regional. Barueri: Manole, 2003. p. 429.

⁸⁵ ACORDO-QUADRO Inter-Regional de Cooperação entre a Comunidade Européia e os seus Estados-Membros e o Mercosul e os seus Estados-Partes. Madrid, 15 dez. 1995. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/world/agreements/prepareCreateTreatiesWorkspace/treatiesGeneralData.do?step=0&redirect=true&treatyId=405>>. Acesso em: 26 set. 2015.

que o Diálogo deveria se focar englobava acesso a mercados, liberalização e regras comerciais, relações comerciais das partes com terceiros países, compatibilidade com as normas da OMC, identificação de produtos sensíveis para as partes e cooperação e intercâmbio de informações em matéria de serviços.

Para assegurar o cumprimento dos objetivos comerciais previstos no Acordo de Madrid e preparar trabalhos para a posterior liberalização das trocas comerciais, foi criada uma “Subcomissão Mista Comercial”. Esta, composta por membros de ambas as partes, tinha poderes para solicitar todos trabalhos e análises técnicas que considerasse necessários para executar seu trabalho. Anualmente, ela deveria apresentar à Comissão Mista relatórios sobre o andamento dos trabalhos de liberalização e cooperação, bem como propostas em relação à liberalização comercial⁸⁶.

Muito embora as negociações para o estabelecimento da associação inter-regional somente fossem ter início formal com o encontro dos Chefes de Estado e de governo de ambas as partes na I Cúpula União Europeia, América Latina e Caribe (ALC-UE), realizada no Rio de Janeiro, em 28 e 29 de junho de 1999, foram necessários três anos de trabalhos preparatórios e o desenvolvimento de mais de 20 estudos comerciais para que se pudesse chegar àquele momento⁸⁷. No período entre a assinatura do Acordo de Madrid e a Cúpula foi realizado o que se convencionou chamar de fotografia das relações comerciais entre os blocos.

Em junho de 1996, em Bruxelas, a Comissão Mista se reuniu pela primeira vez. Nesta ocasião, foram aprovadas regras provisionais de funcionamento tanto dela como da Subcomissão Mista Comercial. Ficou estipulado, dentre outras coisas, que esta teria três grupos de trabalho: bens, serviços e disciplinas comerciais⁸⁸. Nas linhas e diretrizes propostas pela Comissão à Subcomissão, destacam-se o fomento, incremento e diversificação das trocas comerciais e a criação de condições que favorecessem o estabelecimento da associação inter-regional, levando em consideração, em seu trabalho, a sensibilidade de certos produtos e as regras da OMC. A primeira reunião da Subcomissão ocorreu em novembro de 1996, em Belo Horizonte, momento em que se definiram as diretrizes dos três grupos de trabalho e o procedimento de consultas comerciais. Não obstante a atribuição das responsabilidades de cada

⁸⁶ ACORDO-QUADRO Inter-Regional de Cooperação entre a Comunidade Européia e os seus Estados-Membros e o Mercosul e os seus Estados-Partes. Madrid, 15 dez. 1995. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/world/agreements/prepareCreateTreatiesWorkspace/treatiesGeneralData.do?step=0&redirect=true&treatyId=405>>. Acesso em: 26 set. 2015.

⁸⁷ ESTEVADEORDAL, Antoni; DEVLIN, Robert; KRIVONOS, Ekaterina. The trade and cooperation nexus: how does the Mercosur-EU process measure up? **INTAL-ITD-STA**, Buenos Aires, n. 22, 2003. p. 21. Disponível em: <<http://www.iadb.org/wmsfiles/products/publications/documents/35294547.pdf>>. Acesso em: 1 out. 2015.

⁸⁸ Dentre as disciplinas comerciais, destacam-se a nomenclatura aduaneira, serviços de salvaguarda, políticas de concorrência, normas sanitárias, barreiras não tarifárias, dentre outras.

grupo, não foi estabelecido um calendário específico. Todos os grupos ficaram encarregados de identificar, conforme seu âmbito de atuação, setores ou produtos sensíveis e prioritários para ambas as partes. Além disso, cada grupo recebeu tarefas específicas. O Grupo de Bens ficou responsável por verificar a situação em que se encontrava o comércio bilateral de bens e por propor ações para fomentar e diversificar o comércio nesse campo. Já o Grupo de Serviços acabou por definir um programa de trabalho amplo, em que se adotou uma metodologia para analisar o fluxo de comércio de serviços entre as partes. Por fim, o grupo responsável por lidar com disciplinas comerciais iniciou um amplo levantamento de temas referentes a esta matéria e de identificação de possibilidades de celebração de acordos de reconhecimento mútuo. Além disso, graças ao estabelecimento de procedimentos de consulta comercial, foi possível iniciar o intercâmbio de informações relacionadas às disciplinas comerciais adotadas pelos blocos⁸⁹.

No primeiro semestre de 1997, a Subcomissão se reuniu em Bruxelas. Para permitir o desenvolvimento das negociações comerciais, ficou estipulado para novembro daquele ano o prazo para que os grupos de trabalho completassem um longo questionário que serviria como meio de medir e avaliar as relações comerciais entre os dois blocos. As respostas desse questionário seriam levadas a conhecimento da Comissão Mista, que se reuniria naquele mês. No entanto, as perspectivas de se obter um avanço substantivo se encontraram severamente obstaculizadas em face à recomendação proferida pelo Conselho, em abril daquele ano, pela qual a Comissão é instada a não firmar nenhum novo acordo de livre comércio, devendo ela se limitar a implementar os acordos já vigentes⁹⁰.

De fato, como apontam Cunha Leite e Torres de Carvalho, após a celebração do Acordo de Madrid, o ímpeto integracionista que marcou as negociações entre o Mercosul e a UE reduziu. Isto se deveu a vários fatores relacionados à política interna de cada bloco. Se, do lado do Mercosul, o esforço na consolidação da sua união aduaneira e harmonização das políticas macroeconômicas de seus membros, bem como as negociações da ALCA, impediam que fosse dispendida maior atenção ao acordo com a UE; do lado desta, os trabalhos de implementação da União Econômica e Monetária e a reforma do orçamento da PAC também não contribuíram para o avanço das negociações⁹¹.

⁸⁹ BID. **Informe Mercosul**, Buenos Aires v. 1, n. 1, jul./dez. 1996. p. 60. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/handle/11319/2539?locale-attribute=pt>>. Acesso em: 26. Set. 2015.

⁹⁰ BID. **Informe Mercosul**, Buenos Aires, v. 2, n. 2, jan./jun. 1997. p. 35. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/handle/11319/2602?locale-attribute=pt>>. Acesso em 26 set. 2015.

⁹¹ CUNHA, A. C. C.; TORRES DE CARVALHO, F. A.. Acordo de Associação Inter-Regional MERCOSUL – União Europeia: entraves à aprovação e perspectivas futuras. **SÉCULO XXI**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, jul./dez. 2013. p. 113. Disponível em: <<http://sumario-periodicos.espm.br/index.php/seculo21/article/viewFile/1870/145>>. Acesso em: 1 out. 2015.

Estas dificuldades, porém, não impediram a continuidade dos trabalhos da Comissão e da Subcomissão. A análise dos intercâmbios comerciais e o levantamento e avaliação de informações sobre legislações nacionais e comunitárias, os chamados “trabalhos de fotografia”, foram levados adiante. Em novembro de 1997, conforme havia sido estipulado no primeiro semestre, os grupos de trabalho apresentaram seus relatórios, possibilitando a troca de informações entre os blocos, sobretudo no que tange àquelas referentes ao intercâmbio comercial. Ficou previsto para abril de 1998 a próxima reunião da Subcomissão Comercial⁹². Neste ano, teriam fim as atividades preparatórias para o início das negociações da associação inter-regional. O produto delas seria a elaboração de um documento que avaliasse todos os aspectos do intercâmbio comercial entre os blocos⁹³.

O Conselho de Assuntos Gerais da UE (CAG)⁹⁴, observando a conclusão dos trabalhos da Subcomissão, firmou o entendimento de que deveria ser marcado para o dia 1º de julho de 2001 as negociações com o Mercosul acerca da redução tarifária e facilitação das condições de acesso de bens e serviços. Muito embora a França tenha vetado o lançamento das negociações com o Mercosul no Encontro de Cúpula da UE, realizado na Alemanha, em junho de 1999, receosa que um futuro acordo com o Mercosul pudesse pôr em risco os mecanismos de incentivo à agricultura da PAC, sua proposta de que as negociações fossem iniciadas somente em 2003, após a desejada conclusão da Rodada Doha⁹⁵, não prevaleceu⁹⁶.

3.2 O LANÇAMENTO: I CIMEIRA DOS CHEFES DE ESTADO DA UNIÃO EUROPEIA, DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE

A celebração da Cúpula União Europeia, América Latina e Caribe (ALC-UE) surgiu de proposta formulada pelo Presidente espanhol, José María Aznar, ao fim da VI Cúpula Iberoamericana, celebrada em Viña del Mar, Chile, em novembro de 1996. Em março do ano seguinte, o Presidente francês, Jacques Chirac, propôs uma reunião entre os Presidentes dos países do Mercosul e da UE. A proposição franco-espanhola foi aceita na VII Reunião do Grupo

⁹² BID. **Informe Mercosul**, Buenos Aires v. 2, n. 3, jan./jun. 1998. p. 51. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/handle/11319/2604?locale-attribute=pt>>. Acesso em: 1 out. 2015.

⁹³ BID. **Informe Mercosul**, Buenos Aires v. 3, n. 4, jan./jun. 1998. p. 50. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/handle/11319/2606?locale-attribute=pt>>. Acesso em: 1 out. 2015.

⁹⁴ O CAG é composto pelos ministros de assuntos europeus de todos os Estados-Membros da UE, sendo que sua função principal é coordenar a preparação das reuniões do Conselho Europeu.

⁹⁵ Importante observar que a Rodada Doha, lançada na IV Reunião Ministerial da OMC, realizada em novembro de 2001, no Catar, ainda não foi concluída.

⁹⁶ BID. **Informe Mercosul**, Buenos Aires v. 4, n. 5, jan./jun. 1999. p. 35-36. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/handle/11319/2608?locale-attribute=pt>>. Acesso em: 1 out. 2015.

do Rio-União Europeia, realizada na Holanda. Ficou decidido que a cúpula seria realizada na América Latina, mas ainda faltava definir o local e data. Na Reunião Ministerial do Grupo do Rio, em maio de 1997, em Assunção, o Brasil formulou pedido para que o Rio de Janeiro fosse a sede do encontro e que este fosse realizado em 1999, período em que o México estaria ocupando a Secretaria Pro Tempore da entidade. Com a aceitação do México, confirmou-se o pedido brasileiro, de forma que este seria realizado em 1999, no Rio de Janeiro, e a presidência latino-americana do evento seria compartilhada entre o Brasil e o México⁹⁷.

O início das negociações para o acordo de associação Mercosul-UE já possuía data e local para ser celebrado. No entanto, no âmbito da UE, havia resistências ao seu lançamento. Havia consenso entre os europeus sobre a relevância estratégica das relações comerciais com o Mercosul, mas entre os membros da UE também havia dissensos, o que se refletia na dificuldade do Conselho Europeu aprovar um mandato de negociação. Este já havia sido solicitado em 1998, mas as divergências manifestadas no âmbito do CAG impediram que fosse alcançada uma rápida decisão sobre o assunto. A França e a Irlanda estavam imensamente comprometidas com o programa de subvenções agrícolas europeu, de forma que passaram a hostilizar a inclusão do setor agrícola nas negociações. O Reino Unido, por sua vez, pretendia que as negociações com o Mercosul fossem vinculadas às negociações da OMC. Isso foi suficiente para ocasionar a cisão do Conselho Europeu em dois grupos. Um, liderado por França, Irlanda e Reino Unido, opunha-se à formação de uma ZLC com o Mercosul, propondo, em seu lugar, que fossem realizadas mais conversações para que se pudesse proceder a uma liberalização mais lenta. Do outro lado, alguns países, polarizados em torno da Alemanha, que naquele momento exercia a presidência do Conselho, e da Espanha, posicionaram-se a favor do início imediato das negociações para o estabelecimento de uma ZLC com o Mercosul⁹⁸.

Nos dias 30 e 31 de maio de 1999, poucos dias antes da Reunião de Chefes de Estado e Governo da União, que seria realizada em Colônia, na Alemanha, nos dias 3 e 4 de junho, houve uma reunião entre os representantes dos Estados, na qual se tentou alcançar uma posição comum sobre as negociações com o Mercosul. Não obstante, nada foi obtido. Dessa forma, na Reunião de Colônia, apesar dos esforços, o Mercosul nem chegou a ser mencionado na Declaração Presidencial. No fim daquele mês, seria realizada a I ALC-UE e a UE corria extremo

⁹⁷ LUQUINI, Roberto de Almeida. **La asociación interregional entre el Mercosur y la Unión Europea: balance y perspectivas**. 2003. 535 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Universitat de València, Valencia, 2003. p. 213. Disponível em: <<http://www.tesisenred.net/bitstream/handle/10803/9687/almeida.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 4 out. 2015.

⁹⁸ BID. **Informe Mercosul**: Apêndice, Buenos Aires v. 5, n. 6, 1999-2000. p. 2. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/handle/11319/2609>>. Acesso em: 4 out. 2015.

risco de nela chegar com as mãos vazias. Diante de seu iminente fracasso em apresentar uma posição política consolidada aos membros do Mercosul acerca do lançamento das negociações, foi convocada pelo Conselho, em 21 de junho, uma reunião extraordinária, na qual os países finalmente chegaram a uma posição comum, mas sem a ambição esperada. Foi autorizado o início imediato das negociações em matéria não tarifária com o Mercosul e o Chile⁹⁹, postergando-se o início das negociações sobre questões tarifárias, que só poderiam ser estabelecidas após julho de 2001¹⁰⁰.

A Cimeira do Rio de Janeiro, I ALC-UE, esteve polarizada acerca dos objetivos de fortalecer a cooperação política, intensificar e expandir o comércio regional e desenvolver as bases para uma cooperação cultural, educacional e que favorecesse o desenvolvimento humano entre as regiões. Nela foram aprovados três documentos: Declaração do Rio de Janeiro; Plano de Ação Conjunta; Declaração Conjunta da Reunião de Chefes de Estado e Governo do Mercosul, Chile e UE¹⁰¹. Desses três documentos, o de maior importância para o âmbito deste trabalho é o último, de forma que sua abordagem será prioritária em relação aos demais.

O documento que conclama as partes a darem início ao processo de negociação da Associação Inter-Regional foi a Declaração Conjunta da Reunião de Chefes de Estado e Governo do Mercosul, Chile e UE, firmada na Cimeira no Rio de Janeiro. Deve-se ressaltar a Declaração não menciona a criação de uma ZLC entre os dois blocos, contentando-se a afirmar que os países se comprometem a “intensificar as suas relações para fomentar o incremento e a diversificação das suas trocas comerciais, através da liberalização recíproca das trocas e criar condições que favoreçam o estabelecimento de uma Associação Inter-Regional”. Embora o termo não houvesse sido citado, o que se pretendia de fato era o estabelecimento de uma área de livre comércio. Quanto às razões de sua omissão podem ser desenvolvidas algumas hipóteses. Em primeiro lugar, a França já havia firmado sua posição contrária ao acordo com o Mercosul na Cúpula da UE, realizada na Alemanha poucos dias antes da Cimeira do Rio de Janeiro, de forma que sua pressão pela contenção da amplitude do acordo era natural. Em segundo lugar, não mencionar que o acordo se propugnava à criação de uma zona de livre comércio possuía importantes implicações práticas. Caso tivesse sido feita alusão a ele, os

⁹⁹ Naquele momento, a UE realizava conversações para o estabelecimento de uma associação inter-regional com o Mercosul e de outra com o Chile.

¹⁰⁰ BID. **Informe Mercosul**: Apêndice, Buenos Aires v. 5, n. 6, 1999-2000. p. 2. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/handle/11319/2609>>. Acesso em: 4 out. 2015.

¹⁰¹ LUQUINI, Roberto de Almeida. **La asociación interregional entre el Mercosur y la Unión Europea**: balance y perspectivas. 2003. 535 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Universitat de València, Valencia, 2003. pp. 214, 216. Disponível em: <<http://www.tesisenred.net/bitstream/handle/10803/9687/almeida.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 4 out. 2015.

países teriam que cumprir para com os requisitos da OMC¹⁰² aplicáveis a uma ZLC, de forma que os países estariam obrigados a promover uma liberalização ampla do comércio inter-regional¹⁰³. De fato, conforme relatório produzido pela delegação da Assembleia Nacional francesa na UE sobre as relações entre esta e o Mercosul, a França pressionou para que o acordo a ser desenvolvido não fosse considerado formalmente um acordo de livre comércio, pois sabia que, segundo as regras da OMC, um acordo dessa qualidade deveria cumprir com duas condições. A primeira era a previsão de um programa para o estabelecimento de uma área de livre comércio em um prazo não superior a dez anos, o qual só poderia ser prorrogado em condições excepcionais. A segunda era que o acordo deveria cobrir “parte substancial do comércio” entre os blocos. Esta expressão, dotada de considerável imprecisão, era interpretada pela UE no sentido de que o acordo deveria cobrir 90% do fluxo comercial regional¹⁰⁴. Em terceiro lugar, deve-se ressaltar que o uso do termo Associação Inter-Regional ao invés de área de livre comércio não era trivial. Ele já havia sido anteriormente firmado no Acordo de Madrid e reiterado repetidas vezes nas comunicações, declarações e trabalhos produzidos pelas partes.

Na Declaração Conjunta, também não foi feita referência a uma data para o início das negociações nem a um cronograma a ser seguido. A função de organizar a dinâmica das negociações acabou por ser transferida para o Conselho de Cooperação Mercosul-UE, que se reuniria em novembro daquele ano¹⁰⁵.

Na I ALC-EU, apesar da vagueza da Declaração Conjunta, ambos os lados decidiram dar início às negociações para a liberalização do comércio bilateral. Mesmo sem data de início definida ou menção expressa à constituição de uma ZLC, a autorização para o começo das negociações se revestia de grande importância, pois permitia aos países passarem para a segunda fase das negociações e dava como encerrada aquela primeira fase preparatória (trabalhos de fotografia). Além disso, deve-se mencionar, como observa Andrea Ribeiro Hoffmann, que a ZLC entre o Mercosul e a UE, que tomaria corpo através da Associação Inter-

¹⁰² Conforme o art. XXIV, §8, “b”, do GATT, “entende-se por zona de livre troca um grupo de dois ou mais territórios aduaneiros entre os quais os direitos aduaneiros e outras regulamentações restritivas das trocas comerciais [...] são eliminados para a maioria das trocas comerciais relativas aos produtos originários dos territórios constitutivos da zona de livre troca.”. ACORDO GERAL sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT 1947). Genebra, 30 out. 1947. Disponível em: <https://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/gatt47_01_e.htm>. Acesso em: 4 out. 2015.

¹⁰³ BID. **Informe Mercosul**, Buenos Aires v. 4, n. 5, jan./jun. 1999. p. 35-36. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/handle/11319/2608?locale-attribute=pt>>. Acesso em: 1 out. 2015.

¹⁰⁴ DÉLÉGATION DE L'ASSEMBLÉE NATIONALE POUR L'UNION EUROPÉENNE. Rapport d'information sur les relations entre l'Union européenne et le Mercosur. **Assemblée Nationale**, Paris, n. 2269, 22 mar. 2000. Disponível em <<http://www.assemblee-nationale.fr/europe/rap-info/i2269.pdf>>. Acesso em: 4 out. 2015.

¹⁰⁵ BID. **Informe Mercosul**, Buenos Aires v. 4, n. 5, jan./jun. 1999. p. 36. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/handle/11319/2608?locale-attribute=pt>>. Acesso em: 1 out. 2015.

Regional, tinha a peculiaridade combinar a liberalização comercial com mecanismos de cooperação política e de fomento ao desenvolvimento¹⁰⁶. Isto a diferia sensivelmente do padrão então predominante de se celebrarem acordos restritos somente ao âmbito de liberalização comercial ou à esfera de cooperação. Estevedeordal, Devlin e Krivonos, apontam que, enquanto os países ocidentais optavam predominantemente por acordos comerciais, os países asiáticos congregados no âmbito da APEC¹⁰⁷ valorizavam mais a cooperação. A Associação Inter-Regional entre o Mercosul e a UE surgiu como uma quebra do padrão predominantemente comercialista ou cooperativista até então vigente. A Associação possuiria uma estrutura que buscava conciliar os interesses comerciais das partes com as esferas de cooperação e diálogo político. Nas palavras dos autores, “a forma de aproximação Mercosul-UE se apresenta como uma prática potencialmente melhor que oferece lições para a parceria desigual entre o hemisfério ocidental e a APEC” (tradução nossa)¹⁰⁸.

3.3 O PROCESSO: AS RODADAS DE NEGOCIAÇÃO

3.3.1 A estrutura das negociações

Como visto, na Cimeira do Rio de Janeiro, as negociações da Associação Inter-Regional foram autorizadas. No entanto, não houve o estabelecimento da data de início daquelas nem do prazo de conclusão e, muito menos, definiu-se um cronograma e uma metodologia de trabalho. Tais medidas foram tomadas no primeiro encontro do Conselho de Cooperação Mercosul-UE, realizado em 24 de novembro de 1999, em Bruxelas. Ao encontro, compareceram o Alto Representante¹⁰⁹ para a Política Externa e de Segurança Comum (PESC),

¹⁰⁶ HOFFMANN, Andrea Ribeiro. **The foreign policy behaviour of the European Union towards the Latin American Southern Cone States (1980-2000): has it become more cooperative? The cases of foreign direct investment and agricultural trade**. 2003. 248 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Universität Tübingen, Tübingen, 2003. p. 21. Disponível em: <<http://d-nb.info/968850898/34>>. Acesso em: 01 out. 2015.

¹⁰⁷ A APEC é um fórum econômico regional estabelecido em 1989 por países da região do Pacífico, com o intuito de alavancar o crescimento e interdependência da Ásia-Pacífico. Os 21 países membros da APEC buscam facilitar o comércio de bens, a realização de investimentos e a movimentação de pessoas através de suas fronteiras. Para tanto, buscam a sincronização de normatizações e padrões comerciais entre si, bem como promovem iniciativas de cooperação que visam a transferência de conhecimento e treinamento de pessoal técnico. Cf. APEC. **About APEC**. Disponível em: <<http://www.apec.org/About-Us/About-APEC.aspx>>. Acesso em: 6 out. 2015.

¹⁰⁸ No original: “*the structured approach makes one looks to the MEU as a potential best practice that offers lessons for the uneven Western Hemisphere and APEC processes*”. ESTEVADEORDAL, Antoni; DEVLIN, Robert; KRIVONOS, Ekaterina. *The trade and cooperation nexus: how does the Mercosur-EU process measure up?* **INTAL-ITD-STA**, Buenos Aires, n. 22, 2003. p. 33. Disponível em: <<http://www.iadb.org/wmsfiles/products/publications/documents/35294547.pdf>>. Acesso em: 1 out. 2015.

¹⁰⁹ Naquela época ainda não havia sido criado o cargo de Alto Representante-Geral do Mercosul. Este foi criado em 2010, por meio da Decisão nº 63 do CMC, como um órgão deste. O Alto Representante-Geral pode, desde que mediante mandato expresso do CMC, representar o Mercosul nas relações com terceiros países, grupos de países ou organismos internacionais, reuniões e foros internacionais. CMC. **Decisão CMC nº 63/10 "Alto Representante-Geral do Mercosul"**. Foz do Iguaçu, 16 dez. 2010. Disponível em: <

Javier Solana, e o Comissário de Relações Exteriores da UE, Chris Patten, além dos Ministros das Relações Exteriores de ambos os blocos¹¹⁰.

As negociações para o estabelecimento da Associação Inter-Regional foram agrupadas em torno de três eixos. Um político, outro comercial e, por fim, um voltado para a cooperação e ajuda ao desenvolvimento. Para que elas fossem desenvolvidas de forma produtiva e organizada foram estabelecidas quatro estruturas institucionais: Comitê de Negociações Bi-regionais (CNB); Subcomitê de Cooperação; Grupos de Trabalho; Secretarias de Coordenação. O CNB, integrado conjuntamente pela UE e pelo Mercosul, era o órgão responsável pela condução geral do processo de negociação, sendo ele diretamente responsável pelas tratativas em matéria comercial. Já o Subcomitê, órgão dependente do CNB, ficou responsável por conduzir as negociações sobre cooperação inter-regional. Foi permitido ao CNB constituir, conforme considerasse oportuno, Grupos de Trabalho, que se encarregariam de realizar tarefas técnicas fundamentais à continuidade das negociações. Por fim, seriam constituídas duas Secretarias de Coordenação, compostas por representantes da Comissão Europeia e pela Presidência do Mercosul. Elas desenvolveriam funções administrativas, preparando e organizando as reuniões, bem como atuando na distribuição e arquivamento da documentação oficial produzida¹¹¹.

No que concerne à metodologia das negociações, ficou acordado que seria seguida a fórmula do compromisso único, ou *single undertaking*, por meio do qual as negociações poderiam ser conduzidas de maneira independente, mas o resultado das mesmas deveria ser adotado conjuntamente, de maneira completa e indivisível. Assegurava-se, desse modo, a obtenção de resultados satisfatórios a ambas as partes, evitando-se que fossem feitos avanços somente em alguns setores. O ponto negativo dessa metodologia é que um desacordo sensível entre as partes poderia implicar o congelamento das negociações e, conseqüentemente, no atraso das mesmas, como veio a se verificar.

Por fim, no que tange ao calendário das negociações, ficou estabelecido que o CNB e o Subcomitê de Cooperação seriam responsáveis por estabelecer seus próprios calendários de

mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/multilaterais/decisao-cmc-no-63-10-alto-representante-geral-do-mercossul/>. Acesso em: 4 out. 2015.

¹¹⁰ HOFFMANN, Andrea Ribeiro. **The foreign policy behaviour of the European Union towards the Latin American Southern Cone States (1980-2000): has it become more cooperative? The cases of foreign direct investment and agricultural trade**. 2003. 248 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Universität Tübingen, Tübingen, 2003. p. 21. Disponível em: <<http://d-nb.info/968850898/34>>. Acesso em: 4 out. 2015.

¹¹¹ BID. **Informe Mercosul**: Apêndice, Buenos Aires v. 5, n. 6, 1999-2000. p. 3. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/handle/11319/2609>>. Acesso em: 4 out. 2015.

reuniões. Em relação aos Grupos de Trabalho, por estes estarem subordinados ao CNB, suas reuniões deveriam ocorrer simultaneamente às deste¹¹².

O tema que causou maior discordância na Reunião de novembro, porém, foi a discrepância das posições dos blocos sobre as datas de início das negociações de matérias tarifárias. Como visto anteriormente, em junho de 1999, poucos dias antes da I ALC-UE, no esforço de se acomodar as diversas posições dos países europeus em torno de uma disposição comum, o Conselho da União Europeia aprovou o início das negociações com os países do Mercosul, mas com o porém de só permitir o começo das negociações sobre tarifas em julho de 2001. Os países do Mercosul não concordavam com a posição europeia, insistindo que ambos assuntos fossem abordados de forma simultânea e imediata. A discordância foi tão considerável que os representantes das Partes não chegaram ao consenso, de forma que a matéria ficou para ser resolvida na primeira reunião do CNB, a ser realizada nos dias 6 e 7 de abril de 2000, em Buenos Aires¹¹³.

Esse primeiro dissenso não passou despercebido pelos Ministros de Relações Exteriores dos países dos blocos. Durante o Encontro Ministerial UE-Mercosul, realizado em Vilamoura, Portugal, no dia 23 de fevereiro de 2000, eles fizeram questão de sublinhar a importância do primeiro encontro do CNB e enfatizar a necessidade de que fosse alcançado substancial progresso nas negociações e que as mesmas fossem rapidamente concluídas. Além disso, ressaltaram que o processo negociativo deveria ocorrer de maneira abrangente, englobando as áreas política, econômica, comercial e de cooperação¹¹⁴.

3.3.2 As negociações

O ano de 2015 marcou 20 anos do início das concertações entre o Mercosul e a UE para o estabelecimento de uma associação inter-regional. O primeiro passo foi o estabelecimento do Acordo de Madrid, em 1995, que foi seguido por trabalhos preparatórios, que permitiram às partes conhecerem melhor as características uma da outra *vis-à-vis* antes de se aventurarem na mesa de negociações. Em seguida, no final de 1999, na Cimeira do Rio de Janeiro, as partes, ainda que de maneira vaga, decidiram pelo início das negociações, que seriam

¹¹² BID. **Informe Mercosul**: Apêndice, Buenos Aires v. 5, n. 6, 2000. p. 3. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/handle/11319/2609>>. Acesso em: 4 out. 2015.

¹¹³ BID. **Informe Mercosul**: Apêndice, Buenos Aires v. 5, n. 6, 2000. p. 3. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/handle/11319/2609>>. Acesso em: 4 out. 2015.

¹¹⁴ EUROPEAN UNION. **First Meeting of the EU-Mercosur biregional negotiations committee**. Buenos Aires, 7 abr. 2000. Disponível em: http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/CNB_1_e.pdf. Acesso em: 4 out. 2015.

desenvolvidas no âmbito do CNB. A partir de então, de 2000 a 2004, Mercosul e União Europeia, periodicamente, sentaram-se à mesa de negociações para tentarem convencionar o Acordo de Associação. Foram 16 reuniões do CNB, que, em outubro de 2004, tiveram que ser suspensas, diante da situação de impasse em vários temas, sobretudo naqueles relativos ao acesso de mercados, como será visto adiante.

Após a suspensão das negociações em outubro de 2004, elas somente seriam retomadas em maio de 2010. Apesar do impulso inicial que elas receberam neste ano, aos poucos as divergências começaram a surgir novamente e a situação de impasse voltou a prevalecer. Na segunda tentativa de se obter o Acordo de Associação, foram realizadas mais 11 reuniões do CNB, que se estenderam até março de 2017, acumulando um total de vinte e sete rodadas de negociações do CNB. Desse momento até o presente, embora as negociações não estejam suspensas, pouco avanço foi realizado. Em maio de 2016, foram realizadas novas trocas de ofertas – as primeiras desde 2004 –, mas, como antes, elas continuam distante do almejado, por ambas as partes. Em outubro de 2016, foi realizada a primeira rodada de negociação de vulto desde 2012, com o objetivo de discutir as ofertas¹¹⁵; e, em março de 2017, foi realizada a XXVII rodada de negociações do CNB, a última que se tem notícia até a finalização deste trabalho¹¹⁶.

Nas páginas a seguir, será objeto exame as negociações desenvolvidas no âmbito do CNB. Para facilitar a exposição, optou-se por dividir as reuniões do Comitê em duas partes. Primeiramente, serão analisadas as reuniões que ocorreram de janeiro de 2001 a outubro de 2004. Trata-se da primeira tentativa das partes obterem um consenso. Em um segundo momento, o trabalho se voltará para as negociações que ocorreram entre maio de 2010 e março de 2016, e que se referem à segunda tentativa das partes alcançarem uma base comum para o Acordo de Associação.

¹¹⁵ MERCOSUR – EU Joint communiqué on the XVI negotiating round, 10-14 October 2016. Bruxelas, 14 out. 2016. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/10thround_neg_e.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017.

¹¹⁶ EUROPEAN COMMISSION. **Joint EU-Mercosur Communiqué Following the XXVIIth Round of Negotiations.** Bruxelas, 27 mar. 2017. Disponível em: <<http://trade.ec.europa.eu/doclib/press/index.cfm?id=1639>>. Acesso em: 20 out. 2017.

2.3.2.1 A primeira tentativa (2000-2004)

Nesse primeiro período de negociações, o CNB realizou 16 reuniões. Estas ocorreram de maneira alternada entre uma cidade da UE e uma do Mercosul. A primeira reunião ocorreu em abril de 2000 e a última em outubro de 2004.

Os dois blocos foram às mesas de negociação com interesses bem definidos. O Mercosul desejava obter a abertura do mercado agrícola da UE, o que implicava a redução dos subsídios agrícolas e o fim das barreiras que impedem o comércio entre os blocos nesse setor¹¹⁷. A UE, por sua vez, além do aprofundamento do diálogo político, tinha por interesse o aumento da sua fatia do mercado do Cone Sul e a manutenção da sua condição de sócio principal da região¹¹⁸. Junto a isto, podem ser identificados interesses políticos coincidentes de ambas as partes. Países de ambos os blocos temiam acerca dos eventuais efeitos da ALCA, considerada, por muitos, como a concretização de uma área de influência norte-americana em todo hemisfério¹¹⁹.

Cabe ressaltar que, no período anterior ao estabelecimento do CNB e do desenvolvimento dessa nova etapa de negociações, foram realizadas muitas atividades com base nas estipulações do Acordo de Madrid. No campo político, destacam-se os encontros ministeriais anuais realizados entre os Ministros das Relações Exteriores dos países do Blocos, os quais ocorreram em Luxemburgo (1996), Noordwijk (1997), Panamá (1998), Bruxelas (1999) e Vilamoura (2000). Além disso, questões comerciais foram discutidas nos encontros da Subcomissão Comercial, realizados em Belo Horizonte (1996), Punta del Este (1997) e Bruxelas (1997 e 1998). A cooperação foi objeto de discussão nas reuniões do Comitê-Consultivo Conjunto, ocorridas em Bruxelas (1996), Punta del Este (1997) e Buenos Aires (2000). Além disso, nesse mesmo período, houve o lançamento de vários projetos de cooperação, sobretudo na área técnica e de normalização regulamentar¹²⁰.

Dessa maneira, as negociações que começaram em abril de 2000, no âmbito do CNB, marcam o aprofundamento do diálogo entre o Mercosul e a UE, e não o início do mesmo. Trata-

¹¹⁷ BID. **Informe Mercosul**. Buenos Aires, v. 6, n. 7, 2001. p. 55. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/handle/11319/2611?locale-attribute=pt>>. Acesso em: 6 out. 2015.

¹¹⁸ BID. **Informe Mercosul**: Apêndice, Buenos Aires v. 5, n. 6, 2000. p. 1. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/handle/11319/2609>>. Acesso em: 4 out. 2015.

¹¹⁹ BID. **Informe Mercosul**. Buenos Aires, v. 6, n. 7, 2001. p. 55. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/handle/11319/2611?locale-attribute=pt>>. Acesso em: 6 out. 2015.

¹²⁰ KLOM, Andy. **Association negotiations between the Mercosur and the European Union: Rivalling Western Hemisphere integration or supporting Southern Cone integration?** Bruxelas: Comissão Europeia, 2000. p. 9. Disponível em: <<http://www.cap.lmu.de/transatlantic/download/Klom.PDF>>. Acesso em: 5 out. 2015.

se de uma nova etapa, que tinha por finalidade promover uma maior aproximação entre os blocos, tanto na esfera comercial quanto na política e de cooperação.

Os integrantes do CNB tinham a competência para determinar a agenda das reuniões de negociação. Principiamente, eles optaram por realizar três por ano. O primeiro ano de negociações foi focado, sobretudo, na definição da forma pela qual as negociações se desenvolveriam. Era importante estipular algumas disposições preliminares fundamentais para que as negociações pudessem avançar de forma organizada e produtiva.

Na primeira reunião do CNB, nos dias 6 e 7 de janeiro de 2001, em Buenos Aires, as partes se preocuparam em reafirmar¹²¹ os princípios gerais em que as negociações se assentariam¹²². Tais princípios são: a) as negociações devem ocorrer de maneira abrangente e obter resultados equilibrados para ambas as partes; b) nenhum setor deve ser excluído do âmbito de negociações; c) a sensibilidade que alguns produtos representam para as partes, conforme disposição permitida no âmbito da OMC, deveria ser levada em consideração; d) os resultados das negociações devem ser implementados mediante o princípio do *single undertaking* e de forma integral¹²³. Percebe-se que as partes queriam evitar que o avanço das negociações em alguns setores viesse a ser prejudicado ao longo do processo. Isto porque decidiu-se por não permitir que fossem selados acordos parciais. É tudo ou nada. Dessa maneira, mesmo que se avançasse consideravelmente em uma área, para que as partes pudessem usufruir dos seus benefícios práticos, era preciso concluir o Acordo de Associação em sua totalidade, o que tornava imprescindível o avanço também nas outras áreas.

As partes foram ambiciosas na esfera política. Elas tinham a intenção de expandir consideravelmente o diálogo político, de maneira que sua estrutura assentada no Acordo deveria dispor tanto sobre matérias de interesse mútuo em uma relação direta Mercosul-UE, como teria de identificar questões internacionais passíveis de atuação conjunta entre os blocos, como paz, estabilidade internacional, prevenção de conflitos, direitos humanos e desenvolvimento sustentável¹²⁴.

¹²¹ Esses princípios já haviam sido eludidos no Conselho de Cooperação Mercosul-UE, realizado em novembro de 1999.

¹²² KLOM, Andy. **Association negotiations between the Mercosur and the European Union: Rivaling Western Hemisphere integration or supporting Southern Cone integration?** Bruxelas: Comissão Europeia, 2000. p. 9. Disponível em: <<http://www.cap.lmu.de/transatlantic/download/Klom.PDF>>. Acesso em: 5 out. 2015.

¹²³ EUROPEAN COMMISSION. **First Meeting of the EU-Mercosur biregional negotiations committee**. Buenos Aires, 7 abr. 2000. Disponível em: http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/CNB_1_e.pdf. Acesso em: 4 out. 2015.

¹²⁴ EUROPEAN COMMISSION. **First Meeting of the EU-Mercosur biregional negotiations committee**. Buenos Aires, 7 abr. 2000. Disponível em: http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/CNB_1_e.pdf. Acesso em: 4 out. 2015.

Os níveis de cooperação também deveriam ser aperfeiçoados e aprofundados. Um tema que chamou muita atenção das partes foi a capacidade de elas posteriormente implementarem o acordo que estava sendo negociado. Assim, a UE, bloco mais maduro e desenvolvido, observou a necessidade de que fosse dada especial ênfase à cooperação técnica fornecida por ela ao Mercosul, com a finalidade de que este se adaptasse da melhor maneira possível às determinações vindouras. Além disso, para garantir que as negociações na esfera de cooperação fluíssem bem, foram criados três subgrupos de trabalho. Um focado na cooperação econômica, outro na social e cultural e um terceiro voltado para a cooperação técnica e financeira. Juntamente à criação dos mesmos, foram estabelecidas orientações gerais a serem por eles observadas. Anualmente, os subgrupos de trabalho deveriam apresentar relatórios dos resultados das suas atividades ao Subcomitê de Cooperação¹²⁵.

A liberalização do comércio bilateral de bens e serviços deveria ocorrer de forma progressiva e de acordo com as provisões da OMC. Além disso, as partes deveriam desenvolver meios de encorajar os investimentos bilaterais, proteger propriedade intelectual, implementar políticas adequadas e mecanismos para garantir a concorrência comercial, estabelecer um mecanismo de solução de controvérsias comerciais e promover a abertura das compras governamentais nos setores de bens e serviços¹²⁶.

Observado o padrão seguido no período de desenvolvimento dos trabalhos de fotografia no âmbito do Acordo de Madrid, as partes criaram três grupos técnicos para auxiliar nas negociações comerciais:

Grupo Técnico 1: comércio de bens, cobrindo tanto medidas tarifárias quanto não tarifárias, incluindo, entre outras coisas, medidas sanitárias e fitossanitárias, padrões, regulações técnicas conformidade de avaliação de procedimentos; medidas antidumping e de compensação e salvaguardas; regras de origem; procedimentos alfandegários e assistência mútua em matérias alfandegárias.

Grupo Técnico 2: comércio de serviços, direitos de propriedade intelectual e medidas para encorajar um clima de investimentos abertos e indiscriminados.

Grupo Técnico 3: compras governamentais, concorrência e solução de controvérsias (tradução nossa).¹²⁷

¹²⁵ EUROPEAN COMMISSION. **First Meeting of the EU-Mercosur biregional negotiations committee**. Buenos Aires, 7 abr. 2000. Disponível em: http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/CNB_1_e.pdf. Acesso em: 4 out. 2015.

¹²⁶ EUROPEAN COMMISSION. **First Meeting of the EU-Mercosur biregional negotiations committee**. Buenos Aires, 7 abr. 2000. Disponível em: http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/CNB_1_e.pdf. Acesso em: 4 out. 2015.

¹²⁷ No original: Technical Group 1: trade in goods, covering both tariffs and non-tariff measures, including inter alia sanitary and phytosanitary measures, standards, technical regulations and conformity assessment procedures; antidumping and counter-vailing duties and safeguards; rules of origin; and customs procedures and mutual assistance in customs matters; Technical Group 2: trade in services, intellectual property rights and measures to encourage an open and nondiscriminatory investment climate; Technical Group 3: government procurement, competition and dispute settlement. EUROPEAN COMMISSION. **First Meeting of the EU-Mercosur biregional**

Os GTs já começariam seus trabalhos na segunda reunião do CNB, porém, até a quinta reunião do Comitê, que ocorreria em julho de 2001, eles só poderiam tratar de medidas não tarifárias, em razão da exigência da UE de que as discussões sobre matéria tarifária fossem adiadas até metade de 2001.

Depois de abril de 2000, o CNB teve que se preparar rapidamente para realizar sua segunda reunião, que ocorreu entre os dias 13 e 16 de junho do mesmo ano, em Bruxelas. Os representantes da UE aproveitaram o momento para fazer uma apresentação aos negociadores do Mercosul acerca do estado em que se encontrava a PAC e do seu projeto de alargamento, bem como entregaram aos representantes do Mercosul uma grande quantidade de informações – contidas em papeis, disquetes e CD-ROMs – sobre as legislações e regulações da Comunidade Europeia¹²⁸. Os representantes do Mercosul, por sua vez, teceram considerações sobre o estado em que se encontrava o processo de integração do Mercosul e entregaram documentos acerca das normas regulamentares do bloco¹²⁹.

As partes decidiram que as negociações comerciais deveriam se focar em três campos: intercâmbio de informações; identificação de obstáculos não tarifários; definição de objetivos específicos para cada área de negociação. Os três grupos técnicos apresentaram, cada um em seu âmbito, relatórios com informações substanciais requeridas por ambas as partes na primeira rodada de negociações. Em relação à identificação de obstáculos não tarifários, a Comissão Europeia submeteu uma lista de empecilhos dessa natureza, identificando alguns tipos de barreiras comerciais, sobre as quais o Mercosul se comprometeu a fornecer informações e esclarecimentos até o final de julho¹³⁰.

Na reunião do Subgrupo de Cooperação Financeira e Técnica ficou definido que seu objetivo geral seria possibilitar o fornecimento de assistência técnica ao Mercosul por parte da UE, com o objetivo de desenvolver e reforçar seu processo de integração, bem como a dele com outros países da América Latina. Para tanto, a cooperação técnica e financeira seria

negotiations committee. Buenos Aires, 7 abr. 2000. Disponível em: http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/CNB_1_e.pdf. Acesso em: 4 out. 2015.

¹²⁸ KLOM, Andy. **Association negotiations between the Mercosur and the European Union: Rivaling Western Hemisphere integration or supporting Southern Cone integration?** Bruxelas: Comissão Europeia, 2000. p. 11-12. Disponível em: <<http://www.cap.lmu.de/transatlantic/download/Klom.PDF>>. Acesso em: 5 out. 2015.

¹²⁹ EUROPEAN COMMISSION. **Second Meeting of the European Union - Mercosur biregional negotiations committee.** Bruxelas, 16 jun. 2000. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/CNB_2_e.pdf>. Acesso em: 5 out. 2015.

¹³⁰ EUROPEAN COMMISSION. **Second Meeting of the European Union - Mercosur biregional negotiations committee.** Bruxelas, 16 jun. 2000. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/CNB_2_e.pdf>. Acesso em: 5 out. 2015.

desenvolvida em três áreas: a) modernização da administração pública; b) cooperação institucional; c) cooperação regional¹³¹.

Ainda no final do ano 2000, o CNB se reuniu em Brasília, nos dias 6 e 7 de novembro, para discutir, com base nas propostas apresentadas pelas partes, a definição do preâmbulo do acordo, a estrutura legal em que o diálogo político seria estabelecido e a estrutura institucional da Associação¹³². Os negociadores realizaram trocas de textos de rascunho que seriam usados para o futuro capítulo sobre diálogo político do acordo de Associação. Foi verificada significativa convergência, embora não completa¹³³, entre as propostas do Mercosul e da UE, tanto em relação ao diálogo político quanto no que tange ao preâmbulo do acordo e da parte que versa sobre a estrutura institucional da Associação. Esse consenso permitia aos negociadores começarem a trabalhar na redação de rascunhos do acordo sobre essas matérias¹³⁴.

No contexto das discussões do Subgrupo de Cooperação Econômica, as partes se preocuparam em discutir as possíveis implicações que a Associação poderia ter na esfera de cooperação, chegando à conclusão que esta esfera era um pilar fundamental de uma Associação Inter-Regional, o que a diferenciava substancialmente de outros acordos de livre comércio, e que, portanto, deveria ser mais substantiva e robusta¹³⁵.

As negociações comerciais estavam apresentando progresso. Nas próximas reuniões as partes deveriam começar a discutir suas futuras ofertas. Para facilitar essa tarefa, decidiram estabelecer um mecanismo de contato permanente, possibilitando a realização de consultas entre as reuniões do CNB¹³⁶.

Importante ressaltar, como aponta Luquini, que durante o segundo semestre do ano 2000 houve a intensificação dos contatos entre a UE e o Mercosul, o que demonstra o desejo de ambas as partes alcançarem um acordo de Associação Inter-Regional. Entre setembro e

¹³¹ EUROPEAN COMMISSION. **Second Meeting of the European Union - Mercosur biregional negotiations committee.** Bruxelas, 16 jun. 2000. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/CNB_2_e.pdf>. Acesso em: 5 out. 2015.

¹³² EUROPEAN COMMISSION. **Third meeting of the EU-Mercosur Biregional Negotiations Committee.** Brasília, 10 nov. 2000. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/CNB_2_e.pdf>. Acesso em: 6 out. 2015.

¹³³ Algumas das propostas de parágrafos apresentadas pelo Mercosul não chegaram a ser discutidas, pois não se enquadravam no marco temporal previsto para o avanço das negociações ou eram contingentes, dependendo do resultado de negociações ainda em curso.

¹³⁴ EUROPEAN COMMISSION. **Third meeting of the EU-Mercosur Biregional Negotiations Committee.** Brasília, 10 nov. 2000. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/CNB_2_e.pdf>. Acesso em: 6 out. 2015.

¹³⁵ EUROPEAN COMMISSION. **Third meeting of the EU-Mercosur Biregional Negotiations Committee.** Brasília, 10 nov. 2000. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/CNB_2_e.pdf>. Acesso em: 6 out. 2015.

¹³⁶ EUROPEAN COMMISSION. **Third meeting of the EU-Mercosur Biregional Negotiations Committee.** Brasília, 10 nov. 2000. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/CNB_2_e.pdf>. Acesso em: 6 out. 2015.

novembro, destacam-se os seguintes acontecimentos: o terceiro encontro do Foro Empresarial Mercosul-UE; a visita do Comissário de Comércio Exterior da UE à Argentina, Paraguai e Chile; a visita do Comissário de Assuntos Econômicos e Monetários da UE; a visita do Comissário de Relações Exteriores da UE à Argentina, Brasil e Chile; o primeiro encontro da Comissão Europeia com a sociedade civil para discutir temas relacionados às negociações Mercosul-UE¹³⁷.

O ano de 2000, foi marcado por trabalhos de delimitação das matérias que cada parte do futuro acordo abrangeria. As partes agora deveriam passar a se preocupar mais com o conteúdo das mesmas. Assim, um mês antes da quarta reunião do CNB, que ocorreria entre os dias 19 e 22 de março de 2001, em Bruxelas, a UE apresentou uma série de propostas e textos de trabalho, de forma a melhor preparar as negociações que ocorreriam em Bruxelas no mês seguinte. Foram apresentados textos de trabalho, dentre outras matérias, sobre regulações técnicas, compras governamentais, padronização de produtos, bem como propostas sobre pré-requisitos de bens, cooperação em concorrência e regras de origem. Dessa maneira, em março foi possível ao Mercosul discutir as disposições das propostas e textos de trabalho apresentados pela UE. No entanto, o bloco sulino também apresentou as suas propostas em algumas matérias, como modalidades e métodos das negociações tarifárias, salvaguardas, padrões e regulações técnicas e conformidade dos procedimentos de avaliação¹³⁸.

Além da apresentação e discussão das propostas, a Comissão Europeia aproveitou o encontro para lançar uma iniciativa de facilitação de negociação entre empresários de ambos os Blocos, a qual serviria como mecanismo para aprofundar o contato entre os representantes dos setores produtivos dos países dos blocos e que poderia ser implementada antes da conclusão final do acordo¹³⁹.

No decorrer da quarta reunião, as partes discutiram os rascunhos sobre a estrutura institucional do futuro Acordo de Associação. Na terceira reunião do CNB, o Mercosul já havia feito sua proposta nessa área e a UE havia submetido suas propostas pouco tempo antes do encontro em Bruxelas, de forma que cada lado pôde apresentar suas considerações sobre a

¹³⁷ LUQUINI, Roberto de Almeida. **La asociación interregional entre el Mercosur y la Unión Europea: balance y perspectivas**. 2003. 535 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Universitat de València, Valencia, 2003. pp. 236, 237. Disponível em: <<http://www.tesisnred.net/bitstream/handle/10803/9687/almeida.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 6 out. 2015.

¹³⁸ BID. **Informe Mercosul**. Buenos Aires, v. 6, n. 7, 2001. p. 55. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/handle/11319/2611?locale-attribute=pt>>. Acesso em: 6 out. 2015.

¹³⁹ HOFFMANN, Andrea Ribeiro. **The foreign policy behaviour of the European Union towards the Latin American Southern Cone States (1980-2000): has it become more cooperative? The cases of foreign direct investment and agricultural trade**. 2003. 248 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Universität Tübingen, Tübingen, 2003. p. 23. Disponível em: <<http://d-nb.info/968850898/34>>. Acesso em: 01 out. 2015.

proposta do outro. Em razão da convergência verificada entre as opiniões de ambos, foi possível o desenvolvimento conjunto de um rascunho sobre boa parte dos parágrafos que tratariam da estrutura institucional da Associação¹⁴⁰.

Na manhã do dia 20 de março, os subgrupos de cooperação financeira e de cooperação social e cultural realizaram reuniões. Foi possível obter alguns textos conjuntos em matéria social e cultural, mas na disciplina econômica só foram feitas propostas a serem discutidas nas reuniões futuras. Na tarde do mesmo dia, o Subcomitê de Cooperação se reuniu pela primeira vez. Os negociadores da UE aproveitaram a ocasião para apresentar ao Mercosul vários programas que estavam sendo desenvolvidos no âmbito dela¹⁴¹.

Em relação às negociações comerciais, ficou acordado que, após o dia 1 de julho, as negociações sobre tarifas e serviços deveriam iniciar o mais brevemente possível. Além disso, as negociações deveriam ser aceleradas¹⁴². Isto foi reiterado pelo CMC, em sua Decisão nº 8 de 2001, sobre “Negociações com Terceiros Países”, na qual os representantes do Mercosul afirmam a disposição de acelerar as negociações com a UE¹⁴³.

Dessa maneira, na quinta reunião do CNB, entre os dias 2 e 6 de julho de 2001, em Montevideu, a UE realizou sua primeira oferta de negociação tarifária e não tarifária referente à liberalização do comércio de bens, serviços e compras governamentais. Em relação ao comércio de bens, o texto apresentado pela UE estabelece o marco e os princípios da negociação. Foi prevista a eliminação de todas as barreiras não tarifárias com a entrada em vigor do Acordo de Associação. Na seara tarifária, a oferta da UE, seguindo o entendimento estabelecido desde o Acordo de Madrid, não excluiu nenhum setor das negociações¹⁴⁴. Para dar continuidade às negociações sobre barreiras tarifárias, as partes tomaram uma tarifa de referência para se realizar o processo de desgravação tarifária e uma tarifa base voltada à aplicação das preferências ao término das negociações. Foi estipulado que o triênio 1998-2000 seria o período de referência para determinar os dados de comércio que serviriam de base às negociações. Parte substancial do comércio deveria ser liberalizada em prazo não superior a dez

¹⁴⁰ BID. **Informe Mercosul**. Buenos Aires, v. 6, n. 7, 2001. p. 55. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/handle/11319/2611?locale-attribute=pt>>. Acesso em: 6 out. 2015.

¹⁴¹ BID. **Informe Mercosul**. Buenos Aires, v. 6, n. 7, 2001. p. 55. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/handle/11319/2611?locale-attribute=pt>>. Acesso em: 6 out. 2015.

¹⁴² EUROPEAN COMMISSION. **Fourth meeting of the EU-Mercosur biregional negotiations committee**. Bruxelas, 22 mar. 2001. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/CNB_4_e.pdf>. Acesso em: 6 out. 2015.

¹⁴³ BID. **Informe Mercosul**. Buenos Aires, v. 6, n. 7, 2001. p. 55. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/handle/11319/2611?locale-attribute=pt>>. Acesso em: 6 out. 2015.

¹⁴⁴ COMISIÓN EUROPEA. **Comunicado de Prensa**: oferta de negociacion de la UE. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/MER_EU_e.asp> Acesso em: 8 out. 2015.

anos e as partes sublinharam a necessidade de se levar em conta nas negociações tanto barreiras tarifárias quanto não tarifárias, de forma a garantir um efetivo acesso aos mercados¹⁴⁵.

No âmbito da cooperação, houve encontros do Subgrupo de Cooperação Econômica e do Subgrupo de Cooperação Social e Cultural. Na esfera econômica, as partes chegaram ao consenso sobre rascunhos de textos nas esferas de cooperação científica e tecnológica, alfandegária, de produção estatística e de fomento da concorrência. No campo social e cultural, o Subgrupo consolidou textos de negociação relacionados à cooperação no combate às drogas e ao crime organizado. Além disso, foram trocadas propostas sobre o setor agrícola¹⁴⁶.

O setor agrícola recebeu particular atenção dos negociadores europeus. Naquela época, as importações europeias do Mercosul somavam 18,4 bilhões de Euros, sendo que destes 8,9 bilhões era somente de produtos agrícolas. Ainda, desses 8,9 bilhões, cerca de 5,8 bilhões, ou seja, 60% do comércio agrícola, entrava no mercado europeu isentos de imposições tarifárias. Diante disto, cerca de 3,1 bilhões de Euros eram importações agrícolas sujeitas ao pagamento de direitos tarifários¹⁴⁷.

A UE mencionou todos produtos agrícolas na sua oferta, mas os enquadraram em regimes diferentes e, inclusive, retirou alguns do âmbito das negociações. Eles foram enquadrados em 6 categorias, que previam desde a liberalização imediata e total do comércio, com a eliminação de todas barreiras tarifárias, a um processo de liberalização a ser realizado em 10 anos ou mediante negociações paralelas. O quadro a seguir apresenta, de forma esquematizada, as propostas da UE no setor agrícola:

TABELA 1 – PROPOSTAS DA UE PARA O SETOR AGRÍCOLA

Categoria	Direitos alfandegários	Produtos	Volume comercial(€)
1	Liberalização imediata e total	Frutas frescas, alguns óleos e gorduras	270 milhões
2	Eliminação em 4 anos e 4 etapas	Carne de cavalo, frutas, legumes, flores (...)	600 milhões
3	Eliminação em 7 anos e 7 etapas	Frutas e legumes processados, suco de frutas, carne de frango processada (...)	330 milhões
4	Eliminação em 10 anos e 10 etapas	Carne de porco, presunto, mel, carne enlatada	1 bilhão
5	Modalidade de desgravação ainda não definida	Vinho e licores	60 milhões

¹⁴⁵ BID. **Informe Mercosul**. Buenos Aires, v. 6, n. 7, 2001. p. 56. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/handle/11319/2611?locale-attribute=pt>>. Acesso em: 6 out. 2015.

¹⁴⁶ EUROPEAN COMMISSION. **Fifth meeting of the European Union - Mercosur Biregional Negotiations Committee**. Montevideu, 6 jul. 2001. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/CNB_5_e.pdf>. Acesso em: 8 out. 2015.

¹⁴⁷ EUROPEAN COMMISSION. **Fifth meeting of the European Union - Mercosur Biregional Negotiations Committee**. Montevideu, 6 jul. 2001. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/CNB_5_e.pdf>. Acesso em: 8 out. 2015.

TABELA 1 – PROPOSTAS DA UE PARA O SETOR AGRÍCOLA

Categoria	Direitos alfandegários	Produtos	Volume
6	Excluídos da oferta, mas sujeitos à negociação de quotas tarifárias	Produtos sensíveis para UE: azeite de oliva, cereais, laticínio, tabaco, açúcar (...)	148

Em relação aos produtos provenientes do mar, a UE importava cerca de meio bilhão de Euros do Mercosul, sendo que quase a totalidade desse comércio estava sujeito a tarifação. A oferta da UE foi a eliminação total das barreiras alfandegárias em um prazo de 10 anos. No que tange aos produtos industriais, a UE importava, naquela época, cerca de 8,8 bilhões de Euros do Mercosul, sendo que deste total 4,1 bilhões de Euros estavam sujeitos a tarifas. A UE propôs eliminação da totalidade das barreiras alfandegárias em um prazo de 10 anos, a ser realizada em 4 etapas¹⁴⁹.

O comércio de serviços representava na época 20% do total do intercâmbio entre os dois blocos, embora correspondesse por mais de 50% do PIB dos países. A UE, embora reconhecesse o potencial desse setor, não realizou uma proposta muito concreta, resumindo-se a observar que ele deveria ser objeto de uma liberalização substancial e que ele deveria ocorrer conforme os princípios do GATS (tratamento nacional, acesso a mercados, transparência, reconhecimento mútuo, regulamentação doméstica...). Por fim, com relação às compras governamentais, que representavam então de 10% a 14% do PIB dos países, a UE realizou oferta ambiciosa. Propôs que houvesse a liberalização total das compras governamentais no setor de bens, serviços e obras públicas, incluindo as empresas públicas¹⁵⁰. Além disso, no acordo deveria ter uma cláusula de tratamento nacional, que impede qualquer forma de diferenciação entre fornecedores de ambas as partes, proibindo o estabelecimento de preferências nacionais nas licitações¹⁵¹.

No entanto, se, por um lado, as partes convergiram sobre a liberalização total e a não exclusão de nenhum setor, por outro, não foram poucas as divergências que começavam a surgir. A UE condicionou sua oferta no mercado de bens à negociação futura de um acordo

¹⁴⁸ EUROPEAN COMMISSION. **Fifth meeting of the European Union - Mercosur Biregional Negotiations Committee**. Montevideu, 6 jul. 2001. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/CNB_5_e.pdf>. Acesso em: 8 out. 2015.

¹⁴⁹ Tabela produzida com dados disponíveis em: BID. **Informe Mercosul**. Buenos Aires, v. 6, n. 7, 2001. p. 58. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/handle/11319/2611?locale-attribute=pt>>. Acesso em: 6 out. 2015.

¹⁵⁰ COMISIÓN EUROPEA. **Comunicado de Prensa**: oferta de negociación de la UE. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/MER_EU_e.asp> Acesso em: 8 out. 2015.

¹⁵¹ BID. **Informe Mercosul**. Buenos Aires, v. 6, n. 7, 2001. p. 58. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/handle/11319/2611?locale-attribute=pt>>. Acesso em: 6 out. 2015.

sobre cláusulas de *standstill*¹⁵² e de *rollback*¹⁵³ dos níveis tarifários, bem como à reciprocidade das concessões do Mercosul, a serem futuramente apresentadas, inclusive nos setores têxtil e de calçados. A UE não aceitou assumir obrigações unilaterais em razão do diferente grau de desenvolvimento econômicos entre os blocos. Além disso, a UE excluiu da sua oferta produtos importantes da pauta de exportação dos países do Mercosul, como é o caso do tabaco, do açúcar, dos laticínios e dos cereais, os quais foram classificados como produtos sensíveis para o bloco¹⁵⁴.

Por fim, cabe mencionar que a proposta europeia de desoneração tarifária abrangia somente tarifas *ad valorem*¹⁵⁵, sem considerar outros mecanismos, como direitos específicos e barreiras quantitativas. O Mercosul, ao contrário da UE, defende que a desgravação tarifária deve se dar por meio da eliminação de qualquer forma de gravame tarifário, e não somente de tarifas *ad valorem*¹⁵⁶.

Na sexta rodada do CNB, realizada na cidade de Bruxelas, entre os dias 29 e 31 de outubro de 2001, foi a vez do Mercosul apresentar sua oferta tarifária e seus textos de negociação para bens, serviços e compras governamentais.

A proposta do Mercosul no comércio de bens abrangia cerca de 40% do universo das posições tarifárias do bloco. Isto correspondia a cerca de 32% do comércio proveniente da UE (7,3 US\$ bilhões). As posições tarifárias em negociação foram dispostas em cinco listas, de A a E, com prazo de implementação não superior a 10 anos. Os produtos da lista A, que representavam cerca de 8,5% das importações da UE, seriam imediatamente desonerados. Já os da lista B, correspondentes a 4,9% das importações provenientes do bloco europeu, passariam por um processo de desoneração que duraria 8 anos. Por fim, os produtos das listas C, D e E, que correspondiam a 19% das importações do bloco, seriam desagravados em um prazo de 10

¹⁵² Um acordo de *standstill* tem por finalidade coibir aquisições hostis de empresas, o que não é algo necessariamente ilegal. Basicamente, permite-se que uma firma que foi alvo de uma tentativa de aquisição hostil recompre as ações adquiridas pelo comprador hostil ou limite a participação deste no empreendimento. INVESTOPEDIA. **Standstill Agreement.** Disponível em: <http://www.investopedia.com/terms/s/standstill_agreement.asp?adtest=term_page_v14_v2>. Acesso em: 6 out. 2015.

¹⁵³ A cláusula de rollback permite às partes, conforme o acordado, alterar algumas disposições contratuais, em razão de mudanças nas condições do mercado. No caso da cláusula de rollback exigida pela UE nas negociações tarifárias, o intuito era que fosse a ela permitido, no futuro, caso houvesse alguma mudança significativa nas condições do mercado, alterar os níveis tarifários que haviam sido acordados.

¹⁵⁴ BID. **Informe Mercosul.** Buenos Aires, v. 6, n. 7, 2001. p. 56-58. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/handle/11319/2611?locale-attribute=pt>>. Acesso em: 6 out. 2015.

¹⁵⁵ Tarifas *ad valorem* são aquelas cobradas com base no valor do produto. Estipula-se um percentual tarifário que deve ser aplicado ao valor do produto para se definir quanto deve pago à alfândega.

¹⁵⁶ BID. **Informe Mercosul.** Buenos Aires, v. 6, n. 7, 2001. p. 57. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/handle/11319/2611?locale-attribute=pt>>. Acesso em: 6 out. 2015.

anos. No setor agrícola, o Mercosul concordou em liberalizar 40% intercâmbio, mas exigiu que os subsídios à exportação da UE fossem retirados para a região¹⁵⁷.

Cabe ressaltar que a proposta do Mercosul não considerou muitas posições tarifárias, o que ficou a ser decidido conforme o avanço das negociações. Cerca de US\$ 15 bilhões das importações do Mercosul desde a UE (5.700 posições tarifárias) foram deixadas de lado na oferta do bloco. Isto se deve, em parte, às resistências da Argentina, o que levou a representantes dos demais países do Mercosul a manifestarem publicamente o desejo de que a Argentina se esforçasse mais para que então o Mercosul pudesse apresentar uma oferta melhor¹⁵⁸.

No campo de serviços, o Mercosul foi de encontro à proposição europeia de que a liberalização do mesmo ocorresse conforme os princípios do GATS, aguardando-se a definição de modalidades e da metodologia para que se pudesse iniciar as negociações de liberalização. Na parte de compras governamentais, o Mercosul concordou com a concessão de tratamento nacional a empresas de ambos os blocos, mas observou que o alcance dos compromissos estaria limitado à posterior negociação de listas de entidades, bens, serviços e obras públicas que estariam abarcados na modalidade¹⁵⁹.

Em geral, nem a oferta do Mercosul nem a da UE eram totalmente satisfatórias. No entanto, a primeira oferta do Mercosul ficou muito aquém da proposta da UE. Até o final de 2004, porém, a proposta mercosulina passaria por três aperfeiçoamentos, chegando a englobar 87% do comércio bilateral. Para que isto se tornasse possível, foi necessário que as partes continuassem dialogando para tornar mais claro uma à outra quais eram seus interesses específicos, em que estariam dispostas a ceder, quais eram seus limites e quais produtos poderiam mudar de cesta, passando a gozar de um regime de desgravação mais célere. Iniciava-se a fase de lapidação das ofertas por meio de intenso diálogo.

Assim, um dos objetivos mútuos principais durante as reuniões subsequentes consistiu em negociar a melhora das ofertas, o que ocorreu simultaneamente com o desenvolvimento do diálogo em outras áreas. Na sétima reunião do CNB, entre os dias 7 e 11 de abril de 2002, em Buenos Aires, houve a intensificação dos trabalhos dos GTs, bem como discussões acerca da estrutura institucional do Acordo de Associação e negociações sobre meios de facilitar o contato entre empresários de ambos os blocos, cujos resultados seriam apresentados na segunda Cúpula

¹⁵⁷ BID. **Informe Mercosul**. Buenos Aires, v. 7, n. 8, 2002. p. 128-129. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/handle/11319/2611?locale-attribute=pt>>. Acesso em: 8 out. 2015.

¹⁵⁸ BID. **Informe Mercosul**. Buenos Aires, v. 7, n. 8, 2002. p. 128-129. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/handle/11319/2611?locale-attribute=pt>>. Acesso em: 8 out. 2015.

¹⁵⁹ BID. **Informe Mercosul**. Buenos Aires, v. 7, n. 8, 2002. p. 128-129. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/handle/11319/2611?locale-attribute=pt>>. Acesso em: 8 out. 2015.

de Chefes de Estado e de Governo Mercosul-UE, a ser realizada em maio daquele ano em Madrid. Na realização das negociações sobre medidas de facilitação comercial, as recomendações do Fórum Empresarial Mercosul-UE foram levadas em consideração¹⁶⁰.

Os europeus tinham conhecimento de que o início do século XXI era um período de instabilidade para os países do Mercosul, o que dificultava as negociações. As crises exógenas da segunda metade da década, como a Asiática, de 1997, e o *default* russo de 1998, já tornavam clara a vulnerabilidade da economia na região. Em 1999, muitos países da América Latina entraram em recessão. Na Argentina, as reservas internacionais começaram a se esgotar, o que comprometeu o equilíbrio de seu balanço de pagamentos. Em 2001, o país suspendeu o pagamento da dívida externa, o que fez despencar a confiança de investidores e financiadores externos¹⁶¹. No ano de 2002, o PIB argentino, em termos reais, reduziu em 10,9%, sendo que, somente no ano seguinte, o país conseguiria retomar o crescimento, com taxas elevadas, acima de 8%¹⁶². A economia brasileira também passava por um momento ruim. Após a crise russa, em 1998, o Brasil aumentou a taxa de juros para evitar a saída de capitais, mas isto não conseguiu impedir que o país recorresse ao FMI, em dezembro do mesmo ano. No início de 1999, o BACEN adotou a livre flutuação cambial. Seu primeiro efeito foi uma drástica desvalorização do Real¹⁶³. Considerando a relação do Peso argentino com o Real, a paridade de 1,16 ARS/BRL, de 1998, foi para 2,32, em 2001¹⁶⁴. Isto desagradou a Argentina. Nesse período de crise, o comércio entre Brasil e Argentina reduziu consideravelmente. As exportações brasileiras para a Argentina caíram mais que as importações daquele país. De 6,2 US\$ bilhões, em 2000, as exportações brasileiras chegaram à importância de 2,3 US\$ bilhões, em 2002¹⁶⁵.

A situação frágil dos países do Mercosul, a qual eles só começariam a superar em 2003, não impediu que na Segunda Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da UE e do Mercosul, realizada em maio de 2002, em Madrid, os representantes dos Estados urgissem pelo

¹⁶⁰ EUROPEAN COMMISSION. **Seventh meeting of the European Union - Mercosur Bi-regional Negotiations Committee**. Buenos Aires, 11 abr. 2002. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/CNB_8_e.pdf>. Acesso em: 18 out. 2015.

¹⁶¹ CUNHA, André Moreira; FERRARI, Andrés. As origens da crise argentina: uma sugestão de interpretação. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 53-54, ago. 2008. Disponível em: <[file:///C:/Users/Guilherme Athaides/Downloads/EconomiaSociedade33Artigo3.pdf](file:///C:/Users/Guilherme%20Athaides/Downloads/EconomiaSociedade33Artigo3.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2015.

¹⁶² CEPAL. **ARGENTINA: PERFIL NACIONAL ECONÓMICO**, 2015. Disponível em: <http://interwp.cepal.org/cepalstat/WEB_cepalstat/Perfil_nacional_economico.asp?Pais=ARG&idioma=e>. Acesso em: 11 out. 2015.

¹⁶³ LANZANA, Antonio Evaristo Teixeira. O setor externo da economia brasileira. In: PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio S. de. **Manual de Economia**, 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 474-477.

¹⁶⁴ OANDA. **Histórico Taxas de Câmbio**. Disponível em: <<http://www.oanda.com/lang/pt/currency/historical-rates/>>. Acesso em: 10 out. 2015.

¹⁶⁵ MDIC. **Intercâmbio comercial brasileiro: Países e Blocos Econômicos**. Brasília. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=576>>. Acesso em: 10 out. 2015.

aprofundamento das negociações. O fato de as partes já terem apresentado propostas tarifárias preliminares e estarem mantendo intensas negociações contribuiu para carregar de otimismo o clima da Cúpula de Madrid. No entanto, o processo de associação ainda podia ser aperfeiçoado, sobretudo na área política. Assim, os Chefes de Estado ressaltaram a necessidade de aprofundar o diálogo entre os blocos na área de proteção dos direitos humanos e da democracia, de desenvolvimento sustentável, manutenção da paz e da estabilidade, dentre outros tópicos. Para facilitar a coordenação na seara política, ficou acordado que haveria reuniões anuais entre os oficiais sêniores dos blocos, bem como encontros ministeriais anuais, a serem realizados à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque¹⁶⁶.

Após a Cúpula de Madrid, houve encontro ministerial da UE e do Mercosul no Rio de Janeiro, em julho de 2002. O Comissário de Comércio da UE, em seu discurso de abertura, observou “nosso encontro de hoje não deve significar que as coisas não estão indo na direção correta. Pelo contrário, acreditamos que estamos nos trilhos”. Ele não deixou de chamar atenção para o fato de que, apesar do progresso “ainda há muito a ser feito”¹⁶⁷ (tradução nossa). O encontro ministerial que estava sendo realizado tinha por finalidade discutir a continuidade das negociações, de forma a dar a elas novo impulso. Para Pascal Lamy, era necessária a discussão de dois pontos fundamentais. Primeiro a amplitude das negociações. Ele não questionou a estrutura de negociações que havia sido estabelecida logo no primeiro encontro do CBN. O objetivo continuaria sendo um acordo de liberalização comercial, que cobrisse todos os setores (comércio de bens e serviços, compras governamentais, investimento, propriedade intelectual, concorrência, defesa comercial, regras sanitárias e fitossanitárias, vinho e outras bebidas alcoólicas), realizado com base no princípio *single undertaking* e compatível com as regras da OMC. No entanto, era preciso que as negociações passassem por alguns melhoramentos. Em matéria de acesso de mercados, não era suficiente somente a troca de ofertas, também era preciso que fossem estabelecidas regras para reger essa matéria, o que vinha sendo feito com relativo descuido. Além disso, o Mercosul havia sugerido que houvesse um acordo preliminar, de maneira que as negociações que já houvessem sido finalizadas ou estivessem próximas de sua conclusão já pudessem começar a produzir efeitos. Esta espécie de parcelamento dos

¹⁶⁶ EUROPEAN COMMISSION. **Second meeting of Heads of State and of Government of the European Union and of Mercosur.** Madrid, 17 maio 2002. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/Madrid2002_e.pdf>. Acesso em: 18 out. 2015.

¹⁶⁷ No original: “*Our meeting today should not mean that things are not going in the right direction. On the contrary, we think that we are on track [...] So, all in all, good progress, but of course, a lot remains to be done.*”. LAMY, Pascal. **Meeting EU-Mercosur:** opening remarks by EU Trade Commissioner Pascal Lamy. Rio de Janeiro, 23 jul. 2002. Disponível em: <http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2004/september/tradoc_118860.pdf>. Acesso em: 19 out. 2015.

resultados, obviamente, ia contra o princípio do *single undertaking*, uma das razões que levou a UE a refutar a proposição. Em segundo lugar, Lamy chamou atenção para a necessidade de definir uma forma de lidar com a inter-relação dos vários níveis de negociações. Essa preocupação está atrelada à natureza intergovernamental do Mercosul. O objetivo era uma negociação entre o Mercosul e a UE, e não com os países membros dos blocos. O mandato das negociações era de “região para região”, de forma que o nível de integração do Mercosul e a adoção pelos seus membros de regras e disciplinas comuns assumem fundamental importância para a implementação posterior do acordo¹⁶⁸.

Além disso, Lamy observou que era necessário evitar o “ping-pong” entre as negociações bilaterais Mercosul-UE e as negociações a nível multilateral na OMC. As regras da OMC serviriam de base para o acordo entre os blocos, sendo que este deveria ir além das determinações da OMC em tantas áreas quanto possível. Havia, no entanto, algumas matérias mais relacionadas ao comércio multilateral que bilateral, como disciplinas relacionadas a concorrência no mercado internacional, que deveriam ser tratadas nas negociações da OMC, mas isto não era o caso da maioria dos assuntos que estavam sendo negociados¹⁶⁹.

A reunião ministerial Mercosul-UE do Rio de Janeiro teve como resultado um programa de trabalho planejando as futuras negociações comerciais. A ideia era dar um novo ímpeto às negociações¹⁷⁰. De fato, na oitava reunião do CNB, em Brasília, entre os dias 11 e 14 do mês de novembro de 2002, houve avanços significativos, o que demonstra que as negociações passaram por uma renovação, retomando seu impulso inicial. Neste encontro, os GTs trabalharam intensivamente, revisando e aperfeiçoando as propostas já apresentadas. A essa altura das negociações, as partes já haviam deixado de forma relativamente clara suas posições primárias, de maneira que se tornava fundamental discutir as possibilidades de flexibilização das demandas e ofertas. Dentre os principais temas de discussão, destacaram-se o acesso ao mercado de bens, regras de origem, solução de controvérsias, propriedade intelectual e procedimentos alfandegários, sendo que destes, os três primeiros já haviam sido objeto de oferta. Diante do avanço na consolidação de textos apresentados até então, as partes

¹⁶⁸ No original: “*Our meeting today should not mean that things are not going in the right direction. On the contrary, we think that we are on track [...] So, all in all, good progress, but of course, a lot remains to be done.*”. LAMY, Pascal. **Meeting EU-Mercosur**: opening remarks by EU Trade Commissioner Pascal Lamy. Rio de Janeiro, 23 jul. 2002. Disponível em: <http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2004/september/tradoc_118860.pdf>. Acesso em: 19 out. 2015.

¹⁶⁹ LAMY, Pascal. **Meeting EU-Mercosur**: opening remarks by EU Trade Commissioner Pascal Lamy. Rio de Janeiro, 23 jul. 2002. Disponível em: <http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2004/september/tradoc_118860.pdf>. Acesso em: 19 out. 2015.

¹⁷⁰ EUROPEAN COMMISSION. **Mercosur-European Community regional strategy paper 2002-2006**. 10 set. 2002. p. 5-7. Disponível em: <http://eeas.europa.eu/mercosur/rsp/02_06_en.pdf>. Acesso em: 19 out. 2015.

ambiciosamente estipularam o compromisso informal de obter um rascunho para o Acordo de Associação Inter-Regional para a próxima reunião do CNB¹⁷¹.

O GT I conseguiu terminar sua discussão sobre os métodos e modalidades a serem adotadas nas negociações tarifárias de acesso de mercado de bens, tanto agrícolas como industriais. Na seara das negociações em matéria alfandegária, somente naquele momento foi possível elaborar um documento de trabalho que refletisse as posições de ambas, tanto as convergentes quanto divergentes. No campo de regras de origem, também foi obtido um texto de negociação comum, porém ficou determinado que o avanço da discussão dependia de uma análise mais profunda de algumas matérias relacionadas ao tema central, como prova de origem e procedimentos alfandegários relacionados a essa matéria¹⁷². O GT II realizou conclusões em matéria de serviços e propriedade intelectual, obtendo um documento final estipulando os métodos e modalidades das negociações em serviços. Já no campo da propriedade intelectual, as partes apresentaram suas propostas. A UE insistiu que a Associação requereria um alto nível de proteção de propriedade intelectual e que, portanto, era desejável que os países do Mercosul aderissem aos acordos internacionais sobre essa matéria vigentes¹⁷³. O Mercosul, por sua vez, observou que negociações birregionais não eram o lugar adequado para discutir a adesão de países a outros tratados internacionais¹⁷⁴. O GT III, por sua vez, discutiu as matérias de concorrência e de solução de controvérsias, mas não houve a elaboração de textos comuns¹⁷⁵.

No dia 5 de março de 2003, pouco tempo antes da nona reunião do CNB, as partes, pela segunda vez, trocaram ofertas na matéria de acesso de mercado, como havia sido previsto

¹⁷¹ EUROPEAN COMMISSION. **Eighth meeting of the European Union - Mercosur Bi-regional Negotiations Committee.** Brasília, 14 nov. 2000. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/CNB_8_e.pdf>. Acesso em: 13 out. 2015.

¹⁷² EUROPEAN COMMISSION. **Eighth meeting of the European Union - Mercosur Bi-regional Negotiations Committee.** Brasília, 14 nov. 2000. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/CNB_8_e.pdf>. Acesso em: 13 out. 2015.

¹⁷³ O regime internacional de proteção de propriedade intelectual ainda apresenta considerável grau de controvérsia quando se analisam seus principais beneficiários. Em primeiro lugar, uma relação direta de causa e efeito entre crescimento econômico e forte proteção de patentes ainda não foi comprovada. Em segundo lugar, a imitação foi algo fundamental para muitos países desenvolvidos. A grande maioria deles adotaram regimes fracos ou incompletos de proteção de patentes até alcançarem um estágio avançado de desenvolvimento. Por último, os principais beneficiários de fortes direitos de patentes são os países desenvolvidos. Para se ter ideia da dimensão da desigualdade de rendimentos, em 1993, o déficit brasileiro no setor de direitos de propriedade intelectual foi de US\$ 86 milhões, já em 2012 esse déficit foi de US\$ 3,1 bilhões. PARANAGUÁ, Pedro (Coord.). **A revisão da lei de patentes: inovação em prol da competitividade nacional.** Brasília: Câmara dos Deputados, 2013. pp. 36, 38, 50.

¹⁷⁴ EUROPEAN COMMISSION. **Eighth meeting of the European Union - Mercosur Bi-regional Negotiations Committee.** Brasília, 14 nov. 2000. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/CNB_8_e.pdf>. Acesso em: 13 out. 2015.

¹⁷⁵ EUROPEAN COMMISSION. **Eighth meeting of the European Union - Mercosur Bi-regional Negotiations Committee.** Brasília, 14 nov. 2000. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/CNB_8_e.pdf>. Acesso em: 13 out. 2015.

no programa de trabalho estabelecido na Reunião Ministerial do Rio de Janeiro¹⁷⁶. Isto era importante para que os resultados da reunião do CNB que se realizaria entre os dias 17 e 21 daquele mês, em Bruxelas, fossem potencializados.

Na nona reunião do CNB, os GTs discutiram investimento, compras governamentais, solução de controvérsias, serviços e bens, com foco em tarifas, regras de origem e medidas sanitárias e fitossanitárias. No encontro, foi alcançado substancial progresso na definição de modalidades e métodos das negociações em investimentos e compras governamentais, mas ainda sem se alcançar um acordo final nesses assuntos. Além disso, as partes aproveitaram o encontro para esclarecerem suas posições em matérias tarifárias e, com conhecimento prévio das ofertas recíprocas sobre acesso de mercado, foi possível estipular o prazo entre 15 de abril e 15 de maio daquele ano para que as partes realizassem trocas de solicitações de melhora das ofertas tarifárias. No mais, até 30 de abril deveriam trocar ofertas em matéria de investimento e compras governamentais¹⁷⁷.

Apesar das discussões e avanços em outras matérias, o ponto fulcral da nona reunião foi a melhora substancial que se verificou nas ofertas na área de acesso ao mercado de bens. Isto porque a proposta apresentada pelo Mercosul superava, quantitativa e qualitativamente, a sua anterior. Como visto anteriormente, a primeira oferta do bloco, apresentada em outubro de 2001, cobria 3.691 itens, o que correspondia a somente 32% das importações da UE. Já a segunda oferta do Bloco, apresentada em 5 de março de 2003, cobria 8.259 itens, correspondentes a cerca de 83% das importações provenientes da UE. Muito embora isto possa ser considerado um progresso essencial para a continuidade das negociações, a oferta do Mercosul ainda possuía um caráter conservador e era um plano de liberalização de longo prazo. Isto porque somente 551 itens, cerca de 10% das importações, teriam desgravação imediata. Em contrapartida, cerca de 65% das importações somente seriam completamente desgravadas no prazo de 10 anos. Além disso, 1.393 produtos foram classificados como sensíveis, não sendo ofertados. Diante disto, a UE não hesitou em solicitar melhora na oferta tarifária do Mercosul. Era do seu interesse a redução da quantidade de produtos considerados sensíveis e a redução dos prazos de desgravação¹⁷⁸.

¹⁷⁶ EUROPEAN COMMISSION. **EU and Mercosur accelerate negotiations towards free trade**. Bruxelas, mar. 2003. Bruxelas. Disponível em: <http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2003/november/tradoc_114124.pdf>. Acesso em: 19 out. 2015.

¹⁷⁷ EUROPEAN COMMISSION. **Ninth meeting of the European Union - Mercosur Bi-regional Negotiations Committee**. Bruxelas, 21 mar. 2003. Bruxelas. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/CNB_9_e.pdf>. Acesso em: 13 out. 2015.

¹⁷⁸ NOGUEIRA, Uziel; TACCONE, Juan J.. **Informe MERCOSUL 9**. Buenos Aires: BID-INTAL, 2004. p. 87-89. Disponível em: <<http://www.iadb.org/pt/publicacoes/detalhes,7101.html?id=8444&dcType=All>>. Acesso em: 14 out. 2015.

O bloco europeu, por sua vez, também apresentou melhora na sua proposta tarifária em bens. Em relação à sua oferta primária, realizada em julho de 2001, ela adicionou mais 1.235 produtos, elevando para 10.400 o universo das posições tarifárias ofertadas. Além disso, incluiu mais 385 produtos na categoria de desgravação imediata. Dessa forma, esta categoria passou a representar 61,7% das importações provenientes do Mercosul. Não obstante, cabe ressaltar que muitos dos produtos inclusos na categoria desgravação imediata já gozavam de isenção tarifária. Em outras palavras, muitos produtos inclusos naquela classificação só estavam ali como figurantes, ou seja, após a implementação do acordo não haveria, em relação a eles, nenhum efeito de desgravação imediata¹⁷⁹.

Nos dias 23 e 27 de junho, pouco tempo após a Cúpula Presidencial do Mercosul, foi realizada em Assunção a décima reunião do CNB. Entre a nona reunião e esta, as partes haviam trocado ofertas em matéria de serviços e investimentos, o que ocorreu entre os dias 15 de abril e 15 de maio daquele ano. Assim, na décima reunião, elas aproveitaram para formular solicitações de esclarecimento acerca dos pedidos de melhora das ofertas¹⁸⁰. No entanto, não foi verificado avanço nas negociações sobre bens. Isto se deveu ao fato de que, ao mesmo tempo que o Mercosul esperava melhora na oferta da UE na seara de bens agrícolas, esta discutia a reforma da PAC, de forma que o planejamento desta política atuou como um freio das pretensões mercosulinas e, conseqüentemente, no desinteresse do Mercosul melhorar sua oferta¹⁸¹.

De fato, não era intenção da UE cortar o orçamento da PAC, como o Mercosul desejaria. Muito embora a PAC tenha sofrido redução no orçamento da UE desde 1985, o valor disponibilizado para o programa atingiu seu pico em 1997, com cerca de 59 bilhões de Euros investidos, sendo que desde então até 2013, o orçamento manteve-se entre 50 e 60 bilhões de Euros. Nos anos de 2005 e 2006, o orçamento da PAC alcançaria os níveis mais altos desde 1997¹⁸², o que demonstra que não estava entre os planos da UE realizar uma redução imediata

¹⁷⁹ NOGUEIRA, Uziel; TACCONE, Juan J.. **Informe MERCOSUL 9**. Buenos Aires: BID-INTAL, 2004. p. 87-89. Disponível em: <<http://www.iadb.org/pt/publicacoes/detalhes,7101.html?id=8444&dcType=All>>. Acesso em: 14 out. 2015.

¹⁸⁰ EUROPEAN COMMISSION. **Tenth meeting of the European Union - Mercosur Bi-regional Negotiations Committee**. Assunção, 27 jun. 2003. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/CNB_9_e.pdf>. Acesso em: 14 out. 2015.

¹⁸¹ PEREIRA, Suzana Tavares. **Integração Mercosul-União Europeia: aspectos da negociação comercial - uma análise a partir da fonte de imprensa brasileira, 1999-2004**. 2006. 235 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Nacional de Brasília, Brasília, 2006. p. 46-47. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2383/1/dissertacao SUZANA TAVARES PEREIRA.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2383/1/dissertacao%20SUZANA%20TAVARES%20PEREIRA.pdf)>. Acesso em: 22 out. 2015.

¹⁸² DIRECTORATE FOR AGRICULTURE AND RURAL DEVELOPMENT. **CAP expenditure**. European Union, 2015. Disponível em: <http://ec.europa.eu/agriculture/cap-post-2013/graphs/graph1_en.pdf>. Acesso em: 22 out. 2015.

do programa nos anos seguintes ao fim das negociações com o Mercosul, que estava previsto para 2004.

A décima primeira rodada de negociações, realizada entre os dias 2 e 5 de dezembro de 2003, em Bruxelas, iniciou com discurso do diretor para acordos de livre comércio do Diretório de Comércio da Comissão Europeia, Karl Falkenberg, ressaltando a importância de se acelerar o ritmo das negociações em todas as matérias comerciais. Na reunião, as partes se preocuparam em clarificar suas posições e intenções, com o objetivo de melhor prepararem suas novas ofertas em mercado de bens, que deveriam ser apresentadas em abril de 2004. Os negociadores concordaram em realizar a troca de questões sobre como melhorar o texto de negociação um mês antes da décima segunda reunião do CNB. Além disso, com base no programa estabelecido pelos ministros em 12 de novembro daquele ano, as partes começaram a realizar a troca de visões acerca das modalidades agrícolas, processo que teria continuidade na próxima reunião do CNB¹⁸³.

Na décima segunda reunião do CNB, entre os dias 8 e 12 de março de 2004, em Buenos Aires, as partes trabalharam arduamente, discutindo basicamente todos os temas que fariam parte do futuro Acordo de Associação, pois havia sido estabelecida a meta de fechar o acordo em outubro daquele ano. Não obstante, ficava cada vez mais claro a situação de desentendimento e a dificuldade que concluir todos os pontos do acordo apresentava. Vários artigos do capítulo de bens ainda precisavam ser discutidos, bem como os de outras matérias, como regras de origem, medidas sanitárias e fitossanitárias e serviços. Em investimentos, o Mercosul apresentou uma proposta alternativa à da UE, o que provocou desencontros, dentre outros itens, nos referentes a salvaguardas e solução de controvérsias. Em matéria de propriedade intelectual, as partes reconheceram suas diferenças sobre o assunto e o Mercosul observou que, apesar da proposição da UE que fosse alterada a metodologia de negociação nesse campo, isto não era suficiente para superar as diferentes posições dos blocos¹⁸⁴.

Aos poucos, as negociações para o Acordo de Associação iam se encaminhando para um impasse, o que tornava cada vez mais distante o objetivo de selar o acordo no ano de 2004. Na décima terceira reunião do CNB, que ocorreu entre 3 e 7 de maio, as partes se encontraram em Bruxelas para orientarem as negociações para sua fase final. Era o momento de serem

¹⁸³ EUROPEAN COMMISSION. **Eleventh meeting of the European Union - Mercosur Bi-regional Negotiations Committee.** Bruxelas, 5 dez. 2003. Disponível em: <http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2003/december/tradoc_115033.pdf>. Acesso em: 22 out. 2015.

¹⁸⁴ EUROPEAN COMMISSION. **Twelfth meeting of the European Union - Mercosur Bi-regional Negotiations Committee.** Buenos Aires, 12 mar. 2004. Disponível em: <http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2004/march/tradoc_116325.pdf>. Acesso em: 22 out. 2015.

realizados os últimos pedidos de melhoras nas ofertas, com o objetivo de se alcançar um denominador comum nas próximas negociações, que iriam ocorrer às margens da III ALC-EU, a ser realizada em Guadalajara, México, entre os dias 28 e 29 de maio daquele ano.

No dia 21 de maio, o Mercosul apresentou sua oferta melhorada em matéria de bens, serviços e investimentos para a UE. A proposta englobava 8.850 posições tarifárias, que representavam cerca de 83% (20,2 US\$ bilhões) das importações do Mercosul provenientes da UE. A oferta deixou de fora 880 itens, que representavam importações no montante de 2.67 US\$ bilhões. Dentre os produtos que não gozariam de preferência estavam, sobretudo, bens industriais, que o Mercosul considerava que a eliminação dos direitos de importação poderia ocasionar sérios prejuízos à produção regional¹⁸⁵.

A oferta do Mercosul, porém, não foi considerada suficiente pela UE. Na Declaração de Guadalajara, em seu parágrafo nº 54, os líderes, ao mesmo tempo em que instruíram os negociadores a intensificarem o ritmo de trabalho, ressaltaram a necessidade de que as partes melhor clarificassem suas ofertas para que se pudesse obter o acordo até outubro daquele ano¹⁸⁶. Sem dúvida, este mês era uma data de fundamental importância, pois nele expirava o mandato de negociação da Comissão Europeia. Entre maio e outubro, as partes empreenderam intensos esforços para que suas diferenças fossem superadas, mas eles foram em vão. O Mercosul encontrou dificuldades para melhorar sua oferta na área têxtil e na automotiva, enquanto a UE não apresentou melhoras significativas na sua oferta agrícola. Fora isto, ainda havia muitos capítulos do acordo incompletos, como os sobre regras de origem, compras governamentais, investimentos e serviços¹⁸⁷.

Após Guadalajara, foram realizadas mais duas reuniões do CNB. Uma em junho, em Buenos Aires; outra em julho, em Bruxelas. Elas foram marcadas por trabalhos preparatórios voltados à melhora das ofertas, que deveriam ter suas versões finais apresentadas em setembro. Na décima quinta reunião, após árduos dias de trabalho, porém, os representantes do Mercosul decidiram suspender as negociações com a UE. Esta se mostrava relutante em melhorar sua oferta sobre produtos agrícolas e processados. A desgravação tarifária proposta pela UE englobaria 95% dos produtos brasileiros, o que seria feito de maneira progressiva no prazo de

¹⁸⁵ MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO DE ARGENTINA. **Información para la Prensa** Nº: 187/2004. Buenos Aires, 21 maio 2004. Disponível em: <<http://www.mrecic.gov.ar/node/30945>>. Acesso em: 2 nov. 2015.

¹⁸⁶ DECLARATION of Guadalajara. Guadalajara, 29 maio 1994. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/intcoop/eurolat/key_documents/summits_eu_alc/iii_2_5_2004_guadalajara_en.pdf>. Acesso em: 22 out. 2015.

¹⁸⁷ BID. **Informe Mercosul** Nº 11. Buenos Aires: BID-INTAL, 2006. p. 91. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/handle/11319/2608?locale-attribute=pt>>. Acesso em: 1 out. 2015.

10 anos. No entanto, os 5% não ofertados eram produtos agrícolas em que o Brasil, bem como outros países do Mercosul, eram extremamente competitivos e tinham a perspectiva de conquistar grande parte do mercado europeu. Importante observar que muitos produtos agrícolas provenientes dos países do Mercosul ou não entravam na UE, ou estavam sujeitos a altas alíquotas de importação altas ou a restrições quantitativas. Além disso, a UE tentava vincular a abertura do comércio agrícola bilateral aos resultados da Rodada Doha, o que o Mercosul considerava inaceitável¹⁸⁸.

Em setembro daquele ano, o Mercosul e a UE apresentaram suas últimas ofertas tarifárias. Não obstante, elas estavam aquém do desejado, de forma que ainda eram necessárias mais rodadas de negociações. No dia 20 de outubro, em Lisboa ocorreu a Reunião de Negociadores Comerciais a Nível Ministerial Mercosul-UE. Em uma declaração conjunta, foi expressado o compromisso dos blocos em estabelecer a Associação Inter-Regional. Também ficou acordado que seriam realizados mais encontros ministeriais no ano de 2005 para discutir a questão. Os representantes reconheceram que ainda havia muito a ser feito para que se alcançasse o nível de ambição que refletisse a importância estratégica da Associação Inter-Regional¹⁸⁹.

Apesar do esforço empreendido pelos negociadores no ano de 2004 e do desejo das partes de que as negociações fossem concluídas, estas restaram paralisadas. Não foram apresentadas mais ofertas. Diante desse cenário, os representantes do Fórum Empresarial Mercosul-UE, urgiram para que as negociações fossem retomadas o mais rápido possível. Desde o início das mesmas, líderes empresariais de ambos os lados haviam fornecido constante suporte à criação da Associação Inter-Regional. Eles observaram que o desenvolvimento das negociações da Rodada Doha era fundamental, mas que o progresso na arena bilateral não deveria estar condicionado ao da esfera multilateral¹⁹⁰; isto, entretanto, não foi suficiente para que as negociações fossem retomadas.

No ano de 2005, ainda foram realizados dois encontros ministeriais entre o Mercosul e a UE. O primeiro foi em 26 de maio de 2005, em Luxemburgo. Os representantes das partes deram grande ênfase à importância da conclusão do Acordo de Associação Inter-Regional, em

¹⁸⁸ OLIVEIRA; Alessandra Cavalcante de. **MERCOSUR E União Europeia**: um estudo da evolução das negociações agrícolas. 215 f. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, USP, São Paulo, 2010. p. 193-195. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-31082012-121355/pt-br.php>>. Acesso em: 2 nov. 2015.

¹⁸⁹ MERCOSUR-EU Trade Negotiators Meeting at Ministerial Level. Lisboa, 20 out. 2004. Disponível em: <http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2004/october/tradoc_119801.pdf>. Acesso em: 22 out. 2015.

¹⁹⁰ MEBF. **MEBF Luxembourg Declaration**. Luxemburgo, 31 jan. 2005. Disponível em: <http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2005/february/tradoc_121351.pdf>. Acesso em: 24 out. 2015.

razão deste possuir uma importante dimensão estratégica e contribuir para o progresso dos países dos blocos em matérias comuns, como comércio, coesão social, desenvolvimento sustentável, democracia e direitos humanos¹⁹¹. O segundo foi em Bruxelas, no dia 2 de setembro. Mais uma vez foi reafirmada a importância estratégica das relações entre o Mercosul e a UE e como era fundamental estabelecer a Associação Inter-Regional. No entanto, neste encontro, foi reconhecido que era preciso fazer mais para que se chegasse ao nível de ambição almejado. Como ficara acordado que o desenvolvimento da Rodada Doha não deveria impedir as negociações, pois grande parte dos temas tratados no Acordo de Associação possuíam uma dimensão predominantemente bilateral, os Ministros acordaram que eles deveriam se encontrar novamente em 2006 e que reuniões entre os coordenadores das negociações e oficiais sêniores deveriam ocorrer tanto naquele ano como no ano seguinte¹⁹².

Às margens da IV ALC-EU, em Viena, em maio de 2006, ocorreu mais um encontro ministerial entre os representantes do Mercosul e da União Europeia. Novamente foi afirmado que a conclusão do Acordo de Associação era uma prioridade para ambos¹⁹³. Muito embora fosse reiteradamente manifestada a vontade das partes em concluir o Acordo de Associação e mantido contato entre coordenadores das negociações, bem como realizadas reuniões de oficiais sêniores, as partes não demonstravam mais a mesma vontade política que aquela verificada entre os anos de 2000 e 2004. As negociações substanciais, ou seja, aquelas desenvolvidas no âmbito do CNB, estavam suspensas, e não eram adotadas medidas concretas no sentido de retomá-las.

2.3.2.2 A retomada das negociações (2010)

Após a suspensão *de facto* das negociações em outubro de 2004, ocorreram encontros ministeriais entre representantes dos blocos durante os anos de 2005 e 2006. Além disso, também foram realizados encontros entre coordenadores das negociações de ambas as partes. Malgrado essas iniciativas e as sucessivas declarações conjuntas reiterando o comprometimento

¹⁹¹ EU-MERCOSUR **Ministerial meeting: joint communique**. Luxemburgo, 26 maio 2005. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/ministerial_may2005_e.pdf>. Acesso em: 24 out. 2015.

¹⁹² **JOINT Communique: Mercosur-EU negotiator meeting at ministerial level**. Bruxelas, 2 set. 2005. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/ministerial_September2005_e.pdf>. Acesso em: 24 out. 2015.

¹⁹³ **COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. EU-MERCOSUR Ministerial Meeting: Joint Communiqué**. Bruxelas, 13 maio 2006. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/ministerial_May2006_e.pdf>. Acesso em: 24 out. 2015.

de ambas as partes com a conclusão do Acordo de Associação, as negociações só seriam relançadas em 2010.

O processo de retomada das negociações foi demorado. No dia 17 de dezembro de 2007, o Comissário europeu para Assuntos Econômicos e Monetários, Joaquín Almunia, foi recebido em Montevidéu pelos chanceleres do Mercosul. Entre eles, foi realizada uma reunião na qual ambos os lados demonstraram disposição para retomar as negociações¹⁹⁴. Nos dias 2 e 4 de abril de 2008, ocorreu em Bruxelas reunião de Altos Funcionários do Mercosul e da UE. Na ocasião, a situação em que as negociações se encontravam foi avaliada, e os representantes da UE expuseram que o lado europeu estaria disposto a retomar as negociações do Acordo de Associação assim que fossem definidas as modalidades agrícolas no âmbito da Rodada Doha. Além disso, em maio daquele ano foi realizada Reunião Ministerial do Mercosul-UE às margens da V ALC-EU, ocasião em que a retomada do processo negociador foi novamente discutida¹⁹⁵.

O horizonte da retomada das negociações, no entanto, só foi assumir uma forma mais definida no ano de 2009. Na Reunião de Cúpula do Mercosul, realizada em dezembro daquele ano, os Presidentes dos Estados-Partes discutiram o possível relançamento das negociações com a UE. Nesse mesmo mês, imediatamente após a Reunião de Cúpula do Mercosul, ocorreu em Lisboa reunião entre o Mercosul e a Comissão Europeia, na qual aquele transmitiu a esta sua vontade de retomar as negociações do Acordo de Associação¹⁹⁶. No ano seguinte, foram realizadas entre os dias 18 e 19 de março, em Buenos Aires, e 26 e 27 de abril, em Bruxelas, reuniões de Altos Funcionários do Mercosul e da UE com o objetivo de avaliar as possibilidades de relançamento das negociações. Os representantes do Mercosul frisaram que o bloco estaria disposto a melhorar sua oferta no mercado de bens, mas que, para tanto, a UE deveria melhorar a dela em matéria de produtos agrícolas e processados¹⁹⁷.

¹⁹⁴ DELEGAÇÃO PERMANENTE DO BRASIL JUNTO À ALADI E AO MERCOSUL. **Carta de Montevidéu nº 4**. Montevidéu, mar. 2008. p. 6. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/publicacoes/ eventos/carta-de-montevidéu/carta-de-montevidéu-04>>. Acesso em: 2 Nov. 2015.

¹⁹⁵ DELEGAÇÃO PERMANENTE DO BRASIL JUNTO À ALADI E AO MERCOSUL. **Carta de Montevidéu nº 5**. Montevidéu, maio 2008. p. 8. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/publicacoes/ eventos/carta-de-montevidéu/carta-de-montevidéu-05>>. Acesso em: 2 Nov. 2015.

¹⁹⁶ DELEGAÇÃO PERMANENTE DO BRASIL JUNTO À ALADI E AO MERCOSUL. **Carta de Montevidéu nº 11**. Montevidéu, dez. 2009. p. 4. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/publicacoes/ eventos/carta-de-montevidéu/carta-de-montevidéu-11>>. Acesso em: 2 Nov. 2015.

¹⁹⁷ DELEGAÇÃO PERMANENTE DO BRASIL JUNTO À ALADI E AO MERCOSUL. **Carta de Montevidéu nº 12**. Montevidéu, maio 2010. p. 8. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/publicacoes/ eventos/carta-de-montevidéu/carta-de-montevidéu-12>>. Acesso em: 2 Nov. 2015.

No dia 4 de maio de 2010, o Comitê de Política Comercial do Conselho da União Europeia se posicionou favoravelmente à retomada das negociações¹⁹⁸. No mesmo dia, a Comissão Europeia propôs que as negociações fossem retomadas¹⁹⁹. Em seguida, na Cúpula Mercosul-UE, realizada às margens da VI ALC-EU, no dia 17 daquele mês, em Madrid, as negociações foram oficialmente reiniciadas. Na ocasião, Chefes de Estado e de Governo ratificavam seu compromisso com as negociações e afirmavam que se esforçariam para que as mesmas fossem concluídas o mais rápido possível²⁰⁰.

A retomada das negociações se revestiu de um caráter inédito, uma vez que foi realizada em um período que os países europeus atravessavam a maior crise econômico-financeira desde a criação da UE. Não é por menos que isto foi feito com oposições internas, sobretudo dos defensores da PAC. Os Ministros da Agricultura de vários países europeus imediatamente alertaram que um acordo com o Mercosul poderia ter um efeito nefasto para os agricultores europeus. Paolo Bruni, Presidente da Copa-Cogeca, a maior união de agricultores da UE, disse que o relançamento das negociações era algo completamente inaceitável²⁰¹. Apesar da crítica e da oposição aberta da maioria dos países agrícolas da UE, o Acordo de Associação possuía outras facetas que também deveriam entrar no balanço na hora de se decidir acerca da sua oportunidade. Até a eclosão da crise em 2008, as exportações europeias para o Mercosul vinham crescendo à taxa de 15% a.a.. Além disso, o estoque de investimentos europeus na região superava não apenas a cifra dos 150 bilhões de Euros, como também eram mais significativos que aqueles realizados na China ou na Índia²⁰². Em um contexto de crise mundial e com as negociações na OMC longe de terem um final definido, ganhar preferências comerciais nos países do Mercosul, que, no momento da retomada das negociações,

¹⁹⁸ DELEGAÇÃO PERMANENTE DO BRASIL JUNTO À ALADI E AO MERCOSUL. **Carta de Montevideu nº 12**. Montevideu, maio 2010. p. 8. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/publicacoes/ eventos/carta-de-montevideu/carta-de-montevideu-12>>. Acesso em: 2 Nov. 2015.

¹⁹⁹ EUROPEAN COMMISSION DIRECTORATE-GENERAL FOR TRADE. **European Commission proposes relaunch of trade negotiations with Mercosur countries**. Bruxelas, 4 maio 2010. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/EU_relaunch_052010_e.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2015.

²⁰⁰ COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. **IV EU-Mercosur Summit Joint Communiqué**. Madrid, 17 maio 2010. Disponível em: <http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/er/114486.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2015.

²⁰¹ DUNMORE, Charlie; FELIX, Bate. EU, Mercosur relaunch trade talks, farmers opposed. **Reuters**, Madrid/Bruxelas, 17 maio 2010. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2010/05/17/us-trade-eu-mercursosur-idUSTRE64G6G120100517>>. Acesso em: 2 nov. 2015.

²⁰² FILIPPA, Susana (coord.). **Informe Mercosul nº 15**. Buenos Aires: BID-INTAL, 2010. p. 134-135. Disponível: <<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=33037750>> Acesso em: 2 nov. 2015.

apresentavam taxas de crescimento econômico muito superiores à média mundial²⁰³, era algo positivo para a Europa.

Dessa maneira, após o acordo de retomada das negociações, foi realizada a décima sétima reunião do CNB, entre os dias 29 de junho e 2 de julho, em Buenos Aires. Essa reunião teve um caráter organizacional. Era o momento de verificar os avanços obtidos, as matérias pendentes e estabelecer a forma pela qual as negociações deveriam ser conduzidas dali em diante. Porém, poucas mudanças eram necessárias, pois o que impedia o avanço no acordo não eram os procedimentos de negociação adotados, mas as divergências entre as partes em relação a algumas matérias. Dessa maneira, a metodologia e os pilares das negociações, que já haviam sido introduzidos na primeira reunião do CNB, em abril do ano 2000, foram mantidos. As negociações continuariam nos campos do diálogo político, do comércio e da cooperação. Não se tratava de um novo processo de negociações, mas da retomada do anterior²⁰⁴.

As partes acordaram que, antes de serem apresentadas novas ofertas, era preciso que se avançasse consideravelmente na definição de temas normativos²⁰⁵. Isto era importante, pois o avanço na definição das regras aplicadas aos temas que estavam sendo bilateralmente negociados permitiria às partes saber melhor sob quais regimes as suas ofertas estariam submetidas e, desse modo, poderiam melhor planejá-las.

Para avançar nas discussões sobre cada matéria em específico, foram criados nove grupos de trabalho: acesso a mercado de bens; regras de origem; barreiras técnicas ao comércio; medidas sanitárias e fitossanitárias; propriedade intelectual/indicações geográficas/vinhos; solução de controvérsias; defesa comercial; concorrência; cooperação aduaneira; serviços e investimentos; e compras governamentais. Os GTs se comprometeram a trocar textos de negociações até agosto daquele ano²⁰⁶.

Em setembro de 2010, o Comissário de Comércio da UE, Karel De Gucht, visitou o Brasil e a Argentina. Ele anunciou a intenção europeia de fechar o acordo com o Mercosul até

²⁰³ PORTAL BRASIL. **Economia do Mercosul cresce 8% em 2010**. 28 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2011/06/economia-do-mercosul-cresce-8-em-2010>>. Acesso em: 2 nov. 2015.

²⁰⁴ EUROPEAN COMMISSION. **Seventeenth meeting of the European Union - Mercosur Bi-regional Negotiations Committee**. Buenos Aires, 2 jul. 2010. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/BuenosAires2010_e.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2015.

²⁰⁵ DELEGAÇÃO PERMANENTE DO BRASIL JUNTO À ALADI E AO MERCOSUL. **Carta de Montevidéu nº 13**. Montevidéu, ago. 2010. p. 14. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/publicacoes/eventos/carta-de-montevidéu/carta-montevidéu-13>>. Acesso em: 2 Nov. 2015.

²⁰⁶ DELEGAÇÃO PERMANENTE DO BRASIL JUNTO À ALADI E AO MERCOSUL. **Carta de Montevidéu nº 13**. Montevidéu, ago. 2010. p. 14. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/publicacoes/eventos/carta-de-montevidéu/carta-montevidéu-13>>. Acesso em: 2 Nov. 2015.

meados de 2011. Naquele momento, a PAC estava passando por reformulações e, na segunda metade daquele ano, a Europa já teria uma noção mais clara do que estaria disposta a ofertar ao Mercosul. Além disso, ele também se reuniu com setores do empresariado do Brasil e da Argentina, os quais se mostraram cautelosos em relação ao Acordo, o que era justificado, pois, em razão da UE estar atravessando um período de crise, ela estava mais preocupada em expandir suas exportações, e não em ampliar sua base de produtos importados²⁰⁷.

Dando continuidade ao processo de negociações, entre os dias 12 e 15 de outubro, foi realizada em Bruxelas a décima oitava reunião do CNB. Os avanços dessa reunião foram feitos predominantemente na parte normativa do acordo²⁰⁸. As partes estabeleceram um calendário com os procedimentos que deveriam ser efetuados antes que houvesse a realização de uma troca de ofertas. Primeiramente, deveriam ser trocados documentos nos quais as partes indicariam suas expectativas com a troca de ofertas. Em seguida, na décima nona reunião do CNB, as partes avaliariam as expectativas uma da outra. Somente após essas duas etapas é que ocorreria o intercâmbio de ofertas melhoradas²⁰⁹.

Quando as negociações foram retomadas em maio, havia um claro desejo das partes de fecharem o acordo até o final de 2010. Isto, porém, era muito ambicioso para o estado em que as negociações se encontravam. Além disso, muitos países europeus, sobretudo a França, fizeram sérias reservas às negociações agrícolas, ponto de maior interesse do Mercosul. As objeções internas, porém, não impediram que as negociações se processassem em ritmo acelerado. No final de 2010, entre 22 de novembro e 7 de dezembro, ocorreu em Brasília a décima nona reunião do CNB. Foram 16 dias de esforço, nos quais os grupos de trabalho se reuniram ininterruptamente, conseguindo obter avanços na parte normativa do acordo, sobretudo nas áreas de acesso a mercados, regras de origem, serviços e investimento e solução de controvérsias²¹⁰.

²⁰⁷ FILIPPA, Susana (coord.). **Informe Mercosul nº 15**. Buenos Aires: BID-INTAL, 2010. p. 135. Disponível: <<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=33037750>> Acesso em: 2 nov. 2015.

²⁰⁸ MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES DE LA REPUBLICA DEL PARAGUAY. **Unión Europea y MERCOSUR reafirmaron compromiso por un Acuerdo Comercial equilibrado**. Assunção, 15 out. 2010. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/Brussels2010_s.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2015.

²⁰⁹ DELEGAÇÃO PERMANENTE DO BRASIL JUNTO À ALADI E AO MERCOSUL. **Carta de Montevidéu nº 14**. Montevidéu, nov. 2010. p. 7. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/informativo-da-delegacao-permanente-do-brasil-junto-ao-mercopol-e-a-aladi/informativo-da-delegacao-permanente-do-brasil-junto-ao-mercopol-e-a-aladi>>. Acesso em: 2 Nov. 2015.

²¹⁰ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Negociações MERCOSUL - União Europeia**. Brasília, 8 dez. 2010. Nota nº 712. <Disponível em: http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/Brasilia2010_e.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2012.

No ano de 2011, o Comissário de Comércio da UE, Karel De Gucht, visitou o Paraguai e o Uruguai entre os dias 7 e 9 de fevereiro. O objetivo da visita era facilitar o avanço das negociações do Acordo de Associação e promover o comércio bilateral da UE com ambos os países²¹¹. Importante observar que isto não era algo exclusivo em relação aos países do Mercosul, mas uma nova política comercial que estava sendo desenvolvida pela UE. No dia 4 de fevereiro, De Gucht proferiu discurso intitulado “The New EU Trade Policy” no Comitê Econômico e Social Europeu. Em sua fala, ele deixou bem claro que o comércio internacional tinha sido o principal meio da UE se recuperar da crise. Além disso, ressaltou a importância das cadeias globais de valor, uma vez que 2/3 das importações europeias enquadravam-se nessa rede de produção. Dessa maneira, ele criticou o foco excessivo que era dado às exportações. Para ele, “é o comércio que importa. Nós devemos nos lembrar que o sucesso das nossas exportações está frequentemente relacionado à abertura do nosso mercado para importações” (tradução nossa). A nova política comercial da UE iria se focar em três pilares. Em primeiro lugar, era preciso que a UE completa-se uma série de acordos de livre-comércio, tanto bilaterais quanto multilaterais, que estavam paralisados. O segundo pilar era melhorar as relações da UE com os países em desenvolvimento. Por fim, o terceiro ponto era aprimorar as relações comerciais bilaterais do bloco. Dessa maneira, ao mesmo tempo que a UE dava grande importância para a compleição do Acordo de Associação com o Mercosul, ela investia na sua parceira bilateral com os países mercosulinos²¹².

A próxima reunião do CNB havia sido marcada para acontecer entre os dias 14 e 18 de março de 2011, em Bruxelas. Pouco tempo antes dela ocorrer, os grupos de trabalho realizaram reuniões em Assunção, em prol de superar as divergências e conhecer melhor as expectativas da outra parte antes de prepararem as ofertas²¹³. Apesar dos esforços realizados e do intento de se terminar a parte normativa do acordo até o fim de 2010, na vigésima reunião

²¹¹ EU TRADE Commissioner to discuss Mercosur negotiations in Paraguay and Uruguay. Bruxelas, 4 fev. 2011. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/Meetings_11_e.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2015.

²¹² No original: “*It is trade that matters. We must remember that the success of our exports is often linked to our openness for imports*”. DE GUCHT, Karel. **The New EU Trade Policy**. Bruxelas, 4 fev. 2015. Discurso proferido no Comitê Econômico e Social Europeu. Disponível em: <http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2013/january/tradoc_150244.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2015.

²¹³ DELEGAÇÃO PERMANENTE DO BRASIL JUNTO À ALADI E AO MERCOSUL. **Carta de Montevidéu nº 16**. Montevidéu, abr. 2011. p. 6-7. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/publicacoes/ eventos/carta-de-montevidéu/carta-montevidéu-16>>. Acesso em: 2 Nov. 2015.

do CNB, as partes reconheceram que muitos avanços ainda deveriam ser feitos para que fosse possível proceder à troca de ofertas²¹⁴.

Na vigésima primeira reunião do CNB, realizada em Assunção, entre os dias 2 e 6 de maio de 2011, as partes fizeram uma vistoria do avanço dos grupos de trabalho com o objetivo de estabelecer prioridades entre as matérias pendentes. O foco continuou nas negociações da parte normativa do acordo²¹⁵. Na vigésima segunda reunião do CNB, em Bruxelas, entre 4 e 8 de julho do mesmo ano, obteve-se considerável progresso na definição de textos regulatórios nas matérias de serviços, investimentos e solução de controvérsias²¹⁶; e, na vigésima terceira reunião, em Montevidéu, entre os dias 7 e 11 de novembro, as partes conseguiram finalizar a definição dos princípios gerais aplicados às matérias de contramedidas e medidas antidumping, serviços, investimentos e regras alfandegárias²¹⁷.

Em todas as reuniões, as partes procederam a trocas de opiniões sobre seus objetivos e sobre o que esperavam uma da outra. No entanto, ainda havia impasses a serem resolvidos antes de serem realizadas as ofertas. O interesse do Mercosul no mercado agrícola europeu era algo indiscutível, assim como a oposição intraeuropeia ao acordo, liderada por países como França, Bélgica, Irlanda e Polônia. A UE apontava que só realizaria sua oferta sobre acesso de mercados depois que a Comissão Europeia terminasse seu estudo sobre o impacto que o acordo teria no setor agrícola europeu. Esse estudo era parte de um consenso estabelecido entre a Comissão e os países que se opunham ao acordo. Este só poderia ser assinado depois que o estudo fosse entregue e discutido pelo Parlamento Europeu. Foi o modo que a oposição encontrou para impedir o avanço das negociações, uma vez que as conversações sobre o acesso ao mercado agrícola europeu, principal interesse do Mercosul, ficariam sobrestadas²¹⁸.

²¹⁴ STATEMENT of the EU and MERCOSUR after the 4th round of negotiations on the future Association Agreement between both regions. Bruxelas, 18 mar. 2011. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/4thround_neg_e.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2015.

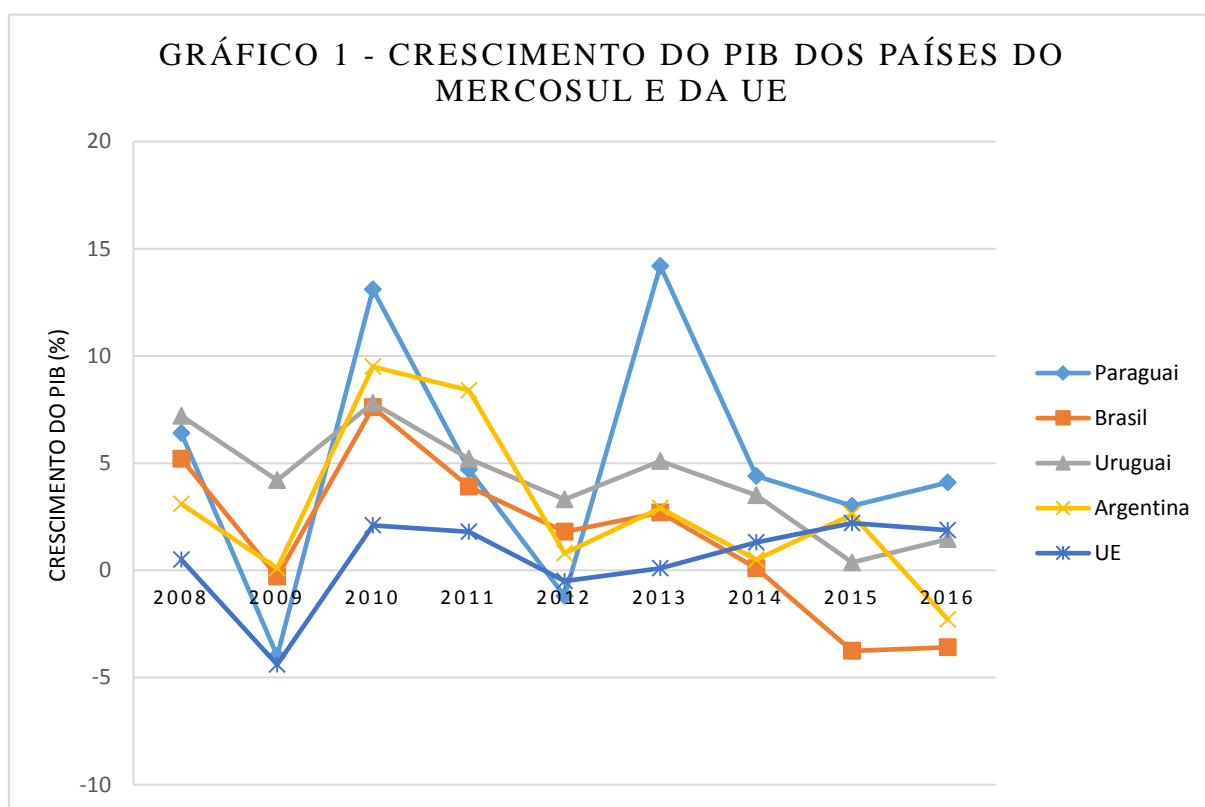
²¹⁵ STATEMENT of the EU and MERCOSUR after the 5th round of negotiations on the future Association Agreement between both regions. Assunção, 6 maio 2011. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/5thround_neg_e.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2015.

²¹⁶ EUROPEAN COMMISSION. **EU – MERCOSUR, XXII Meeting of the Bi-Regional Negotiations Committee.** Bruxelas, 8 jul. 2011. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/XXII_BNC_e.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2015.

²¹⁷ STATEMENT of the EU and MERCOSUR after the 7th round of negotiations on the future Association Agreement between both regions. Montevidéu, 11 nov. 2011. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/XXIII_BCN_e.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2015.

²¹⁸ ØSTHUS, Kjersti Elisabeth. **The Trade Negotiations between the EU and Mercosur, 2000–2013.** 89 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Europeus) – Departamento de História e Estudos Clássicos, Norwegian University of Science and Technology, Trondheim, 2013. p. 51-52. Disponível em: <http://brage.bibsys.no/xmlui/bitstream/handle/11250/243139/637979_FULLTEXT01.pdf?sequence=1>. Acesso em: 3 nov. 2015.

A passagem do ano de 2011 para o de 2012 foi marcada por uma mudança de cenário. A crise acentuou-se ainda mais, e desta vez também para os países do Mercosul. O nível de crescimento do PIB dos países mercosulinos despencou. O Paraguai, que cresceu em 2011 cerca de 4,7%, teve sua economia encolhida em 1,2%, em 2012. A Argentina, que alcançou a espetacular cifra de crescimento de 8,4% em 2011, não chegou a crescer 1% no ano seguinte. O crescimento brasileiro caiu pela metade e o do Uruguai se reduziu em dois pontos percentuais. A partir de então, os países do Mercosul até o presente não conseguiram retomar as altas taxas de crescimento apresentadas no ano de 2010 e 2011. A economia europeia, que alcançou taxas negativas de crescimento em 2012, saiu do vermelho, mas até o ano de 2015 não conseguiu retomar taxas de crescimento superiores a 2%. O gráfico abaixo ilustra a taxa de crescimento do PIB dos países do Mercosul e da UE de 2008 a 2016²¹⁹:



Além da redução do crescimento econômico, o ano de 2012 teve outras reviravoltas que contribuíram para esfriar o ritmo das negociações. Após a vigésima quarta reunião do CNB, que ocorreu entre os dias 12 e 15 de março, em Bruxelas, sem resultados significativos, dois

²¹⁹ Gráfico construído com base nos dados fornecidos pelo Banco Mundial: THE WORLD BANK. **Data:** GDP growth (annual %). 2017. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

fatos tiveram efeitos negativos sobre as negociações. Em primeiro lugar, no dia 25 de maio daquele ano, a União Europeia instaurou reclamação na OMC contra a Argentina (DS438), em razão de medidas impostas por este país em relação à importação de certos bens²²⁰. Desde janeiro de 2011, a Argentina já vinha aumentando o número de itens cuja licença de importação não era automática. A detenção de importações é uma medida permitida pela OMC, mas apenas em um prazo não superior a 60 dias. A Argentina estava desrespeitando o limite. Suas restrições acabaram por prejudicar também os países do Mercosul, que tiveram suas exportações reduzidas para aquele país²²¹. Em segundo lugar, sob o argumento de que no Paraguai ocorrera uma ruptura da ordem democrática, os Presidentes do Brasil, Argentina e Uruguai e o chanceler da Venezuela decidiram pela suspensão daquele país dos órgãos decisórios do Mercosul, com base no art. 5º do Protocolo de Ushuaia²²². Ocorre que, naquela mesma Reunião de Cúpula do Mercosul, realizada nos dias 28 e 29 de junho de 2012, foi realizada a adesão da Venezuela ao bloco. O Paraguai era o único país que ainda não havia ratificado o pedido de adesão venezuelano. As consequências externas desse ato não foram as mais favoráveis para os países do Mercosul, que tiveram sua credibilidade abalada no cenário internacional. Segundo Celso Lafer, a “decisão de incorporar a Venezuela ao Mercosul é uma ilegalidade agravada pela ilegalidade antecedente da suspensão do Paraguai do bloco”, isto porque não foram realizadas as consultas com o Paraguai, exigidas no art. 4 do Protocolo de Ushuaia, e, segundo o Tratado de Assunção, em seu art. 20, a aprovação do alargamento do bloco deve ser feita mediante decisão unânime de todos os Estados-Partes²²³. Isto, além de prejudicar a imagem externa do Brasil, ocasionou a suspensão da vigésima quinta reunião do CNB, que deveria ter sido realizada no mês de julho, em Brasília²²⁴.

²²⁰ WTO. **Dispute Settlement:** Dispute DS438. 26 jan. 2015. Disponível em: <https://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds438_e.htm> Acesso em: 4 nov. 2015.

²²¹ ØSTHUS, Kjersti Elisabeth. **The Trade Negotiations between the EU and Mercosur, 2000–2013**. 89 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Europeus) – Departamento de História e Estudos Clássicos, Norwegian University of Science and Technology, Trondheim, 2013. p. 57. Disponível em: <http://brage.bibsys.no/xmlui/bitstream/handle/11250/243139/637979_FULLTEXT01.pdf?sequence=1>. Acesso em: 3 nov. 2015.

²²² O art. 5º do Protocolo de Ushuaia é aplicado em razão de ruptura da ordem democrática de um Estado Parte. Após realizar consultas com este Estado, os demais Estados-Partes podem decidir pela suspensão do direito daquele Estado de participar nos órgãos do Mercosul até que a situação de normalidade seja reestabelecida. PROTOCOLO de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, Bolívia e Chile. Ushuaia, 24 jul. 1998. Disponível em: <http://www.mercosur.int/innovaportal/file/110/1/1998_protocolo_de_ushuaia-compromiso_democratico_port.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2015.

²²³ LAFER, Celso. Descaminhos do Mercosul – a suspensão da participação do Paraguai e a incorporação da Venezuela: uma avaliação crítica da posição brasileira. **Política Externa**, v. 21, n. 3, 2013.

²²⁴ FILIPPA, Susana (coord.). **Informe MERCOSUL nº 18**. Buenos Aires: BID-INTAL, 2014. p. 87. Disponível em: <<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=38670814>>. Acesso em: 4 nov. 2015.

Apesar dos contratempos, a vigésima quinta reunião do CNB foi realizada entre os dias 22 e 26 de outubro, em Brasília. Os negociadores reconheceram que apesar dos avanços que haviam sido realizados na parte normativa do acordo, o *approach* adotado até então não permitiria maiores progressos. A UE ressaltou que era preciso avançar para a troca de ofertas em bens, serviços, investimentos e compras governamentais. O Mercosul, por sua vez, observou que as negociações haviam chegado a um ponto em que seria necessária a obtenção de orientações ministeriais. Dessa maneira, as partes convencionaram que uma reunião ministerial deveria ocorrer às margens da Cúpula CELAC-UE, a ser realizada em Santiago, em janeiro de 2013²²⁵.

Apesar da vontade de avançar para a troca de ofertas, ainda havia consideráveis dificuldades na área normativa. Em primeiro lugar, a UE tinha a intenção de que a liberalização alfandegária estivesse submetida à estipulação de diversas obrigações para os países do Mercosul. Em segundo lugar, a UE afirmou que suas medidas de apoio interno para a agricultura não estavam sob negociações. Uma das pautas do Mercosul era que a UE reduzisse os subsídios internos fornecidos à agricultura, fato que tornava a questão problemática. Em terceiro lugar, o Mercosul queria que as tarifas adotadas pela UE se baseassem naquelas praticadas no SGP²²⁶, uma vez que a maioria dos países concorrentes do Mercosul na exportação de produtos agrícolas para o mercado europeu gozavam de tarifas preferenciais no âmbito do SGP²²⁷.

O conjunto dos acontecimentos no ano de 2012 não foi nem um pouco favorável para o avanço nas negociações. Não havia um clima de cooperação. As atitudes da Argentina irritaram a UE. Em 14 de abril, a Presidenta Fernanda Kirchner decidiu pela nacionalização de 51% dos ativos que a companhia energética espanhola Repsol detinha na YPF, sem nenhuma indenização, que só foi negociada em 2014²²⁸. Junto a isto, além das políticas protecionistas

²²⁵ XXV MERCOSUR – European Union Birregional Negotiations Committee. Brasília, 26 out. 2012. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/XXV_BCN_e.pdf> Acesso em: 4 nov. 2015.

²²⁶ FILIPPA, Susana (coord.). **Informe MERCOSUL n° 18**. Buenos Aires: BID-INTAL, 2014. p. 88-89. Disponível em: <<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=38670814>>. Acesso em: 4 nov. 2015.

²²⁷ O Sistema Geral de Preferências (SGP) foi criado no âmbito da UNCTAD. No âmbito do GATT ele foi formalizado por meio da “cláusula de habilitação”, que tornava, em alguns casos, legal a violação da cláusula de nação mais favorecida e o afastamento do princípio de reciprocidade nas negociações entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. INOCALLA, Ganesh. **A participação do Brasil nas negociações agrícolas da Rodada Doha da OMC na era Lula (2003-2010): uma análise da coerência entre os princípios gerais da política externa e a atuação do Brasil**. 2013. 153 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, UNB, Brasília, 2013. p. 68-69. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/13505>>. Acesso em: 4 nov. 2015.

²²⁸ PARKS, Ken. Repsol, Argentina Settle Energy Fight. **The Wall Street Journal**, 25 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.wsj.com/articles/SB10001424052702303880604579405282220218564>>. Acesso em: 4 nov. 2015.

que levaram a UE, acompanhada por 16 países externos ao bloco, entrar com uma reclamação na OMC, em maio de 2012, contra Argentina, esta retaliou a UE, em agosto de 2012, entrando com uma reclamação sobre medidas relativas a políticas de importação de biodiesel. O processo da Argentina não foi levado adiante, pois após ela requerer a instauração de um painel contra a UE em 6 de dezembro daquele ano, o comitê formado para avaliar a questão negou o pedido argentino no dia 17 daquele mesmo mês²²⁹. No dia 14 de dezembro, ao falar com a imprensa em Genebra, o Comissário de Comércio da UE, Karel De Gucht, expressou seu descontentamento: “eu não consigo entender porque eles insistiram tanto em reabrir as negociações em 2010 e agora alguns de seus membros apresentam um comportamento que não ajuda nas negociações” (tradução nossa)²³⁰.

Pouco antes da Reunião Ministerial Mercosul-UE, que ocorreria em Santiago, no dia 26 de janeiro, o Parlamento Europeu emitiu resolução na qual encorajava as partes a acelerarem as negociações e avançarem na definição do acordo²³¹. A Reunião Ministerial foi marcada por desarmonias. A Argentina adotou uma posição defensiva. A Presidente Fernanda Kirchner afirmou que era preciso rediscutir e reelaborar as premissas do acordo dentro do Mercosul para então poder-se avançar. Para ela, as bases de 2004 não eram mais válidas. Já a Chanceler alemã, Ângela Merkel, ressaltou a importância do acordo, de forma que os países deveriam tomar medidas para que as negociações avançassem²³². Os Ministros, por sua vez, reconheceram que ainda havia muito a ser feito. Desse modo, determinaram que as partes deveriam iniciar trabalhos internos para que fosse realizada a troca de ofertas até o último trimestre daquele ano²³³.

É válido apontar que havia uma certa falta de coordenação no Mercosul. Na Reunião Ministerial, participaram seis autoridades. Os cinco Ministros de Relações Exteriores dos países

²²⁹ WTO. **Dispute Settlement:** Dispute DS444. 17 ago. 2012. Disponível em: <https://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds443_e.htm> Acesso em: 4 nov. 2015.

²³⁰ No original: “*I can’t understand why they insisted so much in reopening negotiations in 2010 and now some of its members display a behaviour that does not help the negotiations*”. ARGENTINA’S behaviour’ main obstacle for EU/Mercosur trade talks says Brussels. **Mercopress**, 14 dez. 2012. Disponível em: <<http://en.mercopress.com/2012/12/14/argentina-s-behaviour-main-obstacle-for-eu-mercursos-trade-talks-says-brussels>>. Acesso em: 4 nov. 2015.

²³¹ EUROPEAN Parliament calls for speeding EU/Mercosur trade negotiations. **Mercopress**, 17 jan. 2013. Disponível em: <<http://en.mercopress.com/2013/01/17/european-parliament-calls-for-speeding-eu-mercursos-trade-negotiations>>. Acesso em: 4 nov. 2015.

²³² NIEBIESKIKWIAT, Natasha. Merkel presionó por un acuerdo con el Mercosur y Cristina puso limites. **Clarín**, 27 jan. 2013. Disponível em: <http://www.clarin.com/politica/Merkel-presiono-acuerdo-Mercosur-Cristina_0_854914579.html>. Acesso em: 4 nov. 2015.

²³³ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Reunião Ministerial MERCOSUL-União Europeia**. Santiago do Chile, 28 jan. 2013. Nota à imprensa nº 29. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/Jan2013_Ministerial_Meet_e.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2015.

do Mercosul e o Comissário de Comércio da UE²³⁴. Enquanto somente uma pessoa falava por toda a UE; no caso do Mercosul, embora houvesse um mínimo de coordenação, não havia uma posição consolidada entre os países. Isto deriva da própria natureza intergovernamental do bloco, que exige o consenso de todos os países na tomada de decisões, e da ausência de uma autoridade com mandato definido para representar o Mercosul nas negociações, como ocorre no caso dos comissários da UE.

Após a Reunião Ministerial Mercosul-UE, em janeiro, as negociações estagnaram novamente. Não houve mais reuniões de trabalho do CNB e as partes não apresentaram suas ofertas. No Brasil, o empresariado atuou ativamente para que o acordo fosse assinado. O CNI chamava atenção das autoridades sobre a oportunidade do acordo, uma vez que, em janeiro de 2014, os países do Mercosul, com exceção do Paraguai, perderiam as preferências tarifárias no mercado europeu com base no SGP. No entanto, também foi aconselhada cautela, uma vez que a UE poderia exigir cláusulas de salvaguarda para o comércio agrícola que poderiam minar a vantagem comparativa dos países do Mercosul nessa seara²³⁵.

O apoio do setor privado brasileiro ao acordo era significativo. Em setembro de 2013, foi realizada reunião entre o Presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior (Coscex) da Fiesp, Rubens Ricupero, e 20 embaixadores UE. Nela, Ricupero argumentou que era importante que as negociações avançassem, pois o que o Brasil não queria era que “essa negociação fique estancada novamente por países que não queiram participar”²³⁶. No fim do ano, como esperado, o Mercosul não logrou alcançar uma posição comum. Enquanto Brasília, Montevidéu e Assunção ofereceram uma redução tarifária que englobava 90% dos bens do comércio com os europeus, a proposta argentina não englobava mais que 80% das posições tarifárias. Buenos Aires justificou sua proposta na necessidade de proteger determinados setores industriais considerados sensíveis. Os sócios do Mercosul tentaram acordar com os europeus que o processo de abertura se desse em duas velocidades para os países mercosulinos, em clara tentativa de acomodar os interesses argentinos. No entanto, a UE não concordou, afirmando

²³⁴ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Reunião Ministerial MERCOSUL-União Europeia**. Santiago do Chile, 28 jan. 2013. Nota à imprensa nº 29. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/Jan2013_Ministerial_Meet_e.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2015.

²³⁵ CNI. Defesa comercial e o acordo Mercosul-União Europeia. **Observatório de Defesa Comercial**, v. 2, n. 2, jul. 2013. p. 8. Disponível em: <http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_24/2013/12/16/422/20131216093849798250o.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2015.

²³⁶ ASSUNÇÃO, Alice. Principal ganho para o Brasil com acordo entre Mercosul e UE é a saída do isolamento comercial, diz embaixador Rubens Barbosa na Fiesp. **Portal Fiesp**, 25 set. 2013. Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/noticias/principal-ganho-para-o-brasil-com-acordo-entre-mercosul-e-ue-e-a-saida-do-isolamento-comercial-diz-embaixador-rubens-barbosa-na-fiesp/>>. Acesso em: 5 nov. 2015.

que a oferta argentina era insatisfatória e que o Mercosul deveria apresentar uma posição comum²³⁷.

No ano de 2013, um novo fator começaria a assombrar os países do Mercosul. Tratava-se da ZLC que estava sendo negociada entre os EUA e a UE, cujo fluxo de comércio representaria um terço do intercâmbio mundial²³⁸. O risco dos países do Mercosul perderem posições no mercado europeu aumentava conforme as negociações entre as maiores economias do mundo avançavam. Diante de situações como essa, começou a surgir rumores de que o meio diplomático brasileiro cogitava a possibilidade do Brasil empreender negociações diretas com a UE. Isto deriva da afirmação do Ministro das Relações Exterior, Antônio Patriota, em entrevista ao jornal *Financial Times*, de que havia a expectativa de que os países do Mercosul pudessem negociar em “velocidades distintas”²³⁹. Muito embora o Itamaraty tenha emitido nota explicativa afirmando ser essa conclusão uma interpretação errada do jornal londrino, os receios do Brasil com o atraso da assinatura do acordo com a UE são reais. De 2000 até o ano de 2012, o Brasil só obteve saldos comerciais favoráveis com a UE. No entanto, em 2013, esse cenário se inverteu. Naquele ano, o Brasil obteve um déficit de quase 3 bilhões de dólares e, no ano seguinte, de cerca 4,7 bilhões. A partir de 2011, as exportações brasileiras para a UE começaram a cair, reduzindo-se de 53 para 42 bilhões de dólares, entre 2011 e 2014²⁴⁰. Nesse cenário, o empresariado brasileiro passou a ver na conclusão do acordo um meio de reverter a queda das exportações brasileiras para o bloco europeu, o que reafirma o apoio do mesmo à conclusão do acordo²⁴¹.

No dia 17 de dezembro de 2014, na Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados, a Presidenta Dilma Rousseff assumiu a Presidência Pro-Tempore do Mercosul. Em seu discurso, deu a indicação de que o Mercosul havia chegado a uma posição comum e que, então, caberia a Bruxelas concluir suas consultas internas para que fosse possível definir a data

²³⁷ GOSMAN, Eleonora. Se trabó la negociación entre el Mercosur y la Unión Europea. **Clarín**, 13 dez. 2013. Disponível em: <http://www.clarin.com/politica/trabo-negociacion-Mercosur-Union-Europea_0_1046895392.html>. Acesso em: 5 nov. 2015.

²³⁸ ASSUNÇÃO, Alice. Principal ganho para o Brasil com acordo entre Mercosul e UE é a saída do isolamento comercial, diz embaixador Rubens Barbosa na Fiesp. **Portal Fiesp**, 25 set. 2013. Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/noticias/principal-ganho-para-o-brasil-com-acordo-entre-mercosul-e-ue-e-a-saida-do-isolamento-comercial-diz-embaixador-rubens-barbosa-na-fiesp/>>. Acesso em: 5 nov. 2015.

²³⁹ WELLE, Deutsche. Voo solo do Brasil pode gerar turbulência no Mercosul. **Carta Capital**, 17 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/voo-solo-do-brasil-com-a-ue-ameaca-gerar-turbulencia-no-mercosul-9951.html>>. Acesso em: 5 nov. 2013.

²⁴⁰ MDIC. **Intercâmbio comercial brasileiro**: Países e Blocos Econômicos. Brasília. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=576>>. Acesso em: 5 nov. 2015.

²⁴¹ NICÁCIO, Adriana. Recuperação das exportações para União Europeia depende de acordo comercial, diz CNI. **CNI**, 21 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/imprensa/2014/03/1,34730/recuperacao-das-exportacoes-para-uniao-europeia-depende-de-acordo-comercial-diz-cni.html>>. Acesso em: 5 nov. 2015.

de troca das ofertas²⁴². No ano de 2015, na Segunda Cúpula CELAC-UE, realizada no mês de junho, em Bruxelas, o Brasil cobrou da UE a continuidade das negociações. Na abertura da Cúpula, a Presidente Dilma Rousseff afirmou que “O Mercosul quer fazer uma proposta e queremos saber se a União Europeia está preparada para ela”²⁴³. Desse modo, na Reunião Ministerial Mercosul-UE, realizada às margens da Cúpula, os Ministros estabeleceram como objetivo a realização, no último trimestre do ano, de troca de ofertas em acesso de mercados entre os blocos²⁴⁴; o ano de 2015, porém, chegou ao seu final sem que as ofertas fossem realizadas. As mesmas só ocorreriam em maio de 2016, em Bruxelas²⁴⁵. Essa foi a primeira troca de ofertas desde 2004, e, deve-se ressaltar, muito pouco satisfatória. A UE retirou da sua oferta tarifária a carne bovina e o etanol, e não chegou a oferecer quotas para ambos²⁴⁶. Isso foi fruto da pressão de grupos agrícolas europeus, e não agradou o bloco sul-americano, que viu dois produtos fundamentais da sua pauta de exportações serem retirados das ofertas, o que é, em certa medida, um retrocesso no caminho de se obter um acordo.

Desde então, o processo de negociações continua em aberto, mas prenunciar o fechamento do acordo foge ao escopo deste trabalho. O que se pode dizer é que os avanços têm sido relativamente limitados, para um acordo que está sendo negociado há quase duas décadas.

3.4 AS VARIÁVEIS QUE INFLUENCIARAM AS NEGOCIAÇÕES

3.4.1 A falta de harmonia entre as ofertas

Como visto, na reunião do Conselho de Cooperação Mercosul-UE realizada em novembro de 1999, foi definida não apenas a data de início das negociações, mas também a metodologia que deveria ser seguida pelas partes. Nesse particular, é fundamental pôr em evidência dois princípios para entender como a incompatibilidade das ofertas contribuiu para o impasse das negociações. O primeiro é o do compromisso mútuo, ou *single undertaking*, o qual

²⁴² DILMA assume presidência do Mercosul. **Portal Brasil**, 17 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2014/12/dilma-assume-presidencia-do-mercosul>>. Acesso em: 5 nov. 2015.

²⁴³ JIMÉNEZ, Carla; PÉREZ, Claudi. Mercosul pressiona União Europeia para avançar com acordo bilateral. **El País**, São Paulo/Bruxelas, 10 jun. 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/11/politica/1433979885_736329.html>. Acesso em: 5 nov. 2015.

²⁴⁴ MERCOSUR – European Union Ministerial Meeting Joint Communiqué. Bruxelas, 11 jun. 2015. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/MER_EU_Joint_Comm_Jun_2015_e.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2015.

²⁴⁵ MDIC. **Legislação**: Mercosul/União Europeia. Brasília. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/legislacao/9-assuntos/categ-comercio-exterior/1566-mercosul-uniao-europeia>>. Acesso em: 19 ago. 2017.

²⁴⁶ UE exclui etanol e carne de oferta de acordo comercial com Mercosul. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 maio 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/05/1770146-ue-exclui-etanol-e-carne-de-oferta-de-acordo-comercial-com-mercosul.shtml>>. Acesso em: 19 ago. 2017.

exige que o acordo seja firmado como um todo, ou seja, somente após as partes chegarem ao consenso em todas suas matérias é que ele poderia ser selado. É tudo ou nada. Dessa maneira, o desentendimento sensível sobre uma matéria implica necessariamente a impossibilitação do acordo, mesmo que o consenso já houvesse sido obtido em outros assuntos. O segundo princípio relevante é o que determina que nenhum setor deverá ser excluído das negociações, o que impede que determinados assuntos sejam relegados ao esquecimento durante as rodadas de negociações.

Como se pode observar, os dois princípios mencionados são complementares. Eles possuem como pontos positivos evitar que as negociações avancem em apenas determinados tópicos, relegando outros ao esquecimento, e, sobretudo, garantir que sejam discutidas simultaneamente matérias de interesse de ambas as partes, uma vez que o Acordo de Associação será consideravelmente abrangente, abarcando assuntos que são de maior interesse de uma parte que da outra. No entanto, eles possuem um ponto negativo fundamental, pois o desentendimento entre as partes em determinadas matérias pode resultar na inviabilização da conclusão do acordo, como tem ocorrido.

O primeiro desentendimento substancial se verificou no campo das ofertas tarifárias. Segundo Malamud, as principais razões que impediram a materialização da Associação Inter-Regional, no final de 2004, foram, por um lado, a pressão brasileira-argentina para que a UE abrisse seu mercado agrícola e contivesse os efeitos distorcivos da PAC e, por outro lado, a insistência da UE para que o Mercosul reduzisse seu protecionismo no comércio de bens industriais e serviços, sobretudo em relação a compras governamentais²⁴⁷.

Em matéria comercial, nenhuma das partes estava completamente satisfeita com a proposta da outra. A oferta de quotas de importação de alguns produtos agropecuários fornecida pela UE estava aquém das expectativas do Mercosul. Alguns exemplos tornam a situação bastante evidente. Enquanto ela havia feito proposta para importar 300 mil toneladas de milho do Mercosul, este havia solicitado uma quota de 4 milhões de toneladas. De maneira semelhante, enquanto a UE se propunha a importar 100 mil toneladas de trigo do Mercosul, este queria exportar 1 milhão de toneladas²⁴⁸. Porém, cabe ressaltar que as ofertas do Mercosul também não eram as mais atraentes para a UE. Na oferta mercosulina, de setembro de 2004,

²⁴⁷ MALAMUD, Carlos. Las Relaciones entre la Unión Europea y América Latina en el Siglo XXI: Entre el Voluntarismo y la Realidad. **Plataforma Democrática**, n. 6, jul. 2010. Disponível em: <<http://eulacfoundation.org/es/system/files/Las%20relaciones%20entre%20la%20Union%20Europea%20en%20el%20siglo%20XXI%20entre%20el%20voluntarismo%20y%20la%20realidad.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2015.

²⁴⁸ NOGUEIRA, Uziel; TACCONE, Juan J.. **Informe MERCOSUL 9**. Buenos Aires: BID-INTAL, 2004. p. 90. Disponível em: <<http://www.iadb.org/pt/publicacoes/detalhes,7101.html?id=8444&dcType=All>>. Acesso em: 14 out. 2015.

para o mercado de bens, só gozariam de isenção tarifária imediata 12% das posições tarifárias ofertadas pelo bloco. Além disso, após 8 anos de vigência do acordo, apenas 41% das 9.730 posições tarifárias ofertadas estariam completamente desgravadas. Além disso, cerca de 48% do total dos produtos estavam alocados nas cestas D e E, de forma que só teriam completa isenção tarifária após 10 anos da entrada em vigor do acordo. No mais, cerca de 10% das posições tarifárias do Mercosul não possuíam cronograma de desgravação ou receberiam tratamento diferencial, em face de serem considerados produtos sensíveis²⁴⁹.

O descontentamento, dessa maneira, era mútuo. Muito embora o Mercosul quisesse maior acesso ao mercado agrícola europeu, sua oferta não era considerada suficiente pela UE. O grande problema que se apresentava nesse ponto das negociações comerciais era que ambas as partes queriam maior acesso a determinados setores do mercado da outra, mas não estavam dispostas a ceder às demandas de abertura do seu próprio mercado. Nas negociações, cada parte buscava retardar a abertura de seu mercado na área em que os produtos da outra fossem consideravelmente mais competitivos. Se, por um lado, a UE estava relutante em abrir seu mercado agrícola, uma vez que os produtos do Mercosul eram muito mais competitivos; por outro lado, os países mercosulinos também não queriam fazer grandes concessões na seara industrial, em propriedade intelectual e compras governamentais, por exemplo.

Em campos que o Mercosul era menos competitivo, a UE não se incomodava em realizar uma desgravação célere. É o caso, por exemplo, dos produtos industriais. Os europeus concordaram em eliminar quase a totalidade das barreiras tarifárias de produtos industriais provenientes do Mercosul, sendo que 65% delas seriam eliminadas imediatamente após a entrada em vigor do acordo²⁵⁰.

Os produtos, em sua maioria, não possuíam entrada limitada, de forma que só incidiam sobre eles tarifas de importação²⁵¹. No entanto, uma parte deles também estava sujeita a quotas

²⁴⁹ CARCIOFI, Ricardo; NOGUEIRA, Uziel (ed.). **Informe MERCOSUL 10**. Buenos Aires: BID-INTAL, 2006. p. 94. Disponível em: <<http://www.iadb.org/pt/publicacoes/detalhes,7101.html?id=8431&dcType=All>>. Acesso em: 17 out. 2015.

²⁵⁰ EUROPEAN COMMISSION. **EU-Mercosur: EU presents its completed offer to Mercosur in on-going trade talks**. Bruxelas, 29 set. 2004. Disponível em: <http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2004/september/tradoc_119163.pdf>. Acesso em: 17 out. 2015.

²⁵¹ Deve-se chamar atenção para o fato de que o impedimento da entrada de um produto em outro território não se dá somente mediante o estabelecimento de quotas de importação ou tarifas alfandegárias. As barreiras não tarifárias assumem uma posição fundamental no protecionismo de muitos Estados. Elas podem ser entendidas como qualquer mecanismo ou instrumento de política econômica que influencie o comércio internacional sem o uso de medidas alfandegárias. Exemplos de BNT são as quotas de importação, as barreiras técnicas, exigências fitossanitárias, laborais, ambientais e etc. Reconhecendo o malefício que o uso de barreiras não tarifárias causava para o comércio internacional e, especialmente, para o comércio agrícola, o Acordo sobre Agricultura, firmado ao fim da Rodada Uruguai, estipulou o instituto da “tarifização”, que implica a conversão virtual de todas as medidas não tarifárias em tarifas, facilitando a mensuração do impacto de BNTs. WTO. **The Final Act Embodying the**

de importação. Dessa maneira, as negociações comerciais não englobavam somente barreiras tarifárias, mas também barreiras quantitativas. Estas incidiam, sobretudo, a produtos em que uma parte possuísse menor competitividade que a outra e que tivessem sua produção considerada como vital para o mercado interno dos países do bloco. Assim, a UE determinou que alguns produtos nos quais o Mercosul possui alto nível de competitividade estivessem sujeitos a quotas de importação. Em razão disso, carne bovina, de aves e suína, trigo, milho, arroz, banana, etanol e etc., todos produtos fundamentais na balança de exportações dos países do Mercosul, só poderiam entrar no mercado europeu mediante quotas determinadas, conforme a proposta de 2004²⁵². As quotas oferecidas pelo bloco europeu já estavam aquém do esperado pelo Mercosul e, para agravar a situação, a UE exclui completamente da sua oferta de maio de 2016 a carne bovina, não oferecendo nem quotas²⁵³.

Um segundo desentendimento substancial pode ser verificado no que tange à determinação das regras bilaterais a serem adotadas. Desde o início das negociações, era de conhecimento geral que as negociações comerciais seriam as mais desafiadoras e que apresentariam a maior quantidade de obstáculos. No entanto, ao final da décima terceira reunião do CNB, o Acordo de Associação que estava sendo costurado ainda possuía muitas pontas soltas em matérias que não estavam relacionadas necessariamente ao comércio. Por exemplo, na esfera do diálogo político, as Partes ainda não haviam conseguido chegar a um consenso a respeito do capítulo sobre migrações. Na esfera de cooperação, eram matérias pendentes a cooperação ambiental e alguns pontos sobre cooperação comercial. Além disso, os capítulos do acordo referentes às matérias de regras de origem, propriedade intelectual, procedimentos alfandegários, serviços, investimentos e compras governamentais, ainda estavam incompletos e necessitavam ser objeto de mais discussões²⁵⁴.

Dessa maneira, o desentendimento entre as partes, em um escopo de negociação que exigia o consenso em todas as matérias para que se pudesse fechar um acordo, foi uma razão crucial para a suspensão das negociações. Após muito discutirem, desde a primeira reunião do CNB, as partes já haviam colocado suas cartas na mesa e perceberam que em alguns pontos

Results of the Uruguay Round of Multilateral Trade Negotiations: Agreement on Agriculture. 15 abr. 1994. Disponível em: <https://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/06-gatt.pdf>. Acesso em: 19 out. 2015.

²⁵² CARCIOFI, Ricardo; NOGUEIRA, Uziel (ed.). **Informe MERCOSUL 10**. Buenos Aires: BID-INTAL, 2006. p. 93. Disponível em: <<http://www.iadb.org/pt/publicacoes/detalhes,7101.html?id=8431&dcType=All>>. Acesso em: 17 out. 2015.

²⁵³ UE exclui etanol e carne de oferta de acordo comercial com Mercosul. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 maio 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/05/1770146-ue-exclui-etanol-e-carne-de-oferta-de-acordo-comercial-com-mercopolis.shtml>>. Acesso em: 19 ago. 2017.

²⁵⁴ EUROPEAN COMMISSION. **Thirteenth meeting of the European Union - Mercosur Bi-regional Negotiations Committee**. Bruxelas, 7 maio 2004. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/CNB_9_e.pdf>. Acesso em: 17 out. 2015.

havia obtido impasses. Sabe-se que, na esfera de negociações, o principal objetivo das partes não é ceder, mas barganhar; e, no caso desse acordo, os pontos de barganha são justamente aqueles considerados sensíveis pelos blocos. Isso explica a ausência de vontade política para continuar o enfrentamento dessas questões no final de 2004, e é um dos porquês, até o presente momento, as negociações não foram finalizadas.

3.4.2 O balanço das relações regionais com os EUA

A relação existente entre o desenvolvimento das negociações do Acordo de Associação e aquele referente à formação da ALCA deve ser objeto de uma análise que ultrapasse o escopo de cada acordo para adentrar na dinâmica da influência dos EUA e da Europa²⁵⁵ na América Latina, em geral, e nos países do Cone Sul, em particular. Dessa maneira, é preciso inquirir acerca do peso da influência norte-americana na região e até que ponto ela pode ser compreendida como um fator determinante na dinâmica das negociações do Acordo de Associação.

A América Latina é uma região que os EUA, até fins do século XX, consideravam como sua área de influência natural²⁵⁶. Segundo Joseph S. Tulchin, desde a independência das repúblicas no hemisfério americano, os EUA têm considerado que a região deveria ser preservada livre da influência europeia²⁵⁷. Com base no ideário da Doutrina Monroe²⁵⁸, os EUA propuseram o pan-americanismo, pelo qual eles se colocavam como “defensores das Américas

²⁵⁵ Cabe apontar que a lógica de competição por participação no mercado latino-americano não se resume apenas aos EUA e à América Latina. A China atualmente exerce na região tanta influência quanto os EUA e a UE na região. Não obstante, para os objetivos deste capítulo, preferiu-se focar somente nos EUA e na UE.

²⁵⁶ Conforme observa Michael Reid, a influência norte-americana passou por sensível redução nos últimos anos. Isto se deveu, dentre outros fatores, à baixa prioridade dada à região e a uma postura combativa em relação aos governos autocráticos de esquerda, como o venezuelano e o cubano, por parte de Washington, bem como à percepção negativa de vários líderes regionais em relação aos EUA, fruto da combinação das políticas intervencionistas norte-americanas no século XX e da negligência de Washington para com a região no século XXI. REID, Michael. Obama and Latin America: a promising day in the neighborhood. *Foreign Affairs*, v. 94, n. 5, set. 2015. p. 45-46.

²⁵⁷ TULCHIN, Joseph S.. Los Estados Unidos y America Latina en la Década del 60. *Estudios Internacionales*, v. 21, n. 84, out. 1988. p. 463. Disponível em: <<http://www.revistaei.uchile.cl/index.php/REI/article/viewFile/15675/16148>>. Acesso em: 25 out. 2015.

²⁵⁸ Em seu discurso ao Congresso dos EUA, em 2 de dezembro de 1823, James Monroe estabeleceu a doutrina que levaria o seu nome: “In the discussions to which this interest has given rise and in the arrangements by which they may terminate the occasion has been judged proper for asserting, as a principle in which the rights and interests of the United States are involved, that the American continents, by the free and independent condition which they have assumed and maintain, are henceforth not to be considered as subjects for future colonization by any European powers”. MONROE, James. **Seventh Annual Message (Monroe Doctrine) (December 2, 1823)**. Washington, 2 dez. 1823. Disponível em: <<http://millercenter.org/president/speeches/speech-3604>>. Acesso em: 23 out. 2015.

e da convivência pacífica entre seus países”²⁵⁹. A Doutrina Monroe invocava a ideia romântica de que o hemisfério americano era uma comunidade de nações que compartilhavam traços delineadores da identidade nacional, destacando-se a liberdade e a democracia. No entanto, a partir da década de 1960, essa ideia de família americana viu-se dramaticamente frustrada. Primeiramente, em razão das políticas restritivas adotadas pelos EUA para a região durante a Guerra Fria. Em segundo lugar, pelo fato dos EUA terem voltado sua atenção para a Europa e para o Sudeste Asiático, passando a América para um segundo plano²⁶⁰. Por fim, também deve ser mencionada a postura independentista e autonomista que os países da região passaram a assumir.

Já em fins dos anos 1960, os países da América Latina começaram a adotar posturas de distanciamento em relação aos EUA e, sobretudo, a definir suas posições internacionais de maneira independente a Washington²⁶¹. O Brasil, após o fim da Segunda Guerra Mundial, adotou, segundo Cervo e Bueno, um “completo alinhamento” com os EUA durante o governo Dutra (1946-1950). Marcos dessa postura de alinhamento foram a assinatura do TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca), no Rio de Janeiro, em 1947, e o acompanhamento dos votos dos EUA na ONU²⁶². No entanto, sobretudo a partir dos anos 1960, com a Política Externa Independente (PEI) lançada no governo de Jânio Quadros²⁶³, o Brasil iria começar a se afastar dos EUA e a adotar uma postura de autonomia. Quadros enxergava a necessidade expressa de tirar o Brasil da “posição obscura” (tradução nossa) que ele ocupava²⁶⁴. Nesse sentido, o presidente buscou dar maior visibilidade internacional ao país, ampliando seus contatos político-comerciais – inclusive com o mundo socialista –, atuando nos fóruns internacionais, apoiando o anticolonialismo, lutando contra o subdesenvolvimento econômico,

²⁵⁹ DORATIOTO, Francisco. O Brasil no Mundo. In: CARVALHO, José Murilo de; SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.). **A Abertura para o Mundo: 1889-1930**, v.3. São Paulo: Objetiva, 2012. Cap. 3. p. 133-171. (História do Brasil Nação: 1808-2010). p. 134.

²⁶⁰ TULCHIN, Joseph S.. Los Estados Unidos y America Latina en la Década del 60. **Estudios Internacionales**, v. 21, n. 84, out. 1988. p. 463. Disponível em: <<http://www.revistaei.uchile.cl/index.php/REI/article/viewFile/15675/16148>>. Acesso em: 25 out. 2015.

²⁶¹ CASTAÑEDA, Jorge G. The Forgotten Relationship. **Foreign Affairs**, v. 82, n. 3, p. 67-81, maio 2003. p. 67-68.

²⁶² BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado Luiz. **História da Política Exterior do Brasil**. 4. ed. revista e ampliada. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012. 291-292.

²⁶³ A PEI marcava no Brasil a presença do que o Presidente Jânio Quadros denominou de “*nova força*”, uma vez que o país estava preparado para “levar para o campo das pressões internacionais o potencial econômico e humano que ele representa, bem como o conhecimento obtido por meio da experiência” (tradução nossa). QUADROS, Jânio. Brazil's New Foreign Policy. **Foreign Affairs**, v. 40, n. 1, out. 1961. Trimestral. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/23339/jânio-quadros/brazils-new-foreign-policy>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

²⁶⁴ QUADROS, Jânio. Brazil's New Foreign Policy. **Foreign Affairs**, v. 40, n. 1, out. 1961. Trimestral. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/23339/jânio-quadros/brazils-new-foreign-policy>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

apoiando iniciativas de integração econômica regionais, como a ALALC, bem como estreitando os laços com os países vizinhos²⁶⁵. O Brasil passava a adotar uma política de feições autônomas em relação aos EUA, o que, com exceção de breve período que se seguiu ao Golpe Militar de 31 de março de 1964, iria se aprofundar nas décadas seguintes. A Argentina, por sua vez, já em 1946, no primeiro governo do General Perón, adotaria a tese da Terceira Posição, que se assenta em uma política exterior nacionalista e antiestadunidense²⁶⁶.

Apesar de muitos países latino-americanos terem passado a adotar posturas mais autonomistas em relação a Washington, a influência norte-americana ainda era muito significativa na região. Difícil é a tarefa de definir uma data para o início do seu declínio. No entanto, conforme o especialista em América Latina, Abraham Lowenthal, aponta, a Cúpula de Acapulco, encontro entre oito presidentes latino-americanos realizado em novembro de 1987 ao qual os EUA não foram convidados, pode ser considerada marco do declínio da influência norte-americana na região²⁶⁷. Conforme Lowenthal, a política adotada pela administração Reagan para região não foi bem-sucedida, tanto economicamente quanto militarmente. A política de ajuda ao crescimento fornecido pelos EUA aos países latino-americanos até 1982 “foi a de propagar o evangelho da reagonomia e deixar que o mercado pusesse sua mágica em movimento”. Resultado dessa mágica foi a recessão que varreu a região nos anos 1980, em que muitos países, como o Brasil, demonstraram-se incapazes de honrar com seus compromissos financeiros internacionais. Na esfera militar, a intervenção norte-americana na Nicarágua não conseguiu acabar com o governo sandinista, bem como que, em El Salvador, a ajuda militar fornecida pelos EUA, apesar de superior à receita interna daquele país, não foi suficiente para derrotar os rebeldes da Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN)²⁶⁸.

A política intervencionista levada a cabo por Washington durante o século XX também pode ser considerada um fator negativo para sua relação com a América Latina. Jorge Domínguez ressalta que um dos legados da Guerra Fria foi a tendência das políticas norte-

²⁶⁵ LIGIÉRO, Luiz Fernando. **A Autonomia na Política Externa Brasileira - a Política Externa Independente e o Pragmatismo Responsável**: momentos diferentes, políticas semelhantes?. Brasília: Funag, 2011. p. 77.

²⁶⁶ SIMONOFF, Alejandro. La política exterior de los gobiernos Kirchneristas y la tercera Posición. **Intellector**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.revistaintellector.cenegri.org.br/ed2008-09/alejandrosimonoff-site.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2015.

²⁶⁷ LOWENTHAL, Abraham F.. Os Estados Unidos e a América Latina: além da Era Reagan. **Lua Nova**, São Paulo, n. 18, ago. 1989. p. 43. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n18/a04n18.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2015.

²⁶⁸ LOWENTHAL, Abraham F.. Os Estados Unidos e a América Latina: além da Era Reagan. **Lua Nova**, São Paulo, n. 18, ago. 1989. p. 43-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n18/a04n18.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2015.

americanas se assentarem na força e na coerção²⁶⁹. Monica Hirst observa que a política intervencionista levada a cabo por Washington nos séculos XIX e XX “significou uma relativização de facto da soberania dos estados da região”. Muito embora em fins do século XX o poder de intervenção dos EUA tenha começado a erodir – o que ocorreu com mais ênfase na América do Sul –, sua capacidade coercitiva ainda se faz presente nos dias atuais por meio do seu poder de pressão e de estabelecimento de agenda nas organizações internacionais²⁷⁰. O fato, no entanto, é que o viés intervencionista dos EUA não coaduna com a praxe da grande maioria dos Estados latino-americanos. Isto porque, como bem observa Paulo Roberto de Almeida, a “América Latina tem uma longa tradição jurídica de preservação da soberania nacional, bem como no desenvolvimento de mecanismos especiais para defendê-la e enforcá-la, tanto na esfera doméstica quanto no Direito Internacional”. Muito embora o respeito pela soberania e a não intervenção sejam princípios consagrados internacionalmente desde a Paz de Vestfália (1648), as nações mais poderosas desprezaram-nos durante as eras do colonialismo e do imperialismo. Talvez isto seja, como aponta Paulo Roberto, uma das razões pela qual a soberania “constituiu o principal princípio do pensamento jurídico desenvolvido na América Latina no início do século XIX”²⁷¹ (tradução nossa). O legado das intervenções²⁷² norte-americanas contribuiu sensivelmente para reduzir a popularidade de Washington junto aos países latino-americanos. Se, no século XIX, os países latino-americanos temiam o imperialismo das potências europeias, no século XX, os EUA, que haviam desempenhado importante papel na contenção das intervenções europeias, assumiram a posição dos europeus.

Como é possível observar, os EUA passaram por um processo de perda de influência regional na segunda metade do século XX. Isto se deveu tanto ao processo de fortalecimento dos países da região quanto às próprias opções políticas de Washington, que após a Segunda Guerra Mundial passou a se preocupar mais com a Europa e o Sudeste da Ásia, lugares em que o embate Leste-Oeste era mais marcante. Mesmo após o fim da Guerra Fria, com o efêmero

²⁶⁹ DOMÍNGUEZ, Jorge I.. Us-Latin American relations during the Cold War and its aftermath. In: BULMER-THOMAS, Victor; DUNKERLEY, James (Ed.). **The United States and Latin America: The New Agenda**. Londres: Institute of Latin American Studies, 1999. p. 45.

²⁷⁰ HIRST, Mônica. América Latina-EUA em tempos de pós-Guerra Fria. **REVISTA USP**, São Paulo, n. 84, dez./fev. 2009-2010. p. 27. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/13782/15600>> Acesso em: 25 out. 2015.

²⁷¹ ALMEIDA, Paulo Roberto de. Sovereignty and Regional Integration in Latin America: A Political Conundrum? **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro v. 35, n. 2, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/Artigo%206.pdf>>. p. 472-473. Acesso em: 26 out. 2015.

²⁷² Ao longo do século XIX e XX, muitas foram as intervenções levadas a cabo pelos EUA. As intervenções militares diretas prevaleceram nos países do Caribe e da América Central, enquanto que, na América do Sul, aquelas foram raras. Isto porque tais países possuíam maior peso econômico e poderio militar que os pequenos Estados do Caribe e da América Central. Não obstante, na segunda metade do século XX, os EUA apoiaram golpes militares em vários países da região, como ocorreu no Brasil.

período de hegemonia norte-americana, os EUA não conseguiram resgatar sua influência no Continente Americano nos mesmos patamares àqueles verificados até meados do século XX. No entanto, se, por um lado, ocorria o declínio da influência dos EUA, por outro, aumentava a influência europeia na região.

O primeiro contato da CEE com os países da América Latina ocorreu pouco tempo após a assinatura dos Tratados de Roma, em 1957. A Comissão Europeia enviou aos países latino-americanos um Memorando de Intenções, apontando o desejo da CEE de estreitar suas relações com eles e explicando que a preferência do bloco pelo comércio interno não era incompatível com o desenvolvimento das relações comerciais com outros países. Pouco tempo depois, em 1963, foi estabelecido o Grupo de Contato entre oficiais da Comissão Europeia e embaixadores latino-americanos em Bruxelas. No ano seguinte, os embaixadores latino-americanos enviaram um memorando ao Conselho da CEE, salientando a necessidade de que a CEE desenvolvesse políticas abrangentes para a região. Como resultado disso, entre 1965 e 1966, foram postos em funcionamento grupos de trabalho bilaterais com vários países latino-americanos para discutir as relações comerciais entre eles e a CEE. No que tange ao Cone Sul, o diálogo estabelecido se restringiu à esfera comercial e resultou nos chamados acordos de primeira geração²⁷³, firmados com a Argentina, em 1971, e com o Uruguai e o Brasil, ambos em 1973²⁷⁴.

Franklin Trein e Flávia Guerra apontam que, no período de 1957 a 1971, as relações entre a CEE e a América Latina ainda eram bastante limitadas. Isto porque a CEE focava seus esforços na consolidação da sua própria integração e na construção de uma relação privilegiada com os países africanos que se emancipavam. Além disso, os autores ressaltam que naquele período a Europa ainda visualizava a América Latina e o Caribe como uma área de influência norte-americana²⁷⁵. Isto veio a mudar. Durante a década de 1970, a América Latina passou a

²⁷³ Franklin Trein e Flávia Guerra observam que os acordos de primeira geração possuíam três características básicas: “Primeiro, eram assinados com países latino-americanos de grande potencial econômico naquele momento; segundo, eram bilaterais, sempre entre Bruxelas e um país da América Latina, sem considerar qualquer eventual estrutura regional de integração do lado latino-americano; e, terceiro, estavam baseados no artigo 113 do Tratado da Comunidade Econômica Européia, segundo o qual as relações ali contempladas teriam um caráter estritamente comercial, não preferencial.”. CAVALCANTI, Flávia Guerra; TREIN, Franklin. Uma análise crítica do acordo de associação estratégica entre a União Européia e a América Latina e o Caribe – A Cúpula de Viena. *Rev. Bras. Polít. Int.*, v. 50, n. 1, 2007. p. 68.

²⁷⁴ HOFFMANN, Andrea Ribeiro. **The foreign policy behaviour of the European Union towards the Latin American Southern Cone States (1980-2000): has it become more cooperative? The cases of foreign direct investment and agricultural trade.** 2003. 248 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Universität Tübingen, Tübingen, 2003. p. 7-8. Disponível em: <<http://d-nb.info/968850898/34>>. Acesso em: 25 out. 2015.

²⁷⁵ CAVALCANTI, Flávia Guerra; TREIN, Franklin. Uma análise crítica do acordo de associação estratégica entre a União Européia e a América Latina e o Caribe – A Cúpula de Viena. *Rev. Bras. Polít. Int.*, v. 50, n. 1, 2007. p. 67-68.

ser vista pela Europa como uma região estratégica, mas foi somente na década de 1980 que as relações entre ambas avançariam para um novo patamar. O processo de redemocratização dos países latino-americanos foi acompanhado pela entrada de Portugal e Espanha na CEE, em 1986, fato que contribuiu para acelerar o ritmo do processo de aproximação entre as regiões. Foi nesse contexto que a CEE passou a assinar com os latino-americanos acordos de segunda geração, que possuíam, para além da dimensão comercial, um enfoque político e de cooperação. Na passagem para a década de 1990, começaram a ser objeto de discussão os acordos de terceira geração, os quais buscavam refletir a dinâmica dos processos de integração e liberalização comercial que o mundo experimentava e tinham duas linhas de ações: a ajuda ao desenvolvimento aos países mais pobres e uma cooperação mais arrojada para os países em desenvolvimento. As bases desses acordos foram lançadas no documento *Novas Orientações para a Cooperação com a América Latina e a Ásia* na década de 1990²⁷⁶.

Nos anos 1990, os países latino-americanos passaram a ganhar maior proeminência no cenário internacional. Devido aos processos de integração e cooperação regionais, bem como às altas taxas de crescimento das exportações, que ficaram perto dos 9% ao ano, e ao compromisso dos Estados com a democracia e os direitos humanos, os latino-americanos conseguiram ampliar sua plataforma de inserção internacional. Nesse cenário, a CEE, que se tornaria UE após o Tratado de Maastricht, em 1992, passou a adotar medidas para aprofundar suas relações com a América Latina. Entre 1990 e 1993, as exportações da UE para a América Latina cresceriam em 54% e ela se tornaria o segundo sócio comercial da região, atrás somente dos EUA²⁷⁷.

No fim do século XX, tanto a UE quanto os EUA passaram por um período de atualização das suas relações com a América Latina. A Europa, como visto, investiu nos acordos de terceira geração, focados no desenvolvimento de uma ampla plataforma de contato político, cooperação e fomento das relações comerciais. Já os EUA, sob a administração Clinton (1993-2001), enunciaram seu novo enfoque pós-Guerra Fria para a região na Cúpula das Américas, realizada em Miami, em 1994. Esses eram fortalecimento da democracia, promoção do crescimento econômico, distribuição de renda em uma estrutura de economias de mercado,

²⁷⁶ CAVALCANTI, Flávia Guerra; TREIN, Franklin. Uma análise crítica do acordo de associação estratégica entre a União Europeia e a América Latina e o Caribe – A Cúpula de Viena. **Rev. Bras. Polít. Int.**, v. 50, n. 1, 2007. p. 69-72.

²⁷⁷ LUQUINI, Roberto de Almeida. **La asociación interregional entre el Mercosur y la Unión Europea: balance y perspectivas**. 2003. 535 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Universitat de València, Valencia, 2003. p. 95-98. Disponível em: <<http://www.tesisenred.net/bitstream/handle/10803/9687/almeida.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 6 out. 2015.

eliminação da pobreza e da discriminação e promoção do desenvolvimento sustentável. No entanto, conforme aponta David Palmer, a maioria desses objetivos não foram alcançados²⁷⁸.

Jorge Castañeda observa que, após o fim da Guerra Fria e a redemocratização da América Latina, os países da região passaram a adotar um *approach* mais realístico em busca de uma relação construtiva com os EUA. Aos poucos foi se construindo o consenso acerca da necessidade de se estabelecer uma agenda comum para o hemisfério²⁷⁹. Segundo Peter Hakim, o início dos anos 1990 foi uma fase de otimismo para os países da América Latina. As reformas econômicas adotadas levaram à retomada do crescimento, queda da inflação e da pobreza e melhoria dos serviços públicos. No entanto, essa euforia durou pouco. Duas crises financeiras, em 1995 e 1998, interromperam o crescimento econômico latino-americano. A pobreza voltou a crescer, os níveis de desemprego subiram e, principalmente, os países da região passaram a perder a confiança que possuíam no começo da década de atuar de forma competitiva no comércio internacional. Dúvidas acerca dos benefícios do livre comércio e da amplitude das reformas econômicas advogadas por Washington²⁸⁰ emergiram e os EUA passaram a ser identificados com o fracasso econômico e social das mesmas. Elas se tornaram sinônimos insegurança, austeridade e desemprego. E para muitos países latino-americanos, estreitar os laços com os EUA, segundo Hakim, “simplesmente significa mais do mesmo”²⁸¹ (tradução nossa). Era o momento dos latino-americanos reavaliarem suas prioridades.

Ao fim da Guerra Fria, as agendas dos países latino-americanos com os EUA se focavam predominantemente em comércio e investimento. Todos almejavam receber mais investimentos de Washington e ter maior acesso ao vasto mercado norte-americano. Malgrado a expectativa, isto não ocorreu da forma esperada²⁸². Em contrapartida, a agenda da UE dava grande prioridade às esferas de cooperação e ao diálogo político, fato que representou um ponto

²⁷⁸ PALMER, David Scott. **U.S. Relations with Latin America during the Clinton Years: Opportunities Lost or Opportunities Squandered?** Gainesville: University Press of Florida, 2006. p. 2-3.

²⁷⁹ CASTAÑEDA, Jorge G. The Forgotten Relationship. **Foreign Affairs**, v. 82, n. 3, p. 67-81, maio 2003. p. 67-68.

²⁸⁰ O receituário de reformas advogadas pelos Estados Unidos e pelas instituições financeiras fundadas em capital norte-americano ficou conhecido como o Consenso de Washington, termo cotidianamente associado ao neoliberalismo. Tratava-se de um conjunto de dez políticas que tinha por finalidade, nas palavras de John Williamson, economista responsável por cunhar o famoso termo, ajudar os países latino-americanos a “*setting their houses in order*”. Essas dez políticas econômicas, em termos simples, eram: a) disciplina fiscal; b) redirecionamento dos gastos públicos para com maiores ganhos econômicos ou maior probabilidade de melhorar a distribuição de renda; c) reforma tributária; d) liberalização das taxas de juros; e) adoção de uma taxa de câmbio competitiva; f) liberalização comercial; g) liberalização dos fluxos de IED; h) privatização; i) desregulamentação; j) proteção dos direitos de propriedade intelectual. Cf. WILLIAMSON, John. What Washington Means by Policy Reform. In: WILLIAMSON, John (Ed.). **Latin American Adjustment: How Much Has Happened?** Washington: Peterson Institute for International Economics, 1990.

²⁸¹ HAKIM, Peter. The Uneasy Americas. **Foreign Affairs**, v. 80, n. 2, mar./abr. 2001. p. 48-50.

²⁸² HAKIM, Peter. The Uneasy Americas. **Foreign Affairs**, v. 80, n. 2, mar./abr. 2001. p. 51.

positivo para a Europa, a qual surgiu como uma parceria promissora para os países latino-americanos.

A década de 1990 pode ser considerada o marco do início de um período de contraposição da influência europeia e norte-americana na América Latina que se estende até os dias atuais. Desde a década anterior, a UE já vinha estreitando seus laços com os países da região, mas foi somente nos anos 1990 que foi possível verificar um aumento da influência europeia que pudesse ser considerada como uma ameaça real à posição ocupada pelos EUA. É nesse panorama que deve ser analisada a contraposição não apenas do Acordo de Associação Mercosul-UE à ALCA, mas de todo agregado de acordos²⁸³ que a UE desenvolveu com os países da região desde a década de 1990. Dessa maneira, a afirmação do Comissário de Comércio da UE, Pascal Lamy, na Reunião Ministerial Mercosul-UE, de que “nós objetivamos um acordo que vá além da ALCA, e a UE não está preparada para concluir um acordo que seja menos abrangente que a ALCA”²⁸⁴ (tradução nossa), deve ser interpretada na lógica do embate entre o aumento da influência da UE na América Latina e redução da dos EUA. No momento em que Lamy fez essa declaração, a UE negociava, ou já havia negociado, acordos significativamente abrangentes com a quase totalidade dos países da América Latina. Ao contrário dos EUA, que apostaram as fichas em uma ZLC hemisférica²⁸⁵, a UE decidiu negociar com os blocos regionais e com os países, como no caso do México e do Chile.

²⁸³ As relações da UE com a América Latina foram potencializadas a partir de 1990. Em abril de 1993, a UE estabeleceu acordo-quadro de cooperação com a Comunidade Andina, em muito parecido com o Acordo de Madrid, estabelecido com o Mercosul. Na década seguinte, a UE conseguiria fechar acordos de comércio com o Peru e a Colômbia, ao qual o Equador viria a aderir em 2014. Em 2004, a UE iniciaria negociações de um Acordo de Parceria Econômica com o CARIFORUM (Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, República Dominicana, Granada, Guiana, Haiti, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname e Trinidad e Tobago), o qual seria fechado em 2008. Com os países da América Central (Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá), seria firmado, em 1993, Acordo-Quadro de Cooperação, o qual iria desaguar no Acordo de Associação América Central-UE. Com o Chile, o Acordo de Associação, que começou a ser negociado em 1999, já seria assinado em 2002. Por fim, com o México, Acordo de Livre Comércio seria firmado em 1999. SICE. **Trade Policy Developments**. 2015. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/tpd_e.asp>. Acesso em: 24 ago. 2017.

²⁸⁴ No original: “we are aiming at an agreement that goes beyond the FTAA, and the EU is not prepared to conclude a deal that would be less comprehensive than the FTAA”. LAMY, Pascal. **Meeting EU-Mercosur**: opening remarks by EU Trade Commissioner Pascal Lamy. Rio de Janeiro, 23 jul. 2002. Disponível em: <http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2004/september/tradoc_118860.pdf>. Acesso em: 19 out. 2015.

²⁸⁵ Importante observar que os EUA e a UE adotaram diferentes enfoques de aproximação com a América Latina. Conforme aponta Vaillant e Ons, enquanto os europeus viam positivamente as negociações comerciais bilaterais com os blocos latino-americanos, os EUA se mostraram relutantes nesse sentido, preferindo seguir uma estratégia de negociação bilateral com os países, ou um enfoque plurilateral de negociações, cujo principal exemplo é a ALCA. ONS, Álvaro; VAILLANT, Marcel. **Winners and Losers in a Free Trade Area between The United States and MERCOSUR**. **Woodrow Wilson Center Report on the Americas**, n. 14, set. 2003. p. 112-113. Disponível em: <<https://mpr.ub.uni-muenchen.de/47315/>>. Acesso em: 24 out. 2015; O único indício de negociações bilaterais dos EUA com o Mercosul foram o Acordo do Jardim das Rosas, também conhecido como Acordo 4+1, firmado em 1991. No entanto, não se tratava de um acordo de livre comércio, mas de um mecanismo de consulta sobre comércio e investimentos que tem por objetivo a redução das barreiras comerciais entre ambos. Foi o meio encontrado por Washington para promover a aproximação com os países do Mercosul. CHAPMAN, Anthony.

A ideia da ALCA foi lançada na Primeira Cúpula das Américas, realizada em Miami, em 1994, pouco tempo antes dos países do Mercosul terem firmado o Acordo de Madrid com a UE. No ano seguinte, iniciou-se a fase preparatória das negociações, por meio de grupos de trabalho e encontros ministeriais. Como resultado do trabalho, no último encontro ministerial antes do lançamento das negociações, realizado em São José, Costa Rica, em março de 1998, as partes chegaram a um consenso acerca da forma que elas deveriam ser realizadas, o que ficou registrado na Declaração de São José. O acordo que daria origem à ALCA deveria ser balanceado, abrangente, baseado nas regras da OMC e assinado com base no princípio do *single undertaking*²⁸⁶. O lançamento das negociações da ALCA ocorreu na Segunda Cúpula das Américas, realizada em Santiago, em 1998. Segundo Mario Carranza, quando a ideia da ALCA foi levantada em 1994, a intenção era que ela fosse a extensão do NAFTA ao resto do Continente Americano. No entanto, durante o processo de estabelecimento das negociações, entre 1994 e 1998, tanto por pressão dos países do Mercosul, sobretudo do Brasil, quanto pela dificuldade do Presidente Bill Clinton em obter do Congresso um mandato amplo para desenvolver as negociações, a realização desse feito foi impossibilitada. Além disso, por pressão dos países do Mercosul e de outros, na Reunião Ministerial de São José, os EUA foram obrigados a fazer várias concessões, com destaque para a garantia de que os membros teriam o direito de negociar como blocos comerciais sub-regionais, de forma que a ALCA coexistiria com os mesmos²⁸⁷.

A ALCA, por sua natureza, era um acordo menos abrangente que o Acordo de Associação da UE com o Mercosul. Ela focava na área comercial, dando pouquíssima atenção para as esferas política e de cooperação. Suas negociações foram estruturadas em nove grupos técnicos de trabalho: a) acesso de mercado; b) agricultura; c) serviços; d) investimento; e) compras governamentais; f) direitos de propriedade intelectual; g) subsídios, medidas antidumping e contramedidas; h) solução de controvérsias; i) políticas de concorrência. O Brasil ficou com a presidência do grupo sobre subsídios, medidas antidumping e contramedidas, enquanto a Argentina ficou com a presidência do grupo que discutiria as regras sobre

Free Trade in Latin America and the Caribbean. **Parliamentary Research Branch**, n. 372, jan. 1994. p. 14. Disponível em: <<http://publications.gc.ca/collections/Collection-R/LoPBdP/BP-e/bp372-e.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2015.

²⁸⁶ FTAA. **Antecedents of the FTAA Process**. Disponível em: <http://www.ftaa-alca.org/View_e.asp>. Acesso em: 27 out. 2015.

²⁸⁷ CARRANZA, Mario E.. Mercosure, The Free Trade Area of the Americas, and the Future of U.S. Hegemony in Latin America. **Fordham International Law Journal**, v. 27, n. 4, 2003. p. 1029-1030. Disponível em: <<http://ir.lawnet.fordham.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2270&context=ilj>>. Acesso em: 27 out. 2015.

agricultura²⁸⁸. São áreas de grande interesse para ambos os países, as quais eles defendem de maneira acirrada nas esferas multilaterais, como na OMC, e em negociações comerciais com outros países em geral. Observa-se, desde o início, que as negociações da ALCA iriam passar por algumas questões sensíveis. Os Estados Unidos, ao lado da UE, são os que mais concedem subsídios agrícolas, prática que países como a Argentina e o Brasil têm combatido incessantemente nas instâncias internacionais.

As negociações nos grupos de trabalho se desenvolveram de maneira satisfatória, mas o projeto da ALCA acabou esbarrando em obstáculos políticos²⁸⁹. As negociações envolviam 34 países, com imensas disparidades, tanto econômicas e políticas quanto sociais, territoriais e populacionais. De um lado havia países entre as dez maiores economias do mundo, como o Brasil e os EUA, e, do outro, Estados de reduzida importância econômica, como grande parcela dos países caribenhos. Além disso, como aponta Bahadian e Lyrio, havia dois desequilíbrios circunstanciais importantes. O primeiro dizia respeito à amplitude da agenda e à falta de tempo para completar as negociações, que iam até janeiro de 2005. O segundo se refere ao desequilíbrio da própria agenda, que se focava muito na elaboração de regras hemisféricas que não interessavam ao Brasil e aos seus parceiros do Mercosul, enquanto temas de seu interesse direto, como subsídios e medidas antidumping, recebiam menor atenção. O mandato do Poder Executivo norte-americano nas negociações comerciais, o “*Trade Promotion Authority*”, foi restringido nas áreas sobre agricultura e medidas antidumping²⁹⁰. O Congresso dos EUA

²⁸⁸ MINISTERIAL Declaration of San Jose. São José, 19 mar. 1998. São José. Disponível em: <http://www.ftaa-alca.org/Ministerials/SanJose/SanJose_e.asp>. Acesso em: 27 out. 2015.

²⁸⁹ CARRANZA, Mario E.. Mercosure, The Free Trade Area of the Americas, and the Future of U.S. Hegemony in Latin America. **Fordham International Law Journal**, v. 27, n. 4, 2003. p. 1031. Disponível em: <<http://ir.lawnet.fordham.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2270&context=ilj>>. Acesso em: 27 out. 2015.

²⁹⁰ A Constituição dos EUA atribui expressamente ao Congresso a função de regulação do comércio internacional, enquanto ao Presidente é concedida autoridade de negociar tratados internacionais e implementar a política externa do país. Assim, em matéria de tratados internacionais sobre assuntos comerciais o Executivo e o Congresso atuam de maneira conjunta. Dessa forma, para que o Presidente possa negociar tratados comerciais, é preciso que o Congresso delegue a ele esta autoridade, que pode vir acompanhada de encargos e limitações. Em 1974, a administração Nixon obteve do Congresso uma lei (*Trade Act of 1974*) que permitia ao Presidente engajar-se em acordos comerciais internacionais que reduzissem ou eliminassem tarifas comerciais com base em parâmetros pré-definidos. Isto, porém, restringia-se somente a barreiras tarifárias, pois qualquer acordo sobre BNT só poderia produzir efeitos no plano interno caso o Congresso o aprovasse. Certamente, essa medida desencorajava muitos Estados a negociarem com os EUA, pois a implementação do acordo não era garantida. Assim, criou-se o que ficou conhecido por “*fast-track trade negotiating authority*”. Por meio desse mecanismo, o Congresso concordou que, em acordos comerciais que fossem de matéria prioritária, o comitê do Congresso que lidasse com a matéria teria prazo limitado para versar sobre a implementação do projeto de lei oriundo do tratado comercial, sendo que tal projeto de lei não poderia ser submetido a emendas e deveria ser rapidamente debatido e votado. Em contrapartida, o comitê responsável por lidar com a matéria do acordo deveria ser consultado pelo Executivo durante o processo de negociação e notificado 90 dias antes da assinatura do acordo. Além disso, 10 membros do Congresso integrariam como consultores a delegação que negociaria o acordo. Com algumas modificações, o *Trade Act of 1974* foi renovado sucessivamente. No entanto, o *Omnibus Trade and Competitiveness Act of 1988* só estendeu a autoridade do Presidente em matéria de assinatura de acordos comerciais até 1993 e o mecanismo “*fast track*” somente funcionaria nos moldes anteriores até junho de 1991. Como somente seria obtido um resultado

estabeleceu uma longa lista de produtos considerados sensíveis – cerca de 500 produtos agrícolas²⁹¹ –, cuja negociação exigiria seu aval. Além disso, em relação à matéria de medidas antidumping, o Executivo norte-americano estava proibido de fechar acordos internacionais que enfraquecessem a legislação nacional de defesa comercial. Essas restrições, como observam Bahadian e Lyrio, acarretavam um redesenho das negociações da ALCA, o que não é um problema em si, mas, no caso em questão, significou a quebra do equilíbrio de perdas e ganhos entre os países. Nenhum Estado vai às mesas de negociações apenas para realizar concessões. É preciso uma contrapartida, e esta não estava presente para os países do Mercosul. Por um lado, havia considerável pressão, sobretudo dos EUA, para que fossem adotadas regras mais significativas que aquelas da OMC em matérias de compras governamentais, propriedade intelectual, serviços e investimentos, mas, por outro lado, eles resistiam sobre a adoção de regras mais profundas em matérias de subsídios, agricultura e medidas antidumping. Para se ter noção mais clara do desequilíbrio em que as negociações se processavam, até o primeiro semestre de 2003 os países deveriam apresentar suas propostas sobre tarifas em bens agrícolas e industriais, compromissos em serviços, investimentos e compras governamentais, mas não havia nenhuma previsão de redução de subsídios agrícolas ou de obrigações antidumping²⁹².

No decorrer das negociações, como aponta Rubens Barbosa, os EUA mudaram de estratégia. Em primeiro lugar, em vez de realizar concessões a todos países da ALCA com base no princípio da nação mais favorecida, os norte-americanos passaram a realizar ofertas bilaterais diferentes aos países. Aos do Mercosul, foram realizadas ofertas mais restritivas, pois as áreas de maior interesse deles eram justamente aquelas em que os EUA relutavam em liberalizar, como era o caso da agricultura. Em segundo lugar, os EUA passaram a defender que determinados tópicos, previstos no programa de negociação do acordo, deveriam ser tratados

na Rodada do Uruguai após junho de 1993, o Congresso aprovou uma nova medida válida somente para aquela Rodada. Posteriormente a isto, o Congresso não renovou a autoridade do Presidente para negociar tratados comerciais, nem o mecanismo “*fast track*”. Apesar dos esforços da administração Clinton para obter a renovação da autoridade de negociação, passaram-se 8 anos até que o Congresso aprovasse *The Bipartisan Trade Promotion Authority Act (BTPA) of 2002*, já na administração de George W. Bush. O mecanismo “*fast track*” foi renomeado como “*trade promotion authority*”. FERGUSSON, Ian F.. **Trade Promotion Authority (TPA) and the Role of Congress in Trade Policy**. Washington: CRS, 2015. p. 4-8. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/misc/RL33743.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2015.

²⁹¹ O BPTA, em sua seção (2), (10), (A), (i), (II), estipulava que era objetivo das negociações agrícolas reduzir ou eliminar, por uma data definida, tarifas e outras taxas que reduzem as oportunidades comerciais para as exportações norte-americanas [...] providenciando períodos razoáveis de ajustamento para os produtos de importação sensíveis para o mercado norte-americano, em íntimas consultas com o Congresso sobre tais produtos antes de iniciar as negociações para reduções tarifárias” (tradução nossa). ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Lei nº H. R. 3005, de 6 de dezembro de 2001. To extend trade authorities procedures with respect to reciprocal trade agreements. **Bipartisan Trade Promotion Authority Act of 2002**. Washington, 28 fev. 2002. Disponível em: <<https://www.govtrack.us/congress/bills/107/hr3005/text/rs>>. Acesso em: 30 out. 2015.

²⁹² BAHADIAN, Adhemar G.; LYRIO, Mauricio Carvalho. Alca: um depoimento da co-presidência brasileira. **Política Externa**, v. 14, n. 3, 2005.

na esfera multilateral, ou seja, na OMC. Dentre tais tópicos estavam as regras de defesa comercial e apoio doméstico à agricultura. A reação dos países do Mercosul era algo natural e esperado. Dessa maneira, em 2003, na reunião de Miami, o Brasil, junto com os demais países do bloco, afirmou que era preciso redefinir as negociações da ALCA de forma a corrigir a situação de desequilíbrio existente. De forma análoga aos EUA, que afirmavam que subsídios e regras de compensação comercial deveriam ser negociadas na OMC, o Brasil propôs o mesmo em relação às matérias sobre serviços, investimentos, propriedade intelectual e compras governamentais, as quais não eram prioritárias para os países mercosulinos, mas o eram para os EUA²⁹³.

A ALCA, imaginada como um acordo comercial abrangente, estava se tornando algo irre realizável. Se, por um lado, os EUA possuíam pouca capacidade de negociação em matérias de interesse do Mercosul, este, além de estar atravessando uma crise econômica, não estava disposto a ceder em matérias de interesse prioritário dos EUA sem uma contrapartida razoável. As negociações se encaminharam para um impasse, o que era bom para os países do Mercosul, que estavam sendo levados a adotar regimes contrários aos seus interesses. Como Celso Amorim posteriormente afirmaria, “A própria negociação da Alca estava voltada contra nós, contra os nossos interesses”. A proposta de redesenhar a ALCA, apresentada em 2003 pelo Mercosul, tornou-a menos interessante para os EUA e, conseqüentemente, reduziu o estímulo das negociações, mas a “lápide da Alca” só seria colocada em 2005, na IV Cúpula das Américas de Mar del Plata, ocasião em que os Presidentes do Mercosul se opuseram frontalmente ao seu projeto²⁹⁴.

Como se pode observar, a ALCA não se apresentava como uma alternativa viável ao Acordo de Associação Mercosul-UE. No máximo, seriam projetos complementares, mas não excludentes. Isto pode ser justificado por meio de dois enfoques. Em primeiro lugar, os países do Mercosul, apesar do apoio inicial ao projeto na época do seu lançamento, em 1998, tornaram-se relutantes em levar as negociações da ALCA adiante, uma vez que os desdobramentos que se apresentaram desde o início das mesmas, em 1998, acarretariam a formação de uma ZLC que lhes traria mais prejuízos que benefícios. Em 2003, ainda durante as negociações do Acordo de Associação, o Mercosul já havia demonstrado de maneira clara o seu descontento com a maneira pela qual as negociações eram desenvolvidas no âmbito da ALCA e proposto o redesenho das mesmas. Isto permitia aos europeus duas conclusões básicas. Primeiro: o projeto

²⁹³ BARBOSA, Rubens. Perspectivas da Alca. **Política Externa**, v. 13, n. 2, 2004.

²⁹⁴ AMORIM, Celso. Início de uma política externa ativa e ativa. In: BERRON, G.; MARINGONI, G.; SCHUTTE, G. R.. **2003-2013: uma nova política externa**. Tubarão: Ed. Copiart, 2014. p. 40-41.

norte-americano não teria a abrangência inicialmente prevista na Declaração de São José e, portanto, teria escopo mais reduzido que o Acordo de Associação em matéria comercial. Segundo: como os europeus estavam em condições de realizar maiores concessões que os EUA, caso implementado o Acordo de Associação, eles conseguiriam aumentar sua participação no comércio dos países do Mercosul em detrimento dos EUA.

O segundo enfoque se refere à base exclusivamente comercial da ALCA em detrimento das esferas de diálogo político e de cooperação, as quais eram prioridades do Acordo de Associação Mercosul-UE. Desde o fim da Guerra Fria, os EUA investiram na promoção de economias de mercado na América Latina. Isto ficou claro com as políticas econômicas do Consenso de Washington, seguidas por muitos países da região. No entanto, no momento em que as negociações da ALCA foram lançadas, em 1998, a América Latina começava a mergulhar em uma crise econômica que iria se agravar nos anos seguintes. Isto, consequentemente, acarretou a perda de confiança nas medidas de liberalização comercial e levou muitos países recorrerem ao protecionismo. Em situações como esta, em que se hesita sobre os benefícios do livre-comércio, o diálogo político e a cooperação assumem relevante importância. São mecanismos que tendem a sobreviver durante crises econômicas e a manter a fluidez das relações entre os países. Nessa área, a Europa tinha mais a oferecer que os EUA.

Cabe ressaltar, porém, que, se, por um lado, no início do século XXI, a ALCA deixou de se apresentar como uma ameaça ao Acordo de Associação Mercosul-UE, por outro lado, o embate entre a UE e os EUA para aumentar sua influência na América Latina é uma dimensão real e que deve ser levada em consideração. Após o fracasso da ALCA, os EUA não hesitaram em perseguir a abertura comercial por meio de acordos bilaterais, de forma que já possuem regimes de livre comércio com 12 países da região²⁹⁵. Porém, os EUA não conseguiram melhorar sua relação com os países da América Latina. Contrariamente às expectativas, esta piorou. A afirmação de Bush, ao tomar posse em 2001, de que as relações com a América Latina seriam uma prioridade só durou até 11 de setembro. A partir de então, os EUA passaram a se focar excessivamente no Oriente Médio e na Al-Qaeda. A consequência foi, como aponta Jorge Castañeda, “Bush se tornou mais impopular na América Latina que qualquer outro Presidente

²⁹⁵ Além do NAFTA, firmado em 1994, que compreende o Canadá e o México, os EUA possuem acordo de livre comércio com o Chile (2004), Peru (2007), Panamá (2012), Colômbia (2012), com Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e República Dominicana, por meio da Área de Livre Comércio América Central-República Dominicana (CAFTA-DR, 2004). Além disso, os EUA estão negociando acordos de livre comércio com o Equador e o Uruguai. SICE. **Trade Policy Developments**. 2015. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/tpd_e.asp>. Acesso em: 24 ago. 2017.

norte-americano na história recente”²⁹⁶ (tradução nossa). Além disso, como bem observa Russell Crandall, “países da América Latina estão cada vez mais buscando soluções entre si, formando suas próprias organizações regionais, que excluem os Estados Unidos, e buscando parcerias e oportunidades fora da órbita de Washington”²⁹⁷ (tradução nossa). De fato, no século XXI, houve o desenvolvimento de várias instâncias regionais de cooperação entre os países latino-americanos às quais os EUA não foram convidados. É o caso, por exemplo, da UNASUL, da qual fazem parte os 12 países da América do Sul, e da CELAC, que engloba todos os 33 países da América Latina e Caribe. Na esfera política, ambos os blocos fazem contraposição à OEA, que compreende todos os países do hemisfério e é considerada uma instância de influência norte-americana.

Assim, é possível concluir que a influência das negociações da ALCA nas do Acordo de Associação Mercosul-UE foram reduzidas. No entanto, a ALCA é apenas uma parte do todo, de forma que os acordos de livre comércio, diálogo e cooperação negociados pela UE com os países latino-americanos não eram apenas uma resposta à ALCA – até porque muitos deles foram ou estão sendo negociados após o fracasso da iniciativa norte-americana –, mas à tentativa europeia de aumentar sua influência e participação comercial na América Latina, em detrimento dos EUA.

3.4.3 A questão agrícola

A agricultura pode ser considerada como um dos principais responsáveis pela suspensão das negociações do Acordo de Associação Inter-Regional, em 2004. Isto porque os países do Mercosul, tradicionais e competitivos produtores agrícolas, têm grande interesse na abertura do mercado agrícola europeu, considerado uma das prioridades da UE e sobre o qual ela não está disposta a fazer grandes concessões. Para compreender melhor a dinâmica das ofertas agrícolas da UE, dois pontos devem ser abordados de maneira integrada. Em primeiro lugar, é imprescindível discutir os pilares sobre os quais a agricultura no bloco europeu se assenta, ou seja, a PAC. O segundo ponto são as negociações agrícolas no âmbito da Rodada Doha da OMC, cuja evolução está relacionada ao desenvolvimento da PAC.

²⁹⁶ No original: “Bush has become more unpopular in Latin America than any other U.S. president in recent memory.”. CASTAÑEDA, Jorge G.. Morning in Latin America: The Chance for a New Beginning. **Foreign Affairs**, v. 87, n. 5, p. 126-139, set./out. 2008. p. 127.

²⁹⁷ No original: “Latin American countries are increasingly looking for solutions among themselves, forming their own regional organizations that exclude the United States and seeking friends and opportunities outside of Washington's orbit.”. CRANDALL, Russell. The Post-American Hemisphere: Power and Politics in an Autonomous Latin America. **Foreign Affairs**, v. 90, n. 3, p. 83-95, maio/jun. 2011. p. 84

O tratado que instituiu a CEE, aborda a agricultura no Título II (artigos 38 a 47) de sua segunda parte. Essa matéria foi disposta na seção que trata dos fundamentos da CEE, fato que demonstra como a agricultura era considerada uma prioridade para seus membros desde o momento fundacional do bloco que na década de 1990 se tornaria a UE. O funcionamento do mercado comum europeu, que englobava a agricultura e o comércio de produtos agrícolas, deveria ser pautado em uma política agrícola comum²⁹⁸. As finalidades desta estavam previstas no art. 39:

1. A política agrícola comum tem por finalidade:
 - a) aumentar a produção agrícola por meio do desenvolvimento do progresso técnico, garantindo o desenvolvimento racional da produção agrícola, assim como o emprego ótimo dos fatores de produção, sobretudo da mão de obra,
 - b) garantir um nível de vida justo à população agrícola, sobretudo elevando a renda individual dos que trabalham com agricultura,
 - c) estabilizar os mercados,
 - d) garantir a segurança dos abastecimentos,
 - e) garantir preços razoáveis nos fornecimentos aos consumidores.²⁹⁹

A preocupação dos países fundadores da CEE com a agricultura tem raízes na situação que eles atravessaram após o final da Segunda Guerra. Em ruínas e com a economia debilitada, esses Estados viram-se impossibilitados de garantir o abastecimento alimentar adequado do mercado nacional. Na França, principal entusiasta da PAC, malgrado um programa de incentivo à agricultura, esta empregava 27% da população e representava 11% do PIB, mas 30% das importações do país eram de produtos agrícolas, em 1955. Na Alemanha do mesmo período, um terço dos produtos agrícolas eram importados. A situação na Bélgica, Países Baixos, Luxemburgo e Itália não era muito diferente. Todos possuíam uma produção agrícola debilitada e dependiam de grandes volumes de importações no setor³⁰⁰.

²⁹⁸ Tratado de Roma, art. 18, § 4º: “O funcionamento e o desenvolvimento do mercado comum para os produtos agrícolas deverá ser acompanhado do estabelecimento de uma política agrícola comum dos Estados-Membros.” (tradução nossa). TRAITÉ de Rome. Roma, 25 mar. 1957. Disponível em: <http://www.constitutioneu.eu/cariboost_files/trait_c3_a9_20de_20rome.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2015.

²⁹⁹ No original:

I. La politique agricole commune a pour but :

- a) d'accroître la productivité de l'agriculture en développant le progrès technique, en assurant le développement rationnel de la production agricole ainsi qu'un emploi optimum des facteurs de production, notamment de la main-d'œuvre,
- b) d'assurer ainsi un niveau de vie équitable à la population agricole, notamment par le relèvement du revenu individuel de ceux qui travaillent dans l'agriculture,
- c) de stabiliser les marchés,
- d) de garantir la sécurité des approvisionnements,
- e) d'assurer des prix raisonnables dans les livraisons aux consommateurs. TRAITÉ de Rome. Roma, 25 mar. 1957. Disponível em: <http://www.constitutioneu.eu/cariboost_files/trait_c3_a9_20de_20rome.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2015.

³⁰⁰ CARÍSIO, Maria Clara Duclos. **A política agrícola comum e seus efeitos sobre o Brasil**. Brasília: Funag, 2006. p. 22-26.

Por disposições do art. 43 do Tratado de Roma, após a entrada em vigor do mesmo, foi convocada uma conferência, realizada em Stresa, Itália, na qual os Estados-Membros discutiram suas políticas agrícolas nacionais, deixando claro suas necessidades e capacidades. A recém-criada Comissão Europeia foi encarregada de acompanhar as discussões da Conferência e de apresentar, dois anos após a entrada em vigor do Tratado, uma proposta para a política agrícola comum. Dessa maneira, a Comissão Europeia apresentou sua proposta (COM (60) 105), em 1960, que seria aprovada pouco tempo depois. Nascia a PAC. Conforme Henrik Zobbe, ela teria cinco objetivos: aumentar a produtividade agrícola; estabilizar o mercado agrícola; garantir o abastecimento constante de produtos agrícolas; melhorar a renda dos agricultores; garantir aos consumidores produtos agrícolas a preços razoáveis³⁰¹. Para tornar esses objetivos realidade, foi desenvolvido um amplo arcabouço de regras aplicadas ao mercado agrícola comum, que passavam pela realização de mudanças estruturais e pela regulação interna do preço dos produtos. Além disso, as organizações agrícolas nacionais passaram a ser objeto de uma coordenação a nível comunitário e programas de subvenções agrícolas foram delimitados.

Da Europa dos 6 à Europa dos 28, a PAC sofreu transformações, passando a incluir preocupações relacionadas ao meio-ambiente, ao bem-estar animal, desenvolvimento rural e qualidade dos alimentos. No entanto, ela nunca se afastou dos objetivos de assegurar o abastecimento constante de produtos agrícolas e uma renda adequada aos agricultores. Alguns autores, como Cramon-Taubadel e Tangermann, destacam que tem sido dada maior ênfase a esta segunda prioridade. Segundo eles, “um foco central da PAC [...] tem sempre sido, e continuará a ser em instrumentos imediatamente efetivos e politicamente visíveis de transferência de renda aos agricultores”³⁰² (tradução nossa).

Os objetivos da PAC previstos no art. 39 do Tratado de Roma permaneceram intactos com a evolução normativa da UE³⁰³. Porém, ela passou por reformas, o que se deveu à

³⁰¹ ZOBBE, Henrik. **The Economic and Historical Foundation of the Common Agricultural Policy in Europe**. Trabalho apresentado na Quarta Conferência da European Historical Economics Society, Londres, 2001. p. 13. Disponível em: <<http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/24212/1/ew010012.pdf>>. Acesso em: 1 nov. 2015.

³⁰² CRAMON-TAUBADEL, Stephan von; TANGERMANN, Stefan. **Agricultural Policy in the European Union: An Overview**. Göttinga: Department für Agrarökonomie und Rurale Entwicklung, 2013. (Texto para discussão 1302). p. 20-21. Disponível em: <<https://www.uni-goettingen.de/de/document/download/468756dd26772ba40606fb7034c7995d.pdf/Diskussionsbeitrag-1302.pdf>>. Acesso em: 1 nov. 2015.

³⁰³ As últimas alterações realizadas no Tratado da União Europeia e no Tratado da Comunidade Europeia (passou a ser denominado Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia) foram introduzidas pelo Tratado de Lisboa, assinado em 13 de dezembro de 2007, em vigor desde 1 de dezembro de 2009. A seção que trata sobre a agricultura na UE está localizada no Tratado sobre o Funcionamento da UE, em sua Parte III, Título II, artigos 38 a 44. Os objetivos da política agrícola comum continuam sendo os mesmos previstos no Tratado de Roma que instituiu a CEE, de 1958.

necessidade de reduzir as distorções do mercado interno ou torná-lo mais aceitável a nível internacional. Até 1992, o principal meio pelo qual se garantia um nível de renda adequado aos agricultores foi a manutenção do preço dos produtos agrícolas em níveis elevados. No entanto, essa medida veio a apresentar problemas. No final da década de 1960, alguns produtos agrícolas, como trigo, manteiga, açúcar e azeite chegavam a custar dentro do bloco bem mais de duas vezes o preço praticado no comércio internacional³⁰⁴. Como preços elevados são incentivo para que os agricultores produzam mais, nas décadas de 1970 e 1980 os países da CEE atravessaram um período de superprodução³⁰⁵ agrícola³⁰⁶. Em razão disso, em 1992, a PAC passou por alterações que ficaram conhecidas como reformas MacSharry. Junto ao programa de sustentação dos preços, foi posto em funcionamento um sistema de pagamentos diretos aos agricultores. Essas duas medidas possuem por finalidade aumentar a renda dos agricultores, mas diferem na forma de fazê-lo. Enquanto a elevação do preço ocasiona uma transferência de renda para os agricultores diretamente dos consumidores, os pagamentos diretos fazem o mesmo, só que de forma indireta, através dos tributos que são transformados em pagamentos diretos aos agricultores³⁰⁷.

Em 1995, o Acordo sobre Agricultura (AsA) da OMC fez com que a PAC passasse por outra reforma, destinada a reduzir os impactos que medidas protecionistas e de subvenção interna causavam no mercado internacional. Em 2002, a UE, além de se tentar reduzir as distorções ao mercado, incorporou à PAC um viés ambiental e voltado para o desenvolvimento rural. Nos anos seguintes, a PAC passou por mais reformas que a tornaram uma política mais preocupada com a proteção ambiental e animal, bem como com a proteção ao desenvolvimento rural sustentável³⁰⁸.

³⁰⁴ ZOBBE, Henrik. **The Economic and Historical Foundation of the Common Agricultural Policy in Europe**. Trabalho apresentado na Quarta Conferência da European Historical Economics Society, Londres, 2001. p. 7. Disponível em: <<http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/24212/1/ew010012.pdf>>. Acesso em: 1 nov. 2015.

³⁰⁵ A política de sustentação de preços que levou a um cenário de superprodução nas décadas de 1970 e 1980 foi a mesma que disseminou, nesse período, o uso de subsídios à exportação pelo bloco europeu. Exportando, os europeus alcançaram dois objetivos. Primeiro, reduziram-se os massivos estoques de alimentos. Segundo, conseguiram manter o preço dos produtos agrícolas em níveis elevados, consequência da redução da oferta interna em razão da exportação dos estoques. O grande problema é que essa forma de subsídio é extremamente distorciva e impacta negativamente o mercado agrícola internacional e os demais países exportadores de produtos agrícolas, como o Brasil, por exemplo.

³⁰⁶ EUROPEAN UNION. **The Common Agriculture Policy: a history to be continued**. Luxemburgo: Escritório de Publicações da União Europeia, 2012. p. 3. Disponível em: <http://ec.europa.eu/agriculture/50-years-of-cap/files/history/history_book_lr_en.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2015.

³⁰⁷ CRAMON-TAUBADEL, Stephan von; TANGERMANN, Stefan. **Agricultural Policy in the European Union: An Overview**. Gotinga: Department für Agrarökonomie und Rurale Entwicklung, 2013. (Texto para discussão 1302). p. 20-21. Disponível em: <<https://www.uni-goettingen.de/de/document/download/468756dd26772ba40606fb7034c7995d.pdf/Diskussionsbeitrag-1302.pdf>>. Acesso em: 1 nov. 2015.

³⁰⁸ CANTORE, Nicola; KENNAN, Jane; PAGE, Sheila. **CAP reform and development: Introduction, reform options and suggestions for further Research**. Londres: Overseas Development Institute, 2011. p. 3-5. Disponível

As reformas realizadas na PAC desde 1992, porém, não significaram uma redução no seu orçamento, que tem se mantido desde então entre 50 e 60 bilhões de Euros, mas um remanejamento dos gastos do programa³⁰⁹. Se, por um lado, a partir da década de 1990, os recursos destinados a subsidiar exportações e manter o controle dos preços reduziram sensivelmente; por outro, a ajuda direta aos agricultores vinculada à produção de determinado produto, que até 1992 não existia, aumentou constantemente até 2006, quando passou a ser substituída por subsídios agrícolas desvinculados da produção de determinado produto específico ou de controles de preço³¹⁰.

A política de fomento à produção adotada por muitos países divide o apoio interno em pagamentos vinculados (*coupled*) e desvinculados (*decoupled*) à produção de determinado produto ou à manutenção do nível de preços. Essa nomenclatura está relacionada à classificação adotada, em 1994, pelo AsA da OMC. O tema agrícola foi incluído nas negociações em três pilares: subsídios às exportações; acesso a mercados (barreiras tarifárias e não tarifárias), apoio doméstico à produção³¹¹. Dessas três disciplinas, as que mais distorcem o comércio agrícola são o acesso a mercados e o apoio doméstico. No caso deste último, o AsA subdividiu-o em três categorias, ou caixas, como se convencionou dizer: caixa verde, caixa amarela e caixa azul³¹². Os subsídios enquadrados na caixa amarela são os que mais distorcem o comércio

em: <<http://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/7245.pdf>>. Acesso em: 1 nov. 2015.

³⁰⁹ Não obstante, é preciso ressaltar que o orçamento não foi significativamente aumentado quando o quadro de membros da UE foi expandido de 15 para 25, em 2004, e de 25 para 27, em 2007.

³¹⁰ CANTORE, Nicola; KENNAN, Jane; PAGE, Sheila. **CAP reform and development: Introduction, reform options and suggestions for further Research**. Londres: Overseas Development Institute, 2011. p. 6. Disponível em: <<http://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/7245.pdf>>. Acesso em: 1 nov. 2015.

³¹¹ Este enfoque foi reforçado no art. 13 da Declaração Ministerial de Doha: “Com base no trabalho realizado até o momento e sem prejudicar o resultado das negociações, comprometemo-nos a negociações abrangentes destinadas: melhorar substancialmente o acesso a mercados; redução gradual de todas as formas de subsídios às exportações; e substancial redução do apoio doméstico que causa distorções comerciais” (tradução nossa). WTO. **Doha WTO Ministerial 2001: Ministerial Declaration**. Doha, 14 nov. 2001. Disponível em: <https://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min01_e/mindecl_e.htm>. Acesso em: 1 nov. 2015.

³¹² Na terminologia da OMC, subsídios são identificados como “caixas”. Na agricultura, praticamente todo apoio doméstico que causa distorção à produção e ao comércio, como, por exemplo subsídios relacionados a produções quantitativas e esquemas de isenção de taxas e de sustentação do preço, caem na caixa amarela. Por conta disso, eles são objeto de redução, sendo calculados em termos de MAA. Já os subsídios da caixa verde são aqueles que não causam, ou causam mínima, distorção ao comércio. É por esta razão que eles estão isentos do compromisso de redução e não entram no cálculo da MAA. Estão previstos no Anexo II do AsA. Eles são: serviços gerais prestados à agricultura ou à comunidade rural, como atividades de pesquisa, combate de pragas e doenças, formação de capital humano, promoção comercial e etc.; retenção de estoques públicos com o objetivo de garantir segurança alimentar; ajuda alimentar interna; pagamentos diretos a produtores; apoio desvinculado da renda; participação financeira do governo em programas de seguro de renda e de programas que estabeleçam um dispositivo de segurança para a renda; pagamentos a título de auxílio em caso de desastres naturais; assistência para ajuste estrutural; pagamentos relativos a programas ambientais; pagamentos relativos a programas de assistência regional. Por fim, os subsídios da caixa azul são aqueles ligados a programas de limitação/contenção da produção doméstica. Embora causem distorção ao comércio e à produção, eles estão isentos do cálculo da MAA e dos compromissos de redução. WTO. **Domestic support: Amber, Blue and Green Boxes**. 1 dez. 2004.

internacional e devem ser mensurados em termos de Medida Agregada de Apoio (MAA)³¹³. Por conta da distorção que eles causam no comércio e produção agrícolas, diferentemente dos subsídios da caixa azul e da caixa verde, ficou estipulado que eles deveriam ser reduzidos. Cabe ressaltar que, no entanto, no fim da Rodada do Uruguai, o prazo de negociação dos compromissos referentes à abertura do mercado agrícola e à correção das distorções foi afetado pela Cláusula de Paz. Positivada no art. 13 do AsA, ela proibia a maioria das ações retaliativas previstas no Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias conquanto os países cumprissem as obrigações previstas no AsA e não excedessem o nível de apoio, estabelecido em 1992, permitido para determinadas *commodities*. Mais especificamente, os subsídios da caixa verde não poderiam ser objeto de medidas compensatórias, nem de nulificação ou enfraquecimento, enquanto os subsídios da caixa amarela e da caixa azul poderiam ser, desde que causassem dano ou ameaça de dano³¹⁴. Desta forma, mesmo que haja a proibição formal do subsídio, a obrigação era inexigível no sistema jurídico da OMC até a expiração da Cláusula de Paz, em 1º de janeiro de 2004³¹⁵. Isto foi um meio de acomodar os interesses dos EUA e da UE, para que eles concordassem com a assinatura do AsA. Não obstante, vale ressaltar, isto não foi feito sem oposição de países como Brasil e Uruguai³¹⁶.

O fim da Cláusula de Paz, em 1º de janeiro de 2004, significou que, a partir de então, todos os subsídios agrícolas poderiam ser contestados com base nas provisões do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias, independentemente de qual “caixa” eles se enquadrassem. Diante disto, em 2003, os Estados Unidos e a União Europeia tentaram obter sua renovação como parte de um novo acordo sobre subsídios agrícolas. No entanto, a oposição da grande maioria dos países tornou esse intento improvável. No início de 2006, a UE desistiu

Disponível em: <https://www.wto.org/english/tratop_e/agric_e/negs_bkgrnd13_boxes_e.htm>. Acesso em: 1 nov. 2015.

³¹³ As Medidas Agregadas de Apoio (MAA), ou Aggregate Measurement of Support (AMS), na sigla em inglês, são, conforme definição expressa art. 1º, “a”, do AsA, “o nível de apoio anual, expresso em termos monetários, fornecido em função de um produto agrícola em favor dos produtores do produto agrícola básico, ou apoio não especificado por produto fornecido em favor de produtores agrícolas em geral” (tradução nossa). GATT. **Ata Final que Incorpora os Resultados das Negociações Comerciais Multilaterais da Rodada do Uruguai**. 15 abr.1994. Marraqueche. p. 42. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/anexo/and1355-94.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2015.

³¹⁴ PORTERFIELD, Matthew C.. U.S. Farm Subsidies and the Expiration of the WTO's Peace Clause. **U. Pa. J. Int'l L.**, Philadelphia, v. 27, n. 4, 2006. p. 1008-1009. Disponível em: <<http://scholarship.law.upenn.edu/jil/vol27/iss4/2/>>. Acesso em: 1 nov. 2015.

³¹⁵ VIDIGAL, Geraldo. Artigo 13. In: THORSTENSEN, Vera; OLIVEIRA, Luciana Maria de (Coord.). **Releitura dos Acordos da OMC como interpretados pelo Órgão de Apelação: Acordo Sobre Agricultura**. São Paulo: Vt Assessoria Consultoria e Treinamento Ltda, 2013. p. 89-90. Disponível em: <<http://ccgi.fgv.br/pt-br/node/140>>. Acesso em: 19 jul. 2015.

³¹⁶ DIAS, Bernadete de Figueiredo. Acordo sobre agricultura: a cláusula de paz e as perspectivas futuras. **Rev. Fac. Direito Univ. São Paulo**, São Paulo, v. 99, 1 jan. 2004. p.694-697. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67641>>. Acesso em: 1 nov. 2015.

da sua demanda por uma nova Cláusula de Paz³¹⁷, o que se traduziu, no plano da PAC, na redução dos subsídios de apoio interno vinculados e no aumento dos desvinculados. Isto, porém, significou apenas um remanejamento dos gastos com a PAC e não a redução do seu orçamento. Além disso, o apoio doméstico desvinculado da produção está classificado, segundo os parágrafos 5, 6 e 7 do AsA como sendo de mínima distorção ao mercado e é enquadrado na caixa verde. O que a UE fez foi transformar seu apoio doméstico à produção de subsídios caixa amarela para subsídios caixa verde e caixa azul. O que mais confirma esse entendimento é a rapidez pela qual a UE conseguiu transformar os seus subsídios vinculados em desvinculados. Em 2004, do total de subsídios, 77% eram vinculados e somente 2,8% desvinculados. Já em 2006, os desvinculados passaram a responder por 71% dos gastos com subsídios, enquanto os vinculados foram reduzidos para 18%³¹⁸. Isto aponta para a natureza terminológica da mudança. Nesse sentido, cabe mencionar a crítica realizada por Mohammad Yusuf, para quem a classificação dos subsídios de apoio interno adotada no AsA é obscura e ineficiente, uma vez que permite aos países, em sua maioria desenvolvidos, classificarem subsídios que distorcem o comércio e a produção agrícola como subsídios caixa verde e caixa azul, em vez de reduzi-los. Além disso, o autor aponta que a classificação caixa azul foi criada por pressão da UE para garantir a continuidade dos subsídios pagos no âmbito da PAC³¹⁹.

A competência da Comissão para negociar internacionalmente em matéria agrícola tem seu início e fim na PAC. Qualquer concessão que implique em alterações no programa deve passar pelo crivo dos Estados-Membros. Desde o lançamento da Rodada Doha e das negociações com o Mercosul, a Comissão Europeia enfrentava grande oposição interna em relação ao incremento da sua oferta em produtos agrícolas, de maneira que suas concessões ficavam dependentes da evolução da PAC. Em 2003, após o fracasso da Reunião de Cancun, na OMC, o Comissário de Comércio da UE, Pascal Lamy, informou aos negociadores do Mercosul que o capital negociador da UE no plano multilateral e birregional era basicamente o mesmo. Em outras palavras, os Estados-Membros haviam permitido à Comissão realizar concessões em determinados produtos, mas, se essa concessão fosse feita no âmbito da OMC,

³¹⁷ PORTERFIELD, Matthew C.. U.S. Farm Subsidies and the Expiration of the WTO's Peace Clause. **U. Pa. J. Int'l L.**, Philadelphia, v. 27, n. 4, 2006. p. 1031-1032. Disponível em: <<http://scholarship.law.upenn.edu/jil/vol27/iss4/2/>>. Acesso em: 1 nov. 2015.

³¹⁸ CANTORE, Nicola; KENNAN, Jane; PAGE, Sheila. **CAP reform and development**: Introduction, reform options and suggestions for further Research. Londres: Overseas Development Institute, 2011. p. 7. Disponível em: <<http://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/7245.pdf>>. Acesso em: 1 nov. 2015.

³¹⁹ YUSUF, Mohammad. The Evils of Agriculture Subsidy. **Competition Forum**, v. 7, n. 2, 2009. p. 429, 432.

o Mercosul não obteria mais no plano bilateral³²⁰. Isto ia contra um dos objetivos das negociações entre os dois blocos, qual seja o de obter disciplinas de liberalização comercial que fossem além das adotadas na OMC.

Isto não era de interesse do Mercosul, sobretudo quando se leva em consideração que, dentre os produtos ofertados pela UE, a liberalização seria pouco significativa para aqueles em que os países mercosulinos são mais competitivos e que não possuem acesso ao mercado europeu. Era o caso da carne bovina, do tabaco, do açúcar, dos cereais, lácteos e produtos agrícolas processados. Tais produtos eram classificados como sensíveis pela UE e somente entrariam no mercado europeu mediante quotas de importação, que ficavam muito aquém da capacidade exportadora do Mercosul.

A PAC passou por uma reforma em 2003, mas ela não forneceu brechas suficientes para a Comissão realizar uma oferta à altura da ambição do Mercosul. Cereais e produtos lácteos gozariam de subsídios para exportação e a UE continuaria com a política de compra de excedentes e sustentação dos preços desses produtos. Produtores de carne bovina teriam direito a pagamentos diretos para auxiliar no processo de produção, bem como subsídios de exportação e, caso necessário, a UE realizaria intervenções diretas, comprando o produto para regular o mercado. O açúcar era um dos produtos que mais disfrutaria de apoio. Além daquilo que seria aplicado aos lácteos, cereais e carne bovina, a UE aplicaria quotas de importação ao açúcar proveniente de outros países e garantiria a manutenção do preço do produto no mercado europeu. Não é por menos que um painel do sistema de solução de controvérsias da OMC, aberto por Tailândia, Austrália e Brasil, decidiu que a UE violava regras comerciais internacionais em relação à produção e comercialização de açúcar³²¹.

As ofertas da UE sobre o acesso de mercado em produtos agrícolas, realizadas em abril e setembro de 2004, foram consideradas insatisfatórias pelo Mercosul. Muito embora o universo de posições tarifárias ofertado pela UE fosse superior ao que o Mercosul ofertava, os produtos agrícolas de interesse do bloco sulino estariam submetidos a quotas de importação, impedindo o desenvolvimento do potencial que o comércio desses bens representava ao Mercosul. A suspensão das negociações era algo natural. Muito embora a UE criticasse os países do Mercosul por negociarem nem sempre de forma tão ordenada, em vista do caráter intergovernamental do bloco, a UE, por sua vez, apesar de expressar sua posição em uma só

³²⁰ CARÍSIO, Maria Clara Duclos. **A política agrícola comum e seus efeitos sobre o Brasil**. Brasília: Funag, 2006. p. 208.

³²¹ BALDOCK, D. et al. **Recent evolution of the EU Common Agricultural Policy (CAP): state of play and environmental potential**. MEACAP, 2005. Documento nº MEACAP WP6 D4b. pp. 8, 35, 36. Disponível em: <http://www.ieep.eu/assets/224/WP6D4B_CAP.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2015.

voz através da Comissão, esta apresentava na mesa de negociação posições que refletiam o mandato a ela concedido pelos Estados europeus e, inclusive, as divergências entre estes em relação ao tema agrícola.

Após 6 anos de suspensão, as negociações sobre o Acordo de Associação foram retomadas em maio de 2010. A partir de então, realizaram-se mais nove rodadas de negociação no âmbito do CNB, entre 2010 e outubro de 2012. Com o fim das reuniões, os países ficaram cerca de quatro anos realizando consultas para realizarem, em maio de 2016, sua troca de ofertas sobre acesso a mercado de bens, as quais, deve-se frisar, não foram satisfatórias para nenhuma das partes. Novamente, a UE, novamente, condicionou sua oferta ao resultado da reforma da PAC, cuja revisão iniciou em 2010 e terminou em 2013. Em setembro de 2010, o Comissário de Comércio da UE visitou o Brasil e a Argentina, sinalizando que a PAC passava por reformulações e que na metade de 2011 a UE já teria uma ideia mais concreta sobre o que poderia ofertar ao Mercosul³²². Acontece que a reforma da PAC só foi finalizada em 2013, o que ocasionou o atraso das ofertas; o pior, no entanto, foi que o resultado da reforma não deu muita margem de manobra à Comissão, o que tornou necessário que ela negociasse com os Estados-Membros para tentar realizar uma oferta à altura das expectativas do Mercosul.

Após a crise de 2008 e o aumento do preço de alguns produtos agrícolas, a segurança alimentar se tornou o argumento mais forte na proteção da agricultura europeia no processo de reformulação da PAC, em 2010. No entanto, o protecionismo europeu tem suas falhas. Em 2011, as tarifas de importação praticadas pela UE para produtos agrícolas eram de 13,5% a três vezes superiores às aquelas aplicadas a outros bens. Além disso, todas tarifas *ad valorem* superiores a 100% eram relacionadas a produtos agrícolas. A redução dessas tarifas não iria apenas reduzir a distorção do mercado agrícola europeu, mas também reduzir os preços intrabloco dos produtos, o que é positivo para os consumidores. Valentin Zahrnt argumenta que a UE está muito distante de uma crise alimentar. O cenário é muito mais de superprodução que de escassez. A autora sustenta que a prática de manutenção da renda dos agricultores e de preços elevados possui um efeito negativo para a segurança alimentar, não apenas europeia, mas mundial. Segundo Zahrnt, “Renda agrícola e suporte de preços na UE é, na melhor das hipóteses, uma abordagem absurdamente ineficiente na contribuição da segurança alimentar mundial, se seus efeitos líquidos não forem completamente prejudiciais” (tradução nossa)³²³.

³²² FILIPPA, Susana (coord.). **Informe Mercosul nº 15**. Buenos Aires: BID-INTAL, 2010. p. 135. Disponível: <<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=33037750>> Acesso em: 2 nov. 2015.

³²³ No original: “Farm income and price support in the EU is at best an absurdly inefficient approach to contributing to global food security, if its net effects are not outright harmful”. ZAHRT, Valentin. **Food security and the EU’s Common Agricultural Policy: facts against fears**. Bruxelas: ECIPE, 2011. p. 2-3. Disponível em :

A UE advoga os benefícios da livre circulação de investimentos, bens industriais e serviços. Considera a redução das barreiras, tanto tarifárias quanto não tarifárias, como algo que impulsiona o comércio mundial e gera desenvolvimento. Talvez tenha chegado o momento de seu discurso se estender também para o setor agrícola. A redução dos subsídios e das tarifas de importação de produtos agrícolas praticados pela UE não facilitaria somente o avanço da Rodada Doha, suposta rodada do desenvolvimento que patina no tempo desde 2001, mas também da negociação com o Mercosul, que ocupa o lugar de principal exportador de produtos agrícolas para a UE³²⁴.

3.4.4 A baixa institucionalidade³²⁵ e o estado da integração do Mercosul

O processo de formação de organizações internacionais requer, em maior ou menor medida, o estabelecimento de estruturas institucionais responsáveis, dentre outras funcionalidades, pela coordenação e aplicação das disciplinas jurídicas e políticas atribuídas pelos Estados-Membros a ela, tanto em seu momento fundacional quanto ao longo de seu período de funcionamento. Os órgãos que compõem essa estrutura institucional podem assumir várias formas, conforme a função que deverão desempenhar. Além disso, eles podem ter graus variáveis de vinculação aos Estados-Membros, de forma que é possível tanto situações em que o funcionamento do órgão resida exclusivamente na vontade dos Estados, como há casos em que o órgão, após estabelecido, funcione unicamente com base no que foi estipulado em sua carta jurídica fundacional.

A distribuição de competências e o estabelecimento do modo de funcionamento dos órgãos de uma organização internacional, no entanto, passa necessariamente pelo crivo dos Estados-Membros. Esse processo, que acontece, via de regra, no momento de criação da

<<http://www.ecipe.org/app/uploads/2014/12/food-security-and-the-eus-common-agricultural-policy-facts-against-fears.pdf>>. Acesso em: 6 nov. 2015.

³²⁴ No ano de 2012, os principais países que exportaram produtos agrícolas para UE foram, respectivamente, o Brasil, os EUA e a Argentina. O Brasil e a Argentina respondem por 20% das importações agrícolas europeias. Isto em um cenário de persistente protecionismo europeu e exclusão de muitos produtos da pauta de exportação por restrições europeias. EUROPEAN COMMISSION. **Agricultural trade in 2012: A good story to tell in a difficult year?** Bruxelas: European Communities, 2013. p. 7-8. Disponível em: <http://ec.europa.eu/agriculture/trade-analysis/map/2013-1_en.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2015.

³²⁵ Nota metodológica: o conceito de instituição apresenta atualmente múltiplos significados a depender do contexto ao qual é aplicado. Pode-se falar de instituições sociais, instituições políticas, instituições educacionais, instituições econômicas, além de muitas outras, sem que se esteja a atribuir noções idênticas ao vernáculo instituição. Isto porque uma instituição pode ser tanto uma estrutura física-organizacional como um complexo de ideias, valores e padrões. Nesse sentido, cabe especificar que, neste trabalho, a noção de instituição adotada diz respeito unicamente ao conjunto de órgãos político-jurídicos que fazem parte da estrutura institucional do Mercosul.

organização tem uma essência predominantemente política e põe em evidência a natureza que os Estados pretendem atribuir à organização e qual será o seu propósito existencial.

O Tratado de Assunção atribuiu ao Mercosul uma função eminentemente comercial e econômica. Em seu preâmbulo, é enfatizada a necessidade de que seus Estados-Membros promovam um processo de integração econômico-comercial com a finalidade de ampliar seus mercados nacionais e constituir uma plataforma de inserção internacional³²⁶. Posteriormente, em 1994, com o Protocolo de Ouro Preto, que consolidou a estrutura institucional do Mercosul, o caráter econômico-comercial do bloco foi reafirmado³²⁷. No entanto, as convicções professadas pelos Estados-Membros não foram completamente consubstancializadas no âmbito das instituições do bloco. O Mercosul foi pensado em bases essencialmente econômico-comerciais, mas sua estrutura institucional assumiu uma feição que preza pela flexibilidade e está essencialmente subordinada às opções políticas dos Estados-Membros. Conforme observa Raúl Bernal-Meza, o Mercosul “antes que um programa comercial e econômico, é um projeto político”. No entanto, o autor admite que o bloco, durante o período da presidência de Menem, na Argentina, e de Collor e Cardoso, no Brasil, foi concebido sob um enfoque substancialmente comercialista³²⁸.

Deve-se observar que a formação de um bloco, cuja finalidade professada é eminentemente comercial, em bases institucionais flexíveis e profundamente atreladas às opções políticas dos Estados-Membros não é algo, como se possa aparentar à primeira vista, necessariamente conflitivo. No entanto, requer-se um elevado grau de coordenação e vontade política dos Estados-Membros para que se possa avançar na concretização dos objetivos primariamente estabelecidos para o bloco. A grande questão que emerge, porém, é que as opções políticas particulares dos Estados-Membros podem constituir real entrave ao processo de integração comercial. Inclusive, como ocorreu com o Mercosul, os Estados-Membros podem acabar por realizar uma ligeira alteração dos objetivos professados na formação do bloco. Nesse sentido, Paulo Roberto de Almeida observa que o Mercosul, além de não ter cumprido as metas estabelecidas no Tratado de Assunção, afastou-se paulatinamente de seus “objetivos

³²⁶ TRATADO de Assunção. Assunção, 26 mar. 1994. Disponível em: <http://www.cade.gov.br/internacional/Tratado_de_Assuncao.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2015.

³²⁷ BRASIL. Decreto nº 1.091, de 9 de maio de 1996. Promulga o Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do MERCOSUL (Protocolo de Ouro Preto), de 17 de dezembro de 1994. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 maio 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1901.htm>. Acesso em: 21 nov. 2015.

³²⁸ BERNAL-MEZA, Raúl. Argentina y Brasil en la Política Internacional: regionalismo y Mercosur (estrategias, cooperación y factores de tensión). **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 51, n. 2, dez. 2008. p. 155. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292008000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 nov. 2015.

comercialistas e econômicos iniciais, aliás consagrados no tratado constitutivo, para converter-se num agrupamento político dotado de interesses muito diversificados.”³²⁹. Evidência disto é tanto o inadimplemento dos Estados em internalizar³³⁰ as Resoluções e Decisões³³¹ do bloco³³², como a falta de ambição política para se avançar na integração comercial, a dificuldade do bloco de negociar acordos de preferência comercial com outros países e blocos³³³ e a constante perfuração da TEC. Conforme observa José Ruiz, o Mercosul foi criado em um momento que havia entre os governos dos Estados-Partes um consenso acerca da necessidade de se adotar políticas de liberalização comercial e promoção do livre-mercado. Ocorre que, após as crises que abalaram a América Latina na segunda metade da década de 1990, cujos efeitos se prolongaram nos primeiros anos do século XXI, esse consenso foi abalado. Os países, para defenderem suas economias, passaram a adotar medidas que desagradavam aos seus parceiros comerciais regionais. O Brasil desvalorizou o Real, em 1999, e Buenos Aires incrementaria os impostos para bens de consumo ao mesmo tempo em que desvalorizava o Peso e restringia os

³²⁹ ALMEIDA, Paulo Roberto de. O desenvolvimento do Mercosul: progressos e limitações. **Revista Espaço da Sophia**, v. 5, n. 43-44, p. 63-79/143-170, 2011. Disponível em: <<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/2258MSulDesenvHist.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2015.

³³⁰ Conforme observam Luciane Vieira e Carolina Chiappini, o modelo de internalização das normas emanadas dos órgãos do Mercosul baseia-se na cooperação intergovernamental. Isto deriva do art. 38 do Protocolo de Ouro Preto que aponta um comprometimento dos Estados-Partes em cumprir tais normas, as quais devem ser por eles integradas em seu ordenamento jurídico. Além disso, as autoras ressaltam que “Até hoje, ninguém pensou em responsabilizar o Estado por descumprimento ou pela demora em internalizar tais normas.”. Diferentemente, na UE, o direito comunitário possui aplicação direta no ordenamento dos Estados-Membros. CHIAPPINI, Carolina Gomes; VIEIRA, Luciane Klein. Análise do sistema de aplicação das normas emanadas dos órgãos do Mercosul nos ordenamentos jurídicos internos dos Estados Partes. **Direito Público e Integração**, Aracaju, v. 1, n. 1, p. 15-35, 2009. p. 18. Disponível em: <http://www.jfse.jus.br/revista/Revista_01_corpo.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2015.

³³¹ De acordo com dados da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, somente cerca 30% das Decisões do CMC são internalizadas pelos parlamentos dos Estados Partes. FIORI, José Luís da Costa *et al.* Integrando desiguais: assimetrias estruturais e políticas de integração no Mercosul. p. 278. In: ACIOLY, Luciana; CINTRA, Marcos Antônio Macedo (Ed.). **Inserção internacional brasileira: temas de política externa**, v.1. Brasília: IPEA, 2010. Cap. 8. p. 277-325. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3275/1/livro03_insercaointernacional_vol1.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2015.

³³² O desenvolvimento das disciplinas comerciais do Mercosul depende, sobretudo, das Decisões do CMC. Além disso, o CMC também tem competência para ampliar a estrutura institucional do Mercosul, criando novos órgãos. Com vistas a garantir a flexibilidade e oxigenação do processo de integração, os países do Mercosul optaram por atribuir a um órgão intergovernamental a condução política desse processo, em vez de já estabelecer, no tratado constitutivo do bloco, todas as regras que pautariam o mercado comum. Como visto, porém, falta não somente vontade política para aprofundar a integração comercial, como também há um elevado grau de não internalização das Decisões do CMC pelos Estados Partes, sem haver nenhum tipo de sanção para tanto. É preciso ressaltar que muitas das disciplinas comerciais previstas no Acordo de Associação vão além daquelas adotadas cotidianamente pelo Mercosul, o que exigiria de seus Estados Partes considerável empenho na sua aplicação.

³³³ Até agosto de 2017, o Mercosul possuía: a) 6 acordos de livre-comércio em vigor (as datas entre parênteses são aquelas que o acordo entrou em vigor), quais sejam, com a Comunidade Andina (2000); Bolívia (1997); Chile (1996); Equador, Venezuela e Colômbia (2005); Israel (2010); Peru (2006); b) 2 acordos preferenciais de comércio, um com a Índia (2009) e outro com a União Aduaneira do Sudeste Asiático (2016); c) 13 negociações de áreas de livre comércio em aberto, quais sejam com o Canadá, CARICOM, América Central, República Dominicana, Sistema de Integração da América Central, UE, Associação Europeia de Livre-Comércio, Conselho de Cooperação do Golfo, Jordânia, Coreia do Sul, México, Panamá e Turquia. SICE. **Trade Policy Developments**. 2017. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/tpd_e.asp>. Acesso em: 24 ago. 2017.

depósitos bancários (medida conhecida como *corralito*), em 2001, táticas que tiveram um efeito devastador para o comércio intrabloco. O projeto comercial do Mercosul foi mais debilitado com a chegada ao poder de Luís Inácio Lula da Silva, no Brasil, e Nestor Kirchner, na Argentina, os quais passaram a conferir uma feição mais política ao bloco³³⁴.

A dificuldade dos países do Mercosul em cumprirem para com suas determinações comuns é um fator que preocupa a UE. O Acordo de Associação Mercosul-UE, muito embora também possua um enfoque na área de cooperação e diálogo político, tem no estabelecimento de uma área de livre-comércio um dos seus pilares fundamentais. Nesse sentido, a UE tem interesse em saber se os países do Mercosul, após assinarem o acordo, serão capazes de implementá-lo. Essa apreensão da UE foi manifestada pelo Comissário de Comércio da UE, Pascal Lamy, na abertura da décima reunião do CNB, em julho de 2002, quando ele afirmou que “um certo paralelismo entre o progresso de integração do Mercosul e o processo de negociação é necessário. De modo mais geral, não conseguimos ver como o Mercosul vai cumprir com um nível de liberalização comercial com terceiros países, seja a UE ou outros”³³⁵ (tradução nossa).

A solidez do Mercosul é um pressuposto fundamental para que a UE possa com ele aprofundar sua relação comercial bilateral. É por isso que, desde a formação do bloco sulino, ela vem dando a este um claro suporte na consolidação do seu processo de integração e aperfeiçoamento da sua estrutura institucional. De fato, já em 1992, por meio do Acordo de Cooperação Institucional entre a Comissão Europeia e o CMC, a UE passou a fornecer ao Mercosul auxílio no seu processo de consolidação institucional. Essa tendência continuou nos anos seguintes, de forma que o Acordo de Madrid e o Acordo de Associação postularam dentre seus objetivos principais tanto a consolidação das instituições quanto o aprofundamento da integração do bloco sulino. Na sua estratégia regional para o Mercosul para o período de 2002 a 2006, foi ressaltado que o bloco apresentava “uma falta de efetiva coordenação macroeconômica, de mecanismos de solução de controvérsia efetivos e de instituições supranacionais” (tradução nossa). Nesse sentido, estabeleceu-se que os projetos de cooperação desenvolvidos entre a Comunidade Europeia e o Mercosul deveriam “atuar como uma

³³⁴ RUIZ, José Briceño. O Mercosul: reflexões sobre a crise de seu modelo de integração e seu relançamento. **Cadernos PROLAM/USP**, v.1, n. 6, p. 187-209, 2007. Disponível em: <http://www.usp.br/prolam/downloads/2007_1_8.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2015.

³³⁵ No original: “*a certain parallelism between progress in the Mercosur integration and the negotiating process is necessary. More generally, we fail to see how Mercosur will cope with a level of trade liberalization (sic) with third countries, either the EU or others*”. LAMY, Pascal. **Meeting EU-Mercosur**: opening remarks by EU Trade Commissioner Pascal Lamy. 23 de julho de 2002. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2004/september/tradoc_118860.pdf>. Acesso em: 19 out. 2015.

ferramenta na contribuição do processo de aprofundamento da integração e no apoio dos esforços pelo fortalecimento do processo de institucionalização”³³⁶ (tradução nossa). Essas preocupações foram novamente levantadas na estratégia regional para o Mercosul para o período de 2007 a 2013, na qual UE apontou que um dos resultados que se esperava obter com a assinatura do Acordo de Associação seria o aprofundamento da integração do Mercosul e o fortalecimento das suas instituições. Foram estabelecidas três prioridades da relação da UE com o Mercosul, das quais duas eram: a) apoiar a institucionalização do Mercosul; e b) apoiar o aprofundamento da integração entre os países do bloco e a implementação do Acordo de Associação³³⁷.

Deve-se ressaltar que a preocupação com o estágio de integração também encontra eco na doutrina dos países do Mercosul. Na Argentina, Felix Peña chama atenção para a dificuldade dos Estados-Partes materializarem seus compromissos de integração, ineficácia cuja causa o autor atribui parcialmente às debilidades institucionais do bloco. Diante dessa constatação, Peña alerta para a necessidade de uma reforma institucional do Mercosul que tenha como prioridade “o reconhecimento sobre a necessidade de um órgão comum que reflita os pontos de vista de todos os sócios e contribua para articular os consensos necessários para avançar.”, sugerindo como modelo a figura do Diretor Geral³³⁸ da OMC³³⁹. Felix Peña também critica o que ele chama de “alta densidade retórica” do Mercosul, em razão dos relatos sobre a situação do bloco e as normas adotadas em seus órgãos refletirem uma “‘diplomacia mediática’, criadora de uma espécie de integração ‘cenográfica’, sem base suficiente na realidade cotidiana da política, da economia e da vida social de seus países membros.”³⁴⁰.

É digno de nota que um problema que chama bastante atenção no caso do Mercosul é o baixo grau de coordenação do bloco nas negociações comerciais internacionais, sobretudo as de grande escopo, como as que estão em curso com a UE. Ao longo destas, o mais comum era que o Comissário de comércio da UE representasse os interesses europeus, enquanto que, no caso do Mercosul, a comissão de negociação fosse composta por um representante de cada país.

³³⁶ EUROPEAN COMMISSION. **Mercosur-European Community regional strategy paper 2002-2006**. 10 set. 2002. p. 8, 25. Disponível em: <http://eeas.europa.eu/mercosur/rsp/02_06_en.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2015.

³³⁷ EUROPEAN COMMISSION. **Mercosur-European Community regional strategy paper 2007-2013**. 2 ago. 2007. p. 23-25. Disponível em: <http://eeas.europa.eu/mercosur/rsp/07_13_en.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2015.

³³⁸ Vale a pena ressaltar que, em 2010, por meio da Decisão nº 63 do CMC, foi criado o cargo de Alto Representante-Geral do Mercosul. Trata-se de um órgão do CMC que tem por finalidade representar o Mercosul e auxiliar no processo de integração. Porém, em, 2017, o Mercosul optou por acabar com o cargo. Cf. CMC. **Decisão nº 63/10: Alto Representante-Geral do Mercosul**. 16 de dezembro de 2010. Foz do Iguaçu. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/multilaterais/decisao-cmc-no-63-10-alto-representante-geral-do-mercosul/>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

³³⁹ PEÑA, Felix. As qualidades de um Mercosul possível. **Política Externa**, v. 15, n. 3, 2007.

³⁴⁰ PEÑA, Felix. Uma perspectiva sobre o futuro do Mercosul. **Política Externa**, v. 20, n. 1, 2011.

Não foram raras situações em que os países do Mercosul tiveram dificuldade de encontrar uma posição comum. Diferentemente da UE, na qual se aprova previamente um mandato de negociação bem delimitado que deve ser levado a cabo pela Comissão Europeia, com reduzida interferência dos Estados-Membros; no Mercosul, embora haja a possibilidade do CMC (quando decidir por não levar a cabo as negociações ele mesmo), emitir um mandato de negociação para o GMC, ainda falta unidade, o que dificulta os avanços das negociações. Assim como o CMC, o GMC é um órgão intergovernamental, e ambos não dispõem de uma autoridade, como é o caso Comissão Europeia, responsável por representar mais os interesses da integração que os interesses mais íntimos dos Estados-Partes.

Sergio Abreu e Lima Florêncio, por sua vez, alertam para o cenário de crise do Mercosul, apontando como algumas das razões desse processo a tendência protecionista dos países do bloco após a crise de 2009, a baixa internacionalização das decisões do Mercosul e a transformação do bloco em “camisa de força”, que impede o Brasil de aumentar sua participação nas CGVs e participar de outros acordos comerciais. Os autores elencam algumas propostas para a superação dessa crise, dentre as quais se destacam: a) a definição de “um rumo e um sentido” ao processo de integração; b) o desenvolvimento de CRVs entre os países do Mercosul, preparando-os para melhor ingressarem nas CGVs, c) a superação do “imobilismo negociador” aos quais os países do Mercosul estão submetidos, em razão da obrigatoriedade de que os Membros do bloco negociem em conjunto acordos preferenciais de comércio e acordos de livre comércio com terceiros países; e d) a implementação de uma política de complementariedade produtiva para alavancar a competitividade dos países do Mercosul frente a terceiros países³⁴¹.

Outros autores, como Ruy Pereira, adotam uma visão diferente em relação à paralisia que a dimensão comercial do processo de integração do Mercosul experimenta atualmente. Para Pereira, isto não evidencia uma debilidade, mas um êxito da integração, uma vez que “resta muito pouco espaço para fazer avançar mais a área de livre-comércio regional, em grande medida já estabelecida.”. Em razão disso, salienta o autor que “o comércio não mais deverá continuar a ser o vetor de sustentação do avanço da integração sul-americana.”³⁴².

Um processo de integração, sem dúvida, não pode se assentar unicamente na dimensão comercial. É preciso, como vem ocorrendo com o Mercosul, que a dimensão educacional, social, cultural, política, além de outras, também façam parte desse processo, conferindo ao

³⁴¹ ABREU, Sérgio; FLORÊNCIO, Lima. Mercosul e política externa brasileira. NAFTA e comércio exterior mexicano. Crises e desafios. **Política Externa**, v. 23, n. 3, 2015.

³⁴² PEREIRA, Ruy. O valor do Mercosul. **Política Externa**, v. 22, n. 3, 2014.

bloco uma maior coesão. No entanto, não se pode descuidar da esfera econômico-comercial, uma vez que seus benefícios são múltiplos. Cabe destacar dois destes. Em primeiro lugar, deve-se ressaltar que o processo de integração comercial baseado na complementariedade do setor industrial dos Estados-Partes contribui para aumentar a competitividade deles em relação a terceiros países. Em segundo lugar, a harmonização das disciplinas comerciais e a liberalização do fluxo de capital e pessoas entre os Estados-Partes é um fator que atrai investimentos externos e incentiva a diversificação e ampliação das parcerias comerciais dos países do bloco. Assim, o Mercosul não pode descuidar do seu processo de integração econômico-comercial, que ainda se encontra incompleto.

É importante observar que o aprofundamento da integração no Mercosul e o fortalecimento das suas instituições é um imperativo para que o bloco possa negociar acordos comerciais de ampla envergadura com terceiros países, como o que está sendo negociado com a UE. Além de ser uma garantia de que seus Estados-Partes terão capacidade de cumprir de maneira harmônica e coerente as disciplinas adotadas, a integração regional impulsiona o desenvolvimento industrial e alavanca a competitividade comercial dos mesmos, capacitando-os para atuar no comércio internacional de forma mais robusta e igualitária com parceiros maiores. O objetivo é que o Mercosul sirva como uma plataforma de inserção internacional viável, não se tornando, na expressão de Sergio Abreu e Lima Florêncio, uma “camisa de força”³⁴³ para seus Estados-Partes.

³⁴³ ABREU, Sérgio; FLORÊNCIO, Lima. Mercosul e política externa brasileira. NAFTA e comércio exterior mexicano. Crises e desafios. **Política Externa**, v. 23, n. 3, 2015.

4 CONCLUSÃO

Muito embora os primeiros laços de cooperação entre a UE e o Mercosul tenham sido estabelecidos já em 1992, foi somente em dezembro de 1995, por meio da assinatura do “Acordo-Quadro Inter-Regional de Cooperação entre a Comunidade Européia e os seus Estados-membros e o Mercosul e os seus Estados-Partes” – o Acordo de Madrid –, que o caminho para a abertura das negociações do Acordo de Associação começaria a ser trilhado. Apesar da sua entrada em vigor só ter se dado em 1999, ficara convencionado que suas disposições relativas à cooperação comercial e ao quadro institucional seriam provisoriamente aplicadas, permitindo-se o início imediato dos trabalhos preparatórios e estudos comerciais necessários à sua negociação.

Mesmo com aqueles materiais prontos, a autorização do início das negociações pelo Conselho foi dificultosa. Os países europeus polarizaram-se e isto foi transportado para o plano do Conselho Europeu e do Conselho. Embora a autorização viesse em 1999, por ocasião da I Cúpula União Europeia, América Latina e Caribe, as partes não estabeleceram a data de início e a estrutura das negociações. No Acordo de Madrid, porém, os princípios das negociações já haviam sido estabelecidos, e eles foram mantidos. As negociações deveriam ser abrangentes e com resultados equilibrados, nenhum setor poderia ser excluído das negociações, os produtos deveriam ter sua sensibilidade para as partes levada em consideração e o resultado do acordo deveria ser implementado com base no princípio do compromisso único e de forma integral.

Foi somente no ano 2000 que o CNB começaria a trabalhar, e com grande ímpeto. Foram 16 laboriosas rodadas de negociações, que terminaram, em outubro de 2004, sem que um acordo fosse alcançado. Sucedeu-se a isto um período de 5 anos, marcado pelo constante câmbio de pronunciamentos enaltecendo os propósitos das negociações do Acordo de Associação. Apesar disto, estas permaneceram paralisadas até junho de 2010, quando então o CNB voltaria à ativa, realizando sua décima sétima rodada de negociações. Depois desta, seguiram-se mais 9 rodadas de negociações, sendo a última realizada em outubro de 2012. Novamente, as negociações foram informalmente suspensas, mantendo-se apenas encontros regulares, mas sem muito avanço. Por mais que, a partir de então, recorrentemente, altas autoridades dos blocos e de seus países figurassem em televisores e folhas de jornais assegurando a descomunal importância de se concluir o Acordo de Associação, em face dos ganhos que ele traria para os Estados, e o velado compromisso deles com a continuidade das negociações, isto não vem sendo traduzido em medidas práticas. Nova oferta só seria realizada

em maio de 2016, e, para um trabalho que durou 6 anos, após a retomada das negociações, elas foram muito pouco satisfatórias.

Em face disso, o presente trabalho objetivou descrever o processo de negociação do Acordo de Associação e, em seguida, avaliar algumas das principais variáveis que o influenciaram e identificar o porquê de ele ainda não ter sido concluído. Esse estudo foi realizado em quatro âmbitos, quais sejam: a desarmonia entre as ofertas dos blocos e o almejado por sua contraparte; a influência dos EUA na América Latina; a política agrícola da UE; e, dúvida acerca da capacidade do Mercosul em cumprir com as determinações do acordo. A seguir, brevemente, serão expostas as principais constatações desse trabalho, para, em seguida, concluir apontando as razões que impedem a conclusão do Acordo de Associação.

Pode-se apontar que uma das principais causas do impasse das negociações, e na qual os negociadores despenderam enorme quantidade de energia e tempo, foi o descompasse encontrado entre a oferta dos blocos e o que cada parte esperava obter do acordo. Na primeira tentativa de se selar o acordo, foram realizadas quatro ofertas de acesso a mercados por cada bloco, as quais foram intercaladas por intensas conversações, nas quais os negociadores tentaram persuadir ao máximo à outra parte de melhorar sua oferta. Em poucas palavras, diziam o que queriam e o que estavam dispostos a oferecer em troca. Isto não funcionou, sobretudo, por dois motivos. Em primeiro lugar, deve-se lembrar que os blocos negociavam posições tarifárias e era possível a eles escolher uma cesta de produtos que seria considerada sensível, não fazendo parte das concessões. Além disso, a liberalização seria progressiva, feita em etapas. Quando os negociadores dos blocos delimitavam o que esperavam da outra parte, apontavam, sobretudo, a redução do número de produtos sensíveis e a redução do prazo de liberalização de alguns produtos. Acontece que os denominados produtos sensíveis, embora de volume comercial quase nulo, pois pesadamente protegidos pelos países, apresentavam um potencial comercial espetacular, como é o caso, por exemplo, dos vinhos europeus nos países do Mercosul e do açúcar e da carne bovina destes na UE. Nenhuma das partes estaria disposta a abrir seu mercado para produtos que trariam ganhos mercadológicos astronômicos à outra, caso não fosse compensada à altura. Além disso, muitos políticos dos países haviam se comprometido com setores do seu eleitorado de que protegeriam determinados setores produtivos, e não estavam dispostos a voltar atrás. Isto conduz ao segundo motivo, que era a própria resistência dos países dos blocos em realizar uma abertura comercial caso determinados produtos estivessem nela incluídos, o que causou pesadas divergências internas nos blocos. Isso é bem ilustrado na cisão que se verificou no Conselho. Países agrícolas europeus, como a França e a Irlanda não estavam dispostos a fazer muitas concessões em matéria agrícola, mas a

Alemanha, em troca da abertura do mercado automobilístico dos países do Mercosul não se importaria tanto em aumentar as quotas de importação de milho, açúcar e carne bovina do bloco. Ocorre que as negociações não eram feitas em partes e não era sempre que as decisões no Conselho terminavam de forma amigável. O mesmo era válido para os países do Mercosul, que tiveram que comungar enormes esforços após a primeira oferta do bloco em convencer a Argentina a melhorar suas propostas de abertura.

A controvérsia relativa à PAC também se apresenta como um dos fatores que mais exerceram influência no processo de negociação do Acordo de Associação Mercosul-União Europeia. A PAC, prevista no Tratado de Roma, teve seu funcionamento iniciado na década de 1960. Daquela época até o presente, ela se desenvolveu, tornando-se o programa da UE que consome a maior parcela do seu orçamento e que gera o maior número de críticas e elogios, tanto intra como extrabloco.

Ao sentarem-se na mesa de negociações, desde o começo, um dos principais objetivos dos representantes dos países do Mercosul era conseguir uma maior abertura do mercado europeu para seus produtos agrícolas. Além de se tratar de um mercado que contava com poderosas doses de subsídios à produção e à exportação, financiados pela PAC, era extremamente protegido, de forma que muitos produtos agrícolas mercosulinos não entravam no mercado europeu, ou estavam sujeito a elevadas alíquotas de importação ou quotas restritíssimas, que ficavam muito abaixo do potencial de exportação do Mercosul. Atender às reivindicações dos países do Mercosul significava para a UE alterar as regras da PAC, que, além de se tratar de um processo intrincado, não contava com o apoio dos países agrícolas europeus, como a França e a Irlanda, ferrenhos defensores da PAC e cientes de que não seria fácil para seus agricultores competir com países que estavam entre os maiores exportadores agrícolas do mundo.

A Comissão só poderia fazer concessões mais significativas do que aquilo que estava estabelecido na PAC caso o Conselho, composto por representantes diretos dos Estados-Membros, concordasse. Caso contrário, seu limite de negociações seria a PAC, com seu longo rol de produtos agrícolas sensíveis, que eram justamente aqueles que os países do Mercosul eram mais competitivos. Era o caso, por exemplo, da carne bovina, dos produtos lácteos, dos cereais, do tabaco, do açúcar e do milho. Um dos caminhos que a Comissão tentou seguir foi elevar as quotas de importação que muitos desses produtos estavam submetidos; elas, porém, estavam muito aquém do solicitado pelo Mercosul.

Além disso, deve-se ressaltar que, como a Comissão tinha que negociar nos limites da PAC, muitos dos avanços que poderiam ter sido feitos a partir de 2010 foram perdidos, uma

vez que ela estava esperando o resultado das negociações da PAC para poder realizar uma oferta sobre produtos agrícolas. No mais, a Comissão não estava em condições de oferecer mais aos países do Mercosul caso seus limites de concessões fossem atingidos em Doha. Isto colocava em xeque a própria natureza *OMC-plus* do Acordo de Associação. Dessa maneira, percebe-se que o engessamento das ofertas agrícolas da UE para os países do Mercosul desempenhou grande papel no insucesso das negociações.

Um terceiro ponto que merece atenção é a relação entre as negociações da ALCA e aquelas do Acordo de Associação. Como visto, a ALCA exerceu pouca influência no processo de negociação do Acordo de Associação. Isto se deveu à rápida perda de atratividade desse bloco para os países do Mercosul, após o início das suas negociações em 1998. Além disso, a influência dos EUA nos países do Cone Sul é consideravelmente menor em relação ao resto da América Latina.

O enfoque pós-Guerra Fria que os EUA anunciaram para a América Latina em 1994, na Cúpula das Américas, concentrado, sobretudo, no fortalecimento da democracia, na eliminação da pobreza e da discriminação, bem como na promoção das economias de mercado, não apresentou os resultados almejados e, em alguns casos houve, inclusive, resultados negativos. A ALCA, proposta naquela ocasião, adotou um enfoque essencialmente comercial, prevista para ser uma extensão do NAFTA ao resto do Continente Americano. Era menos abrangente que o Acordo de Associação, que dava grande relevância às áreas política e de cooperação, ao contrário da ALCA, que nem chegou mencionar esses pontos.

As negociações da ALCA foram iniciadas em 1998, antes das do Acordo de Associação. Elas se desenvolveram em um sentido que desagradou aos países do Mercosul, pois passaram a conceder muita atenção a temas que não eram de seus melhores interesses, como propriedade intelectual e compras governamentais, ao passo que temas de seu interesse foram sendo prolatados, sobretudo subsídios e medidas *antidumping*, nos quais o Presidente dos EUA não podia realizar concessões, em face das restrições impostas pelo Congresso ao TPA. Houve um nítido desequilíbrio entre as ofertas, e a ALCA foi progressivamente perdendo sua atratividade, até seu fim definitivo em 2005, na Reunião de Punta del Este.

Mesmo que a ALCA fosse celebrada, os países do Mercosul dificilmente realizariam concessões muito significativas aos EUA, diante da falta de contrapartida destes. A UE estava em uma posição muito mais confortável e não correria risco de perder parcelas do mercado mercosulino para os norte-americanos. A ALCA não teria a abrangência preconizada na Declaração de São José, bem como não se ocupava da esfera política e de cooperação. Dessa maneira, ela não se apresentava como uma alternativa ao Acordo de Associação. No máximo,

algo complementar para os países do Mercosul, que não afetaria significativamente a posição ocupada pela UE.

Também não pode passar despercebido que a influência política e comercial que os EUA exercem na região vem sendo progressivamente mitigada. Isto se deve tanto pela opção dos países latino-americanos em optar por estruturas de coordenação política e de cooperação que não incluam Washington, como a UNASUL e a CELAC, como pelas atitudes dos EUA, que, no século XXI, têm despendido maior atenção à Ásia e ao Oriente Médio. Na esfera comercial, os EUA também vêm paulatinamente perdendo espaço para China e para UE não apenas no Cone Sul, mas em toda América Latina.

Por fim, a questão da capacidade do Mercosul em cumprir com todas as diretrizes do Acordo de Associação é algo que preocupa a UE. Isto derivava de algumas razões pontuais. Em primeiro lugar, o Mercosul foi um bloco criado com características essencialmente comerciais que a partir do século XXI passou a assumir feições mais políticas. Em segundo lugar, devido à sua natureza intergovernamental, as decisões tomadas nos órgãos do bloco têm aplicação condicionada ao ordenamento jurídico dos seus Estados-Membros, ou seja, elas devem passar por um processo de incorporação. Contrariamente, na UE, caso se trate de competência exclusiva da União³⁴⁴, as medidas legislativas adotadas no âmbito do bloco, por mais guerreadas que sejam, possuem aplicabilidade imediata nos Estados-Membros. Deve-se ressaltar, nesse sentido, que a taxa de incorporação das decisões dos órgãos do Mercosul por seus Estados-Partes é relativamente baixa, o que gera justificados receios na UE acerca da capacidade do bloco sulino em cumprir com o que for acordado.

É importante ressaltar que, desde os primeiros anos do Mercosul, a UE vem lhe fornecendo cooperação técnica, com o objetivo de fortalecer e aperfeiçoar suas instituições. Essa preocupação foi constante durante as negociações do Acordo de Associação, que, inclusive, continha dentre seus pontos o fornecimento de cooperação técnica ao Mercosul para que este pudesse implementar o futuro acordo. Embora não se tratasse de ponto constantemente levantado nas rodadas de negociações, a UE não descuidava de acompanhar o desenvolvimento do Mercosul e questionar sua real capacidade em cumprir com as diretrizes do Acordo de

³⁴⁴ As competências exclusivas da UE são aqueles domínios nos quais ela pode legislar e adotar atos juridicamente vinculativos sem necessidade de consentimento dos Estados-Membros. São nessas searas em que se encontra a supranacionalidade do bloco. Tais competências estão previstas no art. 3º do TFUE. São elas: a) União aduaneira; b) Estabelecimento das regras de concorrência necessárias ao funcionamento do mercado interno; c) Política monetária para os Estados-Membros cuja moeda seja o euro; d) Conservação dos recursos biológicos do mar, no âmbito da política comum das pescas; e) Política comercial comum. UNIÃO EUROPEIA. Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia: versão consolidada. **Jornal Oficial da União Europeia**, Bruxelas, 26 out. 2012. p. 5. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:12012E/TXT&from=PT>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

Associação. Isto fica evidente nas Estratégias Regionais desenvolvidas pela Comissão para os anos 2002 a 2006 e de 2007 a 2013, que faziam extensa avaliação das condições em que o Mercosul se encontrava e identificavam os pontos em que a UE deveria focar sua cooperação com o bloco sulino. Sempre foram considerados pontos fundamentais apoiar a institucionalização e fortalecer a integração do Mercosul.

Como visto, as negociações do Acordo de Associação já se estendem por mais de uma década e não há uma previsão de quando o acordo será celebrado e se, ao menos, ele será celebrado. Sua importância tem sido constantemente exaltada tanto pelos líderes políticos quanto por setores do empresariado de ambos os países. Obviamente, existem as exceções, que são justamente aqueles que terão perdas imediatas com a implementação do acordo, como os empresários do setor automobilístico argentino e os agricultores europeus. Ao longo das negociações, verificou-se que vários fatores as influenciaram. Sem querer esgotar este rol de fatores, o presente trabalho buscou analisar algumas dessas variáveis e tecer algumas considerações a seu respeito. Pode-se concluir que, das variáveis analisadas, as que apresentaram maior relevância para o estado de pendência em que se encontram as negociações foram o desequilíbrio da oferta dos blocos e a PAC da UE. Muito embora a questão relacionada à baixa institucionalidade do Mercosul seja matéria que preocupe a UE, ela não está entre os fatores que impediram a continuidade das negociações. Por fim, a ALCA e os EUA se apresentaram mais como parâmetros para a UE, que não estava disposta a concluir um acordo que fosse menos abrangente que o bloco americano.

É interessante observar que a disponibilidade de fontes seguiu a mesma sorte das negociações. De 2000 a 2004, quando se tinham fortes esperanças de se fechar um acordo em curto espaço de tempo, não apenas os jornais e a academia se debruçavam com regozijo sobre o tema, como também eram vastos os informes oficiais sobre as negociações. Essa abundância, no entanto, expiou, conforme a empreitada padecia. Agora, a ampulheta das negociações parece estar anunciando o fim. Muitos pensam que é a hora de lamentar o árduo trabalho sem resultados tangíveis; penso o contrário: talvez seja o momento de virar essa redoma e experimentar novas estratégias. Impasses surgem, é certo, mas lá estão para serem superados. Afinal, a arte da superação é o múnus dos negociadores.

REFERÊNCIAS

ABREU, Sérgio; FLORENCIO, Lima. Mercosul e política externa brasileira. NAFTA e comércio exterior mexicano. Crises e desafios. **Política Externa**, v. 23, n. 3, 2015.

ACORDO GERAL sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT 1947). Genebra, 30 out. 1947. Genebra. Disponível em:
<https://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/gatt47_01_e.htm>. Acesso em: 4 out. 2015.

ACORDO-QUADRO Inter-Regional de Cooperação entre a Comunidade Européia e os seus Estados-Membros e o Mercosul e os seus Estados-Partes. Madrid, 15 dez. 1995. Disponível em:
<<http://ec.europa.eu/world/agreements/prepareCreateTreatiesWorkspace/treatiesGeneralData.do?step=0&redirect=true&treatyId=405>>. Acesso em: 26 set. 2015.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. O desenvolvimento do Mercosul: progressos e limitações. **Revista Espaço da Sophia**, v. 5, n. 43-44, p. 63-79/143-170, 2011. Disponível em:
<<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/2258MSulDesenvHist.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2015.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Sovereignty and Regional Integration in Latin America: A Political Conundrum? **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro v. 35, n. 2, p. 471-495, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/Artigo%206.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2015.

AMORIM, Celso. Início de uma política externa ativa e ativa. In: BERRON, G; MARINGONI, G.; SCHUTTE, G. R.. **2003-2013: uma nova política externa**. Tubarão: Ed. Copiart, 2014. p. 31-51.

APEC. **About APEC**. Disponível em: <<http://www.apec.org/About-Us/About-APEC.aspx>>. Acesso em: 6 out. 2015.

ARGENTINA'S behaviour' main obstacle for EU/Mercosur trade talks says Brussels. **Mercopress**, 14 dez. 2012. Disponível em: <<http://en.mercopress.com/2012/12/14/argentina-s-behaviour-main-obstacle-for-eu-mercosur-trade-talks-says-brussels>>. Acesso em: 4 nov. 2015.

ASSUNÇÃO, Alice. Principal ganho para o Brasil com acordo entre Mercosul e UE é a saída do isolamento comercial, diz embaixador Rubens Barbosa na Fiesp. **Portal Fiesp**, 25 set. 2013. Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/noticias/principal-ganho-para-o-brasil-com-acordo-entre-mercosul-e-ue-e-a-saida-do-isolamento-comercial-diz-embaixador-rubens-barbosa-na-fiesp/>>. Acesso em: 5 nov. 2015.

ATA para a integração brasileiro-argentina. 29 jul. 1986. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1986/b_30/at_download/arquivo>. Acesso: 27 jan. 2016.

BAHADIAN, Adhemar G.; LYRIO, Mauricio Carvalho. Alca: um depoimento da co-presidência brasileira. **Política Externa**, v. 14, n. 3, 2005.

BALDOCK, D. et al. **Recent evolution of the EU Common Agricultural Policy (CAP): state of play and environmental potential**. MEACAP, 2005. Documento nº MEACAP WP6 D4b. Disponível em: <http://www.ieep.eu/assets/224/WP6D4B_CAP.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2015.

BARBOSA, Rubens. Perspectivas da Alca. **Política Externa**, v. 13, n. 2, 2004.

BERNAL-MEZA, Raúl. Argentina y Brasil en la Política Internacional: regionalismo y Mercosur (estrategias, cooperación y factores de tensión). **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 51, n. 2, p. 154-178, dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292008000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 nov. 2015.

BID. **Informe Mercosul**, Buenos Aires v. 1, n. 1, jul./dez. 1996. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/handle/11319/2539?locale-attribute=pt>>. Acesso em: 26. Set. 2015.

BID. **Informe Mercosul**, Buenos Aires, v. 2, n. 2, jan./jun. 1997. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/handle/11319/2602?locale-attribute=pt>>. Acesso em 26 set. 2015.

BID. **Informe Mercosul**, Buenos Aires v. 2, n. 3, jul./dez. 1997. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/handle/11319/2604?locale-attribute=pt>>. Acesso em: 1 out. 2015.

BID. **Informe Mercosul**, Buenos Aires v. 3, n. 4, jan./jun. 1998. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/handle/11319/2606?locale-attribute=pt>>. Acesso em: 1 out. 2015.

BID. **Informe Mercosul**, Buenos Aires v. 4, n. 5, jan./jun. 1999. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/handle/11319/2608?locale-attribute=pt>>. Acesso em: 1 out. 2015.

BID. **Informe Mercosul**: Apêndice, Buenos Aires v. 5, n. 6, 1999-2000. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/handle/11319/2609>>. Acesso em: 4 out. 2015.

BID. **Informe Mercosul**. Buenos Aires, v. 6, n. 7, 2001. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/handle/11319/2611?locale-attribute=pt>>. Acesso em: 6 out. 2015.

BID. **Informe Mercosul**. Buenos Aires, v. 7, n. 8, 2002. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/handle/11319/2611?locale-attribute=pt>>. Acesso em: 8 out. 2015.

BARBOZA, Mario Gibson. **Na diplomacia, o traço todo da vida**. Rio de Janeiro: Record, 1992.

BAUN, Michael J.. The Maastricht Treaty as High Politics: Germany, France, and European Integration. **Political Science Quarterly**, v. 110, n. 4, p. 605-624, 1995-96. Disponível em:

<http://homes.ieu.edu.tr/~aburgin/IREU%20438%20Policy%20Making%20in%20the%20EU/Additional%20Readings/Additional%20Reading%20for%20students/Baun_The%20Maastricht%20Treaty%20as%20High%20Politics%20Germany%20France%20and%20European%20Integration.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2016.

BRASIL. Decreto nº 1.091, de 9 de maio de 1996. Promulga o Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do MERCOSUL (Protocolo de Ouro Preto), de 17 de dezembro de 1994. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 maio 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1901.htm>. Acesso em: 29 set. 2015.

BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado Luiz. **História da Política Exterior do Brasil**. 4. ed. revista e ampliada. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

CARCIOFI, Ricardo; NOGUEIRA, Uziel (ed.). **Informe MERCOSUL 10**. Buenos Aires: BID-INTAL, 2006. Disponível em: <<http://www.iadb.org/pt/publicacoes/detalhes,7101.html?id=8431&dcType=All>>. Acesso em: 17 out. 2015.

CÂMARA, Marcelo P. S.. **A Política Externa Alemã na República de Berlim De Gerhard Schröder a Angela Merkel**. Brasília: Funag, 2013.

CANDEAS, Alessandro Warley. Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 48, n. 1, p. 178-213, jun. 2005.

CANTORE, Nicola; KENNAN, Jane; PAGE, Sheila. **CAP reform and development: Introduction, reform options and suggestions for further Research**. Londres: Overseas Development Institute, 2011. Disponível em: <<http://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/7245.pdf>>. Acesso em: 1 nov. 2015.

CARÍSIO, Maria Clara Duclos. **A política agrícola comum e seus efeitos sobre o Brasil**. Brasília: Funag, 2006.

CASTAÑEDA, Jorge G.. Morning in Latin America: The Chance for a New Beginning. **Foreign Affairs**, v. 87, n. 5, p. 126-139, set./out. 2008.

CASTAÑEDA, Jorge G.. The Forgotten Relationship. **Foreign Affairs**, v. 82, n. 3, p. 67-81, maio 2003.

CAVALCANTI, Flávia Guerra; TREIN, Franklin. Uma análise crítica do acordo de associação estratégica entre a União Européia e a América Latina e o Caribe – A Cúpula de Viena. **Rev. Bras. Polít. Int.**, v. 50, n. 1, p. 66-85, 2007.

CEPAL. **ARGENTINA: PERFIL NACIONAL ECONÓMICO**, 2015. Disponível em: <http://interwp.cepal.org/cepalstat/WEB_cepstat/Perfil_nacional_economico.asp?Pais=ARG&idioma=e>. Acesso em: 11 out. 2015.

CERVO, Amado Luiz. **Relações Internacionais da América Latina**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

CHAPMAN, Anthony. Free Trade in Latin America and the Caribbean. **Parliamentary Research Branch**, n. 372, jan. 1994. Disponível em:

<<http://publications.gc.ca/collections/Collection-R/LoPBdP/BP-e/bp372-e.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2015.

CHIAPPINI, Carolina Gomes; VIEIRA, Luciane Klein. Análise do sistema de aplicação das normas emanadas dos órgãos do Mercosul nos ordenamentos jurídicos internos dos Estados Partes. **Direito Público e Integração**, Aracaju, v. 1, n. 1, p. 15-35, 2009. Disponível em:

<http://www.jfse.jus.br/revista/Revista_01_corpo.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2015.

CMC. **Decisão °5/95**. Assunção, 5 ago. 1995. Disponível em:

<http://www.mercosur.int/msweb/Portal%20Intermediario/Normas/normas_web/Decisiones/PT/Dec_005_095_Negoc%20Uni%C3%A3o%20Europ%C3%A9ia_At%201_95.PDF>.

Acesso em: 26 de set. 2015.

CMC. **Decisão nº 63/10**: Alto Representante-Geral do Mercosul. Foz do Iguaçu, 16 dez.

2010. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/multilaterais/decisao-cmc-no-63-10-alto-representante-geral-do-mercosul/>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

CNI. Defesa comercial e o acordo Mercosul-União Europeia. **Observatório de Defesa Comercial**, v. 2, n. 2, jul. 2013. Disponível em:

<http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_24/2013/12/16/422/20131216093849798250o.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2015.

COMISIÓN EUROPEA. **Comunicado de Prensa**: oferta de negociacion de la UE.

Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/MER_EU_e.asp> Acesso em: 8 out. 2015.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. **COM (94) 428 final**. Bruxelas, 10 nov. 1994. Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu. Para o Reforço da Política da União Europeia em Relação ao Mercosul. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:51994DC0428&from=EN>>. Acesso em: 26 set. 2015.

CONSELHO EUROPEU. **Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Corfu**.

Corfu, 25 jun. 1994. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/summits/cor1_pt.htm>. Acesso em: 25 set. 2015.

CONSELHO EUROPEU. **Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Essen**.

Essen, 10 dez. 1994. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/summits/ess1_pt.htm>. Acesso em: 25 set. 2015.

CONSELHO EUROPEU. **Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Laeken**.

Laeken, 15 dez. 2001. Disponível em:

<http://www.europarl.europa.eu/summits/pdf/lae2_pt.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2016.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. **IV EU-Mercosur Summit Joint Communiqué**.

Madrid, 17 maio 2010. Disponível em:

<http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/er/114486.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2015.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. **EU-MERCOSUR Ministerial Meeting: Joint Communiqué**. Bruxelas, 13 maio 2006. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/ministerial_May2006_e.pdf>. Acesso em: 24 out. 2015.

CRAMON-TAUBADEL, Stephan von; TANGERMANN, Stefan. **Agricultural Policy in the European Union: An Overview**. Gotinga: Department für Agrarökonomie und Rurale Entwicklung, 2013. (Texto para discussão 1302). Disponível em: <<https://www.uni-goettingen.de/de/document/download/468756dd26772ba40606fb7034c7995d.pdf/Diskussionsbeitrag-1302.pdf>>. Acesso em: 1 nov. 2015.

CUNHA, A. C. C.; TORRES DE CARVALHO, F. A.. Acordo de Associação Inter-Regional Mercosul – União Europeia: entraves à aprovação e perspectivas futuras. **SÉCULO XXI**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 107-133, Jul./Dez. 2013. Disponível em: <<http://sumario-periodicos.espm.br/index.php/seculo21/article/viewFile/1870/145>>. Acesso em: 1 out. 2015.

CUNHA, André Moreira; FERRARI, Andrés. As origens da crise argentina: uma sugestão de interpretação. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 47-80, ago. 2008.

DECLARAÇÃO dos Presidentes do Mercosul com Relação à União Europeia. Buenos Aires, 5 ago. 1994. Disponível em <http://www.mercosur.int/t_generic.jsp?contentid=4677&site=1&channel=secretaria>. Acesso em: 25 set. 2015.

DECLARATION of Guadalajara. Guadalajara, 29 maio 1994. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/intcoop/eurolat/key_documents/summits_eu_alc/iii_2_5_2004_guadalajara_en.pdf>. Acesso em: 22 out. 2015.

DE GUCHT, Karel. **The New EU Trade Policy**. Bruxelas, 4 fev. 2015. Discurso proferido no Comitê Econômico e Social Europeu. Disponível em: <http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2013/january/tradoc_150244.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2015.

DELEGAÇÃO PERMANENTE DO BRASIL JUNTO À ALADI E AO MERCOSUL. **Carta de Montevidéu nº 4**. Montevidéu, mar. 2008. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/publicacoes/ eventos/carta-de-montevidéu/carta-de-montevidéu-04>>. Acesso em: 2 Nov. 2015.

DELEGAÇÃO PERMANENTE DO BRASIL JUNTO À ALADI E AO MERCOSUL. **Carta de Montevidéu nº 5**. Montevidéu, maio 2008. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/publicacoes/ eventos/carta-de-montevidéu/carta-de-montevidéu-05>>. Acesso em: 2 Nov. 2015.

DELEGAÇÃO PERMANENTE DO BRASIL JUNTO À ALADI E AO MERCOSUL. **Carta de Montevidéu nº 11**. Montevidéu, dez. 2009. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/publicacoes/ eventos/carta-de-montevideu/carta-de-montevideu-11>>. Acesso em: 2 Nov. 2015.

DELEGAÇÃO PERMANENTE DO BRASIL JUNTO À ALADI E AO MERCOSUL.

Carta de Montevideu nº 12. Montevideu, maio 2010. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/publicacoes/ eventos/carta-de-montevideu/carta-de-montevideu-12>>. Acesso em: 2 Nov. 2015.

DELEGAÇÃO PERMANENTE DO BRASIL JUNTO À ALADI E AO MERCOSUL.

Carta de Montevideu nº 13. Montevideu, ago. 2010. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/publicacoes/ eventos/carta-de-montevideu/carta-montevideu-13>>. Acesso em: 2 Nov. 2015.

DELEGAÇÃO PERMANENTE DO BRASIL JUNTO À ALADI E AO MERCOSUL.

Carta de Montevideu nº 14. Montevideu, nov. 2010. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/informativo-da-delegacao-permanente-do-brasil-junto-ao-mercosul-e-a-aladi/informativo-da-delegacao-permanente-do-brasil-junto-ao-mercosul-e-a-aladi>>. Acesso em: 2 Nov. 2015.

DELEGAÇÃO PERMANENTE DO BRASIL JUNTO À ALADI E AO MERCOSUL.

Carta de Montevideu nº 16. Montevideu, abr. 2011. p. 6-7. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/publicacoes/ eventos/carta-de-montevideu/carta-montevideu-16>>. Acesso em: 2 Nov. 2015.

DÉLÉGATION DE L'ASSEMBLÉE NATIONALE POUR L'UNION EUROPÉENNE.

Rapport d'information sur les relations entre l'Union européenne et le Mercosur. **Assemblée Nationale**, Paris, n. 2269, 22 mar. 2000. Disponível em <<http://www.assemblee-nationale.fr/europe/rap-info/i2269.pdf>>. Acesso em: 4 out. 2015.

DIAS, Bernadete de Figueiredo. Acordo sobre agricultura: a cláusula de paz e as perspectivas futuras. **Rev. Fac. Direito Univ. São Paulo**, São Paulo, v. 99, p.683-706, 1 jan. 2004.

Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67641>>. Acesso em: 1 nov. 2015.

DILMA assume presidência do Mercosul. **Portal Brasil**, 17 dez. 2014. Disponível em:

<<http://www.brasil.gov.br/governo/2014/12/dilma-assume-presidencia-do-mercosul>>. Acesso em: 5 nov. 2015.

DIRECTORATE FOR AGRICULTURE AND RURAL DEVELOPMENT. **CAP expenditure.**

European Union, 2015. Disponível em: <http://ec.europa.eu/agriculture/cap-post-2013/graphs/graph1_en.pdf>. Acesso em: 22 out. 2015.

DOMÍNGUEZ, Jorge I. Us-Latin American relations during the Cold War and its aftermath.

In: BULMER-THOMAS, Victor; DUNKERLEY, James (Ed.). **The United States and Latin**

America: The New Agenda. Londres: Institute of Latin American Studies, 1999. Cap. 2. p. 33-50.

DORATIOTO, Francisco. O Brasil no Mundo. In: CARVALHO, José Murilo de; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **A Abertura para o Mundo: 1889-1930**, v.3. São Paulo: Objetiva, 2012. Cap. 3. p. 133-171. (História do Brasil Nação: 1808-2010).
DORATIOTO, Francisco. **O Brasil no Rio Prata (1822-1994)**. Brasília: FUNAG, 2014.
ESCUDE, Carlos; CISNEROS, Andrés (Ed.). **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina: La integración regional: El Tratado de la Cuenca del Plata (abril de 1969)**. 2000. O trabalho em questão foi desenvolvido por uma equipe composta por dois diretores, quatro colaboradores primários e oito colaboradores secundários. Disponível em: <<http://www.argentina-rree.com/9/9-025.htm>>. Acesso em: 26 jan. 2016.

EL ACUERDO marco interregional de cooperación CE-Mercosur. 4 maio 2007. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/ES/TXT/?uri=URISERV:r14013>>. Acesso em: 27 set. 2015.

ESTEVADEORDAL, Antoni; DEVLIN, Robert; KRIVONOS, Ekaterina. The trade and cooperation nexus: how does the Mercosur-EU process measure up? **INTAL-ITD-STA**, Buenos Aires, n. 22, 2003. Disponível em: <<http://www.iadb.org/wmsfiles/products/publications/documents/35294547.pdf>>. Acesso em: 1 out. 2015.

EU-MERCOSUR Ministerial meeting: joint communique. Luxemburgo, 26 maio 200. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/ministerial_may2005_e.pdf>. Acesso em: 24 out. 2015.

EUROPEAN COMMISSION DIRECTORATE-GENERAL FOR TRADE. **European Commission proposes relaunch of trade negotiations with Mercosur countries**. Bruxelas, 4 maio 2010. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/EU_relaunch_052010_e.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2015.

EUROPEAN COMMISSION. **Agricultural trade in 2012: A good story to tell in a difficult year?** Bruxelas: European Communities, 2013. Disponível em: <http://ec.europa.eu/agriculture/trade-analysis/map/2013-1_en.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2015.

EUROPEAN COMMISSION. **Eighth meeting of the European Union - Mercosur Bi-regional Negotiations Committee**. Brasília, 14 nov. 2002. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/CNB_8_e.pdf>. Acesso em: 13 out. 2015.

EUROPEAN COMMISSION. **Eleventh meeting of the European Union - Mercosur Bi-regional Negotiations Committee**. Bruxelas, 5 dez. 2003. Disponível em: <http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2003/december/tradoc_115033.pdf>. Acesso em: 22 out. 2015.

EUROPEAN COMMISSION. **EU and Mercosur accelerate negotiations towards free trade**. Bruxelas, 5 mar. 2003. Disponível em:

<http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2003/november/tradoc_114124.pdf>. Acesso em: 19 out. 2015.

EUROPEAN COMISSION. **EU-Mercosur: EU presents its completed offer to Mercosur in on-going trade talks**. Bruxelas, 29 set. 2004. Disponível em: <http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2004/september/tradoc_119163.pdf>. Acesso em: 17 out. 2015.

EUROPEAN COMISSION. **EU – MERCOSUR, XXII Meeting of the Bi-Regional Negotiations Committee**. Bruxelas, 8 jul. 2011. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/XXII_BNC_e.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2015.

EUROPEAN COMISSION. **First Meeting of the EU-Mercosur biregional negotiations committee**. Buenos Aires, 7 abr. 2000. Disponível em: http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/CNB_1_e.pdf. Acesso em: 4 out. 2015.

EUROPEAN COMISSION. **Fifth meeting of the European Union - Mercosur Biregional Negotiations Committee**. Montevideu, 6 jul. 2001. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/CNB_5_e.pdf>. Acesso em: 8 out. 2015.

EUROPEAN COMISSION. **Fourth meeting of the EU-Mercosur biregional negotiations committee**. Bruxelas, 22 mar. 2001. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/CNB_4_e.pdf>. Acesso em: 6 out. 2015.

EUROPEAN COMISSION. **Joint EU-Mercosur Communiqué Following the XXVIIth Round of Negotiations**. Bruxelas, 27 mar. 2017. Disponível em: <<http://trade.ec.europa.eu/doclib/press/index.cfm?id=1639>>. Acesso em: 20 out. 2017.

EUROPEAN COMMISSION. **Mercosur-European Community regional strategy paper 2002-2006**. 10 set. 2002. Disponível em: <http://eeas.europa.eu/mercosur/rsp/02_06_en.pdf>. Acesso em: 19 out. 2015.

EUROPEAN COMMISSION. **Mercosur-European Community regional strategy paper 2007-2013**. 2 ago. 2007. Disponível em: <http://eeas.europa.eu/mercosur/rsp/07_13_en.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2015.

EUROPEAN COMISSION. **Ninth meeting of the European Union - Mercosur Bi-regional Negotiations Committee**. Bruxelas, 21 mar. 2003. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/CNB_9_e.pdf>. Acesso em: 13 out. 2015.

EUROPEAN COMISSION. **Second meeting of Heads of State and of Government of the European Union and of Mercosur**. Madrid, 17 maio 2002. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/Madrid2002_e.pdf>. Acesso em: 18 out. 2015.

EUROPEAN COMMISSION. **Second Meeting of the European Union - Mercosur biregional negotiations committee**. Bruxelas, 16 jun. 2000. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/CNB_2_e.pdf>. Acesso em: 5 out. 2015.

EUROPEAN COMMISSION. **Seventeenth meeting of the European Union - Mercosur Bi-regional Negotiations Committee**. Buenos Aires, 2 jul. 2010. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/BuenosAires2010_e.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2015.

EUROPEAN COMMISSION. **Seventh meeting of the European Union - Mercosur Bi-regional Negotiations Committee**. Buenos Aires, 11 abr. 2002. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/CNB_8_e.pdf>. Acesso em: 18 out. 2015.

EUROPEAN COMMISSION. **Tenth meeting of the European Union - Mercosur Bi-regional Negotiations Committee**. Assunção, 27 jun. 2003. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/CNB_9_e.pdf>. Acesso em: 14 out. 2015.

EUROPEAN COMMISSION. **Third meeting of the EU-Mercosur Biregional Negotiations Committee**. Brasília, 10 nov. 2000. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/CNB_2_e.pdf>. Acesso em: 6 out. 2015.

EUROPEAN COMMISSION. **Thirteenth meeting of the European Union - Mercosur Bi-regional Negotiations Committee**. Bruxelas, 7 maio 2004. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/CNB_9_e.pdf>. Acesso em: 17 out. 2015.

EUROPEAN Community Treaty. Roma, 25 mar. 1957. Disponível em: <<http://lawvolumes.dwp.gov.uk/docs/a9-1001.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

EUROPEAN Parliament calls for speeding EU/Mercosur trade negotiations. **Mercopress**, 17 jan. 2013. Disponível em: <<http://en.mercopress.com/2013/01/17/european-parliament-calls-for-speeding-eu-mercotur-trade-negotiations>>. Acesso em: 4 nov. 2015.

EUROPEAN UNION EXTERNAL ACTION. **Treaties Office Database**. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/world/agreements/searchByCountryAndContinent.do?id=4&letter=A>>. Acesso em: 26 set. 2015.

EUROPEAN UNION. **The Common Agriculture Policy: a history to be continued**. Luxemburgo: Escritório de Publicações da União Europeia, 2012. Disponível em: <http://ec.europa.eu/agriculture/50-years-of-cap/files/history/history_book_lr_en.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2015.

EU TRADE Commissioner to discuss Mercosur negotiations in Paraguay and Uruguay. Bruxelas, 4 fev. 2011. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/Meetings_11_e.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2015.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. H. R. 3005 (107th), de 6 de dezembro de 2001. To extend trade authorities procedures with respect to reciprocal trade agreements. **Bipartisan Trade Promotion Authority Act of 2002**. Washington, 28 fev. 2002. Disponível em: <<https://www.govtrack.us/congress/bills/107/hr3005/text/rs>>. Acesso em: 30 out. 2015.

FARRACHA DE CASTRO, C. A.; GOMES, E. B.; PETRI, J. L.. Relações internacionais no Direito Constitucional do Mercosul: a supranacionalidade e a questão da recepção dos tratados. In: BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Org.). **Elementos de direito internacional público**. Barueri: Manole, 2003. Cap. 4. p. 95-123.

FERGUSON, Ian F.. **Trade Promotion Authority (TPA) and the Role of Congress in Trade Policy**. Washington: CRS, 2015. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/misc/RL33743.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2015.

FILIPPA, Susana (coord.). **Informe Mercosul nº 15**. Buenos Aires: BID-INTAL, 2010. p. 134-135. Disponível: <<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=33037750>> Acesso em: 2 nov. 2015.

FILIPPA, Susana (coord.). **Informe MERCOSUL nº 18**. Buenos Aires: BID-INTAL, 2014. Disponível em: <<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=38670814>>. Acesso em: 4 nov. 2015.

FIORI, José Luís da Costa *et al.* Integrando desiguais: assimetrias estruturais e políticas de integração no Mercosul. In: ACIOLY, Luciana; CINTRA, Marcos Antônio Macedo (Ed.). **Inserção internacional brasileira: temas de política externa**, v.1. Brasília: IPEA, 2010. Cap. 8. p. 277-325. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3275/1/livro03_insercaointernacional_vol1.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2015.

FRIEDRICH, T. S.; GUIMARÃES, G. A.. Ensaio de integração: Brasil e Argentina no século XX, pontos de aproximação e de afastamento até a formação do Mercosul. **Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 115-139, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/9592>>. Acesso em: 26 jan. 2015.

FTAA. **Antecedents of the FTAA Process**. Disponível em: <http://www.ftaa-alca.org/View_e.asp>. Acesso em: 27 out. 2015.

GATT. **Ata Final que Incorpora os Resultados das Negociações Comerciais Multilaterais da Rodada do Uruguai**. Marraqueche, 15 abr. 1994. Marraqueche. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/anexo/and1355-94.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2015.

GOMES, Eduardo Biacchi. A supranacionalidade e os blocos econômicos. **Revista da Faculdade de Direito da UFPR**, Curitiba, v. 38, p. 169-138, 2003. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/direito/article/view/1767/1464>>. Acesso em 30 set. 2015.

GOSMAN, Eleonora. Se trabó la negociación entre el Mercosur y la Unión Europea. **Clarín**, 13 dez. 2013. Disponível em: <http://www.clarin.com/politica/trabo-negociacion-Mercosur-Union-Europea_0_1046895392.html>. Acesso em: 5 nov. 2015.

GUERREIRO, Ramiro Saraiva. Lembranças de um empregado do Itamaraty. São Paulo: Siciliano, 1992.

HAKIM, Peter. The Uneasy Americas. **Foreign Affairs**, v. 80, n. 2, p. 46-61, mar./abr. 2001.

HOFFMANN, Andrea Ribeiro. **The foreign policy behaviour of the European Union towards the Latin American Southern Cone States (1980-2000): has it become more cooperative? The cases of foreign direct investment and agricultural trade**. 2003. 248 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Universität Tübingen, Tübingen, 2003. Disponível em: <<http://d-nb.info/968850898/34>>. Acesso em: 01 out. 2015.

INOCALLA, Ganesh. **A participação do Brasil nas negociações agrícolas da Rodada Doha da OMC na era Lula (2003-2010): uma análise da coerência entre os princípios gerais da política externa e a atuação do Brasil**. 2013. 153 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, UNB, Brasília, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/13505>>. Acesso em: 4 nov. 2015.

INVESTOPEDIA. **Standstill Agreement**. Disponível em: <http://www.investopedia.com/terms/s/standstill_agreement.asp?adtest=term_page_v14_v2>. Acesso em: 6 out. 2015.

JIMÉNEZ, Carla; PÉREZ, Claudi. Mercosul pressiona União Europeia para avançar com acordo bilateral. **El País**, São Paulo/Bruxelas, 10 jun. 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/11/politica/1433979885_736329.html>. Acesso em: 5 nov. 2015.

JOINT Communiqué: Mercosur-EU negotiator meeting at ministerial level. Bruxelas, 2 set. 2005. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/ministerial_September2005_e.pdf>. Acesso em: 24 out. 2015.

JOINT Declaration on political dialogue between the European Union and Mercosur. Madrid, 15 dez 1995. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/ministerial_october2004_e.pdf>. Acesso em: 22 out. 2015.

HIRST, Mônica. América Latina-EUA em tempos de pós-Guerra Fria. **REVISTA USP**, São Paulo, n. 84, p. 24-37, dez./fev. 2009-2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/13782/15600>> Acesso em: 25 out. 2015.

KATZ, Peter. The Treaty of Nice and the European Union: the Political, Economic and Social Consequences of Ratifying the Treaty of Nice. **U. Pa. J. Int'l Econ. L.**, v. 24, n. 1, p. 225-262, 2003. Disponível em: <[https://www.law.upenn.edu/journals/jil/articles/volume24/issue1/Katz24U.Pa.J.Int'lEcon.L.25\(2003\).pdf](https://www.law.upenn.edu/journals/jil/articles/volume24/issue1/Katz24U.Pa.J.Int'lEcon.L.25(2003).pdf)>. Acesso em: 31 jan. 2015.

KILJUNEN, Kimmo. **The European Constitution in the Making**. Bruxelas: Centre for European Policy Studies, 2004. Disponível em: <<http://aei.pitt.edu/32581/>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

KLINGL, Bernard J. L. de G.. **A evolução do processo de tomada de decisão na União Europeia e sua repercussão para o Brasil**. Brasília: Funag, 2014.

KLOM, Andy. **Association negotiations between the Mercosur and the European Union: Rivalling Western Hemisphere integration or supporting Southern Cone integration?** Bruxelas: Comissão Europeia, 2000. Disponível em: <<http://www.cap.lmu.de/transatlantic/download/Klom.PDF>>. Acesso em: 5 out. 2015.

LAFER, Celso. Descaminhos do Mercosul – a suspensão da participação do Paraguai e a incorporação da Venezuela: uma avaliação crítica da posição brasileira. **Política Externa**, v. 21, n. 3, 2013.

LAMY, Pascal. **Meeting EU-Mercosur**: opening remarks by EU Trade Commissioner Pascal Lamy. Rio de Janeiro, 23 jul. 2002. Disponível em: <http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2004/september/tradoc_118860.pdf>. Acesso em: 19 out. 2015.

LANZANA, Antonio Evaristo Teixeira. O setor externo da economia brasileira. In: PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio S. de. **Manual de Economia**, 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2006. Cap. 24, p. 461-482.

LAVAGNA, Roberto. Comércio Exterior e Política Comercial no Brasil e na Argentina: uma evolução comparada. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro; LLADÓS, José Maria (Org.). **Perspectivas Brasil e Argentina**, V. I. Rio de Janeiro: Funag, 1997. p. 267-297.

LOWENTHAL, Abraham F.. Os Estados Unidos e a América Latina: além da Era Reagan. **Lua Nova**, São Paulo, n. 18, p. 41-61, ago. 1989. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n18/a04n18.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2015.

LUQUINI, Roberto de Almeida. **La asociación interregional entre el Mercosur y la Unión Europea**: balance y perspectivas. 2003. 535 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Universitat de València, Valencia, 2003. Disponível em: <<http://www.tesisenred.net/bitstream/handle/10803/9687/almeida.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 4 out. 2015.

MALAMUD, Carlos. Las Relaciones entre la Unión Europea y América Latina en el Siglo XXI: Entre el Voluntarismo y la Realidad. **Plataforma Democrática**, n. 6, jul. 2010. Disponível em: <<http://eulacfoundation.org/es/system/files/Las%20relaciones%20entre%20la%20Union%20Europea%20en%20el%20siglo%20XXI%20entre%20el%20voluntarismo%20y%20la%20realidad.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2015.

MATA, J. B.; MOLINA DEL POZO, C. F.. La distribución de competencias en el nuevo diseño de la Unión Europea: del Acta Única Europea al Tratado de Lisboa. **Revista Facultad de Derecho y Ciencias Políticas**, Medellín, v. 43, n. 118, p. 15-59, jan./jun. 2013. Disponível

em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/rfdcp/v43n118/v43n118a02.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2015.

MDIC. **Intercâmbio comercial brasileiro**: Países e Blocos Econômicos. Brasília. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=576>>. Acesso em: 5 nov. 2015.

MDIC. **Legislação**: Mercosul/União Europeia. Brasília. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/legislacao/9-assuntos/categ-comercio-exterior/1566-mercosul-uniao-europeia>>. Acesso em: 19 ago. 2017.

MEBF. **MEBF Luxembourg Declaration**. Luxemburgo, 31 jan. 2005. Luxemburgo. Disponível em: <http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2005/february/tradoc_121351.pdf>. Acesso em: 24 out. 2015.

MENEZES, Wagner. **Derecho Internacional em América Latina**. Brasília: Funag, 2010.

MERCOSUR – European Union Ministerial Meeting Joint Communiqué. Bruxelas, 11 jun. 2015. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/MER_EU_Joint_Comm_Jun_2015_e.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2015.

MERCOSUR – EU Joint communiqué on the XVI negotiating round, 10-14 October 2016. Bruxelas, 14 out. 2016. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/10thround_neg_e.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017.

MINISTERIAL Declaration of San Jose. São José, 19 mar. 1998. Disponível em: <http://www.ftaa-alca.org/Ministerials/SanJose/SanJose_e.asp>. Acesso em: 27 out. 2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Negociações MERCOSUL - União Europeia**. Brasília, 8 dez. 2010. Nota nº 712. <Disponível em: http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/Brasilia2010_e.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2012.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Reunião Ministerial MERCOSUL-União Europeia**. Santiago do Chile, 28 jan. 2013. Nota à imprensa nº 29. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/Jan2013_Ministerial_Meet_e.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2015.

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO DE ARGENTINA. **Información para la Prensa N°: 187/2004**. Buenos Aires, 21 maio 2004. Disponível em: <<http://www.mrecic.gov.ar/node/30945>>. Acesso em: 2 nov. 2015.

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES DE LA REPUBLICA DEL PARAGUAY. **Unión Europea y MERCOSUR reafirmaron compromiso por un Acuerdo Comercial equilibrado**. Assunção, 15 out. 2010. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/Brussels2010_s.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2015.

MONROE, James. **Seventh Annual Message (Monroe Doctrine) (December 2, 1823)**. Washington, 2 dez. 1823. Disponível em: <<http://millercenter.org/president/speeches/speech-3604>>. Acesso em: 23 out. 2015.

MORAVCSIK, Andrew. Negotiating the Single European Act: national interests and conventional statecraft in the European Community. **International Organizations**, v. 45, n.1, p. 19-56, 1991. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2706695?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 30 jan. 2016.

NIEBIESKIKWIAT, Natasha. Merkel presionó por un acuerdo con el Mercosur y Cristina puso limites. **Clarín**, 27 jan. 2013. Disponível em: <http://www.clarin.com/politica/Merkel-presiono-acuerdo-Mercosur-Cristina_0_854914579.html>. Acesso em: 4 nov. 2015.

NOGUEIRA, Uziel; TACCONE, Juan J.. **Informe MERCOSUL 9**. Buenos Aires: BID-INTAL, 2004. Disponível em: <<http://www.iadb.org/pt/publicacoes/detalhes,7101.html?id=8444&dcType=All>>. Acesso em: 14 out. 2015.

OANDA. **Histórico Taxas de Câmbio**. Disponível em: <<http://www.oanda.com/lang/pt/currency/historical-rates/>>. Acesso em: 10 out. 2015.

OLIVEIRA; Alessandra Cavalcante de. **MERCOSUR E União Europeia: um estudo da evolução das negociações agrícolas**. 215 f. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, USP, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-31082012-121355/pt-br.php>>. Acesso em: 2 nov. 2015.

ONS, Álvaro; VAILLANT, Marcel. Winners and Losers in a Free Trade Area between The United States and MERCOSUR. **Woodrow Wilson Center Report on the Americas**, n. 14, p 111-170, set. 2003. Disponível em: <<https://mpira.ub.uni-muenchen.de/47315/>>. Acesso em: 24 out. 2015.

ØSTHUS, Kjersti Elisabeth. **The Trade Negotiations between the EU and Mercosur, 2000–2013**. 89 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Europeus) – Departamento de História e Estudos Clássicos, Norwegian University of Science and Technology, Trondheim, 2013. Disponível em: <http://brage.bibsys.no/xmlui/bitstream/handle/11250/243139/637979_FULLTEXT01.pdf?sequence=1>. Acesso em: 3 nov. 2015.

PALMER, David Scott. **U.S. Relations with Latin America during the Clinton Years: Opportunities Lost or Opportunities Squandered?** Gainesville: University Press of Florida, 2006.

PARANAGUÁ, Pedro (Coord.). **A revisão da lei de patentes: inovação em prol da competitividade nacional**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013.

PARKS, Ken. Repsol, Argentina Settle Energy Fight. **The Wall Street Journal**, 25 fev. 2014. Disponível em:

<<http://www.wsj.com/articles/SB10001424052702303880604579405282220218564>>.
Acesso em: 4 nov. 2015.

PEÑA, Felix. As qualidades de um Mercosul possível. **Política Externa**, v. 15, n. 3, 2007.

PEÑA, Felix. Uma perspectiva sobre o futuro do Mercosul. **Política Externa**, v. 20, n. 1, 2011.

PEREIRA, Ruy. O valor do Mercosul. **Política Externa**, v. 22, n. 3, 2014.

PEREIRA, Suzana Tavares. **Integração Mercosul-União Europeia: aspectos da negociação comercial - uma análise a partir da fonte de imprensa brasileira, 1999-2004**. 2006. 235 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Nacional de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em:
<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2383/1/dissertacao_SUZANA_TAVARES_PEREIRA.pdf>. Acesso em: 22 out. 2015.

PORTAL BRASIL. **Economia do Mercosul cresce 8% em 2010**. 28 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2011/06/economia-do-mercosul-cresce-8-em-2010>>. Acesso em: 2 nov. 2015.

PORTERFIELD, Matthew C.. U.S. Farm Subsidies and the Expiration of the WTO's Peace Clause. **U. Pa. J. Int'l L.**, Philadelphia, v. 27, n. 4, p. 999-1042, 2006. Disponível em: <<http://scholarship.law.upenn.edu/jil/vol27/iss4/2/>>. Acesso em: 1 nov. 2015.

PROTOCOLO de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, Bolívia e Chile. Ushuaia, 24 jul. 1998. Disponível em:
<http://www.mercosur.int/innovaportal/file/110/1/1998_protocolo_de_ushuaia-compromiso_democratico_port.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2015.

RAPPORT du Groupe de réflexion. Bruxelas, 5 dez. 1995. Disponível em:
<http://www.europarl.europa.eu/enlargement/cu/agreements/pdf/reflex1_fr.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2015.

REID, Michael. Obama and Latin America: a promising day in the neighborhood. **Foreign Affairs**, v. 94, n. 5, p. 45-53, set. 2015.

RICARD-NIHOUL, Gaëtane. Le Traité de Lisbonne: Relance d'un Traité ou Traité de la relance? **Notre Europe**, nov. 2007. Disponível em:
<http://www.institutdelors.eu/media/g_ricard-nihoul_-_traite_reformateur.pdf?pdf=ok>. Acesso em: 1 fev. 2016.

RUIZ, José Briceño. O Mercosul: reflexões sobre a crise de seu modelo de integração e seu relançamento. **Cadernos PROLAM/USP**, v.1, n. 6, p. 187-209, 2007. Disponível em:
<http://www.usp.br/prolam/downloads/2007_1_8.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2015.

NICÁCIO, Adriana. Recuperação das exportações para União Europeia depende de acordo comercial, diz CNI. **CNI**, 21 mar. 2014. Disponível em:
<<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/imprensa/2014/03/1,34730/recuperacao-das->

exportacoes-para-uniao-europeia-depender-de-acordo-comercial-diz-cni.html>. Acesso em: 5 nov. 2015.

SANTANDER, Sebastian. Entre la globalisation et le regionalisme: la strategie de cooperation inter-regionale union europeenne-Mercosur. In: SERGE, Jean-Jacques; SUR, Rcoche. **Annuaire français des relations internationales**. Bruxelas: Bruylant, 2001. p. 524-535. Disponível em: <<http://orbi.ulg.ac.be/handle/2268/16128>>.

SÁ PINTO, Messias de. As relações econômicas entre a União Europeia e a América Latina e a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). **Cadernos de Estudos Latino-Americanos**, n. 1, p. 11-43, 2006. Disponível em: <<http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/2312/1/11-43.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2015.

SARNEY, José. **ASSINATURA DO TRATADO DE INTEGRAÇÃO, COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**. 1988. Discurso proferido na ocasião da assinatura do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento entre Brasil e Argentina em 29 de novembro de 1988. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jose-sarney/discursos/1988/103.pdf/download>>. Acesso: 27 jan. 2016.

SAVINI, Marcos. As negociações comerciais entre o Mercosul e a União Europeia. **Rev. Bras. Polít. Int.**, Brasília, v. 44, n. 2, p. 109-125, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v44n2/a06v44n2.pdf>>. Acesso em: 1 out. 2015.

SCHWARZE, Jürgen. The development of the European Union from a common market to a political union. **Ritsumeikan Law Review**, n. 23, p. 91-98, 2006. Disponível em: <<http://www.ritsumei.ac.jp/acd/cg/law/lex/rlr23/SCHWARZE.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

SHENOY, Shravan G.. Treaty of Maastricht: A Positive Step towards Integration?. **Jindal Journal of International Affairs**, v. 2, n. 1, p. 1-19, 2012. Disponível em: <<http://www.jsia.edu.in/JJIA/PDF/Sharavan-TreatyofMaastricht.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

SILVA, Marcus Rector Toledo. **Mercosul e personalidade jurídica internacional**: as relações externas do bloco sub-regional pós-Ouro Preto. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

SOARES, Teixeira. Pontos de Fricção na América Latina. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 14, n. 55-56, 1971.

STATEMENT of the EU and MERCOSUR after the 4th round of negotiations on the future Association Agreement between both regions. Bruxelas, 18 mar. 2011. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/4thround_neg_e.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2015.

STATEMENT of the EU and MERCOSUR after the 5th round of negotiations on the future Association Agreement between both regions. Assunção, 6 maio 2011. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/5thround_neg_e.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2015.

STATEMENT of the EU and MERCOSUR after the 7th round of negotiations on the future Association Agreement between both regions. Montevideu, 11 nov. 2011. Disponível em:

<http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/XXIII_BCN_e.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2015.

SICE. Trade Policy Developments. 2015. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/tpd_e.asp>. Acesso em: 24 ago. 2017.

SILVA, Marcus Rector Toledo. Mercosul e personalidade jurídica internacional: as relações externas do bloco sub-regional pós-Ouro Preto. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

SIMONOFF, Alejandro. La política exterior de los gobiernos Kirchneristas y la tercera Posición. **Intellector**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.revistaintellector.cenegri.org.br/ed2008-09/alejandrosimonoff-site.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2015.

SOUZA, Nilo Araújo de. América Latina: as ondas da integração. **OIKOS**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 87-126, 2012. Disponível em: <<http://unila.edu.br/sites/default/files/files/SOUZA.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2015.

THE WORLD BANK. Data: GDP growth (annual %). 2017. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

TRAITÉ de Rome. Roma, 25 mar. 1957. Disponível em: <http://www.constitutioneu.eu/cariboost_files/trait_c3_a9_20de_20rome.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2015.

TRATADO de Assunção. Assunção, 26 mar. 1994. Disponível em: <http://www.cade.gov.br/internacional/Tratado_de_Assuncao.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2015.

TRATADO de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina. 29 nov. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D98177.htm>. Acesso: 28 jan. 2016.

TRATADO de la Unión Europea. Maastricht, 7 fev. 1992. Disponível em: <http://europa.eu/eu-law/decision-making/treaties/pdf/treaty_on_european_union/treaty_on_european_union_es.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2016.

TRAITÉ Instituant un Conseil Unique et Une Commission Unique des Communautés Européennes. Bruxelas, 8 abr. 1965. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:89b3b5b7-e861-4de6-b92c-7c280ca6d6fb.0002.01/DOC_1&format=PDF>. Acesso em: 30 jan. 2015.

TULCHIN, Joseph S. Los Estados Unidos y America Latina en la Década del 60. **Estudios Internacionales**, v. 21, n. 84, p. 462-497, out. 1988. Disponível em: <<http://www.revistaei.uchile.cl/index.php/REI/article/viewFile/15675/16148>>. Acesso em: 25 out. 2015.

UE exclui etanol e carne de oferta de acordo comercial com Mercosul. Folha de S. Paulo, São Paulo, 11 maio 2016. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/05/1770146-ue-exclui-etanol-e-carne-de-oferta-de-acordo-comercial-com-mercosul.shtml>>. Acesso em: 19 ago. 2017.

UNIÃO EUROPEIA. **Países**. 2016. Disponível em: <http://europa.eu/about-eu/countries/index_pt.htm>. Acesso em: 1 fev. 2016.

UNIÃO EUROPEIA. Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia: versão consolidada. **Jornal Oficial da União Europeia**, Bruxelas, 26 out. 2012. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:12012E/TXT&from=PT>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

UNIÃO EUROPEIA. Tribunal de Justiça da União Europeia. PARECER 2/15 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Tribunal Pleno). **InfoCuria - Jurisprudência do Tribunal de Justiça**, Luxemburgo, 16 maio 2017. Disponível em: <<http://curia.europa.eu/juris/document/document.jsf?text=&docid=190727&pageIndex=0&doclang=PT&mode=req&dir=&occ=first&part=1&cid=1365055>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

VARGAS, Everton Vieira. Átomos na Integração: a aproximação Brasil-Argentina no campo nuclear e a construção do MERCOSUL. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 40, n. 1, jun., 1997.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima. **As assimetrias entre o Mercosul e a União Europeia: os desafios de uma associação inter-regional**. Barueri: Manole, 2003.

VIDIGAL, Geraldo. Artigo 13. In: THORSTENSEN, Vera; OLIVEIRA, Luciana Maria de (Coord.). **Releitura dos Acordos da OMC como interpretados pelo Órgão de Apelação: Acordo Sobre Agricultura**. São Paulo: Vt Assessoria Consultoria e Treinamento Ltda, 2013. p. 84-90. Disponível em: <<http://ccgi.fgv.br/pt-br/node/140>>. Acesso em: 1 nov. 2015.

WELLE, Deutsche. Voo solo do Brasil pode gerar turbulência no Mercosul. **Carta Capital**, 17 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/voo-solo-do-brasil-com-a-ue-ameaca-gerar-turbulencia-no-mercosul-9951.html>>. Acesso em: 5 nov. 2013.

WELLS JR., Samuel F.; WELLS, Sherrill Brown. Shared Sovereignty in the European Union: Germany's Economic Governance. **Yale Journal of International Affairs**, v. 3, n. 2, p. 30-43, 2008. Disponível em: <http://yalejournal.org/pastissues_post/volume-3-issue-2-springsummer-2008/>. Acesso em: 30 jan. 2016.

WILLIAMSON, John. What Washington Means by Policy Reform. In: WILLIAMSON, John (Ed.). **Latin American Adjustment: How Much Has Happened?** Washington: Peterson Institute for International Economics, 1990.

WTO. **Disputle Settlement**: Dispute DS438. 26 jan. 2015. Disponível em: <https://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds438_e.htm> Acesso em: 4 nov. 2015.

WTO. **Disputle Settlement**: Dispute DS444. 17 ago. 2012. Disponível em: <https://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds443_e.htm> Acesso em: 4 nov. 2015.

WTO. **Doha WTO Ministerial 2001**: Ministerial Declaration. Doha, 14 nov. 2001. Disponível em: <https://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min01_e/mindecl_e.htm>. Acesso em: 1 nov. 2015.

WTO. **Domestic support: Amber, Blue and Green Boxes**. 1 dez. 2004. Disponível em: <https://www.wto.org/english/tratop_e/agric_e/negs_bkgrnd13_boxes_e.htm>. Acesso em: 1 nov. 2015.

WTO. **The Final Act Embodying the Results of the Uruguay Round of Multilateral Trade Negotiations**: Agreement on Agriculture. 15 abr. 1994. Disponível em: <https://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/06-gatt.pdf>. Acesso em: 19 out. 2015.

YUSUF, Mohammad. The Evils of Agriculture Subsidy. **Competition Forum**, v. 7, n. 2, p. 427-439, 2009.

ZAHRNT, Valentin. **Food security and the EU's Common Agricultural Policy**: facts against fears. Bruxelas: ECIPE, 2011. Disponível em: <<http://www.ecipe.org/app/uploads/2014/12/food-security-and-the-eus-common-agricultural-policy-facts-against-fears.pdf>>. Acesso em: 6 nov. 2015.

ZOBBE, Henrik. **The Economic and Historical Foundation of the Common Agricultural Policy in Europe**. Trabalho apresentado na Quarta Conferência da European Historical Economics Society, Londres, 2001. Disponível em: <<http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/24212/1/ew010012.pdf>>. Acesso em: 1 nov. 2015.